

DESAFIOS À TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS JOVENS BRASILEIROS

CARLOS HENRIQUE CORSEUIL
ROSANA ULHÔA BOTELHO
ORGANIZADORES



DESAFIOS À TRAJETÓRIA
PROFISSIONAL DOS
JOVENS BRASILEIROS

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro – Marcelo Côrtes Neri



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Herton Ellery Araújo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete

Bernardo Abreu de Medeiros

Assessor-Chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

DESAFIOS À TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS JOVENS BRASILEIROS

CARLOS HENRIQUE CORSEUIL
ROSANA ULHÔA BOTELHO
(ORGANIZADORES)

Rio de Janeiro, 2014

ipea

Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros / Organizadores, Carlos Henrique Corseuil, Rosana Ulhôa Botelho. – Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
324 p. : il.

ISBN 978-85-7811-217-2

1. Mercado de Trabalho. 2. Educação. 3. Trabalhadores Jovens. 4. Políticas Públicas.
5. Brasil. I. Título. II. Botelho, Rosana Ulhôa. III. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 331.34

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| PREFÁCIO | 9 |
| INTRODUÇÃO | 13 |

PARTE 1

EDUCAÇÃO: O DESAFIO DA PREPARAÇÃO PARA ESCOLHAS PROFISSIONAIS

CAPÍTULO 1

ONDA JOVEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DETERMINANTES E MOTIVAÇÕES **21** |

Marcelo Côrtes Neri

CAPÍTULO 2

PERFIL EDUCACIONAL DOS JOVENS: ATRASO E FLUXO ESCOLAR **73** |

Joana Simões de Melo Costa

Luís Felipe Batista de Oliveira

CAPÍTULO 3

O FENÔMENO DOS JOVENS NEM-NEM **115** |

Joana Simões de Melo Costa

Gabriel Ulyssea

PARTE 2

TRABALHO: O DESAFIO DA INSERÇÃO DE QUALIDADE NO MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 4

UMA ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO PRIMEIRO EMPREGO NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS **141** |

Maurício Cortez Reis

CAPÍTULO 5

A ROTATIVIDADE DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO **157** |

Carlos Henrique Corseuil

Miguel Foguel

Gustavo Gonzaga

Eduardo Pontual Ribeiro

CAPÍTULO 6

JOVENS E SINDICATOS: DESAFIOS PARA O FUTURO DA REGULAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL **175** |

André Gambier Campos

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 7 | |
| COBERTURA PREVIDENCIÁRIA DE JOVENS NO PERÍODO DE 2003 A 2012: UMA INVESTIGAÇÃO DOS POSSÍVEIS EFEITOS DE POLÍTICAS DE INCENTIVO À INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA | 203 |

Leonardo Alves Rangel

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 8 | |
| A MIGRAÇÃO INTERNA DOS JOVENS COMO ALTERNATIVA PARA MELHORAR SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DOS CENSOS DE 2000 E 2010 | 237 |

Herton Ellery Araújo

Rosana Ulhôa Botelho

Ana Luiza Codes

Agnes França Serrano

Larissa de Moraes Pinto

PARTE 3
O CRIME COMO AMEAÇA À TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 9 | |
| OPORTUNIDADES PARA O JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO E HOMICÍDIOS NO BRASIL | 267 |

Daniel Cerqueira

Rodrigo Leandro de Moura

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 10 | |
| CUSTO DA JUVENTUDE PERDIDA NO BRASIL | 291 |

Daniel Cerqueira

Rodrigo Leandro de Moura

APRESENTAÇÃO

Com esta publicação, o Ipea prossegue na apresentação e disseminação dos estudos e pesquisas que realiza com vistas ao aprimoramento das políticas públicas no Brasil. Os artigos aqui reunidos direcionam-se à compreensão de aspectos cruciais das condições de vida dos jovens brasileiros, dando continuidade aos esforços dos pesquisadores da Instituição em oferecer subsídios para a tomada de decisão na área das políticas públicas de juventude.

De caráter transversal, as políticas de juventude perpassam as demais políticas sociais, apresentando, com suas congêneres, desafios instigantes à maneira de operar do poder público. Transposto o ciclo inicial de institucionalização, seu desenvolvimento faz emergir temas e problemas que interpelam os gestores das carreiras de Estado em todos os níveis. A inserção dos jovens no mercado de trabalho, com os consequentes desafios que se apresentam ao longo de sua trajetória laboral, constitui um desses temas, abordado aqui por pesquisadores que examinam, de forma acurada, um elenco de aspectos decisivos no entendimento da questão no Brasil de hoje, sem perder de vista uma perspectiva histórica capaz de identificar tendências, transformações e obstáculos a serem transpostos.

O livro abre trilhas que instigam à resolução dos problemas detectados, bem como à expansão das possibilidades divisadas em cada estudo, sendo esta uma característica a se ressaltar. As contribuições de cada artigo, devidamente identificadas na introdução pelos organizadores desta obra, conjugam-se com o cumprimento do objetivo de assessorar as instituições do Estado no aprimoramento das políticas públicas mediante pesquisas que aliam o apreço à excelência científica aos valores humanistas.

Sergei Suarez Dillon Soares

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

PREFÁCIO

O livro produzido pelo Ipea, *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*, reúne uma série de estudos relacionados a dimensões importantes da situação da juventude brasileira. Trata-se, sem dúvida, de uma grande contribuição para a análise de um dos temas mais instigantes relacionados ao processo de desenvolvimento, consolidação democrática e inclusão social vivido pelo Brasil no período recente e que tem adquirido um lugar crescente tanto na agenda da pesquisa quanto na das políticas públicas no país.

O contexto internacional, marcado por aquilo que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) caracteriza como uma “crise do emprego juvenil” – cujos aspectos mais marcantes são a existência de 73 milhões de jovens desempregados no mundo e de outros 200 milhões cujo trabalho não gera renda suficiente para superar a situação de pobreza –, aumenta a importância de diagnósticos acurados que contribuam para a compreensão da singularidade da experiência brasileira.

Vive-se, no Brasil, afinal, um processo de redução significativa da pobreza e da desigualdade social, de diminuição das taxas de desemprego, de aumento da renda e da formalização do mercado de trabalho. Os desafios, contudo, são de grande magnitude.

Nesse contexto, como garantir à juventude brasileira oportunidades efetivas para a construção de trajetórias de trabalho decente que possibilitem, ao mesmo tempo, incorporar esse enorme potencial produtivo à economia e à sociedade e o pleno exercício dos direitos e da cidadania por parte desses jovens? Como responder adequadamente à necessidade de aumentar e melhorar as condições educacionais como ponto de partida desta trajetória? Como considerar não apenas as possibilidades de acesso ao emprego e ao trabalho, mas também a sua qualidade, ou seja, as condições em que este se exerce e os direitos e proteção social a ele associados? Como incluir nessa equação outra variável fundamental, que é a possibilidade

de conciliação entre educação, trabalho e demais dimensões essenciais da vivência dos jovens, tais como as responsabilidades familiares e o acesso ao lazer e à cultura? Como lidar, tanto na elaboração de diagnósticos e indicadores quanto na formulação, implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, com a grande heterogeneidade constitutiva da condição juvenil no Brasil, em termos de faixa etária, nível de renda familiar, gênero, raça, etnia, região, condição rural ou urbana? Como garantir o protagonismo dos jovens e sua participação ativa na identificação dos seus problemas e na busca de soluções? Como ampliar o conhecimento e o diálogo social a cerca destes temas, assim como a sua presença na agenda pública?

O debate, desenvolvido em 2010 e 2011, por ocasião da elaboração da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), no âmbito do Subcomitê da Juventude do Comitê Executivo Interministerial da Agenda Nacional do Trabalho Decente, foi um processo privilegiado de construção de uma visão integrada em relação a essas questões. Esta agenda é fruto de um importante processo de diálogo social entre diversos órgãos do governo federal, incluindo o Ipea, centrais sindicais e confederações de empregadores, Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Conanda) e outras organizações da sociedade civil. A coordenação ficou a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, além de contar, também, com a assistência técnica permanente do escritório da OIT no Brasil.

Em muitas das áreas definidas como prioritárias no processo de construção da ANTJ, é possível observar, no período recente, avanços importantes que podem ser considerados resultado tanto de processos e políticas mais gerais – como a redução da pobreza e da desigualdade social, a diminuição do desemprego e a formalização do mercado de trabalho, a extensão da rede de proteção social e a valorização do salário mínimo, a ampliação dos espaços de participação e a consulta cidadã – quanto daquelas dirigidas diretamente aos jovens. Apesar disso, os desafios continuam sendo muito grandes, o que justifica a obrigação de se manter este tema com destaque na agenda das políticas públicas.

No momento em que está em pauta a construção do Plano Nacional da Juventude e do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (previsto no acordo tripartite que deu origem à ANTDJ), reforça-se a necessidade de contar com análises consistentes sobre os avanços e os desafios que caracterizam o momento atual do país, seja no que se refere aos indicadores educacionais e de mercado de trabalho, seja quanto às políticas e às ações implantadas nessas áreas.

Nesse contexto, a publicação deste livro assume extrema importância, não só pela grande qualidade técnica que caracteriza a produção do Ipea, mas também pela abrangência e relevância do temário escolhido.

O livro se estrutura em torno de três eixos: educação, trabalho e violência. Além dos temas mais clássicos nos estudos sobre a juventude, como escolarização, formação profissional, emprego e desemprego, são abordados outros, menos comuns, mas fundamentais para o diagnóstico e o debate atuais: os jovens que não estão nem estudando nem ocupados no mercado de trabalho, a rotatividade no emprego, a cobertura previdenciária, a sindicalização e a migração.

A colaboração entre a OIT e o Ipea em relação ao tema da juventude, no marco do Acordo de Cooperação Técnica assinado entre as duas instituições em 2010 e, em particular, no âmbito do Subcomitê da Juventude, tem sido muito profícua. Os estudos apresentados neste livro serão, sem dúvida, uma preciosa contribuição para o avanço do conhecimento e da discussão sobre o tema e, certamente, abrirão novas possibilidades de cooperação nesta matéria. Por isso, parabéns ao Ipea por mais essa iniciativa.

Laís Abramo

Diretora do escritório da OIT no Brasil

INTRODUÇÃO

A organização deste livro dá continuidade ao esforço de pesquisadores da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea de pensar a condição social de diversos segmentos da população jovem brasileira com o objetivo de oferecer subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a juventude. Iniciativa incentivada pelo então diretor Rafael Guerreiro Osorio, esta publicação agregou pesquisadores de diversas áreas. O número de capítulos foi além das previsões iniciais, resultando na opção por organizar os trabalhos em dois volumes.

Os capítulos reunidos neste primeiro volume visam responder a indagações acerca dos desafios que se colocam à trajetória profissional dos jovens, tematizando as relações entre a inserção no mundo do trabalho e outras inserções que lhe podem ser complementares, alternativas ou, no limite, excludentes. À sua maneira, cada pesquisador ou grupo de pesquisa partiu da perspectiva de captar a evolução dos aspectos escolhidos para análise, num período de tempo que vai de dez a vinte anos, no sentido de localizar transformações ou tendências que persistem – tanto as positivas como as negativas – e de apontar algumas medidas capazes de interferir no curso das situações indesejáveis.

A primeira parte do livro reúne três capítulos que focalizam o desafio da preparação para escolhas profissionais. Em *Onda jovem na educação profissional: determinantes e motivações*, Marcelo Côrtes Neri procura entender tanto o fenômeno da ampliação da demanda dos jovens por educação profissional quanto o da desistência de concluir estes cursos, a partir da análise de diversas dimensões envolvidas no processo. Buscam-se as relações entre a tipologia dos cursos ofertados por diferentes instituições, os aspectos relacionados à frequência, as informações acerca dos cursos e as motivações dos jovens de diferentes segmentos etários e sociais. No capítulo *Perfil educacional dos jovens: atraso e fluxo escolar*, Joana Simões

de Melo Costa e Luís Felipe Batista de Oliveira examinam uma série de aspectos que se relacionam à escolarização dos jovens brasileiros, tais como evolução do fluxo escolar, perfil dos estudantes e decisões acerca de estudo e trabalho. Por meio de uma análise multivariada, evidenciam as características predominantes na determinação dos fenômenos estudados em um período de dezessete anos – de 1995 a 2012 –, de forma a identificar os gargalos que permanecem obstruindo a ampliação de oportunidades. O terceiro capítulo aborda *O fenômeno dos jovens nem-nem* – aqueles que nem trabalham nem estudam – e sua evolução em um período de vinte anos. Os pesquisadores Joana Simões de Melo Costa e Gabriel Ulyssea elaboram uma caracterização detalhada deste grupo de jovens, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados de 1992 a 2012. Indicam-se momentos de reversão de tendências, mudanças no perfil dos jovens inseridos nesta categoria e determinantes do fenômeno estudado.

Na segunda parte, os capítulos colocam em tela o desafio da inserção de qualidade no mercado de trabalho, explorando um leque de questões envolvidas neste processo. A questão da procura pelo primeiro emprego e das barreiras que o jovem enfrenta neste processo é tema do capítulo desenvolvido por Maurício Cortez Reis, intitulado *Uma análise das características do primeiro emprego nas regiões metropolitanas brasileiras*. O autor mostra que há uma enorme disparidade nas condições de emprego dos jovens, comparando as situações de primeiro emprego com os empregos subsequentes. Além de indicadores tradicionalmente associados à qualidade do posto de trabalho, tais como salário e tipo de contrato de trabalho, há também uma análise original – e com resultados interessantíssimos – a respeito do tempo de espera dos jovens em suas buscas por emprego em ambas as situações mencionadas. Por seu turno, Carlos Henrique Corseuil, Miguel Foguel, Gustavo Gonzaga e Eduardo Pontual Ribeiro, em *A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro*, ajudam a compor o quadro, analisando a baixa permanência dos jovens em seus empregos. Os autores analisam os determinantes das elevadas taxas de rotatividade dos jovens, mesmo no setor formal. Nos dois capítulos seguintes, o enfoque muda, voltando-se para instituições que podem melhorar a inserção do jovem no mercado de trabalho, como é o caso dos sindicatos e das políticas de incentivo à contribuição

previdenciária, temas desenvolvidos em capítulos distintos de autoria de André Gambier Campos e Leonardo Alves Rangel, respectivamente. Em *Jovens e sindicatos: desafios para o futuro da regulação do trabalho no Brasil*, André Campos reúne e examina um conjunto de indicadores relativos ao perfil dos filiados aos sindicatos e aos fatores que influenciam a filiação sindical entre 1992 e 2012. O autor indaga se, em comparação com gerações anteriores, os jovens tendem a se interessar mais ou menos pela sindicalização, procurando identificar, dentro dos vários grupos e perfis de jovens, quais atualmente tendem a se envolver mais e quais tendem a se envolver menos com os sindicatos. Em *Cobertura previdenciária de jovens no período de 2003 a 2012: uma investigação dos possíveis efeitos de políticas de incentivo à inclusão previdenciária*, Leonardo Rangel joga luz sobre uma questão relevante, dirigindo o foco para a situação dos segmentos juvenis de algumas categorias ocupacionais, como os trabalhadores domésticos, os empregados sem carteira e os trabalhadores por conta própria. O desafio de pôr o pé na estrada na busca de oportunidades é tema do último capítulo desta parte, intitulado *A migração interna dos jovens como alternativa para melhorar sua inserção no mundo do trabalho: evidências a partir dos Censos de 2000 e 2010*, desenvolvido por Herton Ellery Araújo, Rosana Ulhôa Botelho, Ana Luiza Codes, Agnes França Serrano e Larissa de Moraes Pinto. Nele, os autores tratam da situação de jovens de 23 a 29 anos em dois períodos censitários, comparando migrantes com não migrantes em termos de escolaridade, taxa de ocupação e qualidade do posto de trabalho. Além desta visão abrangente, o capítulo localiza especificidades no plano regional, examinando os fluxos de entrada, de saída e também aqueles que se dão no plano interno de cada região, captando a dinâmica da migração dos jovens brasileiros no período focalizado.

O crime como ameaça à trajetória profissional dos jovens é tema da terceira parte deste livro, que traz dois capítulos de Daniel Cerqueira e Rodrigo Leandro de Moura. Esta ameaça é abordada de duas formas – uma em cada capítulo: como atividade alternativa à trajetória profissional em atividades lícitas e como causa de interrupção prematura da trajetória profissional. Em *Oportunidades para o jovem no mercado de trabalho e homicídios no Brasil*, os pesquisadores partem da perspectiva de uma análise econômica da criminalidade, que considera os custos e os benefícios esperados desta atividade. Utilizando-se de indicadores provenientes dos

Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, realizados pelo IBGE, e do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), do mesmo período, os autores procuram avaliar a relação entre restrição das oportunidades no mercado de trabalho legal e ampliação dos homicídios. O estudo chega à escala dos municípios para verificar em que medida as condições de trabalho para o grupo demográfico identificado como aquele que apresenta maior probabilidade de cometer crime – composto por jovens de baixa escolaridade – estiveram associadas a maiores taxas de homicídios de toda a população do mesmo município. O capítulo *Custo da juventude perdida no Brasil* segue a linha da literatura do valor da vida, tendo como objetivo estimar o custo de bem-estar social ocasionado pelas mortes violentas de jovens no Brasil em 2010. Ao final, os resultados obtidos pela aplicação do modelo analítico adotado são discutidos à luz de suas implicações em termos de políticas públicas.

Concomitantemente à produção deste livro, há em curso outras iniciativas também dedicadas a mapear os problemas da juventude em se inserir no mercado do trabalho. Em primeiro lugar, um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) dedicado ao Brasil, como parte de uma série de relatórios voltados ao problema do emprego de jovens em diversos países, em geral membros da OCDE. O escritório brasileiro da Organização Internacional do Trabalho (OIT) também está se dedicando a esse tema por meio de duas investigações. Uma, em parceria com o Ipea, visa subsidiar a construção de um plano nacional de trabalho decente para a juventude e a outra se volta para a transição da escola para o trabalho.

Há uma relação de complementaridade entre essas investigações, ainda que concebidas de forma independente. As iniciativas encabeçadas pela OIT trazem um conjunto valioso de informações, seja pelo ineditismo seja pela atualização. O estudo sobre a transição da escola para o trabalho se baseia em uma pesquisa de campo própria, que levanta informações inéditas sobre o tema. Já o relatório feito com o Ipea segue uma estrutura dada pela agenda nacional de trabalho decente para a juventude, que define quatro prioridades relacionadas a: *i)* educação; *ii)* compatibilização do tempo entre trabalho, escola e família; *iii)* inserção digna no mercado de trabalho; e *iv)* diálogo social. A segunda e a quarta dimensões complementam as análises deste livro. Mesmo a terceira dimensão traz

uma atualização dos indicadores mais tradicionais do mercado de trabalho – tais como desemprego, salário e informalidade – que não são foco das análises aqui desenvolvidas. O relatório da OCDE complementa este livro em dois aspectos. Primeiramente, por colocar as informações acerca do Brasil num contexto internacional, comparando-as com as de outros países. Em segundo lugar, por fazer uma tentativa de mapear todo o aspecto institucional que pode influenciar os indicadores analisados.

Em suma, a marca deste volume é o esforço em compreender os desafios que se colocam à trajetória profissional dos jovens no Brasil, de forma a perceber diferenças e semelhanças entre os segmentos etários, entre os sexos, bem como distinções de cor ou etnia e de faixa de renda. Fazendo uso de indicadores consolidados no sistema de estatísticas brasileiro e mediante aportes que visam dimensionar os fenômenos investigados, os capítulos aqui reunidos certamente poderão funcionar como úteis ferramentas de trabalho de gestores públicos de diversas instâncias.

Os organizadores

PARTE 1

**EDUCAÇÃO: O DESAFIO DA PREPARAÇÃO PARA
ESCOLHAS PROFISSIONAIS**

ONDA JOVEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DETERMINANTES E MOTIVAÇÕES*

Marcelo Côrtes Neri**

SINOPSE

O capítulo documenta um incremento desde 2004 da educação profissional entre jovens e busca as suas causas objetivas, aí incluindo o perfil socioeconômico e geográfico da nova demanda, a oferta de cursos privados de informática, de programas estaduais e federais entre outras. Em outra linha da pesquisa, registra as razões dos jovens para os percalços entre a oferta e a demanda da educação profissional como motivos para não frequentar cursos, para não terminá-los e/ou para não aplicá-los no mercado de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste artigo é o crescimento de 83% na frequência aos cursos de educação profissional desde 2004, constatado pela Pesquisa Mensal do Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE). A proporção das pessoas que buscam tais cursos mostra um marcado deslocamento da frequência dos mais jovens. Subindo como uma onda no mar, passa de um pico, observado aos 16 anos, de 3% para 7%.

Muito se tem falado sobre os jovens a partir desta faixa etária que nem estudam nem trabalham – os chamados “nem-nem”. O que esses indivíduos querem fazer e o que fazem na prática é também motivo de análise deste capítulo. A onda jovem de educação profissional representa uma oportunidade

* Este capítulo retoma e estende o projeto realizado para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), *A nova demanda por educação profissional* (Neri, 2011). Dada a natureza do livro, foram priorizados os resultados associados à juventude. O autor agradece os comentários, as críticas e as sugestões de Rafael Lucchesi e Luiz Caruso, à assistência de Luisa Melo e Samanta Sacramento e a revisão de Marcos Hecksher e Rodrigo Ramiro. Agradece, ainda, à equipe do Senai Nacional pela colaboração e pela autorização para publicar este texto. Isenta, porém, todos de possíveis erros e imprecisões remanescentes.

** Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV).

de estudo sobre os determinantes da mudança ocorrida na juventude em relação à vida trabalhista. Dado que a esmagadora maioria dos jovens ainda não cursa a educação profissional, há que se olhar também para possíveis desmotivações deste público relativas à demanda pelo binômio estudo-trabalho.

Gestores e pesquisadores têm o hábito de basear decisões e sugestões de política pública seguindo a perspectiva de oferta, e não de procura. O que importa em geral é se há uma ideia relevante de política e se é possível colocá-la em produção. Frequentemente esquece-se de que o derradeiro teste da política pública se dá na sua aceitação, ou não, pela respectiva clientela final. Por exemplo, quando se pergunta aos pequenos empresários qual a natureza da maior dificuldade percebida do negócio, se é deficiência de tecnologias, infraestrutura, formalização, crédito ou mão de obra qualificada, a resposta principal não é nenhuma das alternativas de oferta acima, mas, sim, falta de clientes ou excesso de concorrência no mercado, que são elementos de demanda com mais de dois terços das respostas dadas.

Proporção semelhante é encontrada em pesquisas que perguntam ao jovem de 15 a 17 anos que não está na escola regular sobre os motivos que o levaram à demanda escolar: em 67% dos casos são elementos de demanda a falta de interesse ou de recursos financeiros. Apenas 10,9% dizem que é por não haver escola, vaga ou outros elementos de dificuldade de oferta.

Antes de partir para um grande *Gosplan*¹ de educação profissional, é preciso ouvir a demanda do trabalho e do capital. Não basta ter no papel um bom plano de educação profissional que atenda às prioridades produtivas vislumbradas para a nação; antes, e acima de tudo, deve-se atender às aspirações dos trabalhadores e das empresas. Como na frase célebre de Mané Garrincha, “tem primeiro que combinar com os russos”.

A análise da demanda por educação profissional é muito mais complexa que a da educação regular. Em primeiro lugar, a educação profissional é necessariamente complementar à educação regular, herdando desta todas as virtudes e defeitos. Se tradicionalmente a criação de escolas profissionalizantes de elite garante o mérito para poucos, alguns casos de sucesso da nova educação profissional privada estão em cursos que reconhecem a deficiência prévia do ensino regular dos alunos e criam um espaço inicial de recuperação

1. *Gosplan* (Госплан) era o nome coloquial da política de economia planejada da finada União Soviética.

destas defasagens, por exemplo, ministrando aulas de português e de matemática antes do início do conteúdo específico.

Em segundo lugar, não há apenas um, mas dois tipos de demandantes de educação profissional. Uma clientela inicial, o estudante, e outra de prazo mais longo, as empresas que vão, ao fim e ao cabo, demandar ou não a nova qualificação adquirida. Basta haver falha em um desses elos de demanda para que a oferta de curso seja frustrada.

Em terceiro lugar, na educação profissional *lato sensu*, as escolhas de cursos são mais heterogêneas que as da educação regular, o que reforça a necessidade de se ouvir a demanda. O menu profissionalizante inclui cursos de qualificação profissional, de técnico de ensino médio e de graduação tecnológica, numa miríade de temas que vai da informática à saúde, passando por cursos de estética e de gestão, entre outros.

Em quarto lugar, estas ofertas são realizadas por atores diversos: os três níveis de governo, o Sistema S,² as organizações não governamentais (ONGs) e a iniciativa privada, aumentando a complexidade de se entender os detalhes da demanda do termo genérico educação profissional, cujo princípio ativo nem sempre é o mesmo.

É fácil se perder nessa multiplicidade de cursos de diferentes níveis e temas ofertados por diferentes atores e com mais de um demandante final. Nessa busca, é fundamental se quantificar a falta de demanda e as razões por trás da decisão de não frequentar cursos profissionalizantes em geral.

Além disso, é preciso descer aos detalhes dos diferentes cursos e compreender o fato de que a demanda inicial desaparece ao longo do caminho. Saber qual a extensão e as razões para a não conclusão dos diferentes cursos ou, ainda, por que os egressos desses cursos não encontram colocação no mercado de trabalho. A análise deve contemplar perguntas relativas tanto às razões para a não conclusão dos cursos quanto para a não aceitação pelas empresas demandantes de cada um dos tipos de educação profissional. Além de quantificar a extensão dessa perda de pressão de demanda ao longo do

2. Fazem parte dos Sistemas: Senai; Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e Serviço Social de Transporte (SEST).

caminho, estas questões conseguem revelar a rejeição aos diferentes cursos de quem os conheceu nos seus detalhes, onde dizem “morar o diabo”, quais sejam, aqueles que abandonaram os cursos e aqueles que se formaram, mas não colocaram seu conteúdo em ação no mercado de trabalho. O suplemento especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007, do IBGE, permite estudar o entrelaçamento das diversas razões da falta de demanda efetiva por cursos profissionalizantes.³

Este capítulo busca enxergar os dilemas da educação profissional desde a perspectiva dos principais protagonistas: os jovens. Mesmo que se vençam todas as batalhas para adotar as melhores práticas educacionais, irá se perder a guerra caso estas práticas não contem com a concordância destes atores. Um mergulho na subjetividade dos jovens em relação ao ensino técnico possibilita o desenho de melhores políticas públicas – e também se aprende com as conquistas objetivas observadas na prática. Aqui se investiga o que gerou o aumento da proporção de jovens em cursos profissionalizantes: se foram os investimentos federais, as vagas do ensino médio técnico ou a proliferação de cursos privados; se foi uma combinação dos três ou mesmo nenhuma das alternativas anteriores, considerando tanto a demanda como a oferta.

O texto conta, além desta introdução, com mais cinco seções. A segunda trata da metodologia. A seção 3 estuda as causas para o aumento da procura pela educação profissionalizante a partir de 2004, constatado pela PME. A seção 4 enfoca, a partir da PNAD, outros aspectos objetivos associados à frequência na educação profissional, usando o ciclo de vida como pano de fundo e incluindo elementos além da idade, tais como sexo, renda e região. A seção 5 busca entender como as informações chegam aos indivíduos e como estes transformam as informações recebidas em decisões. Foram feitas perguntas diretas aos jovens que não cursam a educação profissional sobre as suas respectivas motivações e as causas para a não conclusão dos cursos de educação profissional; e, para os concluintes, sobre a dificuldade de trabalhar nas áreas dos cursos e as razões associadas a isso. Finalmente, a seção 6 apresenta, na forma de um sumário executivo, as principais conclusões e direções de políticas públicas do capítulo.

3. Equações mincerianas de salários aplicadas à mesma base de dados informam que o prêmio salarial dos cursos de educação profissional varia de 1,4% a 27%, dos cursos de qualificação de informática até o conjunto de cursos superiores de tecnólogos já controlados pela educação formal (Neri 2010).

2 METODOLOGIA

2.1 Bases de dados

A PNAD 2007, por meio de um suplemento especial, apresenta uma fotografia detalhada da educação profissional em nível nacional num dado período no tempo. A PME permite captar a evolução da educação profissional entre março de 2002 e setembro de 2010, com cobertura geográfica restrita a seis metrópoles brasileiras.⁴

Utilizou-se a PME para monitoramento da evolução da frequência em cursos de educação profissional, nos quais foi identificado um salto na demanda entre 2004 e 2007. Foi realizada uma detalhada abertura dos dados das duas pesquisas domiciliares, por uma série de atributos sociodemográficos, para identificar as causas do aumento da demanda juvenil por educação profissional. Especial destaque foi dado à distribuição etária e à desagregação espacial das regiões em capitais e periferias das regiões metropolitanas (RMs) cobertas pela PME. No caso da PNAD, é possível analisar a visão dos próprios jovens acerca dos diversos percalços existentes entre a educação profissional e a juventude. O detalhamento do suplemento da PNAD, aliado ao fato de ter ido a campo após o salto de demanda, permite analisar os seus determinantes objetivos e subjetivos.

2.2 Técnicas

Na análise empírica, foram captadas as correlações das variáveis ligadas à educação e à empregabilidade, com atributos gerais da população como idade, gênero, renda, geografia, entre outras, a partir de dois tipos de técnicas.

Na análise bivariada, o objetivo é traçar um perfil da estrutura de correlações entre as variáveis, analisando o papel de cada atributo tomado isoladamente nesta correlação. Isto é, são desconsideradas possíveis inter-relações entre as variáveis explicativas.

Já a análise multivariada visa proporcionar um experimento mais bem controlado que a análise bivariada. Seu objetivo é captar o padrão de correlações parciais entre as variáveis de interesse e as variáveis explicativas. Trabalhou-se com duas variantes do modelo de regressão multivariada para

4. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre.

variáveis discretas: regressão logística binomial para variáveis endógenas binárias; e regressão logística multinomial envolvendo variáveis endógenas com múltiplas categorias de resposta.

2.3 Educação profissional: definições

A *educação profissional* é o conjunto de atividades educativas para formação ou aperfeiçoamento profissional, sendo necessário para o seu desenvolvimento que haja pelo menos um instrutor ou professor responsável pelos alunos. Pode ser ministrada em escola, empresa ou em qualquer outra instituição e está organizada em três segmentos: qualificação profissional, técnico de nível médio e graduação tecnológica. Portanto, três tipos de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnológico).

O curso de *qualificação profissional* (chamado de curso de formação inicial e continuada ou curso básico) é qualquer curso de formação para o exercício de uma atividade profissional. Pode ser ofertado em escola ou outro tipo de instituição, como igreja, ONG, sindicato, associação etc. Estes cursos têm duração variável, conferem certificado de participação, podem ser oferecidos em todos os níveis de escolaridade e, dependendo do tipo, são realizados sem exigência de escolarização. Propõem-se a qualificar o profissional para o trabalho, sem o objetivo de aumentar o seu nível de escolaridade. São exemplos de cursos de qualificação profissional: informática; idioma; corte e costura; culinária; massagem terapêutica; secretariado; manicuro; pedicuro; cabeleireiro; garçom; cozinheiro; guia turístico; pedreiro; decoração de bolos; maquiagem; instrumentador cirúrgico etc.

O curso *técnico de nível médio* é realizado de forma integrada ao ensino médio ou após a sua conclusão. Este tipo de curso é regido por legislação própria e diretriz curricular específica, só podendo ser ministrado por escola devidamente credenciada pelo poder público. Confere diploma de técnico.

O curso superior de *graduação tecnológica* como nível universitário tem como pré-requisito a conclusão do ensino médio, com ingresso via processo seletivo. Focado em uma determinada área profissional, responde às demandas do mundo do trabalho e do desenvolvimento tecnológico. Este tipo de curso é regido por legislação própria e diretriz curricular específica, só podendo ser ministrado por escola devidamente credenciada pelo poder público. Confere diploma de tecnólogo.

3 A NOVA DEMANDA POR EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 Evolução recente da educação profissional

A análise começa com a observação do salto da proporção de pessoas acima de 10 anos que frequentam ou que já frequentaram cursos de educação profissional nas seis maiores metrópoles brasileiras, no período entre março de 2002 e setembro de 2010, conforme mostram os gráficos 1A e 1B.

GRÁFICO 1A

Frequenta ou frequentou curso de qualificação profissional (10 anos ou mais)
(Em %)

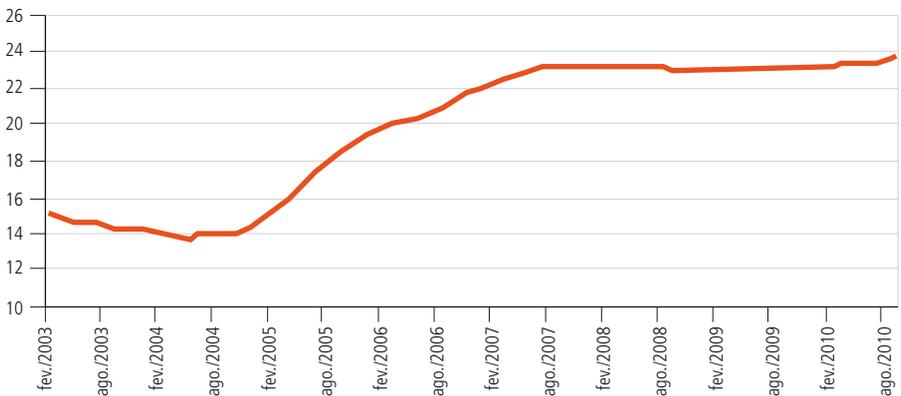


Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

GRÁFICO 1B

Média móvel de doze meses
(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

Em maio de 2004, apenas 13,44% da população com mais de 10 anos nas seis principais metrópoles estava frequentando ou havia frequentado os cursos profissionalizantes. Em setembro de 2010, essa proporção era de 24,56%, um crescimento de 83%.

O que está por trás do aumento da educação profissional? Conforme se observa no gráfico 2, a taxa de frequência a cursos de qualificação profissional nas principais metrópoles brasileiras entre 2002 e 2010 foi maior na faixa etária de 16 a 17 anos de idade.

GRÁFICO 2

Frequenta curso de qualificação profissional, por idade (2002-2010)

(Em %)

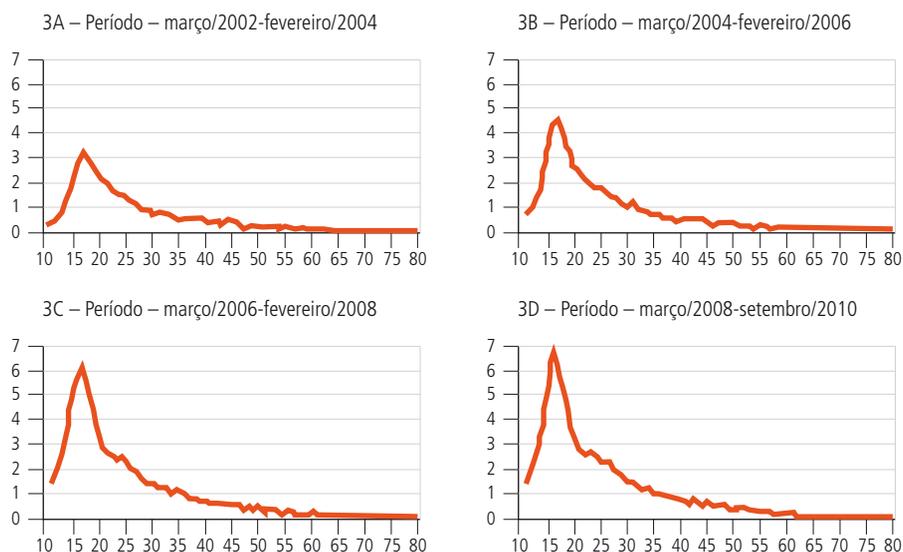


Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

O gráfico 3 mostra a maneira como evoluiu a distribuição etária da frequência da educação profissional ao longo do tempo, apresentando a mesma curva etária por períodos. Pode-se observar o deslocamento da curva para cima, mantendo mais ou menos o mesmo formato, já que os avanços mais recentes deram-se principalmente entre os mais jovens, saindo de um pico de cerca de 3% no período inicial até atingir 7% no período final. Esta onda jovem irá pressionar para cima os estoques de cursos realizados no futuro.

GRÁFICO 3

Frequenta curso de qualificação profissional, por idade, em subperíodos
(Em %)

Será vista a seguir a análise da evolução dos fluxos dos cursos de educação profissional da população entre 15 e 29 anos. Os gráficos 4A e 4B apresentam a evolução mês a mês da parcela que frequenta cursos de qualificação profissional nas seis maiores metrópoles brasileiras. A taxa média de frequência nestes cursos sobe de 2,1% em março de 2002 para 3,73% em setembro de 2010.

O gráfico 4B demonstra mudança de patamar de maio de 2004 a fevereiro de 2007, o que poderia ter sido em parte ocasionado por grandes investimentos do governo federal na educação profissional nesse período, estimados em cerca de R\$ 1 bilhão. Para que se tenha ideia do tamanho do avanço, a quantidade de escolas federais de educação profissional criadas de 1909 até o ano de 2002 foi de apenas 140 unidades, às quais se somaram outras 214 até 2010 e mais 208 até 2014. Hoje, a rede alcança 507 municípios, com 562 escolas. A bandeira do governo federal, neste período, foi a de levar os cursos a cidades menores. O aumento aqui observado não capta o efeito nessas localidades, mas sim nas maiores cidades do país, cobertas pela PME. Outra vertente é a bandeira levantada por governadores e prefeitos – em particular em São Paulo –, de elevar a frequência da educação profissional.

GRÁFICO 4A

Frequenta curso de qualificação profissional (15 a 29 anos)

(Em %)

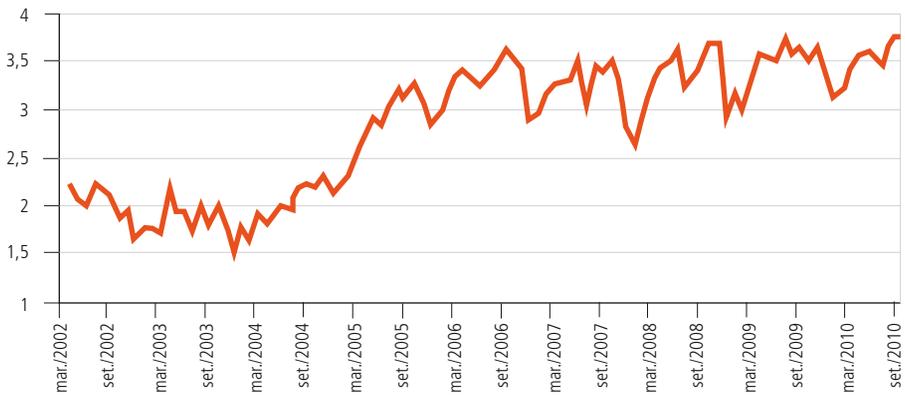
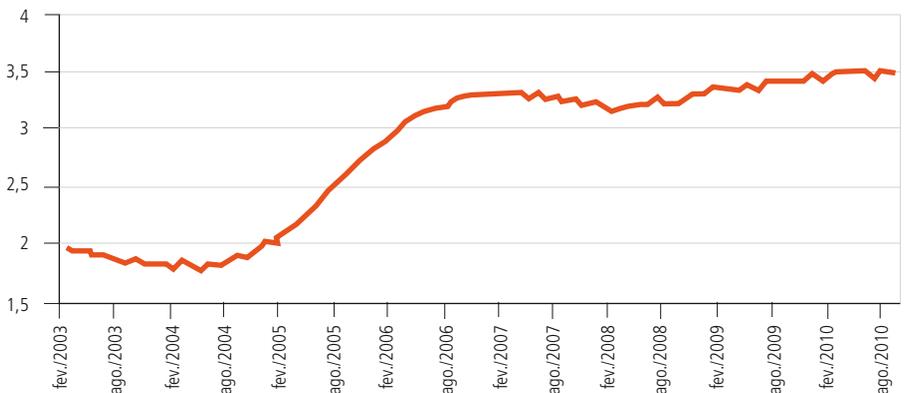


GRÁFICO 4B

Média móvel de doze meses

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

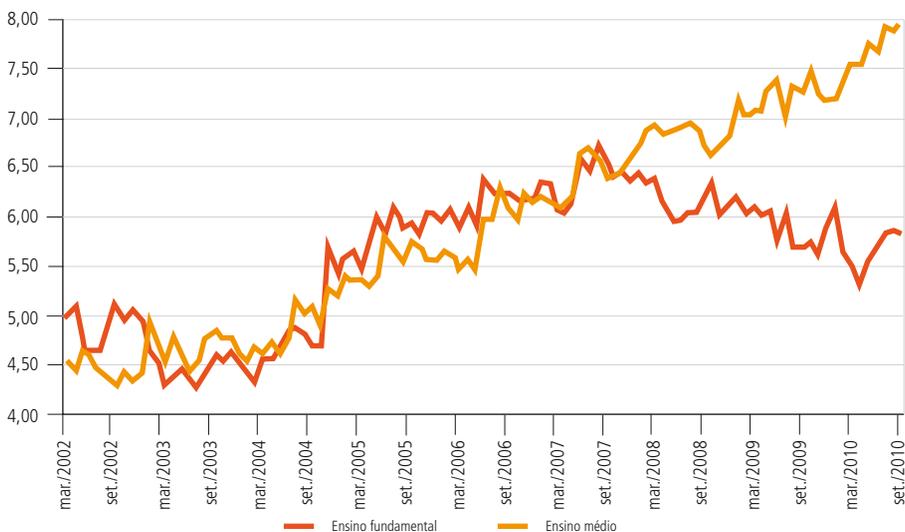
Embora seja correta a informação de que o governo federal realizou uma expansão considerável do número de escolas técnicas, também é sabido que entre o início das construções e o pleno funcionamento das escolas há um hiato que compreende a inauguração das escolas, a compra de

equipamentos, a contratação de corpo técnico e de docentes e a realização da seleção de alunos.⁵

Ao se fazer uma avaliação dos avanços por tipo de curso quanto à qualidade,⁶ nota-se que, em março de 2002, o percentual de instituições que exigiam ao menos a conclusão do ensino médio para frequentar curso de educação profissional era de 4,52%, abaixo do ensino fundamental, com 5%. Em setembro de 2010, estas proporções cresceram para 7,95% e 5,84%, respectivamente, como mostra o gráfico 5.

GRÁFICO 5

Nível de escolaridade exigido na educação profissional (10 anos ou mais)
(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

5. Conforme apontam os dados do censo da educação básica, registrados nas Sinopses Estatísticas disponíveis na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que é o órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelas estatísticas educacionais. O aumento das matrículas nestes cursos, entre 2004 e 2009, tomadas a valor de face, é assim dividido: de 49,55% na estadual e 45,22% na rede privada. Isso sugere que a expansão do número de escolas técnicas federais seja o principal fator responsável pelo aumento da frequência nos cursos de qualificação profissional. Convém ressaltar que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi lançado em 2010, portanto, além do período aqui analisado (ver conclusão).

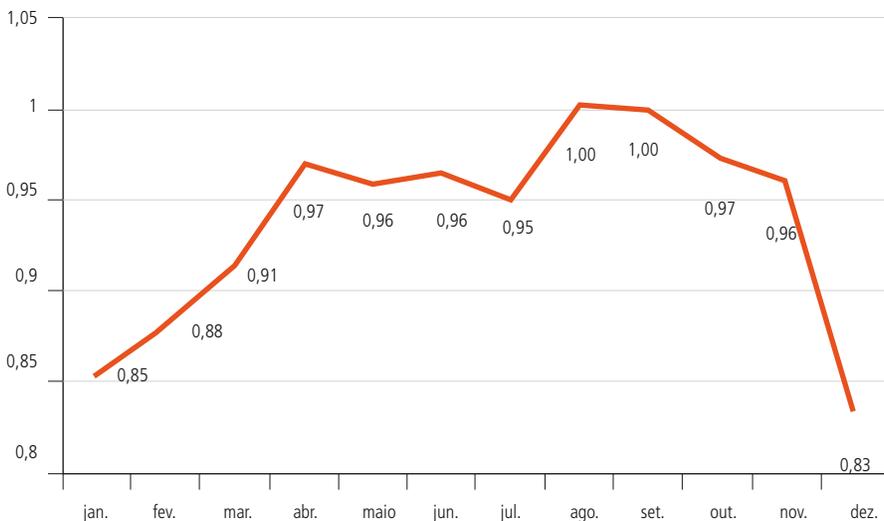
6. Não há neste estudo uma análise da qualidade do ensino profissionalizante oferecido, pois ainda não existe aferição sistemática da qualidade da educação profissional como é realizado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e pela Prova Brasil, na educação regular.

A seguir, no gráfico 6, apresenta-se o resultado mensal de frequência a cursos profissionalizantes, a fim de verificar a existência de sazonalidades e medi-las. Agosto e setembro são os meses com maior índice de acesso a cursos desse tipo, com taxa de frequência de 3% para indivíduos entre 15 e 29 anos. Considerando a população como um todo, incluindo aqueles que frequentam e também os que já frequentaram algum curso, a taxa é de aproximadamente 20,35%.

GRÁFICO 6

Padrões sazonais dos cursos de qualificação profissional (15 a 29 anos)

Frequência relativa (máximo = 1)



Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

3.2 Determinantes objetivos da frequência

Inicialmente será analisado um modelo de demanda dos jovens por educação profissional, de forma a avaliar as correlações parciais das variáveis com a demanda corrente por cursos profissionalizantes.

O tipo de regressão utilizado nos simuladores, assim como para determinar as diferenças em diferenças, é o da regressão logística, método empregado para estudar variáveis *dummies* – aquelas compostas apenas por duas opções de eventos, como “sim” ou “não”. Por exemplo:

Seja Y uma variável aleatória *dummy* definida como:

$$Y = \begin{cases} 1 & \text{se a pessoa frequenta} \\ 0 & \text{se a pessoa não frequenta} \end{cases} \quad (1)$$

em que cada Y_i tem distribuição de Bernoulli, cuja função de distribuição de probabilidade é dada por:

$$P(y | p) = p^y (1 - p)^{1-y} \quad (2)$$

na qual y identifica o evento ocorrido e p é a probabilidade de sucesso de ocorrência do evento.

Como se trata de uma sequência de eventos com distribuição de Bernoulli, a soma do número de sucessos ou fracassos neste experimento tem distribuição binomial de parâmetros n (número de observações) e p (probabilidade de sucesso). A função de distribuição de probabilidade da binomial é dada por:

$$P(y | n, p) = \binom{n}{y} p^y (1 - p)^{n-y} \quad (3)$$

A transformação logística pode ser interpretada como o logaritmo da razão de probabilidades sucesso *versus* fracasso, no qual a regressão logística dá uma ideia do risco de uma pessoa frequentar, dado o efeito de algumas variáveis explicativas que serão introduzidas mais à frente.

A função de ligação deste modelo linear generalizado é dada pela seguinte equação:

$$\eta_i = \log \left(\frac{p_i}{1 - p_i} \right) = \sum_{k=0}^K \beta_k x_{ik} \quad (4)$$

onde a probabilidade p_i é dada por:

$$p_i = \frac{\exp\left(\sum_{k=0}^K \beta_k x_{ik}\right)}{1 + \exp\left(\sum_{k=0}^K \beta_k x_{ik}\right)} \quad (5)$$

Isso permite isolar o efeito de dimensões específicas da vida das pessoas. Por exemplo, imagina-se, pelo menos inicialmente, que maior renda e maior escolaridade regular ampliam a demanda dos jovens por cursos de educação profissional. A literatura de retornos de educação informa que a renda sobe com a escolaridade, de forma que se torna importante distinguir os dois efeitos. Num modelo multivariado, procurou-se determinar os efeitos de cada variável à parte, mantendo as demais constantes.

O modelo estimado a partir da PME (tabela 1), em consonância com o modelo estimado para a PNAD, que será visto adiante, demonstra que a nova demanda por educação profissional é mais jovem mesmo entre os jovens (pessoas de 15 a 19 anos apresentaram chances⁷ 125% maiores que pessoas de 20 a 29 anos de frequentar os cursos); menos masculina (rapazes com chances de frequentar cursos 9% menores que moças); mais negra (pretos com chances de frequentar cursos 3% maiores que brancos); e menos do núcleo que da periferia metropolitana (chances 16% menores). Ou seja, a demanda está associada com grupos tradicionalmente excluídos de pessoas como jovens, mulheres ou negros da periferia das grandes cidades.

7. A razão de vantagens, ou razão condicional de chances, difere da probabilidade. Por exemplo: se um cavalo tem 50% de probabilidade de vencer uma corrida, sua razão condicional é de 1 em relação aos outros cavalos, isto é, sua chance de vencer é de um para um. O conceito de razão condicional é de extrema importância para a compreensão deste trabalho: se for maior que 1, indica que é maior a chance de sucesso em relação à variável estudada; se for menos que 1, indica o oposto.

TABELA 1
Regressão logística: frequenta curso de qualificação (15 a 29 anos)

| Parâmetro | Categoria | Estimativa | Erro-padrão | Qui-quadrado | Sig. | Razão condicional |
|----------------|--|------------|-------------|--------------|------|-------------------|
| Intercepto | | -6.7527 | 0.0861 | 6154.11 | ** | . |
| RRDPCHb | Renda <i>per capita</i> | 11.2343 | 0.7400 | 230.48 | ** | 75684.84 |
| RRDPCHb2 | Renda <i>per capita</i> ao quadrado | -0.0005 | 0.0001 | 31.66 | ** | 1.00 |
| Sexo | Homem | -0.0920 | 0.0075 | 150.06 | ** | 0.91 |
| Sexo | Mulher | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| Cor | Amarela | 0.0029 | 0.0574 | 0.00 | | 1.00 |
| Cor | Branca | -0.0348 | 0.0142 | 6.04 | ** | 0.97 |
| Cor | Indígena | -0.0131 | 0.1163 | 0.01 | | 0.99 |
| Cor | Parda | -0.0490 | 0.0142 | 11.93 | ** | 0.95 |
| Cor | Preta | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| Fxage | 15 a 19 | 0.8121 | 0.0254 | 1019.67 | ** | 2.25 |
| Fxage | 20 a 24 | 0.3078 | 0.0259 | 141.42 | ** | 1.36 |
| Fxage | z25 a 29 | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| Anos de estudo | 11 ou mais anos de estudo | 2.2804 | 0.0805 | 801.59 | ** | 9.78 |
| Anos de estudo | De 1 a 3 anos de estudo | 0.0511 | 0.1003 | 0.26 | | 1.05 |
| Anos de estudo | De 4 a 7 anos de estudo | 0.7435 | 0.0815 | 83.15 | ** | 2.10 |
| Anos de estudo | De 8 a 10 anos de estudo | 1.8163 | 0.0806 | 507.97 | ** | 6.15 |
| Anos de estudo | Menores de 10 anos de idade | -0.7980 | 0.5837 | 1.87 | | 0.45 |
| Anos de estudo | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| CFAM | Agregado | 0.2396 | 0.0624 | 14.75 | ** | 1.27 |
| CFAM | Cônjuge | -0.1181 | 0.0193 | 37.54 | ** | 0.89 |
| CFAM | Empregado doméstico | -13.6176 | 2371.444 | 0.00 | | 0.00 |
| CFAM | Filho | 0.5567 | 0.0148 | 1421.35 | ** | 1.74 |
| CFAM | Outro parente | 0.3645 | 0.0194 | 353.73 | ** | 1.44 |
| CFAM | Parente do empregado doméstico | -12.6230 | 4171.737 | 0.00 | | 0.00 |
| CFAM | Pensionista | -13.5390 | 1171.424 | 0.00 | | 0.00 |
| CFAM | Principal responsável | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| NPES2 | 1 morador | 0.4194 | 0.0192 | 476.65 | ** | 1.52 |
| NPES2 | 2 moradores | 0.2891 | 0.0162 | 317.37 | ** | 1.34 |
| NPES2 | 3 moradores | 0.2359 | 0.0168 | 196.94 | ** | 1.27 |
| NPES2 | 4 moradores | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| REG | Belo Horizonte | 0.2199 | 0.0109 | 404.06 | ** | 1.25 |
| REG | Porto Alegre | 0.3179 | 0.0119 | 717.17 | ** | 1.37 |

(Continua)

(Continuação)

| Parâmetro | Categoria | Estimativa | Erro-padrão | Qui-quadrado | Sig. | Razão condicional |
|-----------------|---------------------|------------|-------------|--------------|------|-------------------|
| REG | Recife | 0.0045 | 0.0133 | 0.12 | | 1.00 |
| REG | Rio de Janeiro | -0.1031 | 0.0127 | 66.33 | ** | 0.90 |
| REG | Salvador | -0.1828 | 0.0150 | 149.40 | ** | 0.83 |
| REG | zSão Paulo | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| Capital | Sim | -0.1782 | 0.0077 | 535.60 | ** | 0.84 |
| Capital | Não (periferia) | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| Temporal1 | Mar./2004-fev./2006 | 0.1414 | 0.0278 | 25.86 | ** | 1.15 |
| Temporal1 | Mar./2006-fev./2008 | 0.3164 | 0.0262 | 145.75 | ** | 1.37 |
| Temporal1 | Mar./2008-set./2010 | 0.3988 | 0.0246 | 263.46 | ** | 1.49 |
| Temporal1 | Mar./2002-fev./2004 | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| Fxage*Temporal1 | 15 a 19 | 0.0648 | 0.0329 | 3.88 | ** | 1.07 |
| Fxage*Temporal1 | 15 a 19 | 0.2293 | 0.0309 | 54.88 | ** | 1.26 |
| Fxage*Temporal1 | 15 a 19 | 0.2088 | 0.0291 | 51.32 | ** | 1.23 |
| Fxage*Temporal1 | 15 a 19 | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| Fxage*Temporal1 | 20 a 24 | -0.0913 | 0.0346 | 6.98 | ** | 0.91 |
| Fxage*Temporal1 | 20 a 24 | -0.0773 | 0.0327 | 5.57 | ** | 0.93 |
| Fxage*Temporal1 | 20 a 24 | -0.1491 | 0.0308 | 23.39 | ** | 0.86 |
| Fxage*Temporal1 | 20 a 24 | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| Fxage*Temporal1 | z25 a 29 | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| Fxage*Temporal1 | z25 a 29 | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| Fxage*Temporal1 | z25 a 29 | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |
| Fxage*Temporal1 | z25 a 29 | 0.0000 | 0.0000 | . | | 1.00 |

Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

Já o impacto da renda familiar sobre a frequência em cursos profissionalizantes é positivo, mas decrescente à medida que a renda sobe; pessoas com pelo menos o ensino médio completo, com mais de onze anos de estudo, apresentaram chances de frequentar os cursos 878% maiores que as sem instrução; pessoas que moram em famílias menores apresentaram chances 52% maiores de frequentar os cursos que pessoas que vivem em famílias de pelo menos quatro pessoas; filhos apresentaram chances 74% maiores do que as pessoas de referência ou chefes do domicílio – note que já levando em conta a idade dos jovens.

Os locais onde a demanda por cursos profissionalizantes dos jovens tem sido mais alta são as cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre (chances

25% e 37% maiores que da Grande São Paulo), e mais baixa nas cidades nordestinas como Recife e Salvador (chances 7% e 6% menores que da Grande São Paulo) ou do Grande Rio (chances 10% menores que da Grande São Paulo).

A demanda tem crescido ao longo do tempo em relação ao período-base de março de 2002 a março de 2004, sendo as chances de frequentar os cursos profissionalizantes no último período de março de 2008 a setembro de 2010, 49% maiores. O grande salto se deu nos anos intermediários de 2004 a 2008.

3.3 Diferença em diferença

Para captar a natureza da nova demanda por educação profissional, serão realizados exercícios de diferença em diferença em relação a outros atributos sociodemográficos.

BOX 1

Estimador de diferença em diferença: exemplo de metodologia aplicada a dois períodos distintos

Em economia, muitas pesquisas são feitas analisando os chamados experimentos. Para analisar um experimento natural sempre é preciso ter um grupo de controle, isto é, que não foi afetado pela mudança, e um grupo de tratamento, que foi afetado pelo evento, ambos com características semelhantes. Para estudar as diferenças entre os dois grupos são necessários dados de antes e de depois do evento para os dois grupos. Assim, a amostra está dividida em quatro grupos: o grupo de controle de antes da mudança, o grupo de controle de depois da mudança, o grupo de tratamento de antes da mudança e o grupo de tratamento de depois da mudança.

A diferença entre a diferença verificada entre os dois períodos, entre cada um dos grupos é a diferença em diferença, representada com a seguinte equação:

$$g_3 = (y_2; b - y_2; a) - (y_1; b - y_1; a)$$

em que cada Y representa a média da variável estudada para cada ano e grupo, com o número subscrito representando o período da amostra (1 para antes da mudança e 2 para depois da mudança) e a letra representando o grupo ao qual o dado pertence (A para o grupo de controle e B para o grupo de tratamento). E g_3 é a estimativa a partir da diferença em diferença. Uma vez obtido o g_3 , determina-se o impacto do experimento natural sobre a variável que se quer explicar.

Elaboração do autor.

A fim de testar quais grupos da população mais avançaram em termos de acesso aos cursos profissionalizantes, será apresentada a seguir uma análise controlada da questão. Foi aplicado um exercício de diferenças em diferenças, onde se interagiu a variável tempo com diferentes características socioespaciais da população.

Neste modelo inicial apresenta-se a interação da variável idade com o tempo, cuja especificação formal será apresentada adiante. Os resultados demonstram que, além de maior frequência dos jovens de 15 a 19 anos para todo o período 2002 a 2010, houve um incremento diferencial das chances de frequência deste grupo em relação ao grupo-base de comparação ao longo do tempo. As chances de frequentar os cursos profissionalizantes no último período de março de 2008 a setembro de 2010 do grupo de 15 a 25 anos cresceu 23% mais que a do grupo de 25 a 29 anos (a base de comparação escolhida). Na comparação similar com aqueles de 20 a 24 anos, nota-se um decréscimo de 14% em relação à base de comparação. Nesse sentido, mais do que uma onda jovem tem-se uma onda adolescente na educação profissional.

3.4 Capitais *versus* periferias

No modelo básico estimado, observou-se que as chances controladas de acesso a cursos profissionalizantes nas capitais foi menor (0,75) que nas periferias metropolitanas, talvez pela maior falta de interesse dos jovens nessas regiões, conforme outros resultados aferidos. Usando o modelo de diferença em diferença, buscou-se estimar se o aumento relativo da capital foi maior que o da periferia. Analisados pela interação desta variável geográfica com a temporal, verificou-se que: o ganho relativo das capitais ocorreu entre março de 2004 e fevereiro de 2006, com chances 8% maiores; e no último período (pós-março de 2008), quando as chances relativas das capitais frente às periferias aumentaram 13%, tomando-se o período inicial (até fevereiro de 2004) como base. Olhando para o grupo populacional em idade ativa como um todo, o avanço da capital só ocorre no último período.

3.5 Mudanças nas metrópoles

Antes de empreender uma análise de diferença em diferença que permitisse testar estatisticamente hipóteses sobre a *performance* relativa de cada metrópole analisada, realizou-se uma descrição simples das séries de cada uma das seis RMs, as principais do país, conforme mostram os gráficos a seguir. Observamos um aumento na taxa de frequência de março de 2002 a setembro de 2010, com exceção do Rio de Janeiro (gráficos 10A e 10B) e de Recife (gráficos 7A e 7B). Esses estados tiveram uma queda na taxa nesse período, sendo que a pior situação foi a do Rio que, em março de 2002, tinha 25,86% de taxa de frequência e chegou ao patamar de 17,79% em setembro de 2010,

uma queda de pouco mais de 31% na taxa de atendimento nesse período. Já em Recife a queda na taxa de frequência foi bem mais tênue, partindo de 20,63% em março de 2002 e chegando a 19,83% em setembro de 2010. No contrapé do Rio de Janeiro e Recife está a região de Belo Horizonte (gráficos 9A e 9B), que apresentou o maior aumento na taxa de frequência no período, partindo de 15,34% no início e alcançando 36,70% no final do período, um aumento de cerca de 140% na taxa de frequência.

GRÁFICO 7A

Recife: frequenta curso de qualificação profissional (10 anos ou mais)
(Em %)

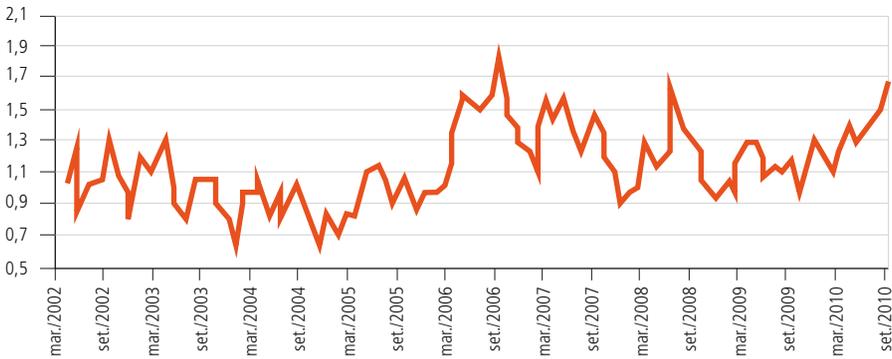
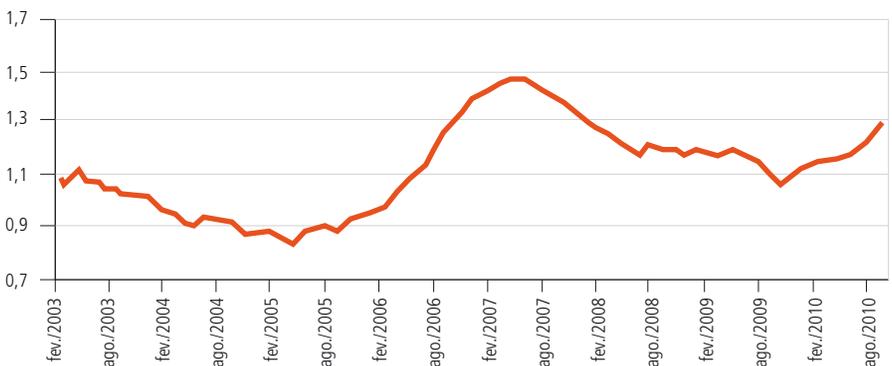


GRÁFICO 7B

Média móvel de doze meses
(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

Em São Paulo (gráficos 11A e 11B), o crescimento da taxa de frequência também se deu, assim como em Belo Horizonte, de maneira bastante substancial, partindo de 12,02% e chegando a 25,37% no final do período, tendo o segundo maior aumento no período, com pouco mais de 111%. Salvador (gráficos 8A e 8B) e Porto Alegre (gráficos 12A e 12B) também tiveram crescimento da taxa de frequência, sendo que, partindo, respectivamente, de 14,11% e 22,53%, alcançaram o patamar de 25,64% e 28,07% no final do período.

GRÁFICO 8A

Salvador: frequenta curso de qualificação profissional (10 anos ou mais)
(Em %)

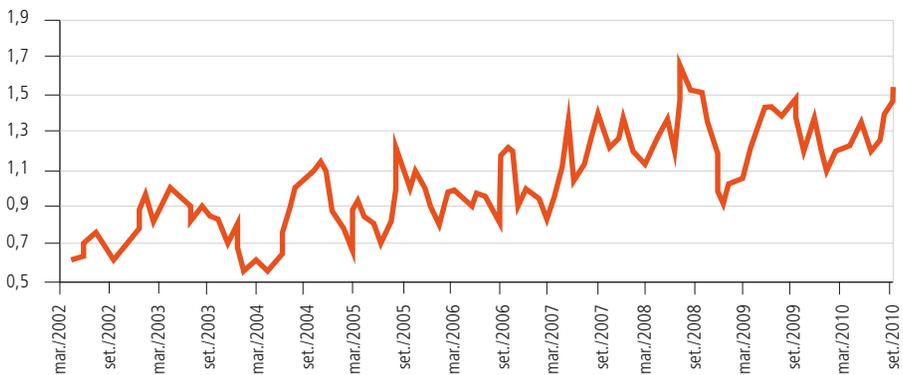


GRÁFICO 8B

Média móvel de doze meses
(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

GRÁFICO 9A
Belo Horizonte: frequenta curso de qualificação profissional (10 anos ou mais)
 (Em %)



GRÁFICO 9B
Média móvel de doze meses
 (Em %)



Fonte: PME/IBGE.
 Elaboração do autor.

GRÁFICO 10A

Rio de Janeiro: frequenta curso de qualificação profissional (10 anos ou mais)

(Em %)

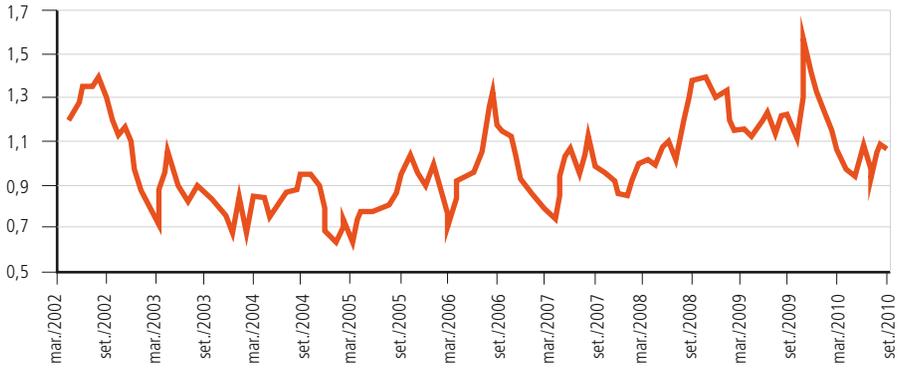
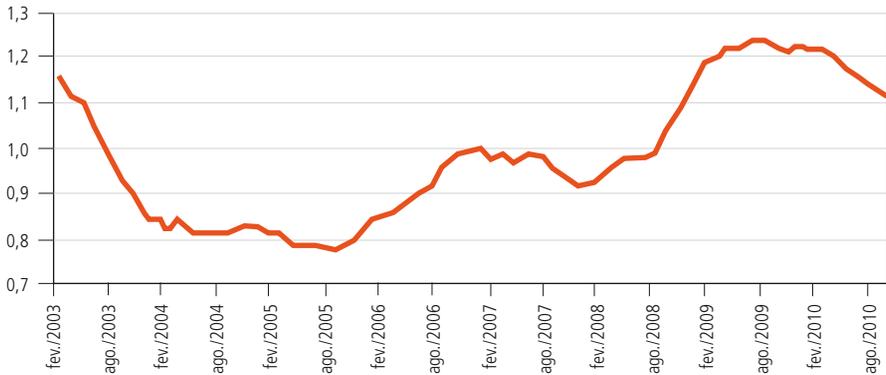


GRÁFICO 10B

Média móvel de doze meses

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

GRÁFICO 11A
São Paulo: frequenta curso de qualificação profissional (10 anos ou mais)
 (Em %)

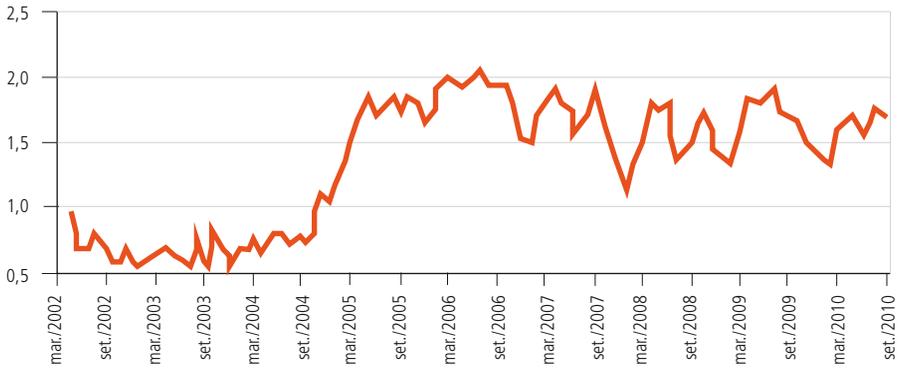
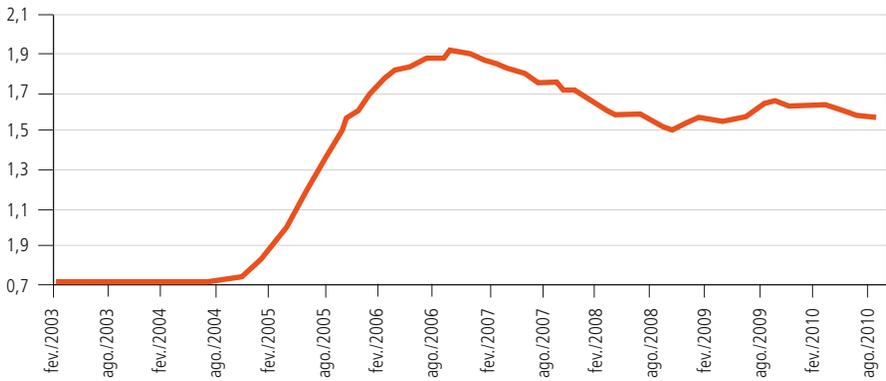


GRÁFICO 11B
Média móvel de doze meses
 (Em %)



Fonte: PME/IBGE.
 Elaboração do autor.

GRÁFICO 12A

Porto Alegre: frequenta curso de qualificação profissional (10 anos ou mais)
(Em %)

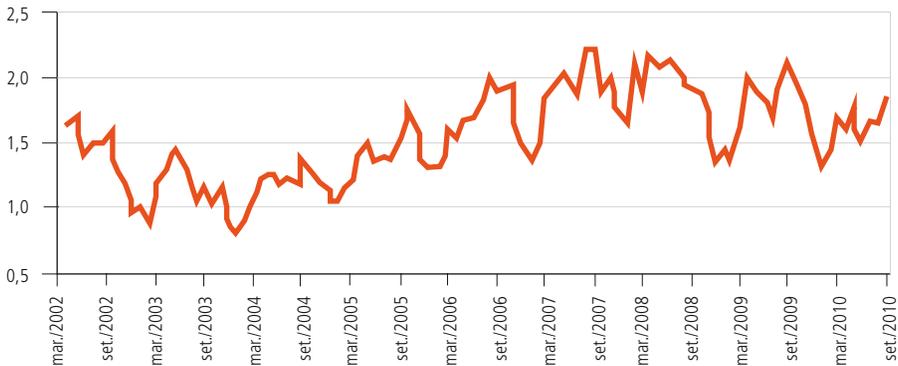
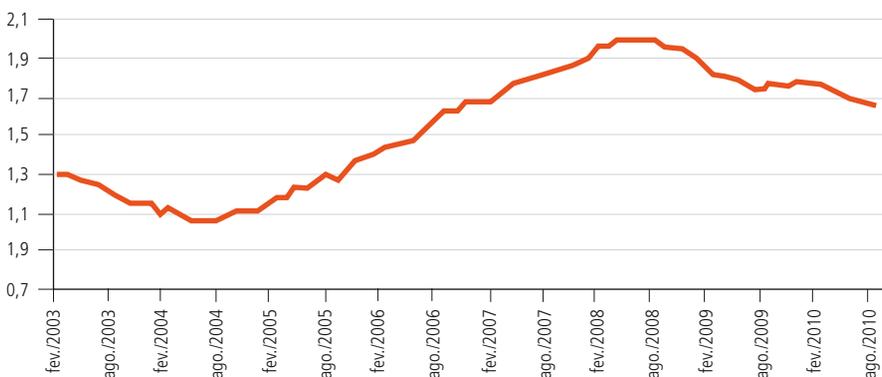


GRÁFICO 12B

Média móvel de doze meses
(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

3.6 Regiões metropolitanas

Tomando São Paulo como base, observaram-se chances controladas de acesso maiores em todas as demais metrópoles (tabela 2). Porto Alegre foi a que mais se destacou, com chances 98% maiores que a base. Com aumento controlado nos três períodos captados pela variável de tempo (razão de chances maior que 1), é importante saber como isso se refletiu nas regiões. Olhando nessa perspectiva temporal, é possível notar o avanço são-paulino, que teve o maior ganho relativo do período. Já os fluminenses apresentaram o menor avanço.

TABELA 2
Modelo logístico: frequenta curso de qualificação profissional

| Parâmetro | Categoria | 15 a 29 anos | | 10 anos ou mais | |
|---------------|----------------------|--------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| | | Sig. | Razão condicional | Sig. | Razão condicional |
| REG | Belo Horizonte | ** | 1.5482 | ** | 1.6271 |
| REG | Porto Alegre | ** | 2.1423 | ** | 1.9836 |
| REG | Recife | ** | 1.7758 | ** | 1.7576 |
| REG | Rio de Janeiro | ** | 1.7442 | ** | 1.7677 |
| REG | Salvador | | 1.0694 | ** | 1.231 |
| REG | zSão Paulo | | 1 | | 1 |
| TEMPORAL1 | Mar./2004-fev./2006 | ** | 1.8959 | ** | 1.9642 |
| TEMPORAL1 | Mar./2006-fev./2008 | ** | 2.3084 | ** | 2.5715 |
| TEMPORAL1 | Mar./2008-set./2010 | ** | 2.0917 | ** | 2.3215 |
| TEMPORAL1 | ZMar./2002-fev./2004 | | 1 | | 1 |
| REG*TEMPORAL1 | Belo Horizonte | ** | 0.6307 | ** | 0.6051 |
| REG*TEMPORAL1 | Belo Horizonte | ** | 0.7405 | ** | 0.7238 |
| REG*TEMPORAL1 | Belo Horizonte | | 0.9404 | ** | 0.9241 |
| REG*TEMPORAL1 | Belo Horizonte | | 1 | | 1 |
| REG*TEMPORAL1 | Porto Alegre | ** | 0.5639 | ** | 0.5484 |
| REG*TEMPORAL1 | Porto Alegre | ** | 0.6195 | ** | 0.5816 |
| REG*TEMPORAL1 | Porto Alegre | ** | 0.665 | ** | 0.6264 |
| REG*TEMPORAL1 | Porto Alegre | | 1 | | 1 |
| REG*TEMPORAL1 | Recife | ** | 0.4444 | ** | 0.4394 |
| REG*TEMPORAL1 | Recife | ** | 0.5454 | ** | 0.4924 |
| REG*TEMPORAL1 | Recife | ** | 0.5356 | ** | 0.4745 |
| REG*TEMPORAL1 | Recife | | 1 | | 1 |
| REG*TEMPORAL1 | Rio de Janeiro | ** | 0.4175 | ** | 0.4139 |
| REG*TEMPORAL1 | Rio de Janeiro | ** | 0.3912 | ** | 0.3516 |
| REG*TEMPORAL1 | Rio de Janeiro | ** | 0.5514 | ** | 0.4763 |
| REG*TEMPORAL1 | Rio de Janeiro | | 1 | | 1 |
| REG*TEMPORAL1 | Salvador | ** | 0.6106 | ** | 0.5611 |
| REG*TEMPORAL1 | Salvador | ** | 0.6019 | ** | 0.518 |
| REG*TEMPORAL1 | Salvador | ** | 0.883 | ** | 0.6812 |
| REG*TEMPORAL1 | Salvador | | 1 | | 1 |
| REG*TEMPORAL1 | zSão Paulo | | 1 | | 1 |
| REG*TEMPORAL1 | zSão Paulo | | 1 | | 1 |
| REG*TEMPORAL1 | zSão Paulo | | 1 | | 1 |
| REG*TEMPORAL1 | zSão Paulo | | 1 | | 1 |

Fonte: PME/IBGE.

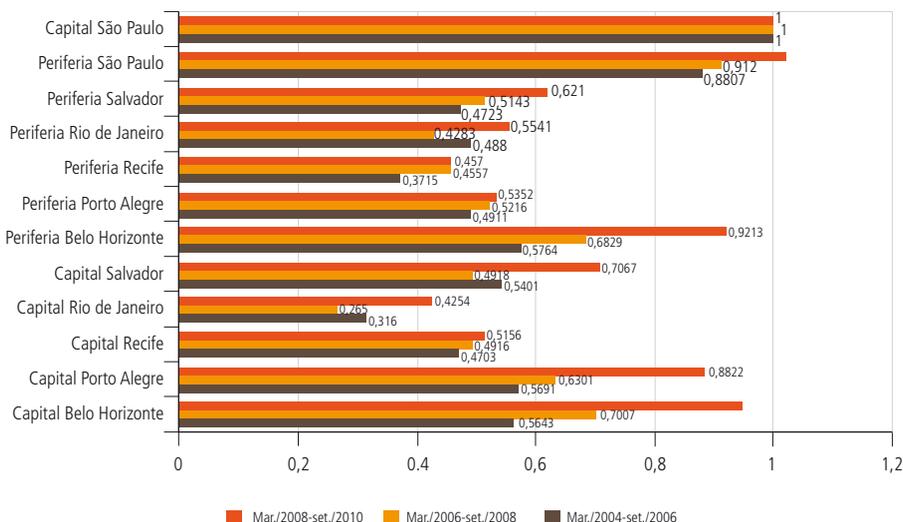
Elaboração do autor.

3.7 Capitais e periferias específicas

A abertura de capital e periferia metropolitana revela salto inicial do município de São Paulo já em 2004, seguido de recuperação parcial das demais unidades ao longo do tempo. A única que ultrapassa o salto da capital paulista é a sua periferia (gráfico 13).

GRÁFICO 13

Diferença em diferença: razão de chances condicionais – capitais e periferias



Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

Com relação à demanda efetiva por educação profissional, observa-se o papel pioneiro da Grande São Paulo, onde a onda de educação profissional sobe antes, seguida das demais. Apesar de um efeito *catching up* das demais regiões onde a onda sobe depois, há algum refluxo das séries paulistanas. Em suma, os dados da PME permitem localizar o pico do *boom* profissionalizante como incidente entre jovens de 15 a 19 anos, cursos de nível médio e, na sua cronologia, partindo inicialmente do município de São Paulo a partir de 2004.

4 CICLO DE VIDA E A DEMANDA POR EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Os microdados do Suplemento de 2007 da PNAD/IBGE permitem enxergar os detalhes dos cursos profissionalizantes e de sua clientela, isto após a ocorrência da onda jovem do ensino técnico detalhada anteriormente. Buscou-se, nesta seção, analisar os determinantes objetivos abertos por faixa etária, para, na seção seguinte, tratar de elementos subjetivos da demanda por cursos profissionais.

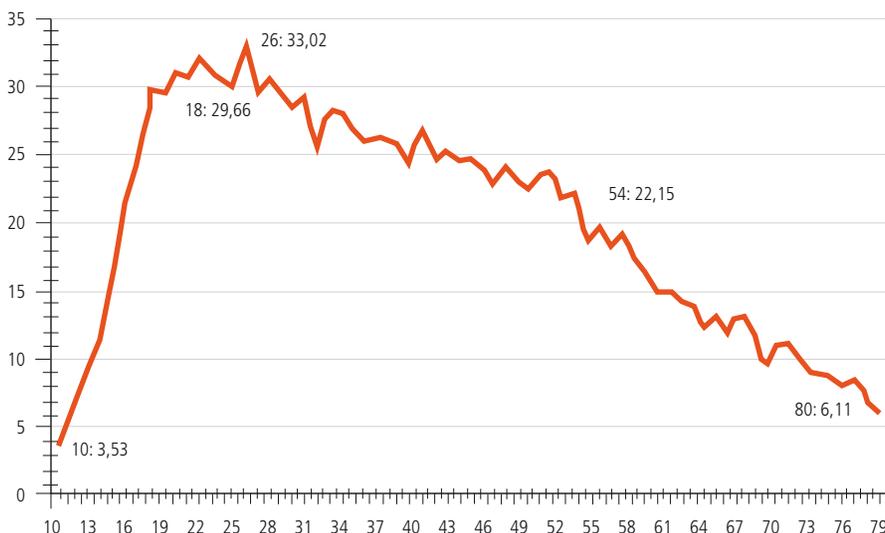
4.1 Demanda pregressa por cursos profissionalizantes

A PNAD indica que apenas 22,5% dos quase 155 milhões de indivíduos com 10 anos ou mais de idade já frequentaram um curso de educação profissional (gráfico 14). Apesar de o estoque de oportunidades para quem já frequentou algum curso de educação profissional aumentar naturalmente com a idade, esta proporção cai quase monotonicamente depois dos 20 anos de idade, indicando expansão recente da educação profissional para as novas gerações.

GRÁFICO 14

Já frequentou curso de educação profissional, por idade

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

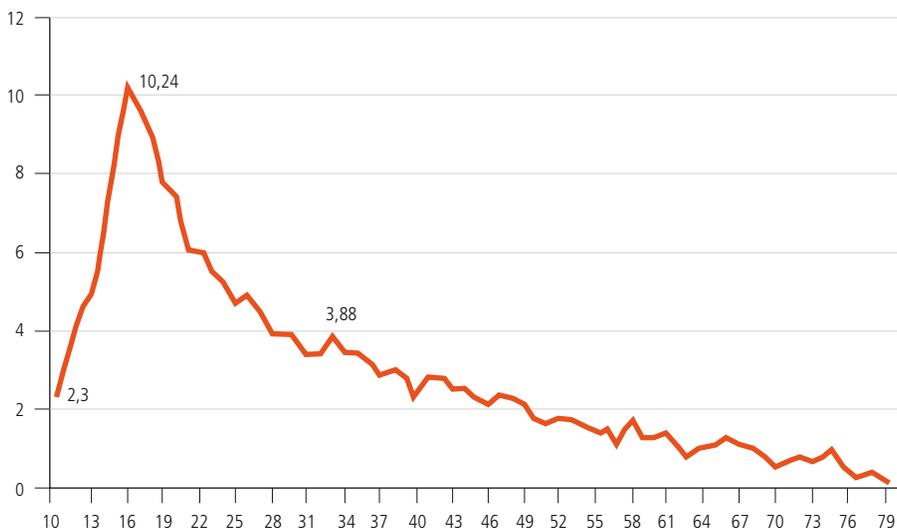
4.2 Demanda corrente por educação profissional

Aproximadamente 3,81% da população de 10 anos ou mais de idade frequentam alguma instituição de ensino profissional. A taxa de frequência corrente sobe rapidamente de 2,3% nos 10 anos de idade, atingindo o ápice de 10,24% aos 16 anos, pois os cursos guardam alguma limitação de conteúdo, caindo deste ponto até os 30 anos, quando atinge 3,88%, e mais lentamente deste ponto em diante, sendo praticamente zerada nos 80 anos. Isso ocorre em virtude de, ao avançar mais na idade, o indivíduo ter menos tempo para recuperar o custo financeiro e o esforço físico do investimento educacional atuando no mercado de trabalho (gráfico 15).

GRÁFICO 15

Frequenta curso de educação profissional, por idade

(Em %)



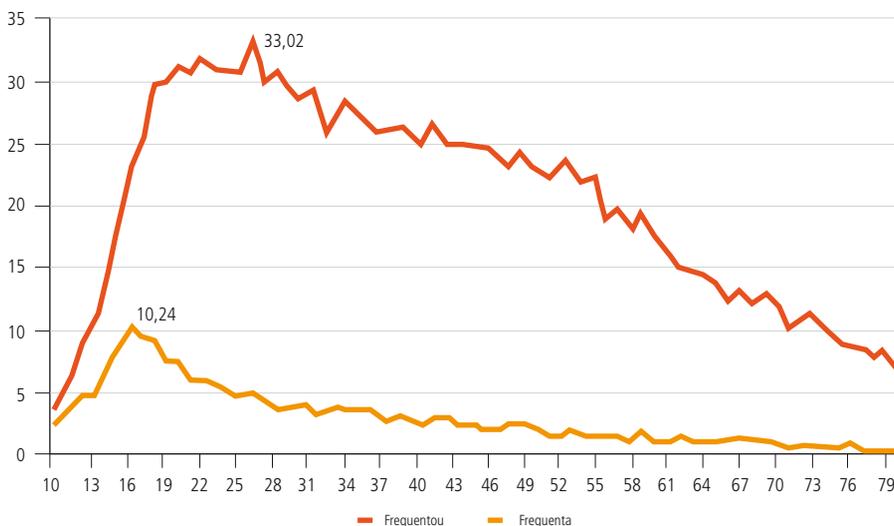
Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

A comparação dos dados relativos à demanda pregressa por educação profissional e à demanda corrente no momento da pesquisa (outubro de 2007) revela que as gerações mais novas tiveram um histórico de cursos profissionalizantes surpreendentemente alto (gráfico 16). O pico da demanda pregressa se dá aos 26 anos de idade com 33% das pessoas tendo frequentado tais cursos profissionalizantes. A curva dos que já frequentaram deveria crescer com a idade, num equilíbrio estacionário. Isto sugere a ocorrência

de uma forte mudança na prática destes cursos, nos últimos anos, vivida pela população mais jovem. Isto é, apesar de o estoque de oportunidades do indivíduo que já frequentou algum curso de educação profissional aumentar naturalmente com a idade, por força cumulativa do tempo, observa-se que esta proporção cai quase monotonicamente depois dos 20 anos de idade. Isto confirma na PNAD a onda jovem com educação profissional já observada na PME.

GRÁFICO 16

Já frequentou/frequenta cursos profissionalizantes, por idade

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

O aumento recente de cursos de qualificação na área de informática desempenha papel central para explicar o aumento da frequência da juventude nos cursos de educação profissional. Na população entre 15 e 19 anos de idade, os cursos de informática representam 62,26% dos cursos de qualificação profissional, que, por sua vez, correspondem a 79,32% dos três tipos de cursos de educação profissional. Na população entre 10 e 14 anos de idade, estes números são ainda mais expressivos: 74,6% dos cursos de qualificação são de informática e 99,5% dos cursos de educação profissional *lato sensu* são de qualificação profissional. A onda jovem decorrente de quem frequenta e de quem já frequentou estes cursos está assinalada nos gráficos 17A e 17B.

GRÁFICO 17

Importância dos cursos de informática na qualificação profissional, por idade

Em (%)

17A – Cursos de informática: população que frequenta (por idade)



17B – Cursos de informática: população que já frequentou (por idade)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

4.3 Demanda dos jovens por educação profissional

Na faixa etária considerada jovem pelas políticas públicas (entre 15 e 29 anos de idade), a taxa de frequência na educação profissional era 6,56% de um contingente de 48,6 milhões de jovens. Já em relação ao grupo de maiores de 30 anos, o que se pode enxergar, diferentemente do grupo anterior, é uma taxa de frequência muito menor – 2,2% das 89 milhões de pessoas nesta faixa etária. Isto ocorre porque esta faixa etária apresenta características de maior estabilidade profissional, de maiores demandas familiares e de menor

horizonte para recuperar o investimento realizado, conferindo ênfase maior ao trabalho do que ao estudo, mesmo que profissionalizante.

O primeiro grupo, caracterizado por pessoas de 15 a 29 anos, é de especial interesse, pois, nesta fase do ciclo de vida, o indivíduo dedica mais ênfase à formação. Este grupo etário representa 31,4% da população com mais de 10 anos e 54,1% da população que frequenta os cursos. O grupo complementar, de indivíduos maiores de 30 anos, está em grande parte focado na vida profissional.

Analisando a população jovem entre 15 e 29 anos de idade, observa-se que a proporção de indivíduos que frequentam alguma instituição de ensino profissional é de 6,5% dos cerca de 49 milhões de jovens, sendo assim consideravelmente maior que a taxa de 3,8% apresentada anteriormente sobre a população total (maiores de 10 anos). Isto se dá em virtude de este grupo ter um foco muito maior na educação profissional em relação ao grupo de 10 anos ou mais de idade.

Esta análise tem foco na comparação dos jovens com a população em idade ativa (PIA) como um todo, aprofundando o efeito de categorias diversas como sexo, classe econômica e Unidade da Federação (UF); com ênfase mais para fluxos (não frequência) e menos para estoques (nunca ter frequentado), junto com os motivos apresentados pelos entrevistados.

4.4 Gênero

Em relação à diferenciação entre os sexos, pode-se observar que o jovem frequenta menos o ensino profissionalizante do que a jovem: 6,2% para o homem e 6,9% para a mulher, o que pode implicar uma tendência futura de queda do diferencial de gênero nos salários.⁸ As razões para essa diferenciação se encontram nos motivos de demanda. Há maior desinteresse entre os homens (62,6% para eles, contra 60,3% para elas) e motivos de falta de renda entre elas (16,8% para eles, contra 18,4% para elas), ficando o grande grupo de motivos de demanda em posição similar.

8. O diferencial sem controles entre homens e mulheres é algo em torno de 25% a mais para os homens. Os cálculos feitos sobre os dados da PNAD sugerem que, entre 1999 e 2009, houve queda deste diferencial: enquanto a renda do trabalho das mulheres aumenta 45,5%, a dos homens sobe 19,8%.

Além da comparação entre os sexos, outro ponto importante é a análise da taxa de atendimento em relação à maternidade, isto é, se a mulher é mãe ou não. O que se pode enxergar é que a taxa de frequência entre as jovens com filhos é inferior à das que não possuem filhos, sendo as taxas de atendimento 3,9% e 8,8%, respectivamente. A mulher que já é mãe dispõe de um tempo muito menor para aplicar no estudo, pois tem que cuidar dos filhos. A relação da taxa de atendimento para o grupo de 30 anos ou mais, entre os grupos de mulheres que são mães e as que não são, é de 2,3% e 3,4%, respectivamente.

Similarmente, entre os jovens que possuem responsabilidade de chefes do domicílio, a taxa de frequência aos cursos é significativamente menor do que a daqueles que são filhos na estrutura domiciliar (4,16% contra 8,3%). As motivações para jovens chefes do domicílio que não frequentam os cursos são parecidas com as das jovens mães – baixa evasão por desinteresse (58,6%) e alta por falta de renda (18,8%) –, o que sugere problemática similar naqueles que fazem passagem para as responsabilidades da vida adulta mais rápida.

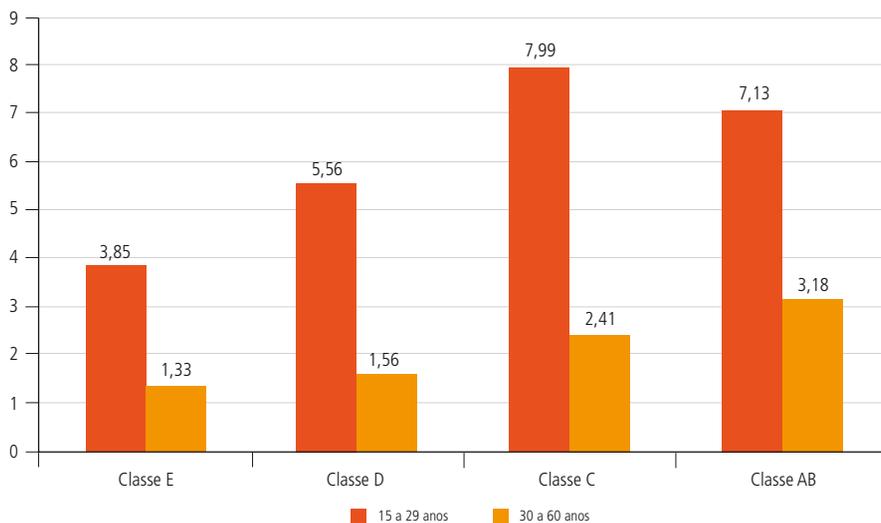
4.5 Renda

Pode-se verificar que, tanto em relação ao grupo de 15 a 29 anos quanto ao grupo de 30 anos ou mais, quanto mais alta é a classe econômica maior é a frequência no ensino profissionalizante (gráfico 18). A exceção é, entre os jovens, na passagem da classe C para a AB, onde há uma redução da frequência em tais cursos. Entre os jovens da classe C, chamada nova classe média, situa-se o pico da frequência em cursos profissionalizantes.

GRÁFICO 18

Frequenta curso de educação profissional, por classe econômica

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

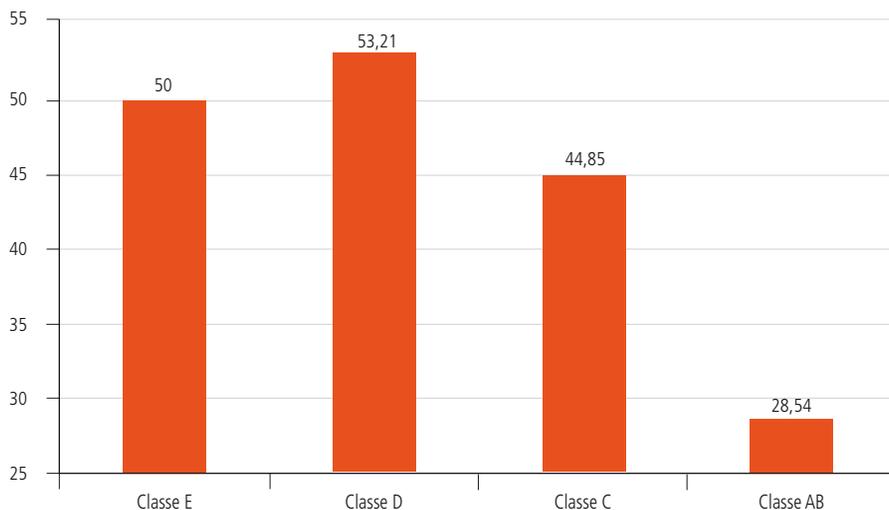
Elaboração do autor.

A relevância dos cursos de informática dentro dos de qualificação profissional e destes entre os de educação profissional sugere uma análise em separado (gráfico 19). Em particular, estes cursos correspondem a mais da metade dos cursos de qualificação nas classes E e D, 44,85% na classe C, caindo para 28,54% na classe AB. A queda da frequência da educação profissional na passagem da classe C para a classe AB irá se reduzir, se a análise for feita sem os cursos de qualificação em informática.

GRÁFICO 19

Cursos de informática: população que frequenta a qualificação

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

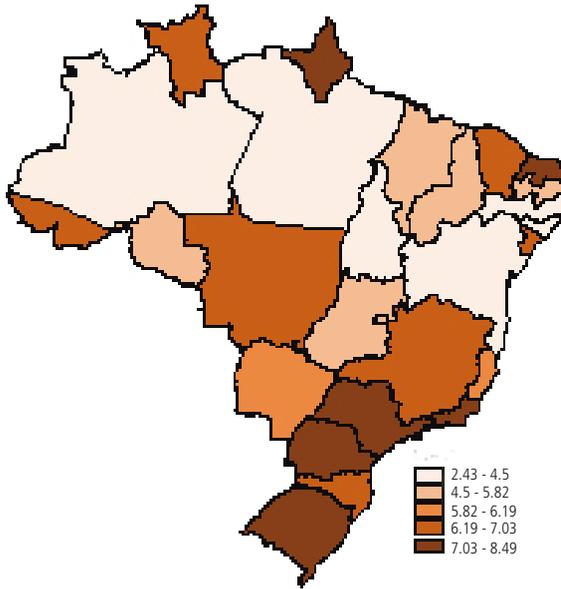
Elaboração do autor.

4.6 Rankings estaduais

Como pode ser visto na figura 1, o estado de São Paulo é o que apresenta maior proporção de alunos entre 15 e 29 anos matriculados no ensino profissional (8,49%), seguido de Amapá (8,34%) e Rio Grande do Sul (8,12%). Em posição oposta no ordenamento, encontram-se os estados de Alagoas (2,48%), Pernambuco (3,73%) e Bahia (3,93%).

FIGURA 1

UF: frequenta educação profissional (15 a 29 anos)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

4.7 Análise multivariada

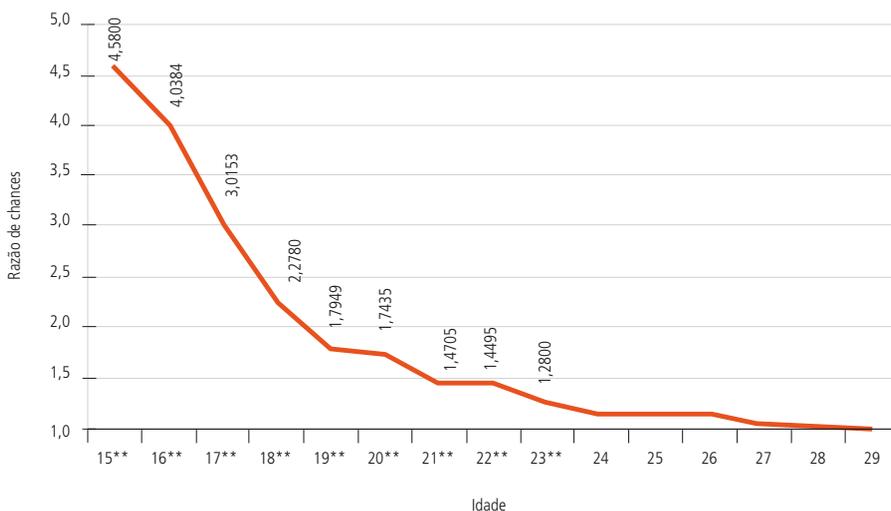
Na busca de um tipo de análise melhor controlada que a análise bivariada, criou-se uma série de regressões logísticas multivariadas. O objetivo foi captar o padrão de correlações parciais entre as variáveis de interesse e as variáveis explicativas. A primeira variável a ser mencionada é: frequentar educação profissional, restrita ao universo entre 15 e 29 anos.

A magnitude dos coeficientes da variável “gênero” indica que a chance controlada de um rapaz nessa idade frequentar um curso profissionalizante não foi estatisticamente diferente da das moças. O mesmo resultado foi encontrado para nativos e migrantes. Ou seja, comparando pessoas com características semelhantes, não se observou diferença de acesso por gênero ou imigração. Com relação à variável “raça”, observou-se, para os brancos,

chances de frequência reduzidas em 9%. Vale lembrar que a comparação aqui é entre brancos e não brancos com características iguais, incluindo os níveis de educação. Os dados não controlados apontam maior frequência dos brancos.

Quanto à análise da variável “idade”, que é central nesta pesquisa, plotaram-se as razões de chance num gráfico, a fim de melhor visualizar as trajetórias, e apenas os resultados dos coeficientes significativos foram apresentados (gráfico 20). Com valores acima de 1, observou-se que a chance controlada de acesso dos mais jovens é maior. Por exemplo: um jovem aos 15 anos tem 4,6 vezes mais chance de estar matriculado num curso profissionalizante do que outro aos 29 anos (com as mesmas características). O que se pode notar é que a chance vai caindo com a idade até os 23 anos, quando não se encontram mais diferenças significativas em relação à base (29 anos).

GRÁFICO 20

Regressão logística: frequente educação profissional (15 a 29 anos)

Fonte: PNAD/IBGE.

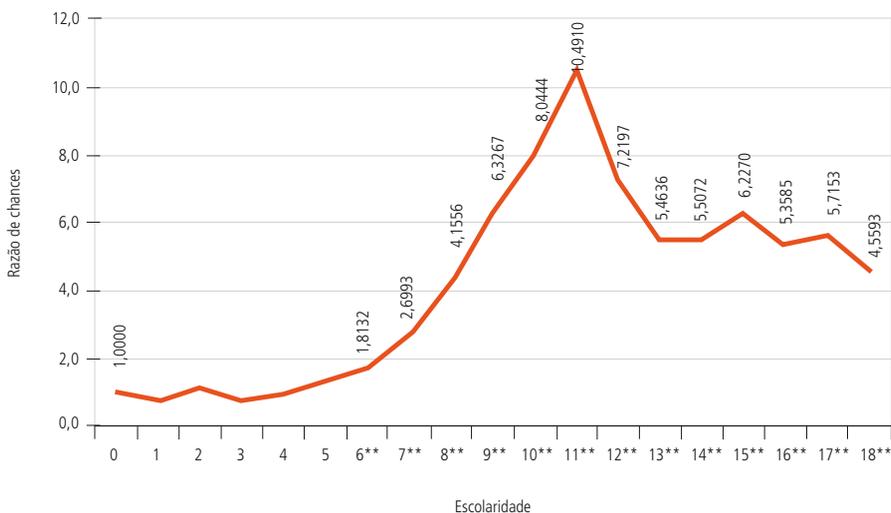
Elaboração do autor.

Obs.: **significância a 5%.

Existe forte complementaridade entre escolaridade regular e educação profissional em forma de sino, atingindo o ápice no nível médio de ensino,

conforme o gráfico 21. As chances de frequência profissionalizante assumem inicialmente valores crescentes à medida que se caminha para níveis mais altos de estudo, atingindo o pico aos onze anos de estudo (a chance é 10,5 vezes maior que a de analfabetos), para depois cair novamente, voltando aos dezoito anos de estudo as mesmas chances observadas aos oito anos de estudo.

GRÁFICO 21

Regressão logística: frequência profissionalizante (15 a 29 anos)

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: **significância a 5%.

Em relação às variáveis espaciais, o primeiro resultado encontrado é que os jovens das áreas urbanas são aqueles com mais chances de acesso à educação profissional (51% mais que na área rural). Nas metrópoles a chance é 36% maior. Dentro das cidades, não foram encontradas diferenças controladas entre a favela e o resto.

No *ranking* controlado de frequência a cursos de educação profissional, entre os coeficientes estatisticamente significativos, convém destacar que o jovem do Rio Grande do Norte é aquele com maior chance de acesso, 25% superior ao de São Paulo, seguido pelo Rio Grande do Sul (16% maior). No final do *ranking* está Alagoas, cujas chances de frequência são 65% menores que a base (estado de São Paulo).

5 AS DESMOTIVAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

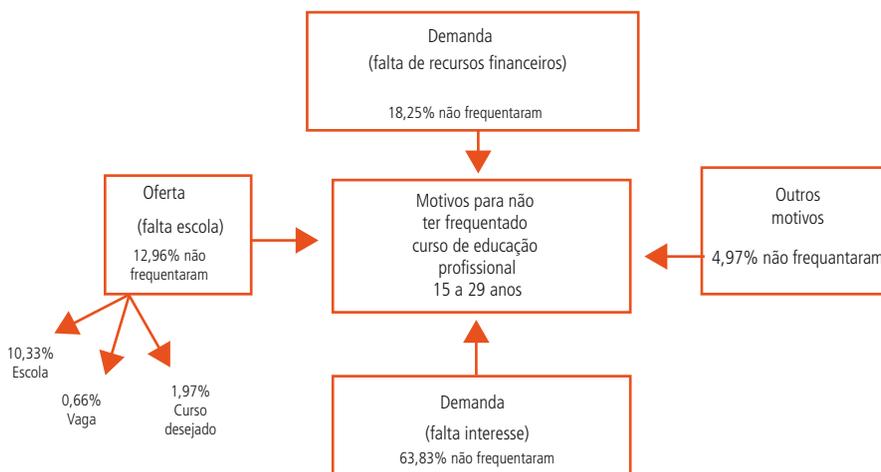
Esta parte da pesquisa busca os dilemas da educação profissional desde a perspectiva dos estudantes em potencial. O desafio proposto é enxergar com os olhos deles, por meio de bases de dados que examinam as suas motivações acerca do dilema de frequentar ou não frequentar esta modalidade de ensino e dos obstáculos encontrados ao longo do curso e entre o término do curso e sua aplicação ao mercado de trabalho.

5.1 Razões para não frequentar

Foram apresentadas evidências objetivas de alguns aspectos subjetivos associados à não opção pela educação profissional, aí entendido pelo histórico de nunca ter frequentado ou ter frequentado mas não concluído o curso, ou pelos motivos correntes para não optar por este caminho. Restringindo o foco ao último caso, o que se buscou foi saber por que a pessoa de determinada idade e educação não frequenta o curso profissional: por não ter condições econômicas ou simplesmente por não querer; ou, talvez, não por motivações de demanda e, sim, por não ter oferta acessível, por faltar curso na região ou vagas no curso desejado. Na figura 2, são apresentadas as motivações da falta de demanda pregressa dos jovens.

FIGURA 2

Educação profissional: motivos de nunca ter frequentado (15 a 29 anos)



71% entre 15 a 29 anos nunca frequentaram cursos de educação profissional

Fonte: PNAD/IBGE.

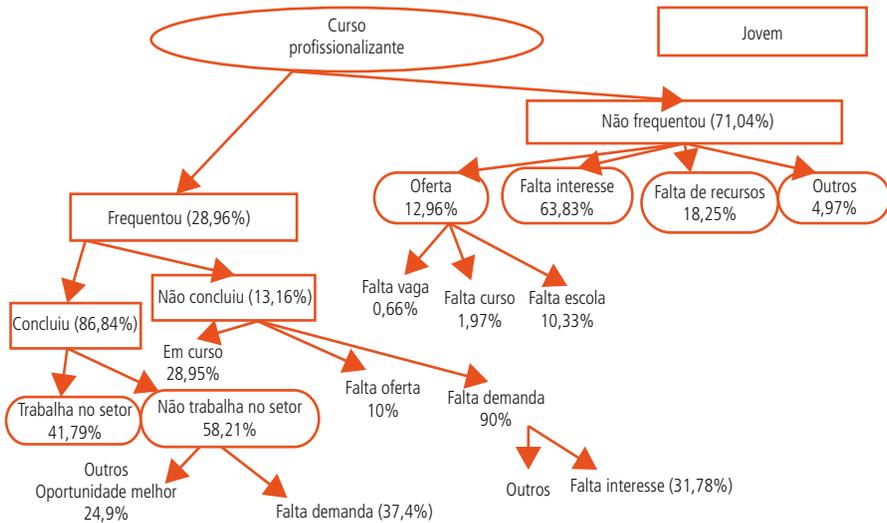
Elaboração do autor.

Na análise da demanda pregressa de cursos profissionalizantes, o primeiro dado a ser destacado é a queda de 77,5% para 71% da taxa daqueles que nunca frequentaram, quando se compara o segmento jovem com o total da população, uma vez que, pela trajetória do ciclo de vida, os mais velhos tiveram mais tempo para frequentar estes cursos. O principal motivo de as pessoas de todas as faixas etárias não frequentarem uma instituição de ensino profissional é a falta de demanda (83%). No caso dos jovens, este número é bastante similar (82,08%). A diferença está nas causas desta escassez de procura. A falta de interesse intrínseco responde por 68,8% das motivações das pessoas em geral e por 63,8% dos jovens. Em contrapartida, a falta de recursos financeiros atinge 14,2% das pessoas que não frequentaram cursos profissionalizantes contra 18,25% dos jovens, indicando a maior necessidade de bolsas de estudo para este último grupo. A abertura de novos cursos, novas vagas ou novas escolas impactariam a falta de oferta (12,96% dos jovens contra 10,47% do total).

Em termos da relação entre classe econômica e as motivações para a não frequência aos cursos de educação profissional entre os jovens, a principal diferença é o maior desinteresse das classes mais altas pelo ensino profissional (52,4% da classe E contra 82% na classe AB) e a menor importância da falta de renda (22,2% da classe E contra 3,65% na classe AB). Essa falta de interesse pode em alguma medida ser fruto do maior acesso a cursos de nível superior. Os fatores de demanda são menos importantes entre os pobres. Em contrapartida, os motivos de escassez de oferta perdem importância nas classes mais altas (18,95% da classe E contra 4,59% na classe AB).

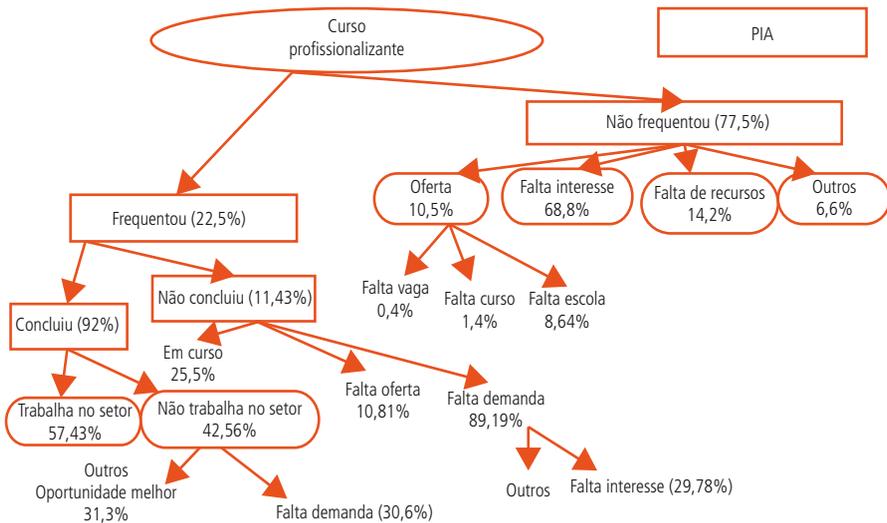
Serão apresentados a seguir dois quadros comparativos com uma exposição acerca da questão da educação profissional para jovens de 15 a 29 anos (figura 3) e para o conjunto da PIA (figura 4), abarcando o trinômio frequência-conclusão-trabalho.

FIGURA 3
Educação profissional: frequência-conclusão-trabalho (15 a 29 anos)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração do autor.

FIGURA 4
Educação profissional: frequência-conclusão-trabalho (PIA)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração do autor.

5.2 Razões para inconclusão dos cursos

Entre os 28,96% dos jovens que já frequentaram cursos, 87% concluíram os estudos; dos que não concluíram, 28,95% ainda estão no meio do curso, valor semelhante quando se considera a PIA. A razão para a não conclusão está relacionada, em sua maior parte, 90%, à falta de demanda e apenas 10% à falta de oferta – valores muito próximos aos encontrados na PIA (89,2% e 10,8%, respectivamente).

5.3 Razões para não trabalhar na área dos cursos

Entre os 87% dos jovens que cursaram e concluíram os cursos, uma menor parte (41,8%) trabalha no mesmo setor do curso, nível inferior aos 57,4% da PIA. Outro dado cumulativo que denota a maior dificuldade dos egressos jovens é que, nas justificativas dos que não trabalham na área do curso, 37,4% não o fazem por falta de demanda e 24,9% por terem outra oportunidade, contra 30,6% e 31,3% da PIA, respectivamente. Ou seja, os jovens além de se inserirem menos na área de curso, não o fazem mais por razões de falta de demanda do que pelo surgimento de melhores oportunidades em outras áreas.

6 CONCLUSÃO

Este capítulo identifica um salto na frequência de jovens na educação profissional entre 2004 e 2007 e discute seus determinantes objetivos. Posteriormente, estuda, a partir de perguntas qualitativas feitas depois da ocorrência desta onda jovem, as razões para a população nessa faixa etária não frequentar cursos profissionalizantes, para não os concluir quando ingressa e, entre os que concluem, para não trabalharem na área dos cursos. Serão apresentadas a seguir as principais conclusões deste estudo, bem como algumas extensões e propostas de política pública derivadas do processo.

6.1 Determinantes da onda jovem

O ponto de partida deste estudo foi o salto ocorrido na proporção de pessoas em idade ativa com cursos profissionalizantes. Segundo a PME, em maio de 2004, 13,4% dessas pessoas estariam frequentando ou já teriam frequentado cursos profissionalizantes, leia-se qualificação profissional, técnico de ensino médio, ou tecnólogo superior. Em setembro de 2010, este número passou a 24,6% – crescimento de 83%, com a quase totalidade do salto entre 2004

e 2007. O que este capítulo busca responder é o que gerou o aumento de 83% daqueles com cursos profissionalizantes.

Uma visão dos fluxos, isto é, a proporção das pessoas frequentando tais cursos, permite detectar as origens da mudança observada. Houve um marcado deslocamento da curva de frequência nos mais jovens. Subindo como uma onda no mar, passou de um pico, observado aos 16 anos, de 3% para 7%. Na população tecnicamente jovem aos olhos da política pública – aquela entre 15 e 29 anos –, a frequência nestes cursos sobe de 2,1% em março de 2002 para 3,7% em setembro de 2010.

6.2 Causas estáticas

O modelo de demanda corrente por cursos profissionalizantes de jovens permite isolar o papel de diferentes determinantes da fotografia da demanda. A procura por educação profissional é maior entre os mais jovens (os de 15 a 19 anos com chances 125% maiores que os de 20 a 29 anos); mais feminina (9% maiores); mais negra (3% maiores), menor na capital do que na periferia metropolitana (16% maiores). Ou seja, aqueles com cursos estão mais em grupos tidos como excluídos: mulheres, negros e jovens da periferia.

O impacto da renda familiar na demanda é positivo mas decrescente à medida que a renda sobe; ocorre mais em famílias menores que zelam melhor pela educação de seus filhos e mais em filhos do que em chefes do domicílio (chances 74% maiores).

Os locais da maior demanda por cursos profissionalizantes, tomando todo o período de 2002 a 2010, são a Grande Belo Horizonte e a Grande Porto Alegre, com chances 25% e 37% maiores que a Grande São Paulo, que, por sua vez, supera Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Vale notar que a comparação é entre jovens com atributos observáveis iguais em lugares diferentes. Por exemplo, levou-se em conta a menor escolaridade regular nas metrópoles nordestinas.

6.3 Mudanças

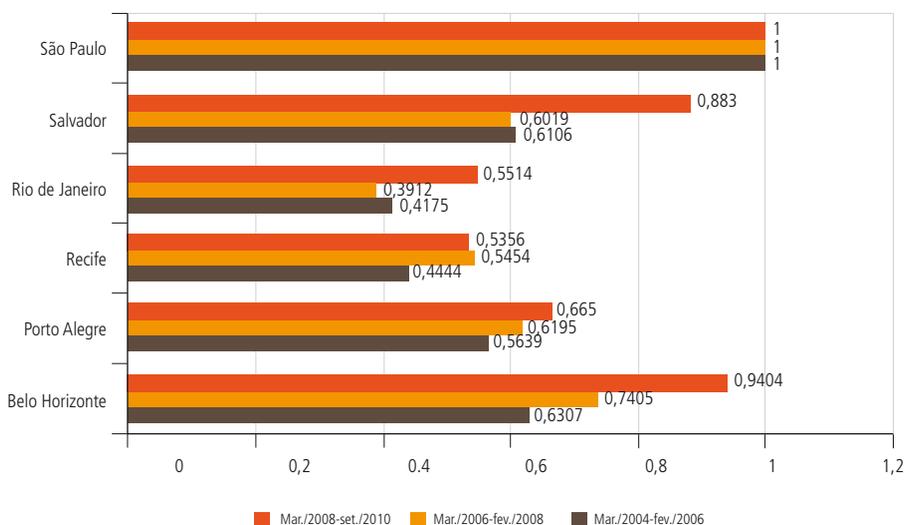
Olhando não a fotografia de todos os períodos mas o filme das alterações no tempo, do aumento de 49% das chances de os jovens frequentarem cursos, o grande salto se deu entre 2004 e 2007. Houve incremento diferencial dos mais jovens dos jovens. A chance de frequentar cursos profissionalizantes dos 15 aos 19 anos subiu 23% mais que dos 25 aos 29 anos.

6.4 Geografia

Outra vertente de investigação é a dimensão espacial (gráfico 22). De fato, a análise de diferença em diferença revela a Grande São Paulo como bandeirante da nova educação profissional: salto inicial de chances duas vezes superior ao das demais cidades, seguido de recuperação parcial. O efeito *catch-up* das demais áreas, em particular Belo Horizonte e Salvador, cujas chances de educação profissional ficam 6% e 12% inferiores ao salto paulista ao final do período, diminui a distância inicial do avanço paulistano.

GRÁFICO 22

Diferença em diferença: razão de chances condicionais – RMs



Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

6.5 Efeito local

O que causou esta onda jovem? Foram os investimentos federais? A quantidade de escolas federais de educação profissional criadas de 2005 a 2010 foi a mesma ao longo de todo o século passado, ressaltando-se que há um hiato até a operação efetiva das escolas. A bandeira federal da época foi levar cursos a cidades menores. E o aumento apontado é o já observado nas metrópoles.

Conforme apontam os dados do Censo do INEP/MEC, o aumento das matrículas em cursos técnicos de nível médio entre 2004 e 2009 foi assim dividido: 49,6% na rede estadual e 45,2% na rede privada. Entretanto, a

magnitude do crescimento de matrícula nos cursos técnicos (27,4% entre 2004 e 2009) é um terço daquela observada nos dados da PME, o que sugere que os dados do INEP não estão captando toda a ação ocorrida.

O suplemento nacional da PNAD/IBGE de 2007 indicou que 22,5% dos indivíduos em idade ativa já frequentaram cursos de educação profissional. Apesar de o estoque de oportunidades do indivíduo que já frequentou algum curso de educação profissional aumentar naturalmente com a idade, por força cumulativa do tempo, esta proporção cai quase monotonicamente depois dos 20 anos de idade. Isto confirma a onda jovem com educação profissional observada na PME.

6.6 Efeito informática

Os cursos de informática representam 36,8% da educação profissional corrente pela PNAD. O *boom* destes cursos encerra boa parte do aumento recente da educação profissional, assim como descolamentos entre estatísticas de pesquisas domiciliares e do INEP. Na população entre 15 e 19 anos de idade, os cursos de informática representam metade dos cursos de educação profissional e na população entre 10 e 14 anos de idade esta proporção é de três quartos. Portanto, o mistério do *boom* profissionalizante passa pelo *boom* de cursos de informática para adolescentes em ONGs ou *lan houses* de qualidade desconhecida. As particularidades dos cursos de informática sugerem análise à parte. Informática abriga mais da metade dos cursos de qualificação nas classes E e D, 44,9% na classe C e 28,5% na classe AB.

6.7 Efeito nova classe média

Há uma coincidência do salto da educação profissional observado a partir de 2004 na PME com duas outras séries: a ascensão do emprego formal e o aumento da chamada nova classe média. Este paralelo sugere que o aumento da demanda de trabalho formal e o incremento de renda familiar do jovem interagem com o incremento de educação profissional.⁹

Em termos da relação entre classe econômica e as motivações para a não frequência na educação profissional entre os jovens, a principal diferença é o

9. Uma conjectura é que o público preferencial da educação profissional, ao conseguir acesso a mais oportunidades de trabalho, buscou se qualificar na educação profissional, conciliando estudo e trabalho formal. O incremento da renda familiar permite o financiamento dos cursos privados (Neri, 2012).

maior desinteresse das classes mais altas pelo ensino profissional, o que pode, em alguma medida, ser fruto do maior acesso a cursos de nível superior e/ou melhor qualidade do ensino. Entre os mais pobres, a maior importância reside na falta de renda e na escassez de oferta.

De maneira geral, os dados objetivos analisados sugerem que a nova demanda por educação profissional está associada à juventude, seja na maior frequência deste grupo aos cursos, seja no tamanho deste grupo etário, de aproximadamente 50 milhões de pessoas – o maior da história estatisticamente documentada brasileira pregressa e prospectiva. Esta onda jovem de cursos profissionais se situa no meio da distribuição de educação e de renda, em particular na demanda por ensino médio técnico dos jovens da chamada nova classe média. Os dados são consistentes com o *boom* da oferta de cursos técnicos, mas também com cursos mais básicos de informática de natureza privada. Em termos mais agregados, esta nova onda de cursos profissionalizantes encontra paralelo com a expansão da nova classe média e do seu maior símbolo – a multiplicação de carteiras de trabalho. Geograficamente, o salto da educação profissional se concentra inicialmente mais no município de São Paulo, a partir de 2004, se propagando para a sua periferia e daí para a periferia e a capital das outras principais metrópoles brasileiras.

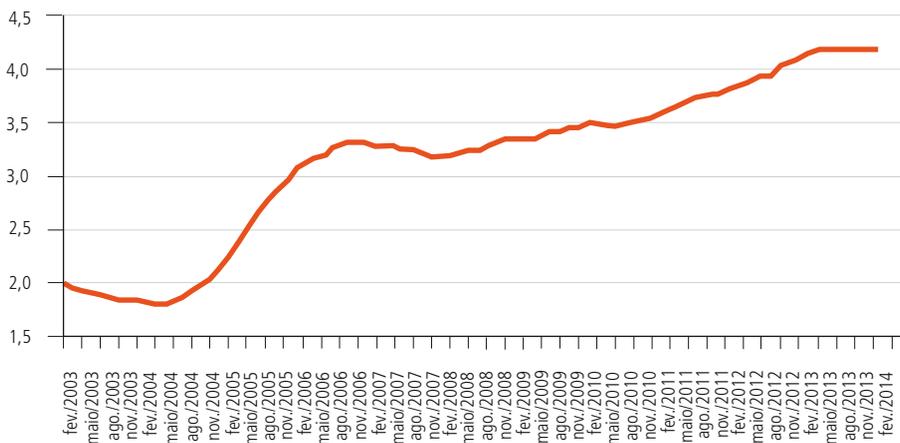
6.8 Extensões temporais: efeito PRONATEC

De volta ao primeiro gráfico que deu origem à pergunta básica da primeira parte deste capítulo, a onda jovem na taxa de frequência na educação profissional continua após 2010. Segundo a PME, a expansão adicional entre fevereiro de 2010 e fevereiro de 2014 foi de 20,7% tal como ilustrado no gráfico 23.

GRÁFICO 23

Frequenta curso de qualificação profissional (15 a 29 anos)

(Média móvel de doze meses, em %)



Fonte: PME/IBGE.

Elaboração do autor.

Esta nova expansão parece estar mais relacionada à implementação, a partir de 2011, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e consequente expansão não só de cursos técnicos federais como dos estaduais e do chamado Sistema S.¹⁰ De fato, dados do INEP/MEC – mais abrangentes na cobertura geográfica, cobrindo a totalidade do país –, que só captam os cursos credenciados junto ao MEC de maior qualidade, mas que não permitem maior atualização ou aberturas sociodemográficas, corroboram esta expansão dos cursos federais recentes. Entre 2010 e 2012 as matrículas federais sobem 27,5% contra 22,5% estaduais, 16,1% privadas e –5,6% municipais. Como consequência, as matrículas federais foram as que mais cresceram de 2002 a 2012, 173% contra 108,9% do total de matrículas.

10. Fazem parte do Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e Serviço Social de Transporte (SEST).

TABELA 3A
Número de matrículas na educação profissional brasileira (2002-2012)

| | Total | Federal | Estadual | Municipal | Privada |
|------|------------------|---------|----------|-----------|---------|
| 2002 | 652.073 | 77.190 | 220.853 | 26.464 | 327.566 |
| 2003 | 629.722 | 82.943 | 181.485 | 22.312 | 342.982 |
| 2004 | 676.093 | 82.293 | 179.456 | 21.642 | 392.702 |
| 2005 | 747.892 | 89.114 | 206.317 | 25.028 | 427.433 |
| 2006 | 806.498 | 93.424 | 261.432 | 27.057 | 424.585 |
| 2007 | 780.162 | 109.777 | 253.194 | 30.037 | 387.154 |
| 2008 | 927.978 | 124.718 | 318.404 | 36.092 | 448.764 |
| 2009 | 1.036.945 | 147.947 | 355.688 | 34.016 | 499.294 |
| 2010 | 1.140.388 | 165.355 | 398.238 | 32.225 | 544.570 |
| 2011 | 1.250.900 | 189.988 | 447.463 | 32.310 | 581.139 |
| 2012 | 1.362.200 | 210.785 | 488.543 | 30.422 | 632.450 |

Fonte: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)/MEC.

TABELA 3B
Varição acumulada: número de matrículas na educação profissional
 (Em %)

| | Total | Federal | Estadual | Municipal | Privada |
|-----------|--------------|---------|----------|-----------|---------|
| 2003-2012 | 116,3 | 154,1 | 169,2 | 36,3 | 84,4 |
| 2003-2010 | 81,1 | 99,4 | 119,4 | 44,4 | 58,8 |
| 2010-2012 | 19,5 | 27,5 | 22,7 | -5,6 | 16,1 |
| 2003-2007 | 23,9 | 32,4 | 39,5 | 34,6 | 12,9 |
| 2002-2012 | 108,9 | 173,1 | 121,2 | 15,0 | 93,1 |

Fonte: SETEC/MEC.

6.9 Desmotivações

A segunda linha de investigação perseguida neste estudo, e que não vem sendo explorada na literatura devido à falta de dados, é composta de perguntas diretas aos jovens sem educação profissional sobre as suas motivações e desmotivações, tais como a falta de interesse em cursar, a necessidade imediata de geração de renda, os baixos retornos prospectivos percebidos por eles e, ainda, a falta de oferta de cursos. As motivações foram estudadas a partir das respostas dadas diretamente por aqueles sem curso profissionalizante e por

aqueles que cursaram e não concluíram tais cursos. Por fim, analisaram-se as razões do casamento entre áreas dos cursos finalizados e dos postos de trabalho encontrados *a posteriori*, na visão dos jovens egressos.

6.10 Desinteresse

O principal motivo alegado pelos jovens para não ter frequentado uma instituição de ensino profissional está ligado à falta de demanda da população em geral (82,97% destes casos), e não de escassez de oferta ou mesmo outros motivos. A motivação por falta de demanda da população se divide, por sua vez, em dois tipos básicos, a saber: falta de interesse intrínseco (68,8%) e falta de condições financeiras (14,17%). A falta de demanda por desinteresse é um paradoxo, dados os altos prêmios observados no Brasil dos vários níveis de educação, inclusive profissional (Neri, 2010), o que sugere campanhas de esclarecimento dos jovens. A falta de condições financeiras é um motivo de demanda que poderia ser trabalhado com a oferta de bolsas de estudo profissionalizantes, como nas tentativas de atrelá-las ao Programa Bolsa Família (PBF), na criação de uma espécie de Programa Universidade para Todos (Prouni) do ensino técnico ou em outras iniciativas de governos subnacionais na área. Os demais motivos alegados pelos que nunca frequentaram cursos profissionalizantes dividem-se em residuais (6,57%) e falta de oferta (10,47%). As motivações de oferta, por sua vez, se dividem em falta de escola na região (8,64%), falta do curso desejado na escola existente (1,4%) e falta de vagas nos cursos existentes (0,43%).

6.11 Com cursos, sem diploma

Entre os 28,96% dos jovens que já frequentaram cursos, 87% concluíram os estudos; dos que não concluíram, 28,95% ainda estão no meio do curso, valor semelhante quando se considera a PIA. A razão para a não conclusão está relacionada, em sua maior parte, 90%, à falta de demanda e apenas 10% à falta de oferta – valores muito próximos aos encontrados na PIA (89,2% e 10,8%, respectivamente).

6.12 Com diploma, sem trabalho

Finalmente, entre os 87% de jovens que cursaram e concluíram os cursos, uma menor parte (41,8%) trabalha no mesmo setor do curso, nível inferior aos 57,4% da PIA. Outro dado de efeito cumulativo que denota a maior dificuldade dos egressos jovens é que, nas justificativas dos que não trabalham na área do curso, 37,4% não o fazem por falta de demanda, e 24,9% por

terem outra oportunidade, contra 30,6% e 31,3% na PIA, respectivamente. Ou seja, *vis-à-vis* aos mais velhos, os jovens, além de se inserirem menos na área de curso, não o fazem mais por razões de falta de demanda do que pelo surgimento de melhores oportunidades em outras áreas.

O grande obstáculo percebido para o aumento dos cursos profissionalizantes é o desinteresse do público. Há, ainda, perdas de alunos, que desistem ao longo dos cursos. Em ambos os casos, o desinteresse inicial ou a perda de interesse são menores para o público jovem. Há também o caso de egressos que não conseguem trabalho. Este efeito atinge em particular os jovens que frequentemente não encontram posterior demanda pelo seu trabalho na área do curso, ou em outra área de atuação.

A lição é que a oferta de cursos profissionalizantes, embora gere inserção trabalhista com prêmios salariais, não cria a sua própria demanda no complexo mercado de cursos profissionalizantes. Ao se acreditar na relevância produtiva destes cursos, parodiando John Maynard Keynes, pai da macroeconomia e do princípio da demanda efetiva, “não devemos esquecer que entre a taça e os lábios existem vários percalços” – de demanda, informam jovens, estudantes e desempregados.

6.13 Propostas de políticas

Na agenda prospectiva da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) há propostas de políticas focadas na questão da educação, em geral, e da produtividade, em particular, que estão relacionadas à educação profissional, dentre elas destacam-se:

6.13.1 Conhecimentos

Disponibilização de informação sobre a oferta, a demanda e o retorno do ensino profissionalizante para potenciais estudantes, empresas e gestores. É importante incluir informações objetivas e subjetivas para que se tenha a sensibilidade de saber como a informação chega aos diversos agentes envolvidos e incorporar a visão da demanda no processo. Esta é uma das raras partes de oferta de política pública oferecida na ponta diretamente por órgãos de pesquisa como Ipea e SAE. O uso de dispositivos interativos

na internet, por exemplo, aplicativos móveis (APPs) com características de *games*, no caso de jovens, permite se adequar ao contexto de cada um e motivá-los. É preciso ter cuidado em transmitir a informação de maneira simples e direta, para que cada um transforme a informação em conhecimento aplicado a sua decisão.

6.13.2 Certificação

Investimento no reconhecimento formal de talentos e habilidades adquiridas ao longo do exercício profissional, o chamado treinamento no posto de trabalho. O papel central assumido pelo MEC na educação profissional permite continuar o processo de expansão da avaliação da educação formal à educação profissional. Expansão das linhas de crédito, como Prouni e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), para o ensino profissionalizante e uso de meritocracia baseada na certificação na aplicação de novos recursos públicos.

6.13.3 PRONATEC Trabalhador

Estende o foco da oferta de cursos profissionalizantes de beneficiários do PBF e de desempregados para trabalhadores formais de baixa renda que são, talvez, os principais exemplos da nova classe média emergente. Uma possibilidade é privilegiar inicialmente aqueles que ganham até dois salários mínimos, que é a faixa de elegibilidade de subsídios como abono salarial e o salário-família, e, ao mesmo tempo, encontra respaldo no Cadastro Social Único (CadÚnico). A proposta é ratear custos públicos com o trabalhador e a respectiva empresa, em termos de custo, ou mesmo o uso do tempo de trabalho e lazer, como uso de parte do período de férias. Isso permitiria conciliar melhor a demanda efetiva conjunta de todos os atores envolvidos no processo.

6.13.4 Bolsa Jovem 2.0

Há evidência de forte avanço de qualidade e quantidade da educação voltada ao público infantil, o que propiciou um avanço da juventude, mas com desaceleração dos avanços obtidos em sua fase posterior. A extensão dos benefícios e condicionalidades do PBF em 2007 à faixa de 16 e 17 anos e seus impactos demonstra o potencial de expansão ainda existente no programa. Há a possibilidade de estender a faixa etária dos beneficiários, incluindo seu protagonismo no recebimento direto dos benefícios e na

escolha de cursos profissionalizantes. Experiências estaduais, que são os entes federativos com maior concentração de atribuições ligadas aos jovens, são úteis. Exemplos diversos dessas experiências – como provisão de cursos de educação financeira, com a feitura de deveres de casa junto aos pais, para aumentar a difusão de conhecimentos na família, ou, ainda, a provisão de novos incentivos educacionais e de poupança dados aos mais jovens, como no Programa Renda Melhor, no Rio de Janeiro – construídas sobre a plataforma do PBF, devem ser avaliadas em detalhe.

6.13.5 Circulação

Flexibilidade no desenho dos cursos voltados aos jovens, dada a necessidade de estes circularem e a sua conseqüente tendência à maior evasão dos cursos inicialmente escolhidos. É desejável a provisão de gratuidades de transporte que levem os jovens de famílias carentes aos cursos, assim como a readaptação de planos pessoais por meio da ideia de uma nova chance. Propõe-se enfatizar a oferta de cursos modulares e de curta duração, com a opção de aproveitamento de créditos já cursados em outros cursos, ao mesmo tempo valorizando a busca de patamares profissionalizantes mais altos, desde os cursos mais básicos de qualificação. A incorporação de flexibilidade de escolha e a possibilidade de mudança no ensino médio também caminham nesta direção.

REFERÊNCIAS

NERI, M. O retorno da educação profissional *In*: BONELLI, R. (Org.). **Agenda de competitividade do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. **A nova demanda por educação profissional**. Rio de Janeiro: CNI/Senai, 2011. (Série de estudos educacionais, n. 10).

_____. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, Saraiva, 2012.

PERFIL EDUCACIONAL DOS JOVENS: ATRASO E FLUXO ESCOLAR*

Joana Simões de Melo Costa**
Luís Felipe Batista de Oliveira***

SINOPSE

O capítulo examina uma série de aspectos relacionados à escolarização dos jovens brasileiros, tais como evolução do fluxo escolar, perfil dos estudantes e decisões acerca de estudo e trabalho. Por meio de uma análise multivariada, evidencia as características predominantes na determinação dos fenômenos estudados em um período de dezessete anos – de 1995 a 2012 –, de forma a identificar os gargalos que permanecem obstruindo a ampliação de oportunidades.

1 INTRODUÇÃO

A difícil inserção dos jovens no mercado de trabalho vem sendo tema frequente de vários estudos e documentos oficiais no Brasil e no mundo. A taxa mundial de desemprego em 2013 entre os jovens é estimada em 12,6%, correspondendo a cerca de 2,7 vezes a dos adultos (ILO, 2013). Mesmo nos Estados Unidos, em 2012, quando a taxa de desemprego geral ficou em 6,8%, a dos jovens se elevava a 16,2%. Na União Europeia, afetada por uma crise prolongada, os jovens desempregados eram 22,9% do total de ativos, contra 9,1% entre os maiores de 25 anos. Na América Latina e Caribe, mesmo havendo melhorado, a taxa de desemprego juvenil ainda estava em 12,9%.

Além disso, os jovens encontram-se mais expostos a situações de informalidade e a remunerações inferiores. Estima-se que aproximadamente dois terços da população jovem de países em desenvolvimento estejam ou

* Os autores agradecem a Divonzir Gusso, coordenador de Estudos de Educação do Ipea, por seus valiosos comentários. Eventuais erros e falhas, entretanto, são de responsabilidade exclusiva dos autores.

** Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

*** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Disoc do Ipea.

em situação de desemprego, ou em empregos de baixa qualidade, ou sem trabalhar e sem estudar (ILO, 2013). Isto evidencia um desperdício do potencial econômico destes países e agrava riscos sociais para os jovens em famílias de renda mais baixa.

No Brasil, os próximos dez anos constituirão o período com o maior número de jovens da história demográfica brasileira. Ao fim desta fase, iniciada em 2003, começará um declínio no porte desta população (Brasil, 2013). Se, por um lado, isto implica maior oferta de trabalho associada ao aumento da população em idade ativa (PIA) – o que tem sido chamado de bônus demográfico –, por outro traz um aumento da concorrência pelos postos de trabalho e a necessidade de que estes jovens adquiram maior qualificação, de forma que os postos sejam melhores e a economia mais produtiva.

Como no resto do mundo, os jovens brasileiros também estão encontrando dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Em 2011, malgrado a boa situação deste mercado, 16,3% dos jovens de 15 a 24 anos estavam desempregados, enquanto as taxas de desemprego para os indivíduos entre 25 e 49 anos e para aqueles com mais de 50 anos haviam caído para 5,7% e 2,8%, respectivamente (Corseuil *et al.*, 2013).

Uma das dificuldades reside em encontrar um emprego estável. A elevada rotatividade nos primeiros empregos contribui significativamente para as taxas de desemprego entre os jovens. Constatase que a diferença entre esta população e os mais velhos consiste em uma baixa permanência no emprego e não em uma elevada permanência no desemprego (Flori, 2005; Corseuil *et al.*, 2013). A isto se associa o baixo nível de educação formal e a falta de experiência como obstáculos para que o jovem não consiga acessar postos de trabalho com mais qualidade.

Os jovens se encontram numa fase da vida em que devem tomar decisões muito difíceis e com repercussões críticas no futuro próximo. No geral, não dispõem de suficientes experiências e maturidade para equacionar seus problemas, ou de informações adequadas para isto.

Tendo em vista estas várias ordens de dificuldades enfrentadas pelos jovens para fazer suas escolhas em relação aos estudos e aos seus percursos laborais, o objetivo deste capítulo é discutir aspectos relacionados à preparação dos jovens para o mercado de trabalho por meio da educação

formal. Para tanto, serão analisados indicadores da qualificação dos jovens e do fluxo escolar ao longo do tempo e também será traçado um perfil dos jovens estudantes. As faixas etárias consideradas são de 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos. Na análise, são utilizados, majoritariamente, dados de 1995 a 2012, oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O capítulo encontra-se dividido em seis seções, possuindo uma característica essencialmente descritiva. Trata-se, portanto, de um subsídio para a contextualização de outros tópicos abordados neste livro. A próxima seção apresenta a evolução da escolaridade dos jovens. Em seguida, as seções 3 e 4 discutem a evolução de mecanismos que afetam a escolaridade dos jovens, que são a opção dos jovens em estudar e o fluxo escolar, respectivamente. A seção 5 traça um perfil dos indicadores de escolaridade do jovem a partir das características sociodemográficas. Por fim, há uma seção de considerações finais.

2 OS JOVENS ESTÃO SE EDUCANDO MAIS?

A baixa qualificação dos jovens constitui um dos principais fatores presentes em suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Num conjunto de pesquisas sobre a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), uma das questões analisadas foi quais elementos os empregadores levam em conta na consideração da qualificação dos candidatos a empregos (Dieese, 2011). Verificou-se que a escolaridade recebe, destes agentes, uma atenção maior que outros atributos também importantes, como a aquisição de capacitação técnico-profissional e o tempo de experiência (tabela 1), tal qual se constata na maioria das pesquisas neste campo.

É claro que os pesos respectivos variam segundo setores, níveis hierárquicos das ocupações e tecido produtivo de cada região. No entanto, é predominante a preferência, nas várias dimensões, pelo nível médio completo de escolaridade ou pelo nível superior em curso. Uma particularidade evidente é o que ocorre na construção civil, em que a escolaridade é exigência relativamente menor, assim como a capacitação formal, em comparação à solicitação de experiência na ocupação.

TABELA 1

Requisitos de qualificação solicitados na contratação de trabalhadores – regiões metropolitanas (RMs) selecionadas (2008)

(Em % dos eventos de contratação)

| RM | Escolaridade | Capacitação | Experiência |
|----------------|--------------|-------------|-------------|
| Belo Horizonte | 57,0 | 25,6 | 34,8 |
| Brasília | 62,2 | 21,8 | 25,8 |
| Porto Alegre | 65,8 | 23,7 | 40,0 |
| Recife | 55,8 | 17,3 | 27,9 |
| Salvador | 61,1 | 28,0 | 34,6 |
| São Paulo | 50,8 | 20,2 | 38,2 |

Fonte: Dieese (2011).

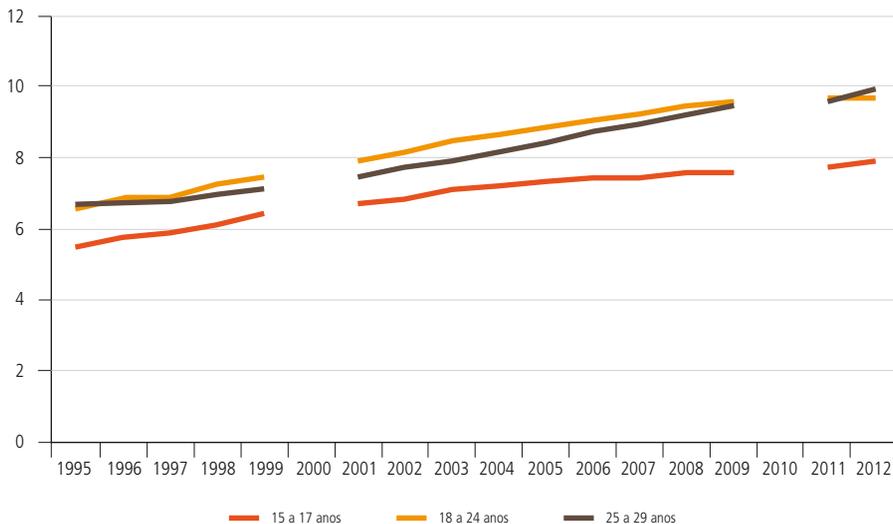
Constata-se, por meio da PNAD de 2012, que boa parte dos jovens entre 18 e 24 anos e entre 25 e 29 anos de idade não corresponde a esse padrão de solicitações para acesso ao emprego. Eles possuem, em média, 9,74 anos e 9,95 anos de estudo, respectivamente, quando se esperaria que jovens com 18 anos ou mais já deveriam ter, na sua maioria, completado o ensino médio, ou seja, ter onze anos de estudos ou mais.

Além disso, em 2012, os jovens entre 15 e 17 anos apresentam uma média de 7,82 anos de estudos. Todavia, um jovem de 15 anos sem atraso escolar já deveria ter o ensino fundamental completo com, no mínimo, oito anos de estudo.¹ O fato de que os jovens não apresentam, em média, a escolaridade adequada de acordo com a sua faixa etária pode ser consequência tanto do atraso escolar quanto do abandono dos estudos.

Embora os indicadores apresentados anteriormente ainda não estejam no nível ideal, houve um avanço contínuo entre 1995 e 2012, conforme exposto pelo gráfico 1. O auge do crescimento da escolaridade para a faixa etária entre 15 e 17 anos e entre 18 e 24 anos ocorreu no período 1995-1999, quando a taxa de crescimento chegou a mais de 4% ao ano (a.a.) em alguns anos. Este período coincide com a expansão da oferta de matrículas no ensino médio no país, mediante a criação de vagas noturnas e a incorporação de muitos alunos com idade superior à adequada, em condições de infraestrutura inferiores às do turno diurno.

1. Atualmente, o ensino fundamental possui nove anos. Entretanto, a população aqui analisada não esteve sujeita a este regime, ao menos não desde o seu ingresso no sistema escolar.

GRÁFICO 1
Escolaridade média dos jovens (1995-2012)
 (Em anos de estudo)



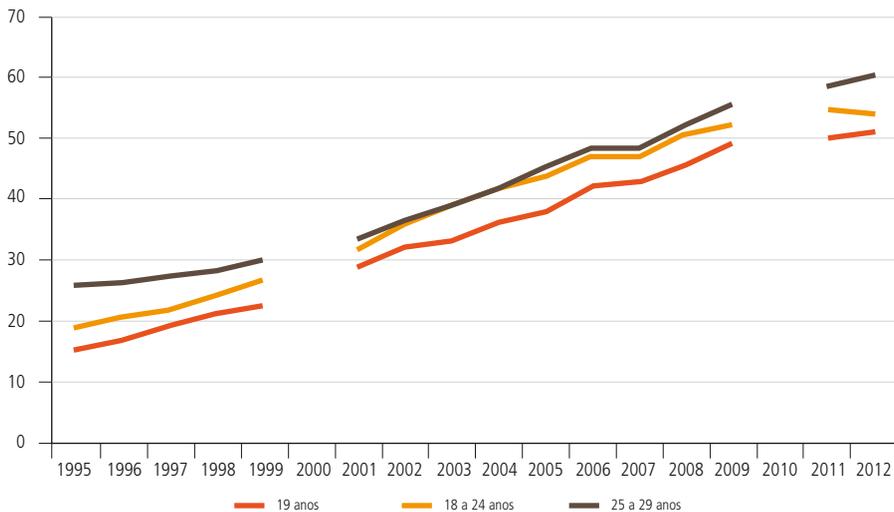
Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

Apesar de algum arrefecimento, os incrementos não cessaram e, para o último ano analisado, houve um crescimento de 1,93% e 1,17% dos anos de estudo entre os jovens de 15 a 17 anos e os de 18 a 24 anos, respectivamente. Considerando-se os jovens de 25 a 29 anos, a elevação dos anos de estudo foi mais uniforme ao longo dos anos, atingindo mais de 3,5% a.a. em alguns anos e exatamente 3% no último ano considerado.

Um indicador estreitamente associado ao de escolaridade média entre os jovens é o relativo à proporção daqueles que concluíram o ensino médio ou o ensino superior. O gráfico 2 ilustra a elevação da proporção de jovens de 19 anos e dos pertencentes às faixas etárias entre 18 e 24 anos e entre 25 e 29 anos que concluíram o ensino médio. Verifica-se que a porcentagem de jovens com ensino médio completo entre 18 e 24 anos alcança aquela correspondente aos jovens entre 25 e 29 anos devido à expansão da oferta de ensino médio, já mencionada, e em virtude da expansão do ensino superior na década seguinte. Isto facilitou a continuação dos estudos entre os jovens e alguma convergência entre estes dois grupos, ao longo da década de 2000, algo que não se via em 1995.

GRÁFICO 2
Jovens com ensino médio completo (1995-2012)
 (Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

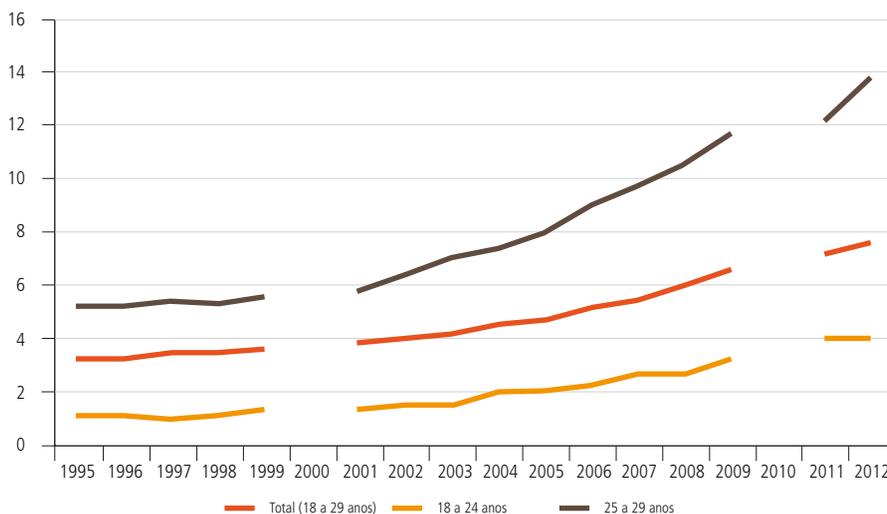
Obs.: Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

A despeito da substancial melhoria, apenas 51% dos jovens com 19 anos de idade tinham o ensino médio completo em 2012. Esta proporção chega a 54% e 60% para jovens entre 18 e 24 anos e entre 25 e 29 anos de idade, respectivamente. O gráfico 3 indica que a proporção de jovens entre 25 e 29 anos de idade que completaram o ensino superior subiu de 5%, em 1995, para quase 14%, em 2012.

Em suma, o jovem brasileiro elevou substancialmente sua formação educacional entre 1995 e 2012, especialmente entre 1995 e 2000, na educação básica. Contudo, apesar da melhoria observada, a escolaridade do jovem brasileiro ainda é inferior ao desejável.

GRÁFICO 3
Jovens com ensino superior completo (1995-2012)

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

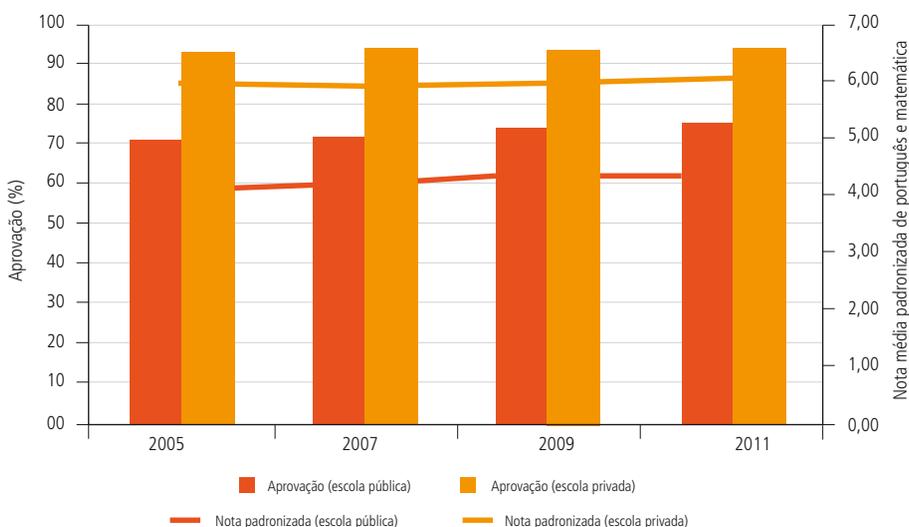
A análise da qualidade da educação dos jovens complementa e corrobora os resultados anteriores acerca da quantidade de educação. A despeito de algum avanço ser observado no desempenho dos jovens estudantes, o conhecimento adquirido pelos alunos encontra-se aquém do esperado. Além disso, entre os estudantes do ensino fundamental a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem sido percebida de maneira mais expressiva do que entre os estudantes do ensino médio, no período de 2005 a 2011. Entre os primeiros, o IDEB evoluiu de 3,8 pontos para 5,0 pontos nos anos iniciais e de 3,5 pontos para 4,1 pontos nos anos finais. Entre os jovens do ensino médio, o IDEB encontra-se praticamente estagnado, pois saiu de 3,4 pontos e obteve ligeiro acréscimo, marcando 3,7 pontos em 2011.

O gráfico 4 mostra que esse incremento se deu sob um processo de melhoria da aprovação na rede pública, que subiu 5 pontos percentuais (p.p.) no período e, em 2011, chegou a pouco mais de 75%. A rede privada apenas manteve taxas que já eram bem superiores, em torno de 93% em todos os anos. Com respeito à proficiência, outro componente do IDEB,

a rede privada também manteve o mesmo desempenho, com nota média padronizada de português e matemática ao redor de 6,0. Os alunos da rede pública alcançaram um incremento de nota de 0,25 ponto, atingindo uma nota média de 4,33 pontos ao fim do período e após ligeira redução em relação à Prova Brasil de 2009. Por estes motivos, o ensino médio é a etapa com maiores entraves para alcançar as metas projetadas pelo Ministério da Educação (MEC). Em 2011, o resultado atingiu exatamente o estabelecido pela meta, o que ocorreu com mais folga no ensino fundamental.

GRÁFICO 4

Evolução dos componentes do IDEB no ensino médio em escolas públicas e privadas (2005-2011)



Fonte: INEP. Portal IDEB. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>.

Em um contexto internacional, Soares e Nascimento (2012) observam que o Brasil foi um dos países que alcançaram os maiores incrementos no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre 2000 e 2009, com um avanço de 33 pontos neste período. No entanto, esta evolução não teria sido suficiente para promover saltos significativos em relação a outros países. Para os autores, a formação básica dos jovens brasileiros prossegue de baixa qualidade. Com isso, há dificuldade, entre os jovens, de “concluir a contento um curso superior e de ocupar, posteriormente, postos de trabalho

demandantes de competências e habilidades cada vez mais complexas e mutáveis” (Soares e Nascimento, 2012, p. 84).

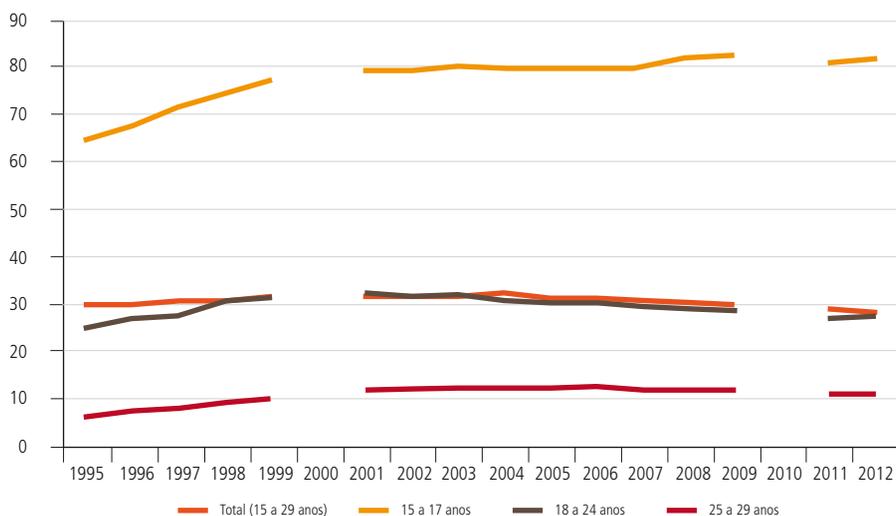
3 DECISÕES DE ESTUDAR E DE TRABALHAR

Um elemento importante acerca das dificuldades da juventude é que esta fase da vida é dominada por momentos de experimentação em meio a incertezas de várias naturezas (psicológicas, familiares, sociais, de mercado etc.), que se imbricam às circunstâncias derivadas das estruturas de inserção do jovem no mercado de trabalho. São decisões nada triviais que precisam ser tomadas, a começar pela escassa acessibilidade de informações – tanto conjunturais como de expectativas futuras. Estas decisões precisam levar em conta que suas opções quanto à formação educacional e aos modos de entrada no mercado de trabalho também afetarão suas trajetórias ocupacionais futuras e suas perspectivas de renda e de mobilidade social.

A complexidade das decisões concerne, também, prospectivamente, a permanecer morando com a família, buscar independência, casar ou ter filhos. Paralelamente, incrementos no nível de inserção na sociedade convidam os jovens a um maior nível de protagonismo e cidadania. São exemplos: o exercício do voto, a maioridade e os novos vínculos profissionais ou de amizade a serem administrados tanto pelo uso de seu tempo quanto pela incorporação de níveis de conhecimento superiores.

O avanço da escolaridade dos jovens entre 1995 e 2012 pode estar relacionado a um aumento da quantidade de jovens estudando, assim como a uma melhoria do fluxo escolar. Nesta seção, analisa-se a evolução da opção dos jovens pelo estudo. O gráfico 5 mostra que a proporção de jovens estudando se elevou de forma expressiva durante o período de 1995 a 2000, primordialmente para a faixa etária de 15 a 17 anos. De forma menos acentuada, mais jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos e entre 25 e 29 anos também optaram por estudar entre 1995 e 1999. Isto sugere que a melhoria da escolaridade dos jovens neste período foi, em parte, significativa, devido à expansão da decisão de estudar entre os jovens e ao aumento da oferta de vagas citado na seção anterior.

GRÁFICO 5
Jovens que estudam (1995-2012)
 (Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

Entre 2001 e 2012, não se observa aumento expressivo da proporção de jovens estudando para nenhuma das faixas etárias em questão. Para aqueles entre 15 e 17 anos, houve um pequeno aumento da proporção de estudantes de 2001 a 2003, seguido de uma tendência estável entre 2003 e 2007. Em 2008, houve uma elevação importante deste indicador, que poderia estar associada à inclusão dos jovens nesta faixa etária ao Programa Bolsa Família (PBF).² A partir de 2008, a tendência de aumento foi interrompida apenas entre 2009 e 2011, quando ocorreu uma redução pequena da proporção daqueles que estudam.

Essa queda é explicada principalmente por uma melhoria no fluxo escolar e não pelo abandono da escola dos jovens entre 15 e 17 anos, conforme documentado por Neri e Oliveira (2013). Para os autores, embora a maior parte dos alunos entre 15 e 17 anos não possua o ensino médio completo, 3,6% deste público estão adiantados e são responsáveis por mais de 80% da queda de frequência bruta.

2. Silveira, Campolina e Horn (2013) apontam que o PBF eleva a probabilidade do jovem de 15 a 17 anos de estudar e trabalhar conjuntamente em detrimento da probabilidade de não estudar e não trabalhar.

Entre os jovens de 18 a 24 anos, a partir de 2003, há uma tendência de queda da porcentagem daqueles que estudam. Isto também é percebido por Menezes Filho, Lee e Komatsu (2013), que consideram a faixa etária de 17 a 22 anos. Analogamente a Neri e Oliveira (2013), os autores encontram, como fator importante para esta tendência decrescente, o aumento da proporção de jovens com o ensino médio completo. O mercado de trabalho aquecido, mensurado por meio do aumento da renda média recebida pelos jovens, seria o outro elemento determinante. Para os jovens entre 25 e 29 anos, observa-se uma relativa estabilidade na porcentagem de estudantes a partir de 2001. A falta de crescimento das reduzidas porcentagens de estudantes entre 18 e 24 anos e 25 e 29 anos remete ao já conhecido gargalo no acesso ao ensino universitário.

Cabe ressaltar que, em 2012, a porcentagem de jovens estudando é, aproximadamente, de 82%, 28% e 11% para as faixas etárias de 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, respectivamente. Assim, ainda há relevante potencial de expansão da decisão de estudar entre os jovens, especialmente quanto mais elevada for a sua idade.

Com o objetivo de compreender melhor a decisão do jovem brasileiro de estudar, passa-se à análise conjunta das opções de estudar e de entrar para o mercado de trabalho no período de 2007 a 2012, por meio dos gráficos 6, 7 e 8. Entre os jovens com 15 a 17 anos de idade (gráfico 6), é possível observar que aqueles dedicados ao estudo decidem majoritariamente não participar da força de trabalho. Além disso, houve um aumento de cerca de 6,5 p.p. na proporção daqueles que apenas estudam e uma redução dos que são economicamente ativos.³ Principalmente, entre os que além de participarem do mercado de trabalho estudam, houve uma queda de aproximadamente 4,5 p.p. – ou seja, os jovens nesta faixa etária têm optado por abandonar o mercado de trabalho para se dedicar exclusivamente à escola.

Para os grupos de jovens acima de 18 anos (gráficos 7 e 8), a maior parte dos que estudam também participa do mercado de trabalho. Todavia, nestas faixas etárias, os jovens majoritariamente decidem participar da força de trabalho e há também uma proporção maior daqueles que não são economicamente ativos nem estudam. Nestas faixas etárias, houve uma menor transição dos jovens entre as categorias consideradas. Observa-se

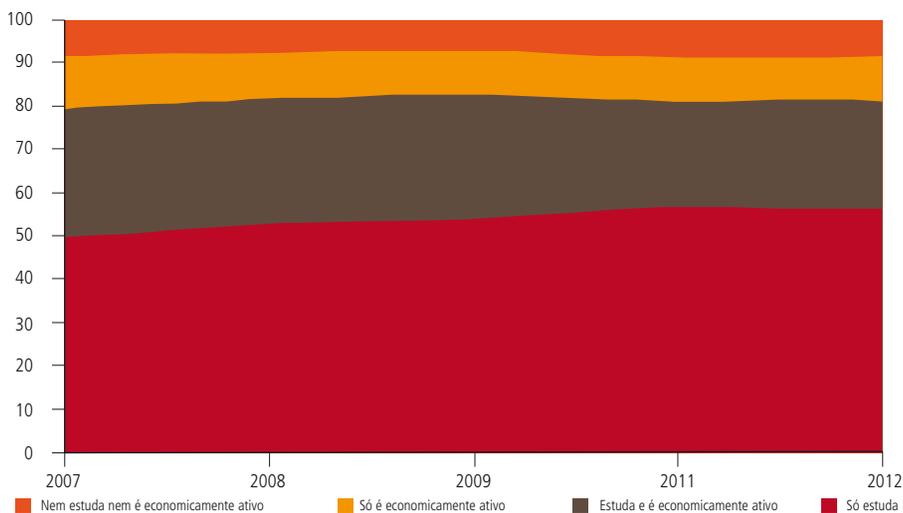
3. Economicamente ativos: trabalham ou procuram trabalho.

um aumento da proporção de jovens que nem são economicamente ativos nem estudam, bem como uma redução dos jovens que estudam e estão no mercado de trabalho. Estas variações são de aproximadamente 2 p.p. e 1 p.p. para as faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, respectivamente.

GRÁFICO 6

Decisão do jovem de 15 a 17 anos de idade entre estudar e trabalhar (2007-2012)

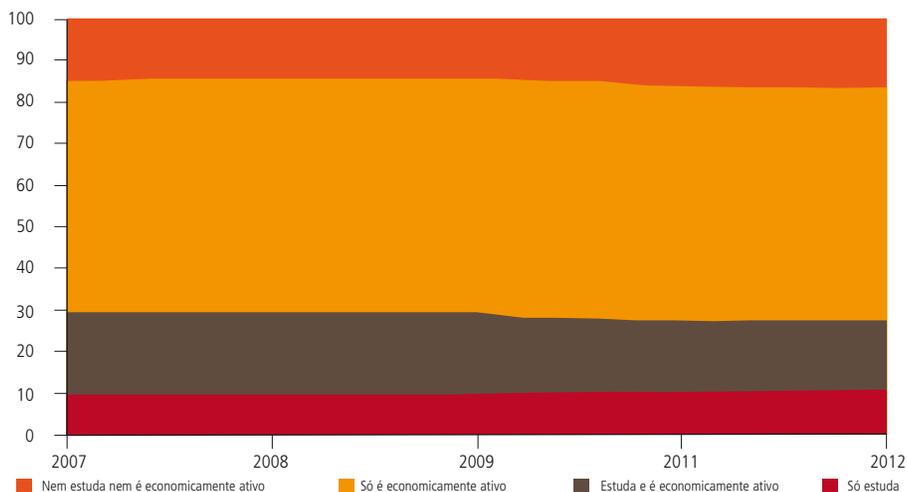
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Em 2010, a PNAD não foi realizada.

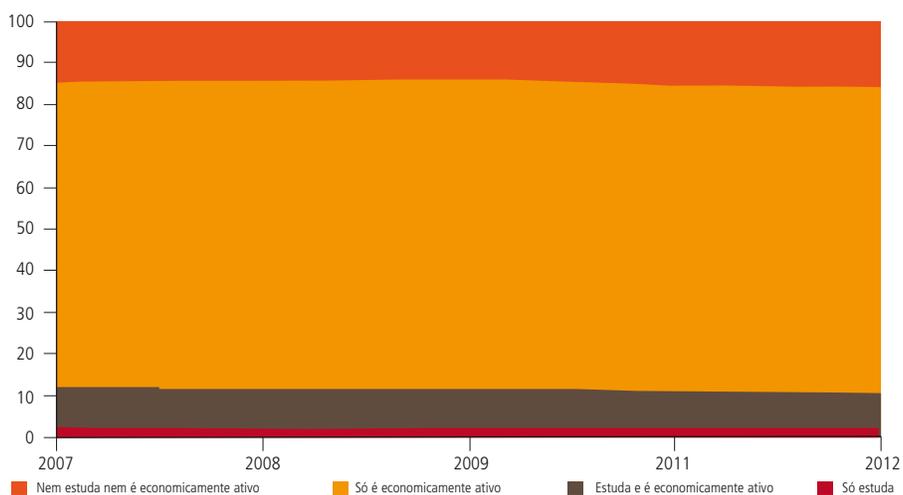
GRÁFICO 7
Decisão do jovem de 18 a 24 anos de idade entre estudar e trabalhar
(2007-2012)
 (Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Em 2010, a PNAD não foi realizada.

GRÁFICO 8
Decisão do jovem de 25 a 29 anos de idade entre estudar e trabalhar
(2007-2012)
 (Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Em 2010, a PNAD não foi realizada.

Dessa forma, o jovem com mais idade apresenta uma participação maior no mercado de trabalho e uma menor propensão a estudar, ainda que não esteja inserido na força de trabalho. Na faixa etária de 15 a 17 anos, houve uma ampliação dos que optam por se dedicar exclusivamente ao estudo entre 2007 e 2012. Estes indicadores sugerem que há potencial para se elevar a proporção de jovens que estudam, especialmente entre aqueles com idades entre 18 e 29 anos.

Observa-se que houve uma relevante expansão da porcentagem de jovens que estudam entre 1995 e 1999, mas não a partir de 2001. Assim, enquanto o aumento da escolaridade no período de 1995 a 1999 está relacionado à ampliação da taxa de matrículas, aquele ocorrido a partir de 2001 deve estar associado a uma melhora do fluxo escolar, que será o objeto de análise da próxima seção.

4 EVOLUÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

O atraso escolar é um dos fatores responsáveis pela baixa qualificação dos jovens. Os alunos que apresentam distorção idade-série não só concluem as etapas de ensino mais tardiamente, mas também apresentam uma propensão maior a abandonar o estudo.

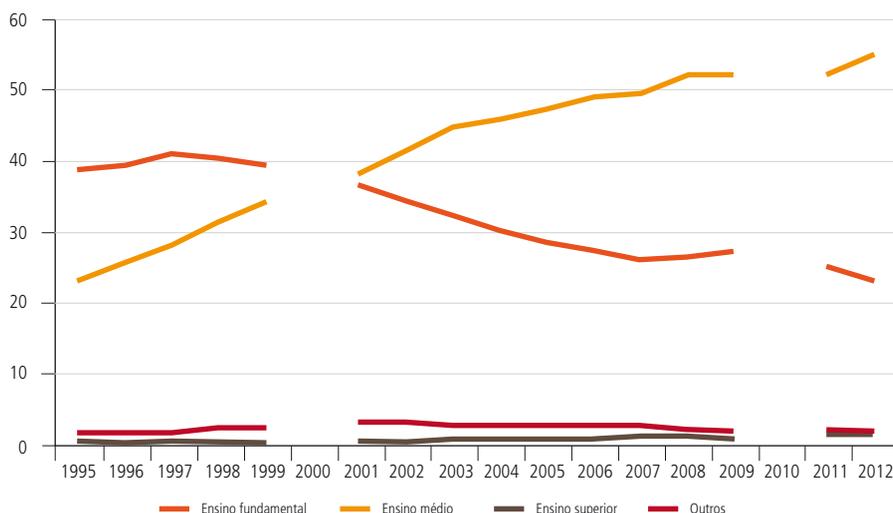
Em 2012, apenas 55% dos jovens de 15 a 17 anos cursam o ensino médio, enquanto 16% e 9% daqueles nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos frequentam o ensino superior. Estes indicadores espelham a taxa de matrícula líquida e revelam uma baixa porcentagem de jovens cursando a etapa escolar correta de acordo com sua faixa etária. Ainda estão no ensino fundamental 23% dos jovens entre 15 e 17 anos, e 8,5% daqueles com idades de 18 a 24 anos frequentam o ensino médio.

Apesar de esses indicadores refletirem que ainda há muitos estudantes com atraso escolar, cabe ressaltar que houve substancial melhoria no fluxo. Os gráficos 9, 10 e 11 mostram que estes números já foram bem piores. Em 1995, entre aqueles nas faixas etárias de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, havia mais jovens frequentando uma etapa escolar atrasada que a correta. Ao longo do período entre 1995 e 2012, houve um aumento da proporção de jovens que cursam o ciclo correto de acordo com sua idade. Os jovens de 15 a 17 anos estão cada vez mais cursando o ensino médio em vez do ensino fundamental. Por sua vez, aqueles entre 18 e 24 anos de idade e 25 e

29 anos de idade aumentaram sua frequência no ensino superior em relação ao ensino médio e ao ensino fundamental.

Houve notável expansão da quantidade de matrículas tanto no ensino médio como no ensino superior, no período de 1995 a 2012, ainda assim há que se melhorar o acesso a estas etapas de ensino. O avanço no fluxo escolar possibilitará que os jovens cheguem a estas etapas na idade correta. Além disso, conforme visto na última seção, é possível ampliar a proporção de jovens estudantes especialmente entre aqueles com mais idade. É fundamental, entre os mais jovens, que aqueles que ingressem no ensino médio lá permaneçam e o concluam. Barros e Mendonça (2008) argumentam que, nas últimas duas décadas, houve melhoria significativa na porcentagem de jovens que conseguem ingressar no ensino médio, mas que não concluem o primeiro ano desta etapa. Contudo, o mesmo não ocorreu nos demais anos deste nível. Portanto, a universalização na conclusão do ensino médio parece algo ainda mais distante que a do ensino fundamental.

GRÁFICO 9
Jovens de 15 a 17 anos de idade em cada etapa de ensino (1995-2012)
 (Em %)



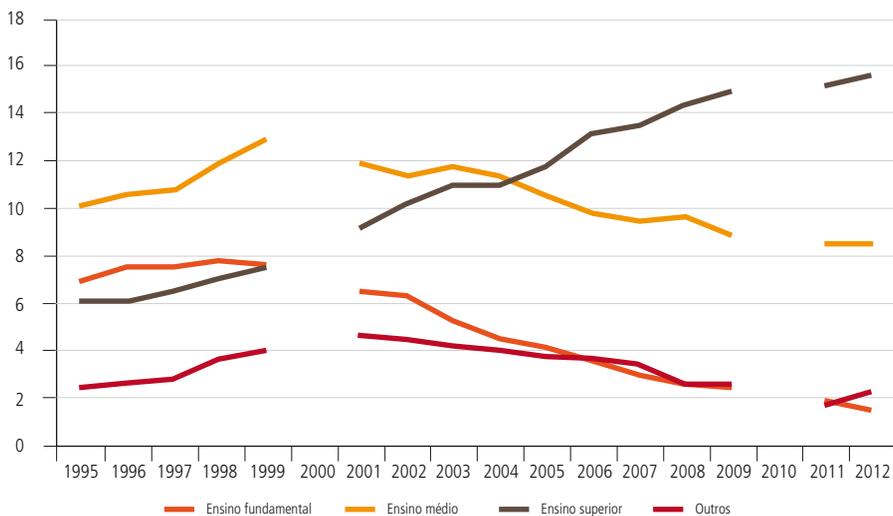
Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

GRÁFICO 10

Jovens de 18 a 24 anos de idade em cada etapa de ensino (1995-2012)

(Em %)



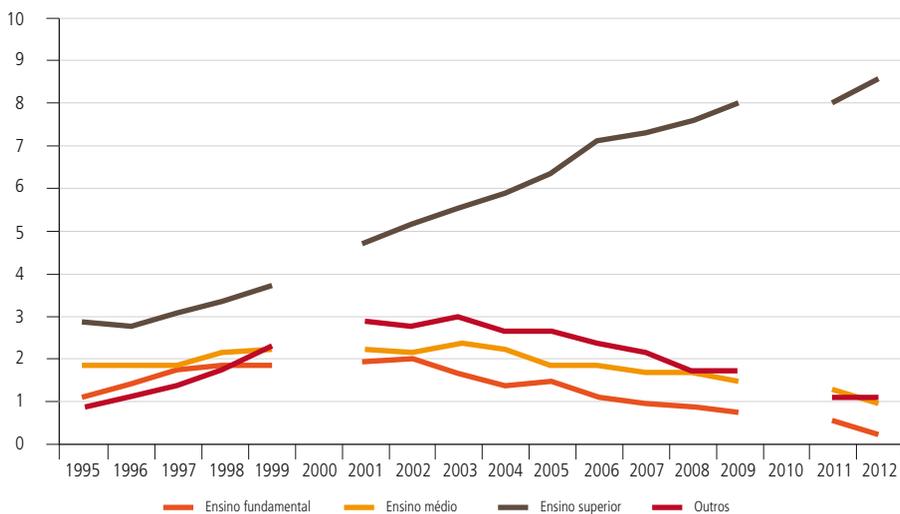
Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

GRÁFICO 11

Jovens de 25 a 29 anos de idade em cada etapa de ensino (1995-2012)

(Em %)

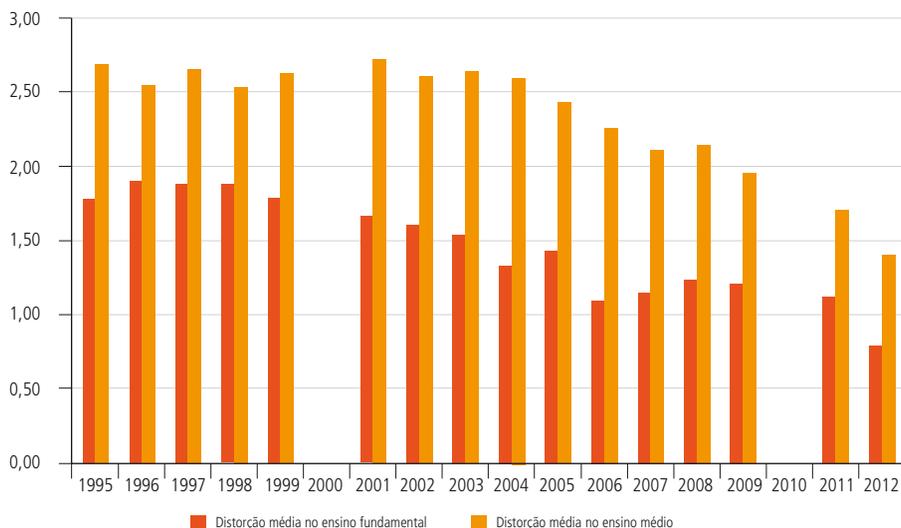


Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

De maneira geral, a melhoria no fluxo escolar é corroborada por meio do gráfico 12, que expõe a queda na média de anos além da idade correta para o ano cursado. Os jovens no ensino médio reduziram este indicador de 2,66 anos em 1995 para 1,39 ano em 2012. Simultaneamente, esta mesma estatística no ensino fundamental reduziu-se de 1,76 ano para 0,78 ano.

GRÁFICO 12
Distorção idade-série (1995-2012)
 (Em anos)



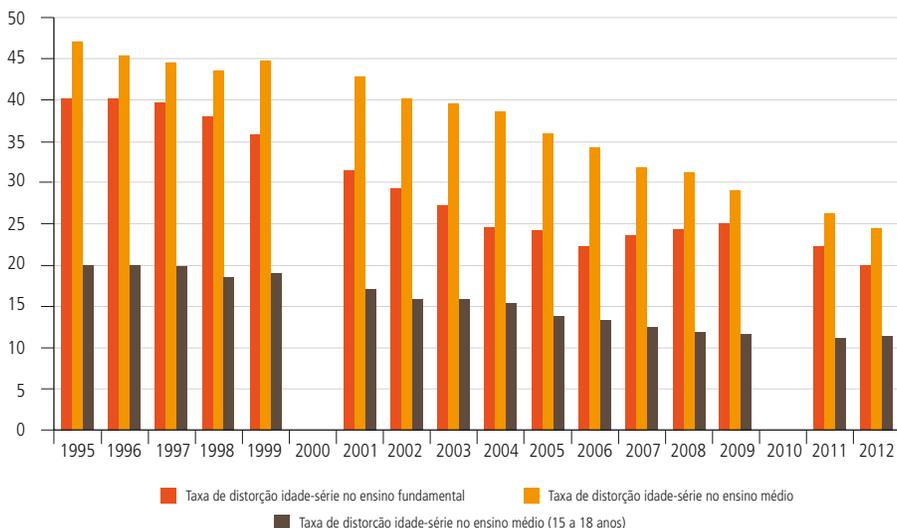
Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

O gráfico 13 apresenta uma queda na taxa de distorção idade-série. Entre os anos de 1995 e 2012, a proporção de jovens com os estudos atrasados recuou de 47% para 24% no ensino médio e de 40% para 20% no ensino fundamental. Mesmo ao se considerarem apenas os jovens entre 15 e 18 anos, a taxa evoluiu de 20% para 11%.

A redução do atraso escolar favoreceu o aumento observado da escolaridade dos jovens entre 1995 e 2012. Todavia, cabe ressaltar que há margem para melhorar o fluxo escolar, o que beneficiaria o aumento de qualificação dos jovens.

GRÁFICO 13
Taxa de distorção idade-série (1995-2012)
 (Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

5 PERFIL DOS JOVENS ESTUDANTES

5.1 Composição e evolução

Nesta seção, busca-se compreender como a preparação dos jovens para o mercado de trabalho varia de acordo com determinadas características sociodemográficas. Inicialmente, traça-se um perfil educacional dos jovens comparando-se indicadores entre homens e mulheres, negros⁴ e brancos, além de ricos e pobres.⁵ Em seguida, a partir de uma análise multivariada, investigam-se as características preponderantes na determinação da escolaridade dos jovens.

As mulheres, os brancos e os ricos são os grupos que apresentam indicadores educacionais mais favoráveis. Estas disparidades já se encontram documentadas em diversos estudos. Beltrão e Alves (2004) discutem a reversão da situação adversa das mulheres na educação, enquanto Soares *et al.*

4. Na definição de negros são considerados pardos e pretos.

5. Na definição adotada, os ricos compreendem o quinto superior da distribuição de renda e os pobres, o quinto inferior.

(2005) analisam as desigualdades de raça presentes no sistema educacional. As disparidades educacionais por raça e renda estão contempladas em políticas atuais voltadas para o acesso ao ensino superior, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e as cotas universitárias.

Em 2012, os diferenciais de gênero, raça e renda em anos de estudo correspondiam a 0,7 ano para as mulheres em relação aos homens; 1,7 ano para os brancos em relação aos negros; e 5 anos para os não pobres em relação aos extremamente pobres, entre os jovens de 25 a 29 anos. Para as faixas etárias de 18 a 24 anos de idade e de 15 a 17 anos de idade, a diferença equivale a, respectivamente, 0,8 ano e 0,6 ano entre mulheres e homens; 1,4 ano e 0,8 ano ao compararem-se brancos e negros; e 3,5 anos e 1,8 ano considerando-se não pobres e extremamente pobres. Ou seja, os maiores hiatos aparecem na comparação por renda e entre os jovens com mais idade.

A seguir, os gráficos de 14 a 22 apresentam os anos de escolaridade, a porcentagem de jovens que estudam e a distribuição dos jovens pelos níveis de ensino. Os gráficos de 14 a 16 mostram os dados para os sexos feminino e masculino; os de 17 a 19, para os grupos de brancos e negros; e os de 20 a 22, para as camadas de ricos e pobres.

Os gráficos 14, 17 e 20 revelam que a maior aquisição de escolaridade no período de 1995 a 2012 ocorreu para todos os jovens independentemente de sexo, raça ou renda. Todavia, as diferenças entre homens e mulheres, negros e brancos, pobres e ricos mantiveram-se bastante persistentes com o passar dos anos para as três faixas etárias em questão. Uma pequena redução do diferencial é constatada ao se considerar raça e renda.

GRÁFICO 14
Escolaridade dos jovens, por gênero (1995-2012)
 (Em anos de estudo)

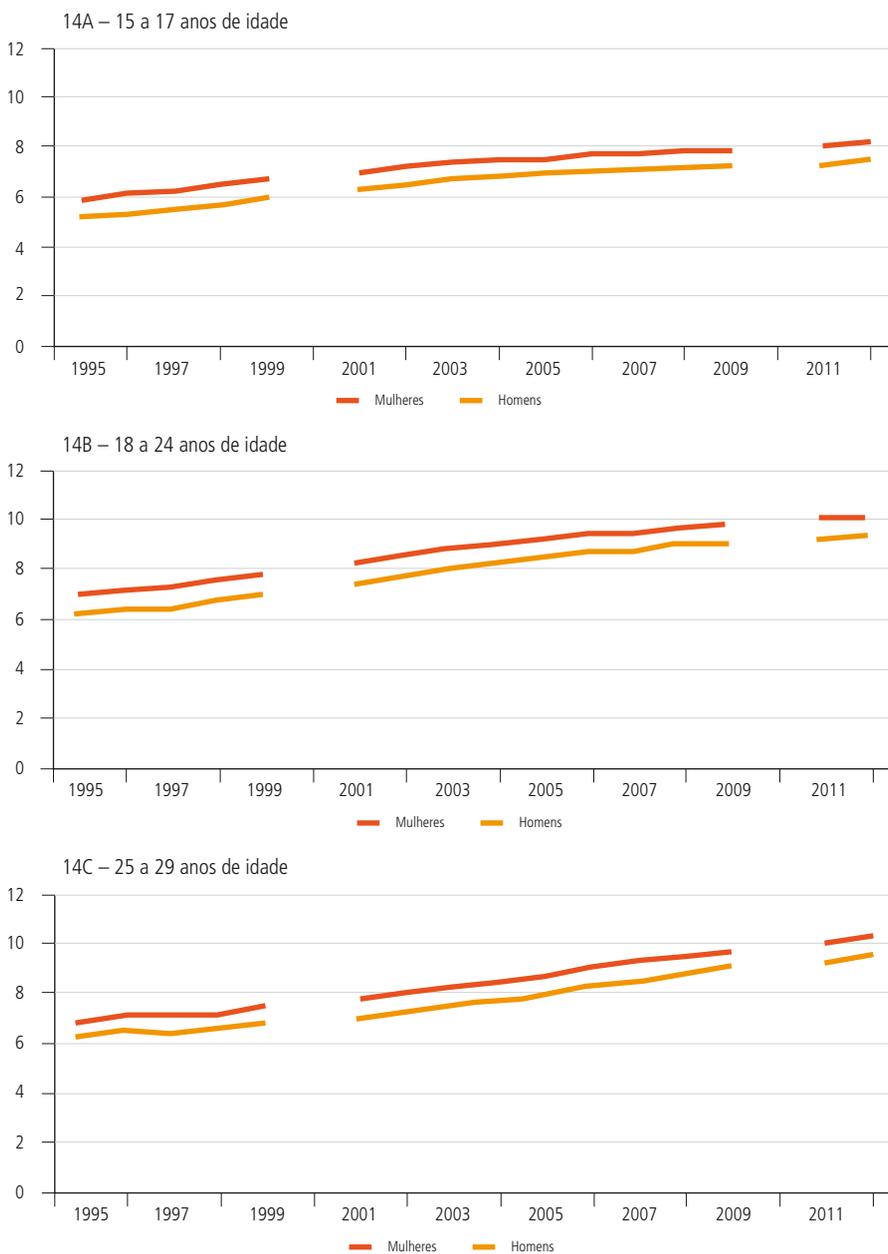
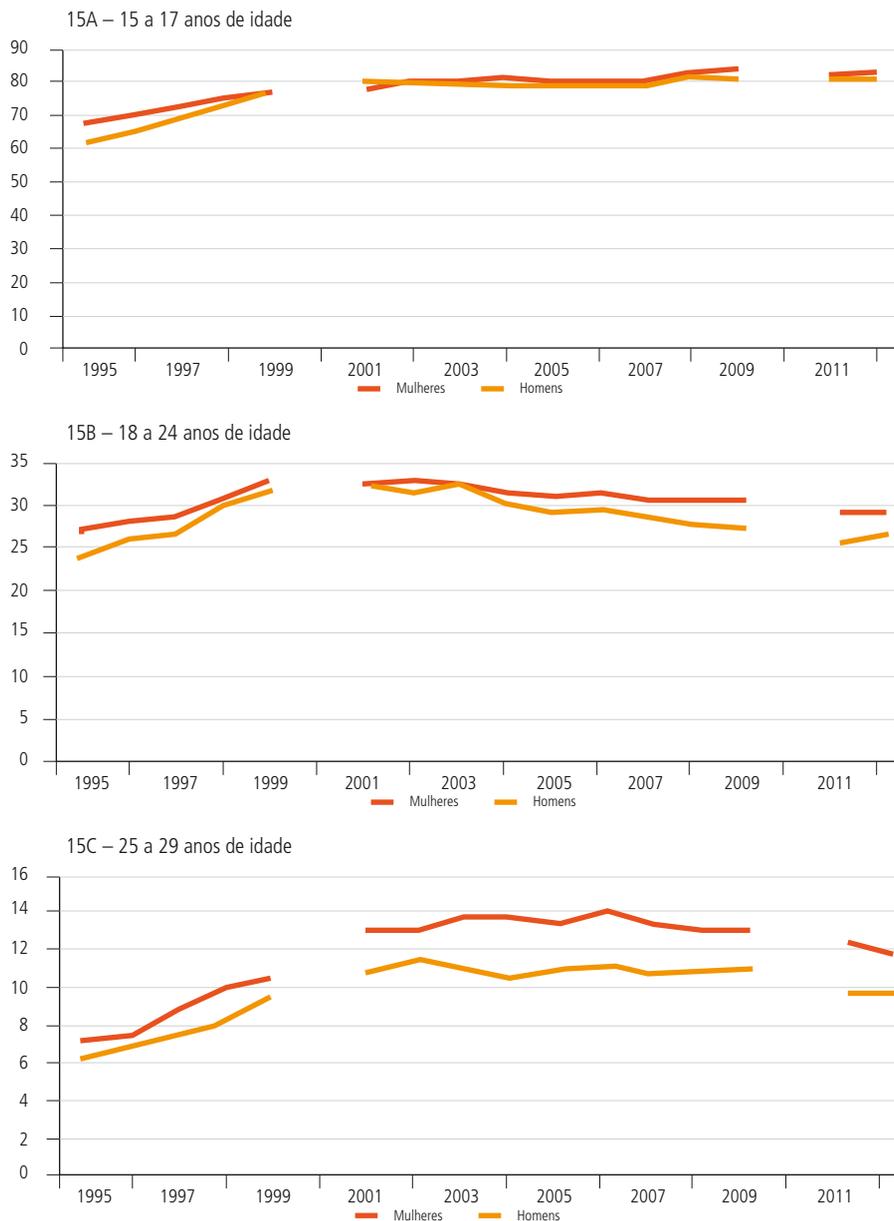


GRÁFICO 15
Jovens que estudam, por gênero (1995-2012)
 (Em %)



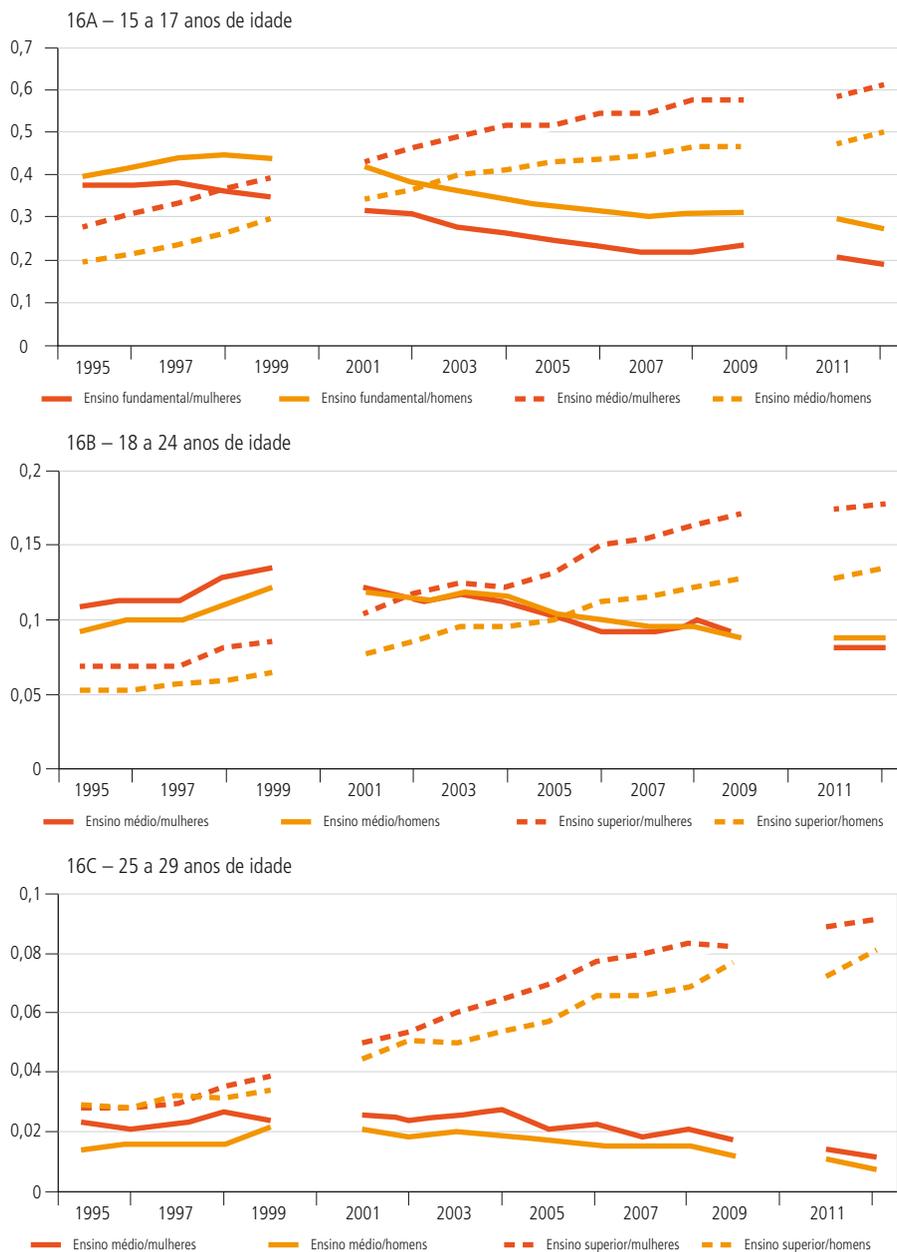
Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: 1. Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

2. Os gráficos não se encontram na mesma escala.

GRÁFICO 16
Jovens em cada etapa de ensino, por gênero (1995-2012)

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

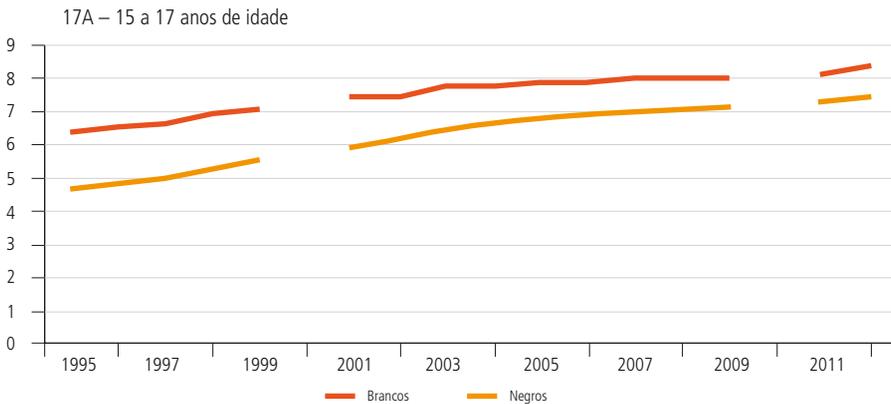
Obs.: 1. Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

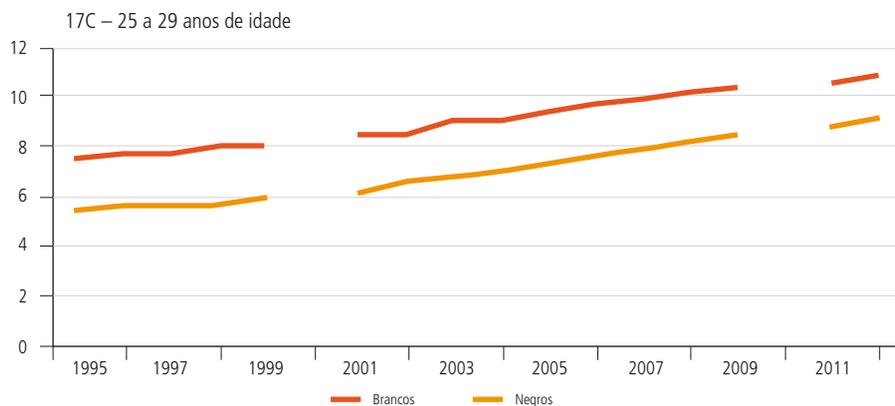
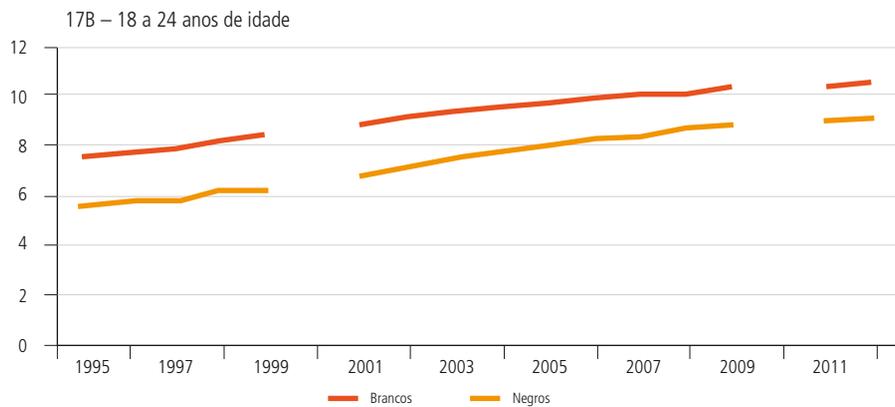
2. Os gráficos não se encontram na mesma escala.

Os indicadores de frequência escolar também refletem assimetrias favoráveis às mulheres, aos brancos e aos ricos. Em 2012, o diferencial de gênero, ao considerar-se a proporção de indivíduos jovens que estudam, corresponde a 2 p.p. ou 3 p.p. de acordo com a faixa etária analisada, enquanto o diferencial de raça varia entre 3 p.p. e 8 p.p. Os ricos possuem entre 8 p.p. e 18 p.p. a mais que os pobres para este indicador. A maior diferença aparece na faixa etária de 18 a 24 anos, seguida da faixa etária de 25 a 29 anos. Isto significa que novamente as maiores diferenças estão associadas à renda e aos jovens com mais de 18 anos.

A evolução destes indicadores de frequência escolar ao longo do período de 1995 a 2012 pode ser observada nos gráficos 15, 18 e 21. No gráfico 15, observa-se que, enquanto o hiato de gênero entre jovens de 15 a 17 anos foi praticamente eliminado em 1999 e manteve-se bastante reduzido até 2012, a proporção de homens que estudam reduziu-se mais que a de mulheres entre 2001 e 2012 para as faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos.

GRÁFICO 17
Escolaridade dos jovens, por raça (1995-2012)
 (Em anos de estudo)





Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: 1. Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

2. Os gráficos não se encontram na mesma escala.

GRÁFICO 18
Jovens que estudam, por raça (1995-2012)

(Em %)

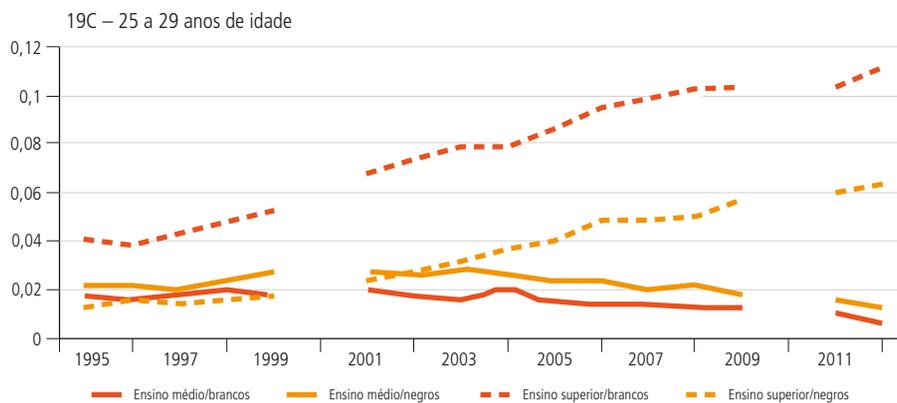
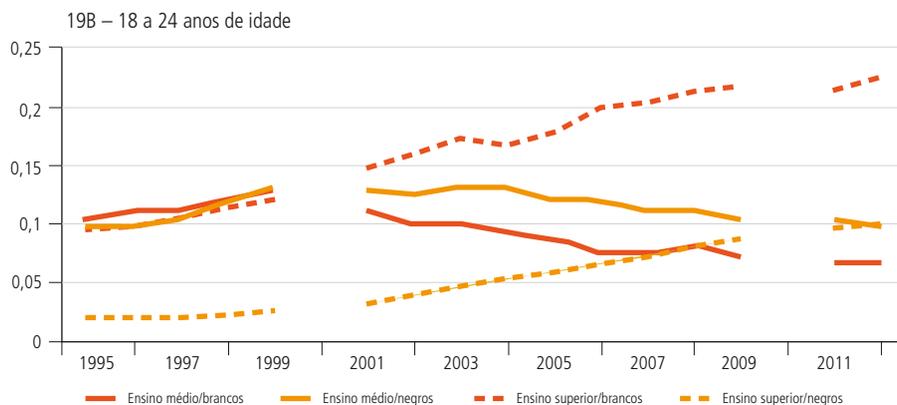
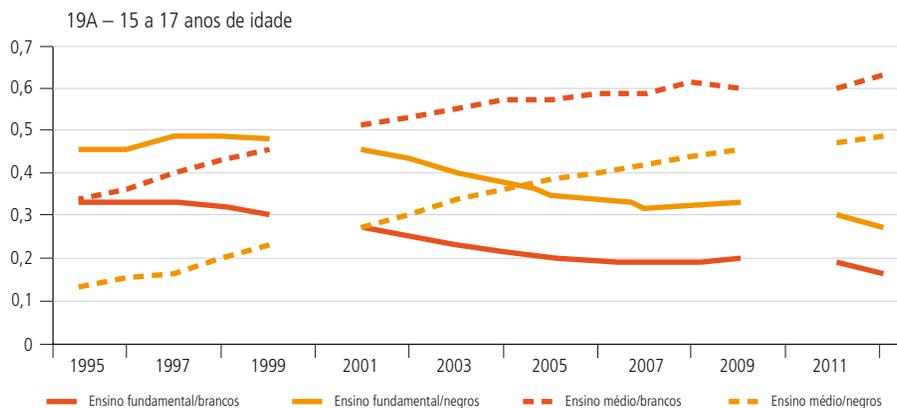


Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: 1. Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.
2. Os gráficos não se encontram na mesma escala.

GRÁFICO 19
Jovens em cada etapa de ensino, por raça (1995-2012)

(Em %)



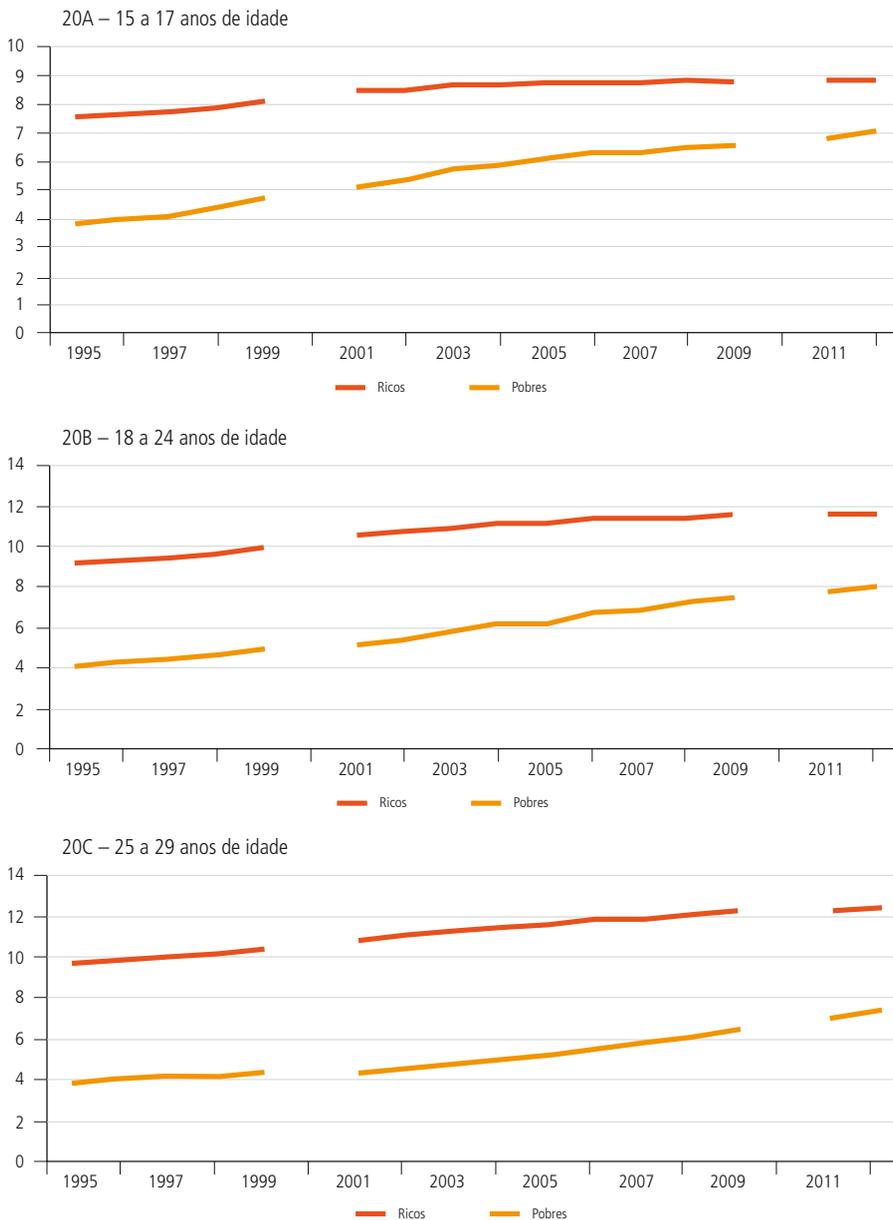
Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: 1. Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

2. Os gráficos não se encontram na mesma escala.

GRÁFICO 20
Escolaridade dos jovens, por renda (1995-2012)

(Em anos de estudo)



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: 1. Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

2. Os gráficos não se encontram na mesma escala.

GRÁFICO 21 Jovens que estudam, por renda (1995-2012)

(Em %)



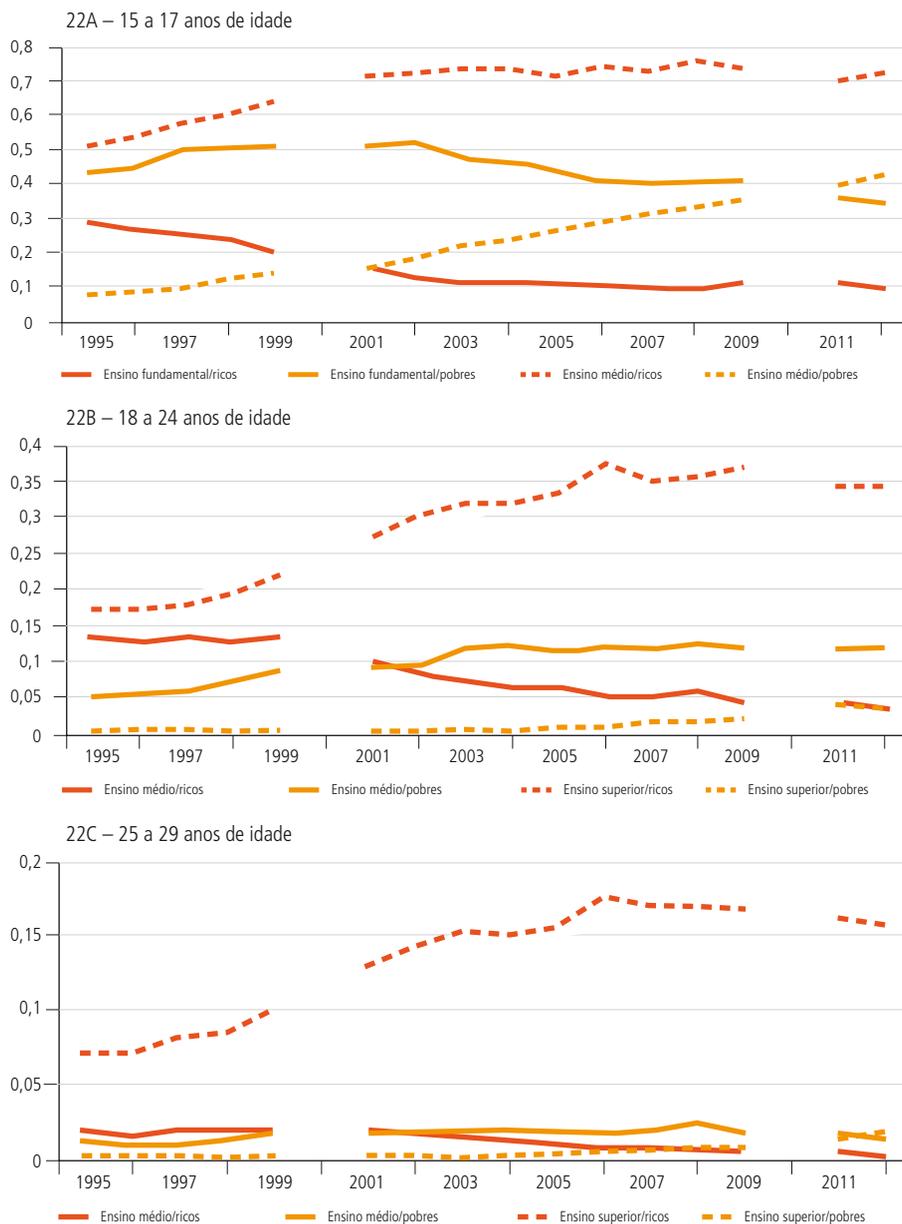
Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: 1. Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

2. Os gráficos não se encontram na mesma escala.

GRÁFICO 22
Jovens em cada etapa de ensino, por renda (1995-2012)

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: 1. Em 2000 e 2010, a PNAD não foi realizada.

2. Os gráficos não se encontram na mesma escala.

Analogamente ao ocorrido com o diferencial de gênero relativo à frequência escolar no período de 1995 a 2012, houve uma aproximação dos indicadores entre brancos e negros de 15 a 17 anos; mas, ao considerarem-se as faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, houve um aumento do hiato entre 2001 e 2012, devido a uma queda maior do indicador dos negros (gráfico 18). Padrão similar também é observado na relação entre ricos e pobres no gráfico 21, que registra uma intensa redução do diferencial por renda do indicador de frequência à escola entre aqueles na faixa etária de 15 a 17 anos, mas não entre aqueles nas faixas de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos.

Dessa forma, ressalta-se que a expansão da frequência escolar entre os jovens de 15 a 17 anos foi intensa entre aqueles em situação de desvantagem, a ponto de reduzir expressivamente o diferencial existente entre homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres. Contrariamente a esta tendência de maior igualdade para os mais jovens, destaca-se que a queda na proporção de estudantes entre os jovens de 18 a 24 anos, constatada na seção 3, revela-se um fenômeno mais acentuado entre homens, negros e pobres.

As desigualdades por gênero, raça e renda também estão presentes nas porcentagens de jovens que frequentam ou não a etapa escolar correta para sua idade. Enquanto cerca de 61% das mulheres, 63% dos brancos e 73% dos ricos entre 15 e 17 anos cursam o ensino médio, 50% dos homens, 49% dos negros e 42% dos pobres fazem o mesmo. Do mesmo modo, 18% das mulheres, 23% dos brancos e 34% dos ricos na faixa etária de 18 a 24 anos frequentam o ensino superior, contra 13% dos homens, 10% dos negros e 4% dos pobres. Novamente, o diferencial por renda destaca-se por ser o mais elevado.

Os gráficos 16, 19 e 22 evidenciam que, no período de 1995 a 2012, houve um aumento da proporção de jovens frequentando o ciclo correto para sua faixa etária, independentemente das características sociodemográficas dos jovens. Contudo, há que se ressaltar a persistência dos hiatos de gênero, raça e renda ao longo do tempo analisado. Houve até certo aumento da diferença para os jovens de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos. Para a faixa etária de 15 a 17 anos, houve alguma redução do diferencial de raça e de renda. Isto significa que a expansão do ensino médio para aqueles entre 15 e 17 anos ocorreu um pouco mais acentuadamente entre os negros e os pobres. A expansão do ensino superior nas faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos foi um pouco mais expressiva entre as mulheres, os brancos e os ricos.

5.2 Interação entre as características

Nesta subseção, considera-se como diversas características estão correlacionadas simultaneamente com a qualificação dos jovens. Esta análise multivariada permite avaliar a relação entre uma variável e a qualificação dos jovens tomando-se como constantes todas as outras variáveis incluídas no modelo. Em outras palavras, objetiva-se isolar a correlação entre a variável dependente e uma variável explicativa das demais.

Sem deixarem de ressaltar o importante papel do *background* familiar, Medeiros e Oliveira (2014) mostram que há muito espaço para reduções das desigualdades regionais em educação no Brasil. Assim, apesar de, no curto prazo, o sistema escolar não ser capaz de mudar atributos das pessoas e de suas famílias, seria capaz de alterar como estas características afetam a educação. Nesse sentido, os autores argumentam que a resposta aos atributos é substancialmente modificada pela qualidade do sistema educacional no qual o aluno se encontra.

Nos modelos a seguir, pretende-se identificar os determinantes de anos de estudos adquiridos, conclusão do ensino médio ou do ensino superior, frequência à etapa adequada à idade e frequência escolar. Serão analisadas as características individuais e domiciliares dos jovens que ainda não são chefes de família, utilizando-se modelos de regressão linear. Todos os resultados serão disponibilizados no apêndice, em razão de a interpretação destas tabelas ser mais intrincada que a dos gráficos apresentados.

O padrão observado anteriormente – as mulheres, os brancos e os que possuem maior renda apresentam uma quantidade maior de anos de estudo – também aparece mesmo após se controlarem outras características do indivíduo e do domicílio. A tabela A.1, no apêndice, mostra ainda que jovens em domicílios com chefes mais escolarizados adquirem maior escolaridade. Há diferenças regionais, com a região Sudeste – variável omitida – apresentando vantagem sobre as demais. Entre 1995 e 2012, houve a redução de alguns diferenciais. Os diferenciais de gênero e raça tornaram-se menores, a desvantagem da região Nordeste também diminuiu, bem como a influência da renda domiciliar *per capita*. Contudo, o papel da transmissão intergeracional da educação via anos de estudos do chefe elevou-se de 1995 para 2001 – entre 2001 e 2012, ele se reduziu, mas ficou em um patamar superior ao de 1995. Dessa forma, apesar de suavizado, o

papel das características socioeconômicas na determinação da escolaridade do jovem permaneceu significativo.

Os diferenciais de gênero, raça e renda também estão presentes ao se considerar a probabilidade de ter o ensino médio completo e de ter o ensino superior completo para as faixas etárias de 15 a 17 anos e 25 a 29 anos, respectivamente (tabelas A.2 e A.3). Apesar de as tendências não serem uniformes no período de 1995 a 2012 – enquanto o diferencial de gênero se elevou, o de raça se reduziu –, destaca-se que tais diferenciais continuaram significativos. Também os anos de estudo do chefe têm uma relação significativa e persistente com a probabilidade de o jovem completar estas etapas escolares.

Essas mesmas características socioeconômicas também são relevantes na determinação da probabilidade de um jovem frequentar a etapa correta de acordo com sua idade. As tabelas A.4 e A.5 apresentam o resultado para os jovens entre 15 e 17 anos e para os de 18 e 29 anos, respectivamente. O diferencial de gênero foi o único a se ampliar continuamente ao longo dos anos no período de 1995 a 2012, mas todos, insistentemente, continuam significativos neste período.

De forma similar, a probabilidade de um jovem estudar é afetada por suas características socioeconômicas, como sexo, raça, renda domiciliar e anos de estudo do chefe de domicílio. Embora exista uma tendência à redução, a desvantagem de ser homem, negro, pobre e morador de um domicílio cujo chefe tenha baixa escolaridade persiste ao longo do período de 1995 a 2012.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível encontrar um traço comum entre o que representa a juventude, na vida de um indivíduo, e o momento em que o Brasil se encontra em termos do que se oferece aos jovens para as próximas décadas. Tal interseção poderia ser resumida em duas palavras: ineditismo e necessidade de se fazerem escolhas.

Isso porque a juventude representa um processo em que, pela primeira vez, se vislumbra como as escolhas profissionais e educacionais proporcionarão novos caminhos e oportunidades com maior nitidez.

No caso da sociedade brasileira, a novidade se assenta no fato de que nunca houve, ou haverá, tantos jovens como as projeções demográficas apontam para o país na próxima década. Assim, esta enorme população vem, cada vez mais, decidindo a respeito de qualificação e ingresso no mercado de trabalho, cujos determinantes são, essencialmente, a qualidade de sua formação e a condição econômica do país, ao longo de seu horizonte profissional.

Logo, coloca-se o desafio de que as políticas públicas privilegiem, em seu processo de formulação, práticas que considerem a ampliação da formação e que, sobretudo, consigam fomentar a melhoria do aprendizado. No período analisado, viu-se um aumento entre dois anos e três anos de estudo entre os jovens, expansão no acesso e alguma redução nos diferenciais educacionais, em função do maior tempo de permanência na escola e da melhoria do fluxo escolar.

Por sua vez, o aumento da porcentagem de jovens entre 18 e 29 anos que não estudam e não são economicamente ativos lança dúvidas a respeito da qualidade de sua formação. Esta parte da população parece não se sentir suficientemente qualificada para o mercado de trabalho ou, o que seria pior, não enxerga que os mecanismos tradicionais, geradores de incrementos de escolaridade formal, são suficientes para suprir tal requisito.

A questão educacional, assim como outras alterações socioeconômicas recentes do país, parece encontrar-se no dilema do *copo meio cheio ou meio vazio*. Novamente, o que parece mais adequado e, ao mesmo tempo, mais complexo na saída desta situação é garantir a melhoria do aprendizado em paralelo à melhoria do acesso e da permanência na escola. Do contrário, as melhorias nos próximos anos tendem a ser conduzidas, novamente, em um contexto em que as desvantagens de negros, pobres ou mesmo daqueles que residem em domicílios de chefes com baixa escolaridade ainda serão determinantes.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Abandono e evasão no ensino médio no Brasil: magnitude e tendências. *In*: INSTITUTO UNIBANCO. **A crise de audiência no ensino médio**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2008. p. 7-42. Disponível em: <<http://tinyurl.com/o68awg2>>.
- BELTRÃO, K.; ALVES, J. E. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. Belo Horizonte: ABEP, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Juventude levada em conta: demografia**. Brasília: SAE, 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/SAEjuv>>.
- CORSEUIL, C. H. *et al.* Youth labor market in Brazil through the lens of the flow approach. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41., dez. 2013. Foz do Iguaçu, Paraná. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPEC, 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/m8ku7bw>>.
- DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Qualificação profissional e mercado de trabalho**: reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego. Dieese: São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n7cewkm>>.
- FLORI, P. Desemprego de jovens no Brasil. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 29-60, 2005.
- ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Global employment trends for youth 2013**. Geneva: OIT, 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/cawemu7>>.
- MEDEIROS, M.; OLIVEIRA, L. F. B. Possibilidades de redução das desigualdades regionais em anos de estudo no Brasil – 2011. **Sociedade e Estado**, 2014. No prelo.
- MENEZES FILHO, N. A.; LEE, M. K. H.; KOMATSU, B. K. **Mudanças na situação de estudo e trabalho dos jovens no Brasil**. São Paulo: Insper, ago. 2013. (Policy Paper, n. 8). Disponível em: <<http://tinyurl.com/q9r36z9>>.
- NERI, M.; OLIVEIRA, L. F. B. Frequência escolar entre 15 e 17 anos: fluxo e motivação. *In*: TODOS PELA EDUCAÇÃO. **De olho nas metas 2012**. São Paulo: Todos pela educação, 2013. p. 104-112. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mdds39a>>.

SILVEIRA, F.; CAMPOLINA, B.; HORN, R. Impactos do programa Bolsa Família na alocação do tempo entre escola e trabalho de crianças e adolescentes de 10 a 18 anos. *In*: NERI, M.; CAMPELLO, T. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 305-326. Disponível em: <<http://tinyurl.com/IpeaPBFpdf>>.

SOARES, S. *et al.* (Org.). **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lbra8d8>>.

SOARES, S.; NASCIMENTO, P. A. M. M. Evolução do desempenho cognitivo dos jovens brasileiros no Pisa? **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 145, jan./abr. 2012.

APÊNDICE A

TABELA A.1

Determinantes dos diferenciais de anos de estudos, calculados pelo método de mínimos quadrados ordinários (MQOs) (1995-2012)

| | 1995 | 2001 | 2007 | 2012 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Mulher | 0,539*** (0,0310) | 0,463*** (0,0327) | 0,447*** (0,0399) | 0,396*** (0,0513) |
| Branco | 0,346*** (0,0354) | 0,189*** (0,0375) | 0,0290 (0,0443) | 0,162*** (0,0579) |
| Norte | -0,185*** (0,0689) | -0,412*** (0,0596) | -0,152** (0,0707) | -0,0961 (0,0816) |
| Nordeste | -0,889*** (0,0404) | -0,536*** (0,0448) | -0,256*** (0,0551) | -0,179*** (0,0693) |
| Sul | 0,180*** (0,0622) | -0,00125 (0,0695) | -0,0323 (0,0808) | -0,175* (0,0956) |
| Centro-Oeste | 0,0807 (0,0602) | 0,203*** (0,0685) | -0,00222 (0,0775) | -0,139 (0,0943) |
| Meio rural | -0,484*** (0,0375) | -0,142*** (0,0506) | -0,0103 (0,0703) | -0,0677 (0,0895) |
| Renda domiciliar <i>per capita</i> (logaritmo) | 0,436*** (0,0134) | 0,259*** (0,0143) | 0,198*** (0,0163) | 0,0928*** (0,0202) |
| Anos de estudo do chefe do domicílio | 0,106*** (0,00432) | 0,377*** (0,0106) | 0,270*** (0,00891) | 0,243*** (0,00982) |
| Número de observações | 87.017 | 101.298 | 103.565 | 86.360 |

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Um asterisco (*) indica significância em 10%; dois asteriscos (**), significância em 5%; e três asteriscos (***), significância em 1%. A ausência de asterisco representa coeficiente não significativo.

2. Erros-padrão entre parênteses.

TABELA A.2
Determinantes dos diferenciais de conclusão do ensino médio, calculados pelo método de MQOs (1995-2012)

| | 1995 | 2001 | 2007 | 2012 |
|--|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Mulher | 0,504*** (0,115) | 0,693*** (0,0747) | 0,762*** (0,0670) | 0,805*** (0,0691) |
| Branco | 0,742*** (0,138) | 0,554*** (0,0812) | 0,423*** (0,0708) | 0,330*** (0,0725) |
| Norte | -0,197 (0,265) | -0,540*** (0,133) | -0,562*** (0,105) | -0,396*** (0,105) |
| Nordeste | 0,0564 (0,158) | -0,307*** (0,0985) | -0,449*** (0,0875) | -0,117 (0,0925) |
| Sul | 0,317** (0,146) | 0,0249 (0,0983) | -0,339*** (0,0955) | -0,364*** (0,103) |
| Centro-Oeste | 0,226 (0,190) | -0,328*** (0,118) | -0,381*** (0,108) | -0,0602 (0,108) |
| Meio rural | -0,646** (0,261) | -0,384* (0,196) | 0,170 (0,139) | -0,0911 (0,143) |
| Renda domiciliar <i>per capita</i> (logaritmo) | 0,678*** (0,0638) | 0,792*** (0,0614) | 0,562*** (0,0606) | 0,466*** (0,0685) |
| Anos de estudo do chefe do domicílio | 0,0646*** (0,00991) | 0,0815*** (0,0106) | 0,116*** (0,00935) | 0,108*** (0,00940) |
| Número de observações | 6.182 | 7.752 | 7.189 | 6.031 |

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Um asterisco (*) indica significância em 10%; dois asteriscos (**), significância em 5%; e três asteriscos (***), significância em 1%. A ausência de asterisco representa coeficiente não significativo.

2. Erros-padrão entre parênteses.

TABELA A.3

Determinantes dos diferenciais de conclusão do ensino superior, calculados pelo método de MQOs (1995-2012)

| | 1995 | 2001 | 2007 | 2012 |
|--|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| Mulher | 0,442*** (0,0793) | 0,617*** (0,0749) | 0,754*** (0,0569) | 0,828*** (0,0547) |
| Branco | 0,549*** (0,0978) | 0,511*** (0,0887) | 0,576*** (0,0586) | 0,420*** (0,0539) |
| Norte | -0,234 (0,197) | -0,282** (0,131) | -0,0107 (0,0887) | -0,0451 (0,0833) |
| Nordeste | 0,0274 (0,110) | 0,114 (0,0998) | 0,104 (0,0734) | -0,0474 (0,0693) |
| Sul | 0,117 (0,0985) | -0,0588 (0,0904) | -0,0161 (0,0705) | -0,199*** (0,0677) |
| Centro-Oeste | 0,0213 (0,126) | -0,137 (0,111) | 0,103 (0,0805) | 0,203*** (0,0734) |
| Meio rural | -0,896*** (0,215) | -0,569 (0,390) | -0,620*** (0,199) | -0,217 (0,167) |
| Renda domiciliar <i>per capita</i> (logaritmo) | 1,277*** (0,0455) | 1,275*** (0,0595) | 1,340*** (0,0472) | 1,362*** (0,0520) |
| Anos de estudo do chefe do domicílio | 0,131*** (0,00713) | 0,207*** (0,0132) | 0,201*** (0,0105) | 0,229*** (0,0109) |
| Número de observações | 26.490 | 29.953 | 33.516 | 28.358 |

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Um asterisco (*) indica significância em 10%; dois asteriscos (**), significância em 5%; e três asteriscos (***), significância em 1%. A ausência de asterisco representa coeficiente não significativo.

2. Erros-padrão entre parênteses.

TABELA A.4

Determinantes dos diferenciais de adequação idade-série no ensino médio, calculados pelo método de MQOs (1995-2012)

| | 1995 | 2001 | 2007 | 2012 |
|--|------|-----------|-----------|-----------|
| Mulher | 0 | 0,572*** | 0,638*** | 0,636*** |
| | 0 | (0,0388) | (0,0381) | (0,0395) |
| Branco | 0 | 0,495*** | 0,423*** | 0,442*** |
| | 0 | (0,0425) | (0,0421) | (0,0441) |
| Norte | 0 | -0,398*** | -0,354*** | -0,505*** |
| | 0 | (0,0655) | (0,0635) | (0,0620) |
| Nordeste | 0 | -0,373*** | -0,201*** | -0,148*** |
| | 0 | (0,0509) | (0,0512) | (0,0534) |
| Sul | 0 | 0,0329 | -0,300*** | -0,406*** |
| | 0 | (0,0580) | (0,0611) | (0,0635) |
| Centro-Oeste | 0 | -0,153** | -0,0877 | -0,0722 |
| | 0 | (0,0656) | (0,0673) | (0,0685) |
| Meio rural | 0 | 0,0965 | 0,0328 | 0,0894 |
| | 0 | (0,0826) | (0,0747) | (0,0814) |
| Renda domiciliar <i>per capita</i> (logaritmo) | 0 | 0,695*** | 0,572*** | 0,480*** |
| | 0 | (0,0354) | (0,0308) | (0,0326) |
| Anos de estudo do chefe do domicílio | 0 | 0,143*** | 0,146*** | 0,132*** |
| | 0 | (0,00601) | (0,00562) | (0,00561) |
| Número de observações | 0 | 21.651 | 20.306 | 18.003 |

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Um asterisco (*) indica significância em 10%; dois asteriscos (**), significância em 5%; e três asteriscos (***), significância em 1%. A ausência de asterisco representa coeficiente não significativo.

2. Erros-padrão entre parênteses.

TABELA A.5

Determinantes dos diferenciais de adequação idade-série no ensino superior, calculados pelo método de MQOs (1995-2012)

| | 1995 | 2001 | 2007 | 2012 |
|---|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Mulher | 0,374*** (0,0488) | 0,401*** (0,0381) | 0,462*** (0,0301) | 0,437*** (0,0294) |
| Branco | 0,732*** (0,0590) | 0,554*** (0,0438) | 0,400*** (0,0324) | 0,436*** (0,0314) |
| Norte | 0,151 (0,106) | 0,336*** (0,0646) | 0,353*** (0,0479) | 0,314*** (0,0467) |
| Nordeste | 0,290*** (0,0666) | 0,568*** (0,0498) | 0,254*** (0,0391) | 0,395*** (0,0393) |
| Sul | 0,327*** (0,0619) | 0,405*** (0,0488) | 0,125*** (0,0411) | 0,235*** (0,0409) |
| Centro-Oeste | 0,336*** (0,0791) | 0,536*** (0,0579) | 0,320*** (0,0470) | 0,349*** (0,0453) |
| Meio rural | -0,640*** (0,135) | -0,144 (0,131) | -0,323*** (0,0853) | -0,319*** (0,0790) |
| Renda domiciliar per capita (logaritmo) | 0,953*** (0,0288) | 0,949*** (0,0299) | 0,800*** (0,0250) | 0,489*** (0,0300) |
| Anos de estudo do chefe do domicílio | 0,0978*** (0,00410) | 0,160*** (0,00590) | 0,134*** (0,00478) | 0,130*** (0,00491) |
| Número de observações | 65.068 | 76.759 | 80.382 | 66.835 |

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Um asterisco (*) indica significância em 10%; dois asteriscos (**), significância em 5%; e três asteriscos (***), significância em 1%. A ausência de asterisco representa coeficiente não significativo.

2. Erros-padrão entre parênteses.

TABELA A.6

Determinantes dos diferenciais de frequência escolar, calculados pelo método de MQOs (1995-2012)

| | 1995 | 2001 | 2007 | 2012 |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Anos de estudo | 0,222*** (0,00495) | 0,119*** (0,00398) | 0,106*** (0,00441) | 0,178*** (0,00588) |
| Mulher | 0,142*** (0,0271) | 0,0659*** (0,0215) | 0,162*** (0,0211) | 0,135*** (0,0241) |
| Branco | -0,00681 (0,0298) | -0,00164 (0,0234) | 0,133*** (0,0223) | 0,180*** (0,0253) |
| Norte | 0,759*** (0,0518) | 0,786*** (0,0350) | 0,592*** (0,0344) | 0,602*** (0,0369) |
| Nordeste | 0,580*** (0,0353) | 0,856*** (0,0277) | 0,612*** (0,0269) | 0,486*** (0,0313) |
| Sul | -0,126*** (0,0399) | 0,0621* (0,0327) | 0,0423 (0,0327) | 0,150*** (0,0360) |
| Centro-Oeste | 0,173*** (0,0446) | 0,436*** (0,0349) | 0,327*** (0,0347) | 0,317*** (0,0385) |
| Meio rural | -0,123*** (0,0462) | 0,0521 (0,0482) | -0,107** (0,0467) | -0,103* (0,0543) |
| Renda domiciliar <i>per capita</i> (logaritmo) | 0,142*** (0,0152) | 0,172*** (0,0132) | 0,217*** (0,0138) | 0,0956*** (0,0155) |
| Anos de estudo do chefe do domicílio | 0,0232*** (0,00243) | 0,0548*** (0,00313) | 0,0536*** (0,00303) | 0,0479*** (0,00336) |
| Número de observações | 66.018 | 79.036 | 82.485 | 67.801 |

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Um asterisco (*) indica significância em 10%; dois asteriscos (**), significância em 5%; e três asteriscos (***), significância em 1%. A ausência de asterisco representa coeficiente não significativo.

2. Erros-padrão entre parênteses.

O FENÔMENO DOS JOVENS NEM-NEM*

Joana Simões de Melo Costa**

Gabriel Ulyssea***

SINOPSE

O capítulo aborda o fenômeno *nem-nem* e sua evolução num período de vinte anos, apresentando uma caracterização detalhada do grupo de jovens que não trabalham nem estudam, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados de 1992 a 2012. Indicam-se momentos de reversão de tendências, mudanças no perfil dos jovens inseridos nesta categoria e determinantes do fenômeno estudado.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento social e econômico de um país depende em grande parte do capital humano de sua população jovem, que é em larga medida determinado pelo acesso à educação formal e pela experiência no mercado de trabalho. No entanto, em relatório recente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que aproximadamente dois terços da população jovem em países em desenvolvimento encontram-se desempregados, empregados informalmente, inativos ou sem estudar (OIT, 2013). Da mesma forma, os jovens de países desenvolvidos estão expostos a situações de vulnerabilidade: em países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um em cada seis jovens não possui emprego, não está estudando ou realizando treinamento (OIT, 2013).

O Brasil enfrenta desafios semelhantes. Há uma crescente preocupação – tanto entre pesquisadores quanto entre formuladores de políticas – com os jovens que não estão investindo em sua capacidade produtiva por meio do

* Os autores são extremamente gratos ao excelente trabalho feito por Maíra Albuquerque Penna Franca no processamento e análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

** Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

*** Coordenador de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Renda da Disoc do Ipea.

sistema formal de ensino ou diretamente no mercado de trabalho. Eles são chamados de nem-nem, pois não participam da população economicamente ativa (PEA) (isto é, nem estão ocupados nem procuram emprego) e também não estudam. Em 2012, este grupo totalizou 15,5% dos jovens entre 15 e 29 anos de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este é um número alto, sem dúvida, mas que vinha em trajetória de queda contínua desde 1992 até 2009. Entre 2009 e 2012, no entanto, a proporção de nem-nem subiu de forma expressiva, o que vem suscitando um intenso debate acerca de quem são estes jovens e os determinantes de sua escolha de não estudar e tampouco participarem do mercado de trabalho.

O objetivo deste capítulo é contribuir para este debate e para a nascente literatura sobre o fenômeno dos nem-nem no Brasil, apresentando uma caracterização detalhada desse grupo de jovens, sua evolução nos últimos vinte anos, bem como oferecer algumas evidências preliminares de potenciais determinantes de um jovem ser nem-nem.

A análise mostra que ser mulher, ter filhos, possuir baixa escolaridade e baixa renda domiciliar são características fortemente associadas à propensão de ser nem-nem, tal como já indicado em Camarano e Kanso (2012) e Monteiro (2013).¹ Porém, a expressiva redução na proporção de nem-nem observada entre 1992 e 2009 esteve fortemente concentrada entre as mulheres, especialmente aquelas que têm filhos. Isto reflete a melhora da inserção destas mulheres tanto no mercado de trabalho quanto na escola observada nos últimos vinte anos. Já o aumento recente da condição de nem-nem, entre 2009 e 2012, ocorreu simultaneamente para homens e mulheres, e foi mais pronunciado entre os indivíduos menos escolarizados, de baixa renda domiciliar e residentes em áreas rurais.

Na segunda parte da análise, em que foram utilizados modelos de regressão simples (modelos *probit*), confirmaram-se em grande parte os resultados já encontrados na análise não condicional. A única exceção é a raça que, na análise não condicionada, parece ser um determinante importante, mas perde força quando as demais características observáveis são controladas (deixa de

1. Camarano e Kanso (2012) e Monteiro (2013) consideram diferentes faixas etárias em suas análises. Enquanto o primeiro estudo considerou jovens de 15 a 29 anos, o segundo se restringiu àqueles entre 19 e 24 anos.

ser estatisticamente significativa). Quanto às decomposições estatísticas (à Oaxaca-Blinder), a análise indica que para todos os períodos e faixas etárias o efeito-composição atuou no sentido de reduzir a proporção de nem-nem. Isso quer dizer que a evolução de características como escolaridade média dos jovens e proporção de quem tem filhos atuou na direção de reduzir a proporção de nem-nem em ambos os períodos estudados (1992 a 2008 e 2009 a 2012). Já os componentes não observáveis também contribuíram para reduzir a proporção de nem-nem entre 1992 e 2008, mas atuaram na direção contrária entre 2009 e 2012. Assim, o componente não explicado contribuiu fortemente para *eleva*r a proporção de nem-nem, mais do que compensando o efeito-composição positivo.

Cabe ressaltar que essa análise baseia-se exclusivamente em dados a respeito do estoque de jovens a cada ano. Em estudo recente, Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013) analisam os fluxos dos jovens de 17 a 22 anos com base nos dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME). Os autores argumentam que o recente crescimento da proporção de jovens fora da PEA e sem estudar ocorreu devido a uma elevação do tempo que os jovens permanecem na situação nem-nem. Apesar deste aumento, os autores relatam que os jovens não permanecem muito tempo na inatividade sem estudar e que há elevada rotatividade entre jovens na situação nem-nem. Todavia, a transitoriedade na situação nem-nem seria menor entre aqueles com menor nível educacional. Assim, a preocupação de encontrar saídas para a condição nem-nem é mais relevante para jovens menos escolarizados, o que reforça os resultados apresentados neste capítulo.

O restante do capítulo está organizado em quatro seções. Na seção 2 são apresentados brevemente os dados utilizados. Na seção 3 foram analisadas as principais características associadas ao fenômeno dos nem-nem e como estas evoluíram ao longo dos últimos vinte anos. A seção 4 apresenta as análises de regressão e decomposição, enquanto a seção 5 conclui.

2 DADOS

Nesta seção são utilizados os dados da PNAD/IBGE, para o período de 1992 a 2012. A amostra final exclui o norte rural para manter a comparabilidade das amostras entre os anos (o norte rural foi incluído na PNAD somente a partir de 2004). O universo desta pesquisa se restringe aos jovens de 15 a 29 anos de idade.

Os nem-nem são definidos como aqueles jovens que não estão na PEA e também não frequentam o ensino formal. Assim, é possível que parte dos jovens considerados como nem-nem na PNAD pudesse estar dedicada ao ensino técnico e treinamento profissional, fora do sistema educacional formal. Ou seja, em princípio é possível que a proporção de jovens tidos como nem-nem esteja superestimada na PNAD. Para verificar essa hipótese, utilizou-se o suplemento acerca do ensino técnico disponível na PNAD de 2007, que contém a informação se o indivíduo frequenta o ensino técnico ou não. Ao se incorporar esta informação, a proporção de nem-nem se altera muito pouco, passando de 14,7% para 14,1%. Portanto, este resultado reforça a confiança de que a PNAD está capturando de forma adequada o fenômeno dos nem-nem.

A tabela 1 revela as estatísticas descritivas da amostra utilizada para três anos específicos (1992, 2002 e 2012). Ela também mostra que os jovens de 15 a 29 anos tornaram-se mais educados, como pode ser observado pelo aumento da proporção de jovens que completaram o ensino fundamental ou o ensino médio. Outra variação importante ao longo do tempo foi a redução da proporção de jovens com filhos. Já a proporção de jovens que não participam da PEA e nem estudam reduziu-se entre 1992 e 2002, mas permaneceu praticamente no mesmo patamar entre 2002 e 2012.

TABELA 1
Características descritivas da amostra
 (Em %)

| Ano | 1992 | 2002 | 2012 |
|----------------------------------|------|------|------|
| Branco | 53 | 51 | 45 |
| Mulher | 51 | 50 | 50 |
| Fundamental ou médio incompleto | 20 | 27 | 31 |
| Médio ou mais | 16 | 29 | 46 |
| Centro-Oeste | 7 | 7 | 8 |
| Nordeste | 29 | 30 | 30 |
| Norte | 5 | 6 | 8 |
| Sudeste | 43 | 42 | 41 |
| Sul | 15 | 14 | 14 |
| Urbano | 79 | 85 | 87 |
| Filhos | 31 | 29 | 24 |
| Renda familiar <i>per capita</i> | 455 | 566 | 774 |
| Nem-nem | 20 | 15 | 16 |

Fonte: PNAD/IBGE.
 Elaboração dos autores.

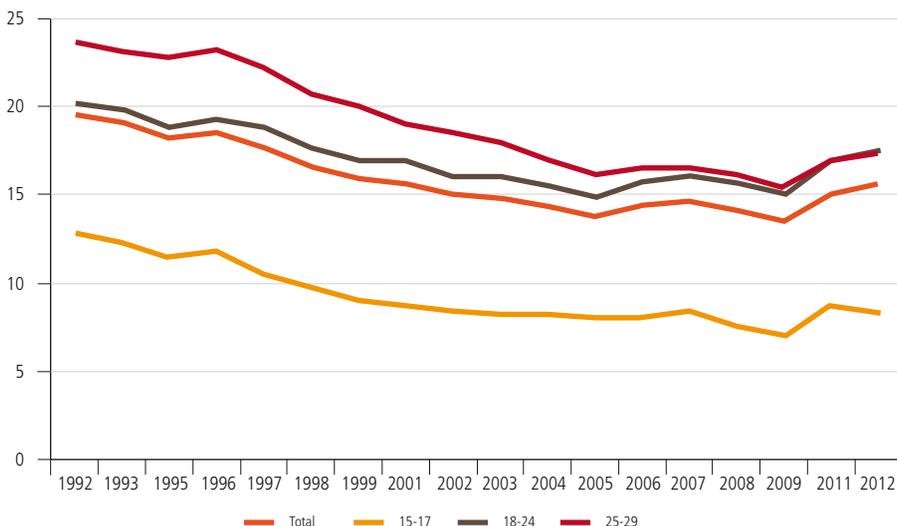
Nas seções a seguir será explorado com maior detalhe o papel de algumas características socioeconômicas no fenômeno dos nem-nem.

3 QUEM SÃO OS JOVENS NEM-NEM?

Nesta seção serão utilizados os dados da PNAD para analisar as principais características dos jovens nem-nem e como estas evoluíram ao longo do tempo.

O gráfico 1 mostra a evolução da proporção de nem-nem no total de jovens de 15 a 29 anos de idade, bem como para aqueles nas faixas etárias de 15 a 17, 18 a 24 e 25 a 29 anos de idade. Pode-se notar também no gráfico que em 2012 aproximadamente 15,5% dos jovens entre 15 e 29 anos não participavam da força de trabalho e nem se dedicavam ao estudo formal. Este percentual chega a 17,4% dos jovens nas faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, mas reduz-se a 8,4% ao se levar em conta aqueles entre 15 e 17 anos. Assim, a condição nem-nem é um fenômeno mais relevante entre os jovens já fora da idade escolar (considerando apenas o ensino básico).

GRÁFICO 1
Proporção de nem-nem (1992-2012)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração dos autores.

Cabe notar que a tendência geral dos últimos vinte anos (1992-2012) é de retração da proporção de nem-nem, com uma redução de 20,2% para

15,5% (gráfico 1). Porém, entre 2009 e 2012 houve um expressivo aumento, com uma variação de 2 pontos percentuais (p.p.), o que deixou o percentual de jovens na situação nem-nem em 2012 (15,5%) similar ao observado em 2001 (15,7%). Assim, embora o fenômeno dos nem-nem não seja recente, parece ter sido a reversão atual na tendência de queda observada desde 1992 que reaqueceu o debate em relação aos determinantes da decisão dos jovens de não se educarem e tampouco participarem do mercado de trabalho.

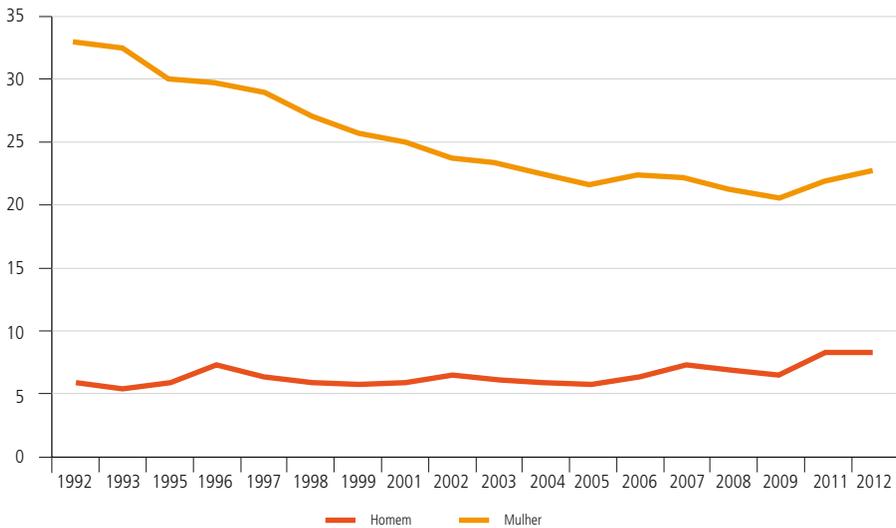
Interessante notar também que o crescimento entre 2009 e 2011 foi percebido em todas as faixas etárias, mas foi parcialmente revertido já em 2012 para os mais jovens (15 a 17 anos). De fato, como ficará claro ao longo deste capítulo, o fenômeno dos nem-nem parece ser mais preocupante entre os jovens acima de 18 anos. Observa-se que para a faixa etária entre 15 e 17 anos há um comportamento espelhado entre os gráficos da taxa de nem-nem e da proporção de jovens que estudam. Isto indica que a condição nem-nem entre aqueles com 15 a 17 anos é diretamente afetada pela decisão de estudar.² O mesmo não se observa para as faixas etárias superiores, o que deve refletir o fato de que nessa idade a condição nem-nem está mais relacionada aos acontecimentos no mercado de trabalho. Esta conjectura está em acordo com os resultados de Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013) de que, para jovens entre 17 e 22 anos, os principais fluxos de saída e de entrada na situação nem-nem ocorrem pela entrada e saída do jovem na força de trabalho.

3.1 Diferenças entre homens e mulheres

Quanto a diferenças por gênero, o gráfico 2 mostra a evolução da proporção de nem-nem separadamente por gênero e que tal proporção é substancialmente maior entre as mulheres, ainda que o diferencial tenha diminuído significativamente entre 1992 e 2012: a diferença da taxa de nem-nem entre mulheres e homens caiu de 27,3 p.p. para 14,4 p.p., uma redução de 12,9 p.p. ao longo de vinte anos. Por fim, cabe ressaltar que a tendência de queda expressiva observada entre as mulheres sofreu uma reversão a partir de 2009, e tanto mulheres quanto homens contribuíram para o aumento na proporção de nem-nem observado entre 2009 e 2012.

2. Entre 1996 e 1999, por exemplo, a taxa de nem-nem variou de 18,5% para 15,9%; esta queda de 2,6 p.p. foi a mais aguda do período de vinte anos analisado. Neste período, houve um aumento equivalente na proporção de jovens que estudam com 15 a 17 anos (gráfico 4 do capítulo *Perfil educacional dos jovens: atraso e fluxo escolar*).

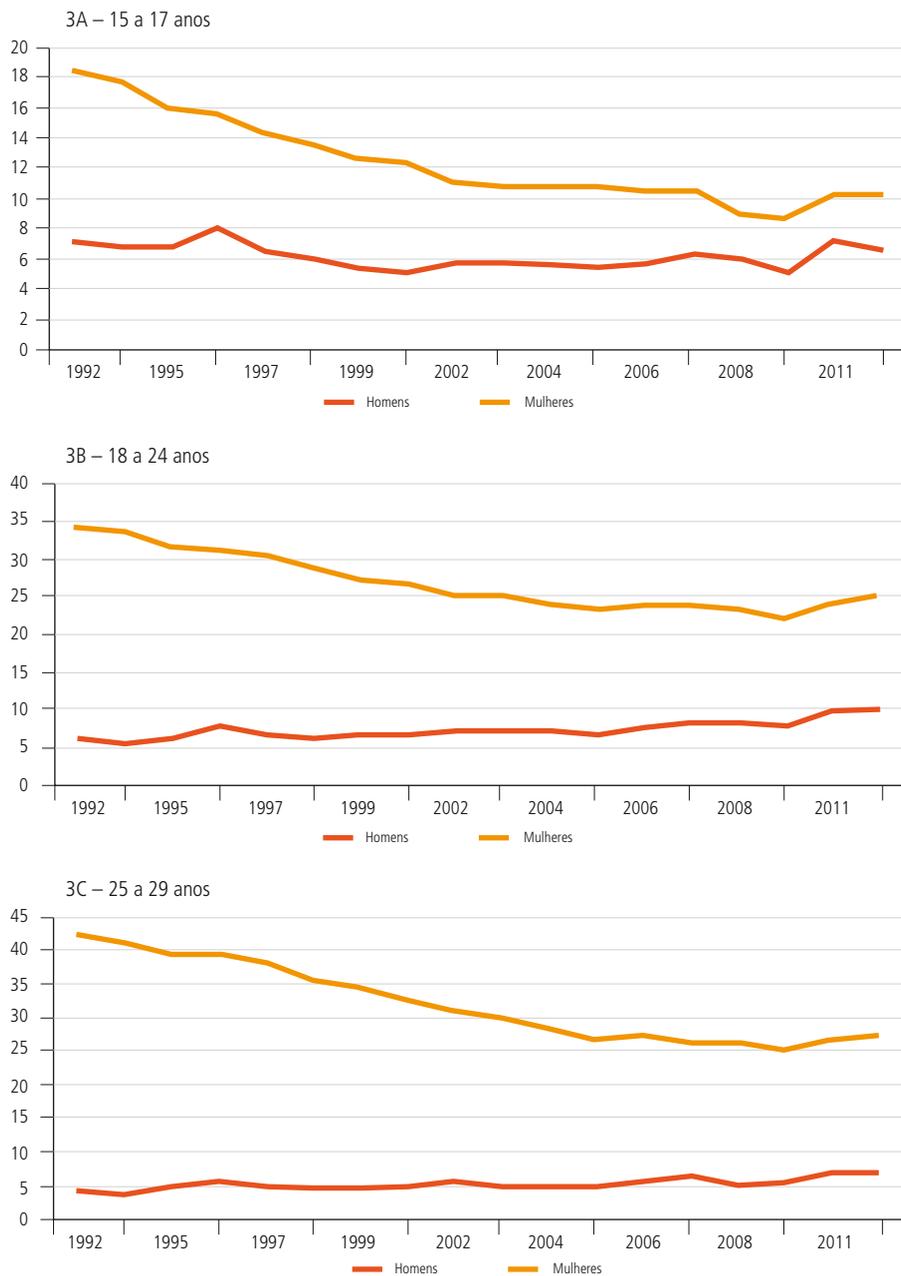
GRÁFICO 2
Proporção de nem-nem por gênero (1992-2012)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração dos autores.

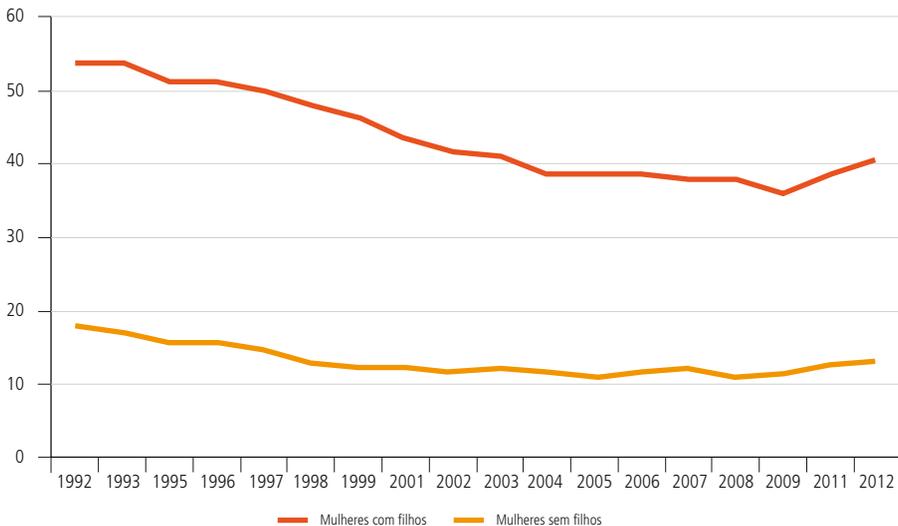
A desagregação por faixas etárias sugere que a redução desta disparidade entre homens e mulheres pode ser explicada por dois aspectos diferentes. De um lado, as mulheres de 15 a 17 anos apresentaram uma redução substancial na proporção de nem-nem, o que é compatível com a crescente e acelerada inclusão escolar das mulheres ao longo do período. De outro, as mulheres de 25 a 29 anos apresentaram uma redução de 15 p.p. entre 1992 e 2009 (com leve aumento entre 2009 e 2012), o que deve estar mais associado ao aumento da inserção feminina no mercado de trabalho e à crescente compatibilização das decisões reprodutivas e de participação no mercado de trabalho. Apesar da forte queda na proporção de nem-nem nas mulheres de 25 a 29 anos, o diferencial entre homens e mulheres permanece alto, chegando a 20 p.p. (gráfico 3).

GRÁFICO 3
Proporção de nem-nem por gênero e faixas etárias (1992-2012)



Este diferencial tão acentuado entre homens e mulheres de 25 a 29 anos sugere que a maternidade é um fator central para entender os determinantes do *status* de nem-nem entre as mulheres. De fato, o gráfico 4 mostra que há uma diferença muito grande na incidência de nem-nem entre mulheres com e sem filhos. Em 2012, a proporção de mulheres fora da PEA e que não estudavam era de 41,8% para aquelas que possuíam filhos em oposição a apenas 14,3% entre as que não eram mães. Pode-se perceber também neste gráfico uma tendência generalizada de queda da taxa de nem-nem para ambos os grupos ao longo do período compreendido entre 1992 e 2012. Contudo, a redução foi mais acentuada entre as mulheres com filhos, o que resultou em uma redução do diferencial de 36,9 p.p. para 27,5 p.p. Porém, a reversão da tendência de queda a partir de 2009 também foi mais acentuada entre as mulheres com filhos; elas apresentaram maior crescimento na proporção de nem-nem.

GRÁFICO 4
Proporção de nem-nem: mulheres com filhos e sem filhos



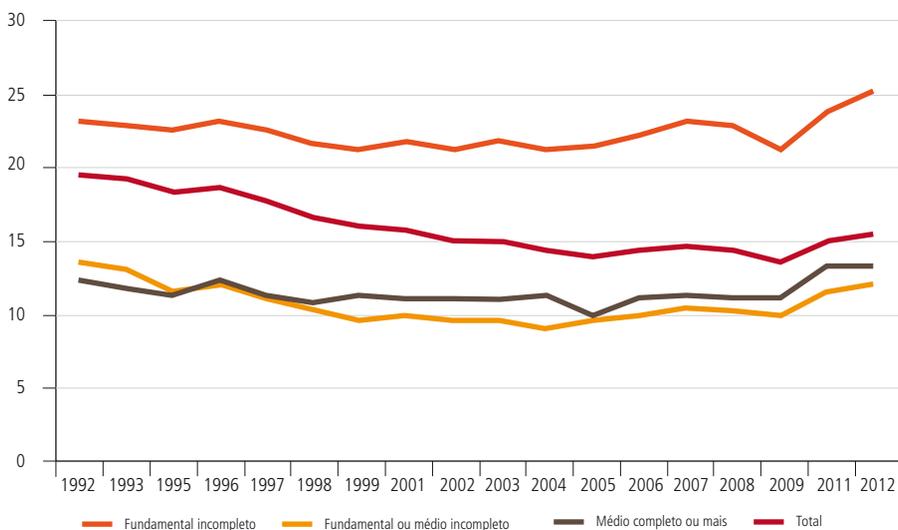
Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração dos autores.

3.2 Diferenças por nível de escolaridade

Além do gênero e da fecundidade, o nível educacional é outro elemento intrinsecamente relacionado à propensão de o jovem ser nem-nem. O gráfico 5 evidencia que o percentual de nem-nem permaneceu bastante

elevado entre os jovens que não possuem o ensino fundamental completo durante todo o período analisado (1992 a 2012). No último ano analisado, 25,1% dos jovens com ensino fundamental incompleto encontravam-se na condição nem-nem. Entretanto, para os jovens com escolaridade superior ao ensino fundamental completo, esta proporção correspondia a 12% ou 13%. Isto representa um diferencial de aproximadamente 12 p.p. ou 13 p.p. entre os menos e os mais escolarizados. Em 1992, este diferencial correspondia a cerca de 10 p.p. ou 11 p.p., o que indica uma insistente permanência deste diferencial ao longo dos vinte anos analisados (com uma pequena elevação).

GRÁFICO 5
Proporção de nem-nem por nível educacional (1992-2012)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

O gráfico 5 ainda ilustra que a tendência generalizada de queda entre 1996 e 1999 ocorreu em todos os grupos com distintos níveis educacionais. Contudo, no período de 2000 a 2005, há uma estabilidade da proporção de jovens na condição nem-nem em todos os níveis educacionais considerados. Isto significa que a queda da proporção média de jovens nem-nem deste período deve-se principalmente à mudança da composição educacional dos jovens, pois a queda da proporção de jovens menos escolarizados contribuiu para a redução da proporção de jovens nem-nem. Esta evidência meramente descritiva é confirmada na análise de decomposição estatística pelo método Oaxaca-Blinder que é feita na seção 4.

Em relação à elevação do percentual de jovens na condição nem-nem entre 2009 e 2012, cabe destacar que o aumento foi mais intenso entre os menos escolarizados. Nesse período, a taxa de nem-nem se elevou em 3,7 p.p. para aqueles com ensino fundamental incompleto e menos de 2,3 p.p. ao se considerar os jovens com maior nível educacional. Ao se levar em conta as três faixas etárias separadamente, o padrão observado no gráfico 5 se mantém, com exceção dos jovens entre 15 e 17 anos com ensino médio completo (tabela A.1 do apêndice). Por construção, esse grupo está concentrado nos jovens de 17 anos e que terminaram o ensino formal sem qualquer atraso. Assim, é provável que esta evidência esteja refletindo um período de transição na vida do jovem tal como sugerido por Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013), e não um fenômeno permanente.

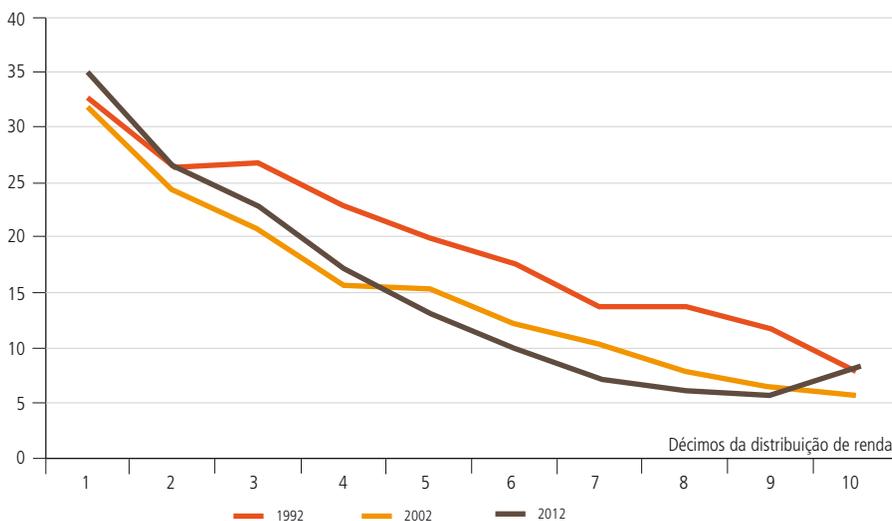
3.3 Diferenças por nível de renda

Já foi visto que o gênero, a fecundidade e a escolaridade são características muito relacionadas à propensão de ser nem-nem. Nesta subseção será examinado o papel da renda domiciliar *per capita* que, como aponta Monteiro (2013), parece ser um determinante importante. O gráfico 6 mostra a proporção de jovens nem-nem para cada décimo da distribuição de renda domiciliar *per capita* e que tal proporção é fortemente decrescente com o nível de renda, saindo de 35% no décimo mais pobre e chegando a cerca de 8% no décimo mais rico em 2012.

O diferencial entre pobres e ricos manteve-se relativamente estável ao longo das duas décadas consideradas (subindo de 24,5 p.p. para 27 p.p. entre 1992 e 2012), mas comparações entre anos para um dado décimo apresentam padrões interessantes. Nas pontas da distribuição – isto é, o décimo mais pobre e o mais rico (primeiro e décimo, respectivamente) – houve um aumento ou estabilidade na incidência de nem-nem entre 1992 e 2012, enquanto o oposto foi observado no restante da distribuição. Ainda: a queda foi mais intensa e persistente ao longo do tempo entre o quinto e o nono décimos da distribuição, pois houve reduções consecutivas de 1992 para 2002 e de 2002 para 2012. Já entre o primeiro e o quarto décimos da distribuição, ocorreu um aumento da taxa de nem-nem entre 2002 e 2012, mas não capaz de compensar totalmente a redução ocorrida de 1992 para 2002.

GRÁFICO 6

Proporção de nem-nem por renda (1992-2012)

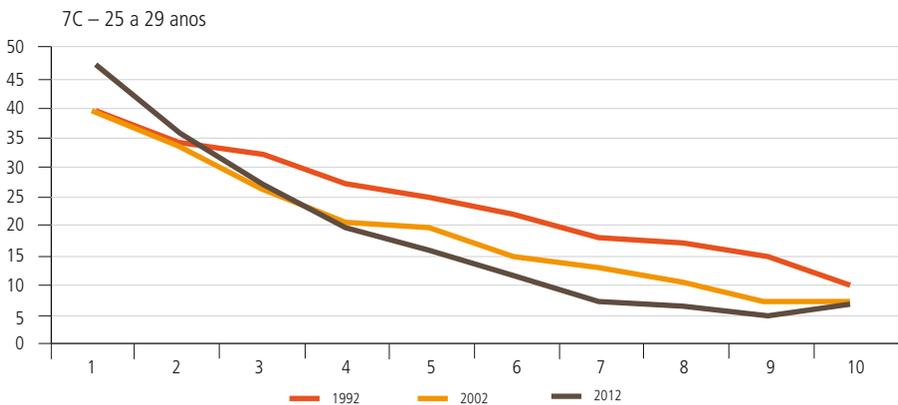
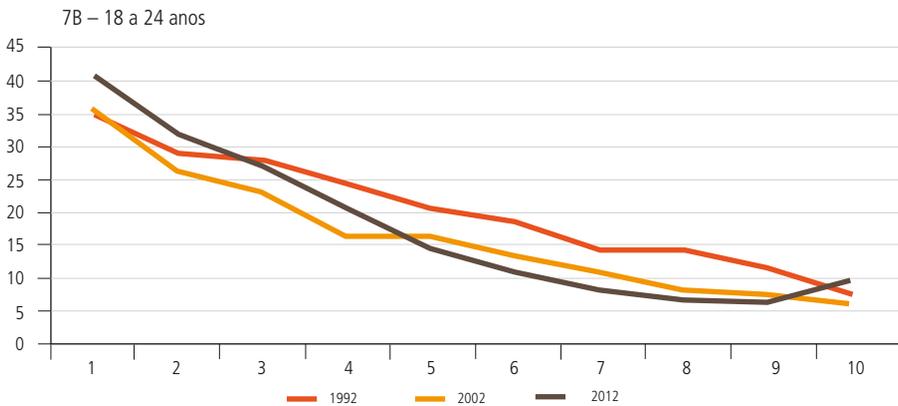
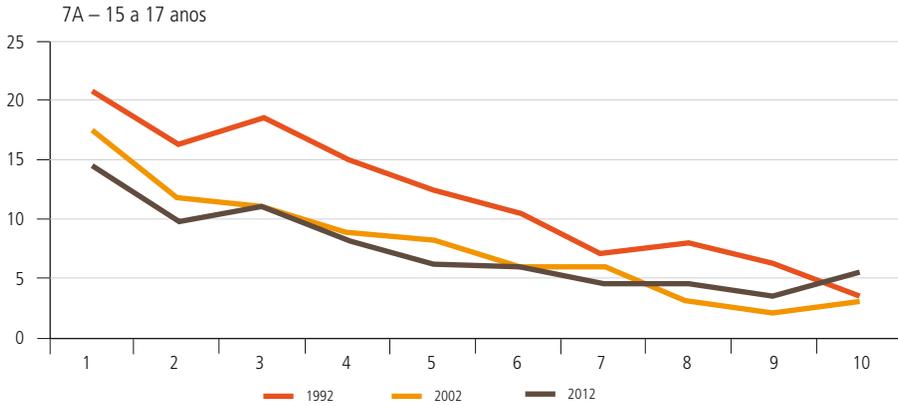


Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

A desagregação por faixa etária no gráfico 7 permite observar que a relação entre renda e taxa de nem-nem para os jovens pertencentes aos grupos entre 18 e 24 anos e entre 25 e 29 anos apresenta um comportamento bastante similar ao descrito acima para a média geral no período 1992-2012. Entretanto, os jovens de 15 a 17 anos experimentaram uma redução da condição nem-nem entre 1992 e 2012 para todos os décimos da distribuição, exceto o último. Como já mencionado, a condição nem-nem nesta faixa etária parece estar bastante relacionada à probabilidade de estudar e neste período houve uma forte expansão da proporção de jovens pobres que se dedicaram aos estudos (ver capítulo *Perfil educacional dos jovens: atraso e fluxo escolar*).

GRÁFICO 7
Proporção de nem-nem por renda e faixas etárias

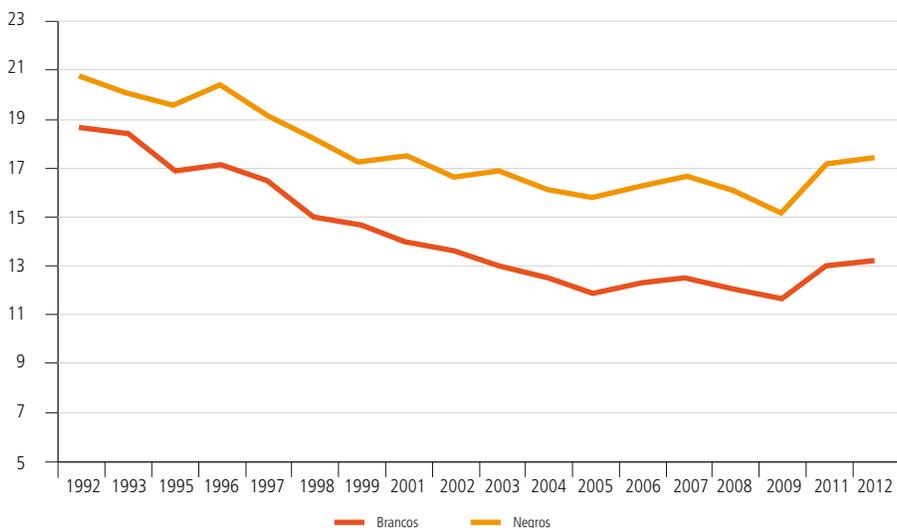


Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração dos autores a partir dos dados da PNAD/IBGE.

3.4 Diferenças por raça e áreas urbana e rural

Passando à análise dos diferenciais por raça, no gráfico 8 nota-se que entre os negros há uma proporção maior de jovens na condição nem-nem e o diferencial ampliou-se ao longo do tempo: entre 1992 e 2012, houve uma elevação em 2,2 p.p., ainda que notadamente a partir de 1996 as retas para brancos e negros tenham se mantido paralelas.

GRÁFICO 8
Proporção de nem-nem por raça (1992-2012)

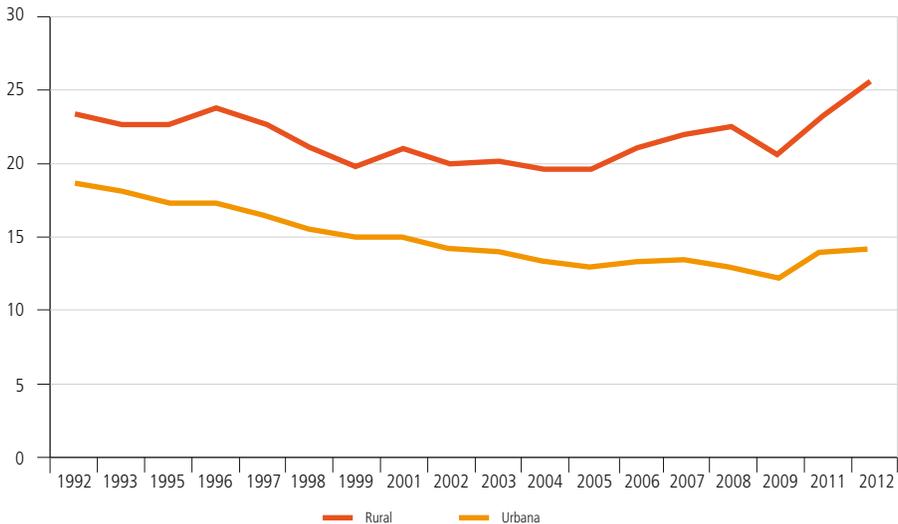


Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração dos autores.

Por fim, é preciso que se investigue se existe relação entre a condição nem-nem e a área de residência do jovem (se urbana ou rural). O jovem residente em área rural apresenta uma propensão maior a estar inativo sem estudar ao longo de todo o período considerado. Isto pode ser devido à distância das áreas rurais em relação a escolas e maiores oportunidades no mercado de trabalho, mas também pode ser que determinados tipos de atividades característicos de áreas rurais não sejam captados pelo questionário da PNAD. No entanto, o gráfico 9 mostra que o diferencial rural-urbano apresentou uma tendência de alta, especialmente a partir de 2005. A diferença correspondia a 4,7 p.p. em 1992 e terminou em 11,5 p.p. em 2012. Vale ressaltar também que a elevação entre 2009 e 2012 ocorreu preponderantemente entre os jovens de áreas rurais. Assim,

torna-se importante investigar que mudanças em meados da década de 2000 poderiam ter levado a essa modificação de tendência.

GRÁFICO 9
Proporção de nem-nem em áreas urbanas e rurais (1992-2012)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração dos autores.

Em suma, assim como em Camarano e Kanso (2012) e em Monteiro (2013), encontrou-se que ser mulher, ter filhos, possuir baixa escolaridade e baixa renda domiciliar são características fortemente associadas à propensão a ser nem-nem. No período de 1992 a 2005, a tendência generalizada de redução da condição nem-nem ocorreu essencialmente entre as mulheres e especialmente entre aquelas que têm filhos. Isto reflete a melhora da inserção destas mulheres tanto no mercado de trabalho quanto na escola como observado nos últimos vinte anos. Já o aumento recente da condição nem-nem, entre 2009 e 2012, ocorreu simultaneamente para homens e mulheres. Porém, foi mais pronunciado entre os indivíduos menos escolarizados, de baixa renda domiciliar e residentes em áreas rurais.

4 ANÁLISE COM MODELOS ECONOMÉTRICOS

4.1 O papel das características individuais na probabilidade de ser nem-nem

Iniciou-se a análise nesta subseção examinando o papel de diferentes características sociodemográficas na probabilidade de ser um nem-nem. Para

tanto, foi utilizado um modelo de regressão *probit* que tem como variável dependente um indicador que assume valor 1 se o indivíduo pertence ao grupo nem-nem e 0, caso contrário. O modelo estimado é dado pela seguinte expressão:

$$\Pr(Y_i = 1 | X_i) = \Phi(X_i' \beta)$$

onde Φ denota a função de distribuição acumulada – *cumulative distribution function* (c.d.f.) – da distribuição normal padrão; Y_i é a *dummy* que vale 1 se o indivíduo i for nem-nem e zero caso contrário; X_i denota um vetor com as características individuais que se quer examinar.

Este modelo foi estimado para os anos 1992, 2002 e 2012, de forma a caracterizar a evolução da influência de cada variável ao longo dos últimos vinte anos. Como pode ser observado a partir da tabela 1, a raça não parece estar associada à probabilidade de ser um nem-nem, já que o efeito marginal estimado é muito próximo de zero e não é estatisticamente significativo, exceto pelo ano de 2012, quando o fato de ser branco passou a estar negativamente associado a ser um nem-nem.

Quanto às diferentes faixas etárias, a análise indica que tanto os jovens de 18 a 24 anos como os jovens de 25 a 29 anos apresentam uma propensão maior de ser nem-nem em comparação aos jovens de 15 a 17 anos (categoria omitida na regressão), e esta diferença vem crescendo ao longo do tempo. Em 2012, um jovem na faixa etária entre 25 e 29 anos possui aproximadamente 9 p.p. a mais de probabilidade em ser nem-nem do que um jovem de 15 a 17 anos. Para aqueles com 18 a 24 anos, esta diferença chega a 11 p.p., o que indica que estes possuem maiores chances de ser nem-nem em relação às demais faixas etárias.

Como esperado, o fenômeno dos nem-nem também está fortemente associado à baixa escolaridade, mesmo quando controladas as demais características observáveis. Jovens com até sete anos de estudo (categoria omitida) são aqueles que têm maior probabilidade de estarem fora da escola e fora da PEA. Em se tratando de um grupo de baixíssima qualificação, esta evidência é extremamente preocupante, pois estes jovens não estão acumulando qualquer forma de capital humano. Um jovem com ensino médio completo ou mais chega a ter uma probabilidade de ser nem-nem com 11 p.p. a menos do que um jovem que não completou o ensino fundamental

no ano de 2012. Esta diferença corresponde a 9 p.p. ao comparar aqueles que completaram o ensino fundamental e os que não o fizeram. Este diferencial entre os mais e os menos escolarizados apresentou certa elevação entre os anos de 1992 e 2012, o que confirma a análise anterior que evidenciou uma insistente permanência do hiato por nível educacional.

TABELA 2

Modelo *probit* para a probabilidade de ser nem-nem: jovens de 15 a 29 anos

| Ano | 1992 | 2002 | 2012 |
|-----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Branco | 0,002 (0.003) | -0,001 (0.002) | -0,007 (0.003)*** |
| 18 a 24 anos | 0,047 (0.004)*** | 0,066 (0.003)*** | 0,110 (0.004)*** |
| 25 a 29 anos | 0,040 (0.005)*** | 0,056 (0.004)*** | 0,088 (0.005)*** |
| Oito a dez anos de estudo | -0,079 (0.003)*** | -0,083 (0.002)*** | -0,093 (0.003)*** |
| Onze anos ou mais de estudo | -0,099 (0.003)*** | -0,080 (0.002)*** | -0,114 (0.003)*** |
| Região Centro-Oeste | -0,002 (0.006)*** | -0,011 (0.004)*** | -0,025 (0.004)*** |
| Região Nordeste | 0,024 (0.006)*** | 0,000 (0.003) | 0,006 (0.004)* |
| Região Sudeste | 0,009 (0.006)* | -0,011 (0.004)*** | -0,025 (0.004)*** |
| Região Sul | -0,021 (0.006)*** | -0,022 (0.004)*** | -0,038 (0.004)*** |
| Urbano | -0,014 (0.003)*** | -0,017 (0.003)*** | -0,059 (0.004)*** |
| Filhos | -0,133 (0.006)*** | -0,095 (0.004)*** | -0,094 (0.005)*** |
| Mulher | 0,145 (0.003)*** | 0,074 (0.003)*** | 0,077 (0.003)*** |
| Mulher*filhos | 0,512 (0.013)*** | 0,401 (0.011)*** | 0,375 (0.013)*** |
| Observações | 88.062 | 107.823 | 88.644 |

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Nota: *Significância a 10%; ** significância a 5%; *** significância a 1%.

Obs.: erros-padrão entre parênteses.

Regionalmente, a incidência do fenômeno dos nem-nem é maior nas regiões Norte e Nordeste, bem como em áreas rurais. Quanto a este último dado, é possível que a definição de PEA não capture de forma plenamente adequada os diferentes tipos de inserção produtiva dos jovens.

A análise de regressão reforça também o resultado já indicado anteriormente, de que há maior incidência de nem-nem entre mulheres. Contudo, o diferencial por gênero na probabilidade de ser nem-nem vem caindo ao longo do tempo: o efeito marginal da *dummy* para mulheres cai pela metade entre 1992 e 2012.

Por fim, ao se considerar as mulheres, a presença de filhos eleva a propensão a ser nem-nem. Para os homens, a relação entre ter filhos e ser nem-nem apresenta-se no sentido contrário. Embora ser mãe esteja positivamente associada à probabilidade de ser nem-nem, a magnitude do coeficiente caiu de forma expressiva entre 1992 e 2012. Isso indica que embora continue a ser um determinante relevante, a decisão sobre fecundidade perdeu importância relativa nos últimos vinte anos.

4.2 Decompondo a variação na proporção de nem-nem (1992 a 2012)

Como mostraram as seções anteriores, a proporção de nem-nem diminuiu entre 1992 e 2008 e subiu entre 2009 e 2012. O objetivo desta subseção é decompor estas variações em dois efeitos: mudanças na composição dos jovens em termos de suas características observáveis; e mudanças que advêm de outros fatores, tal como a influência dos retornos dessas características na probabilidade de ser nem-nem e outras características não observáveis (por exemplo, motivação).

Para tanto, será utilizada uma decomposição de Oaxaca-Blinder (Oaxaca, 1973; Blinder, 1973), tendo como partida um modelo de probabilidade linear. Assim, suponha que a probabilidade de ser um nem-nem é dada pelo seguinte modelo linear:

$$y_t = X_t' \beta_t + \varepsilon_t$$

onde por hipótese $E[\varepsilon_t] = 0$ e novamente X_t denota uma matriz com as características dos indivíduos no momento t .

Como se quer decompor a mudança entre dois pontos no tempo, a decomposição é dada pela seguinte expressão:

$$R \equiv E[y_1] - E[y_0] = E + NE$$

onde 0 e 1 indexam os períodos inicial e final, respectivamente. Tem-se que:

$$E = E[X_1 - X_0]' \beta^*$$

é o componente explicado, ou efeito-composição, que corresponde à variação em R devida a mudanças nas médias das características observáveis dos indivíduos. O vetor β^* corresponde ao vetor de coeficientes de uma regressão para os anos inicial e final conjuntamente. O componente não explicado, U , é dado pela seguinte expressão:

$$NE = E[X_1]'(\beta_1 - \beta^*) + E[X_0]'(\beta^* - \beta_0)$$

A tabela 3 mostra os resultados dessa decomposição para os períodos 1992-2008 e 2009-2012,³ e para as faixas etárias de 15 a 17 anos e 18 a 24 anos, separadamente. O que a tabela salienta é que em todos os períodos e faixas etárias o efeito-composição atuou no sentido de reduzir a proporção de nem-nem. Ou seja, a evolução da escolaridade média dos jovens, proporção que têm filhos etc., contribuiu para a redução na proporção de nem-nem em ambos os períodos estudados. Entre 1992 e 2008, o componente não explicado atuou na mesma direção, contribuindo para a redução observada na proporção de nem-nem. Porém, entre 2009 e 2012 ocorreu o contrário: o componente não explicado contribuiu fortemente no sentido de *eleva*r a proporção de nem-nem, mais do que compensando o efeito positivo dos observáveis e levando ao aumento verificado na proporção de nem-nem.

3. Portanto, para o primeiro período, tem-se $t_0 = 1992$ e $t_1 = 2008$; e para o segundo período, $t_0 = 2009$ e $t_1 = 2012$.

TABELA 3
Decomposição Oaxaca-Blinder para a probabilidade de ser nem-nem

| | Variação 1992-2008 | | Variação 2009-2012 | |
|-------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| | P.p. | Proporção da variação | P.p. | Proporção da variação |
| 15 a 17 anos | | | | |
| Total | -5,3 | 100 | 1,4 | 100 |
| Efeito-composição | -3,5 | 66 | -0,2 | -17 |
| Não explicado | -1,8 | 34 | 1,6 | 117 |
| 18 a 24 anos | | | | |
| Total | -4,5 | 100 | 2,4 | 100 |
| Efeito-composição | -6,3 | 141 | -0,6 | -26 |
| Não explicado | 1,8 | -41 | 3,0 | 126 |
| 25 a 29 anos | | | | |
| Total | -7,6 | 100 | 1,9 | 100 |
| Efeito-composição | -5,8 | 76 | -1,0 | -50 |
| Não explicado | -1,9 | 24 | 2,9 | 150 |

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o fenômeno nem-nem não ser novo e tampouco ser exclusivo do Brasil, o recente aumento expressivo da proporção de jovens brasileiros que não participam do mercado de trabalho e tampouco estudam tem despertado a preocupação de pesquisadores e formuladores de políticas acerca da situação desses jovens que parecem não estar investindo em seu capital humano.

O presente capítulo, ao considerar vinte anos (1992-2012) de dados brasileiros, mostra que há uma tendência decrescente na trajetória da proporção de jovens nem-nem. Contudo, alguns momentos se caracterizam por uma reversão dessa tendência de queda, como em 1996, nos períodos de 2005 a 2007 e, mais recentemente, de 2009 a 2012. A elevação mais recente destaca-se por ser a mais acentuada e também por sua duração ser desconhecida.

Assim como em estudos anteriores, também foi constatado que a propensão a ser nem-nem está fortemente associada ao fato de o jovem ser mulher e ter filhos, ter baixa escolaridade e possuir baixa renda domiciliar. Além disso, verificou-se que os jovens fora da idade escolar correspondente ao ensino básico (18 anos ou mais) são mais sujeitos ao *status* nem-nem, assim como aqueles residentes em áreas rurais. É importante notar que estas

características permanecem relevantes como potenciais determinantes da probabilidade de ser nem-nem mesmo em uma análise condicional.

Mediante a decomposição à Oaxaca-Blinder, buscou-se compreender os fatores que explicam a tendência generalizada de queda do período de 1992 a 2008 e também a recente elevação entre 2009 e 2012. O resultado aponta que a queda ocorrida entre 1992 e 2008 teve como principal explicação a mudança das características observáveis da população jovem brasileira neste período. Por exemplo, a redução da fecundidade e o aumento da escolaridade são fatores que contribuíram majoritariamente para a retração da proporção de nem-nem. A decomposição aponta ainda que as variações em componentes não observáveis também contribuíram para diminuir a condição nem-nem entre 1992 e 2008.

Ao considerar o período 2009-2012, a decomposição mostra que o efeito-composição novamente atuou no sentido de reduzir a proporção de nem-nem entre os jovens. Entretanto, as variações não explicadas foram no sentido contrário e mais do que compensaram o efeito anterior, o que resultou na elevação do *status* nem-nem neste período. Da análise não condicional, ressalta-se o fato de que neste período a condição nem-nem se elevou tanto entre os homens como entre as mulheres, mas principalmente entre as mulheres com filhos. Cabe ainda destacar que os indivíduos com menor escolaridade, de baixa renda domiciliar e residentes em área rurais foram os mais afetados pelo recente aumento. Ou seja, a recente elevação da proporção de nem-nem entre os jovens não ocorreu de forma uniforme, ela foi mais severa entre os indivíduos que já poderiam ser considerados mais vulneráveis.

A permanência no *status* nem-nem é mais preocupante quanto maior for a duração nesta situação. Transições da escola para o mercado de trabalho ou entre diferentes ocupações podem resultar em momentos temporários na situação nem-nem, mas quanto mais tempo um indivíduo permanecer nesta situação mais difícil poderá ser sua reinserção no mercado de trabalho e na escola. A análise de Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013) aponta que a duração na condição nem-nem é maior entre as mulheres e os menos escolarizados, o que corrobora os resultados de que estes grupos são aqueles que suscitam maior preocupação.

Entender os motivos pelos quais estes jovens não participam da força de trabalho e nem estudam é fundamental para discutir possíveis mecanismos de saída da condição nem-nem. Entre as mulheres, especialmente as que são

mães, cabe uma análise mais detalhada acerca de suas decisões familiares e profissionais. Se estas não investem em capital humano por falta de opção para cuidados dos filhos ou por ausência de oferta de uma jornada de trabalho mais flexível, então seria possível ajudá-las a investir em capital humano por meio de políticas públicas. Em relação aos indivíduos de baixa escolaridade, a situação é crítica já que estes terão dificuldades tanto em voltar à escola, devido ao grande atraso escolar, quanto em entrar no mercado de trabalho com baixa qualificação. Outros grupos que também merecem investigação são os indivíduos com menor renda domiciliar e os residentes em áreas rurais. Compreender os determinantes da condição nem-nem entre esses jovens é importante para retomar a trajetória de queda da proporção dos jovens que não investem em capital humano por meio da escola e tampouco adquirindo experiência no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BLINDER, S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. **Journal of human resources**, p. 436-455, 1973.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **Boletim de mercado de trabalho**: conjuntura e análise, Rio de Janeiro: Ipea, n. 53, 2012.

MENEZES FILHO, N. A.; CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K. **A condição “nem-nem” dos jovens é permanente?** São Paulo, SP: Centro de Políticas Públicas/Insper, ago. 2013. (Insper Policy Paper, n. 7).

MONTEIRO, J. **Quem são os jovens nem-nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho.** FGV/Ibre, 2013. (Texto para Discussão, n. 34).

OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International economic review**, p. 693-709, 1973.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global employment trends for youth 2013.** Geneva: OIT, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MENEZES FILHO, N. A.; LEE, M. K. H.; KOMATSU, B. K. **Mudanças na situação de estudo e trabalho dos jovens no Brasil.** São Paulo, SP: Centro de Políticas Públicas/Insper, ago. 2013. (Insper Policy Paper, n. 8).

APÊNDICE A

TABELA A.1

Proporção de nem-nem por idade e escolaridade (1992-2012)

| | Fundamental incompleto | | | Fundamental ou médio incompleto | | | Médio ou mais | | |
|------|------------------------|---------------|---------------|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 15-17 anos | 18-24 anos | 25-29 anos | 15-17 anos | 18-24 anos | 25-29 anos | 15-17 anos | 18-24 anos | 25-29 anos |
| 1992 | 15,09 | 25,04 | 28,41 | 4,06 | 13,42 | 22,47 | 13,78 | 11,13 | 13,64 |
| 1993 | 14,63 | 25,03 | 28,47 | 4,09 | 13,32 | 21,33 | 9,41 | 11,12 | 12,75 |
| 1995 | 13,92 | 24,66 | 28,17 | 3,71 | 11,99 | 19,91 | 14,23 | 9,95 | 12,96 |
| 1996 | 14,53 | 25,61 | 28,84 | 4,01 | 12,47 | 20,46 | 15,92 | 11,20 | 13,31 |
| 1997 | 13,34 | 25,22 | 27,95 | 3,05 | 12,21 | 19,91 | 19,66 | 10,41 | 12,27 |
| 1998 | 12,93 | 24,79 | 26,30 | 3,13 | 11,10 | 19,43 | 16,54 | 10,27 | 11,17 |
| 1999 | 12,25 | 24,17 | 25,81 | 2,84 | 10,84 | 18,28 | 20,93 | 10,43 | 11,74 |
| 2001 | 12,30 | 25,12 | 25,62 | 3,47 | 11,19 | 17,23 | 15,94 | 11,12 | 10,94 |
| 2002 | 12,22 | 24,34 | 25,40 | 3,19 | 11,05 | 17,60 | 25,80 | 10,90 | 10,81 |
| 2003 | 12,73 | 25,32 | 25,29 | 3,20 | 11,38 | 17,70 | 13,10 | 11,14 | 10,38 |
| 2004 | 12,59 | 24,83 | 24,64 | 3,21 | 11,36 | 14,93 | 21,47 | 11,31 | 10,71 |
| 2005 | 12,64 | 25,36 | 24,46 | 3,38 | 11,68 | 16,48 | 17,33 | 10,01 | 9,53 |
| 2006 | 13,09 | 26,64 | 25,34 | 3,30 | 12,61 | 15,81 | 23,07 | 11,20 | 10,55 |
| 2007 | 12,98 | 27,74 | 27,15 | 3,58 | 13,76 | 16,40 | 25,45 | 11,44 | 10,54 |
| 2008 | 12,42 | 27,85 | 27,24 | 3,16 | 13,97 | 16,33 | 22,68 | 11,27 | 10,29 |
| 2009 | 11,14 | 26,03 | 26,43 | 3,10 | 13,65 | 16,99 | 23,95 | 11,48 | 9,95 |
| 2011 | 13,14 | 29,69 | 29,49 | 3,93 | 15,15 | 19,14 | 35,14 | 13,46 | 11,61 |
| 2012 | 12,93 | 31,41 | 31,61 | 4,30 | 15,90 | 20,36 | 29,85 | 13,68 | 11,85 |

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

PARTE 2

TRABALHO: O DESAFIO DA INSERÇÃO DE
QUALIDADE NO MUNDO DO TRABALHO

UMA ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO PRIMEIRO EMPREGO NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

Maurício Cortez Reis*

SINOPSE

O capítulo mostra uma enorme disparidade nas condições de emprego dos jovens, comparando as situações de primeiro emprego com os empregos subsequentes. Além de indicadores tradicionalmente associados à qualidade do posto de trabalho, tais como salário e tipo de contrato de trabalho, há uma análise a respeito do tempo de espera dos jovens em suas buscas por emprego em ambas as situações mencionadas.

1 INTRODUÇÃO

O processo de entrada dos jovens no mercado de trabalho envolve algumas questões particulares, que normalmente não são observadas da mesma maneira nas transições de outros grupos de trabalhadores. Essas diferenças estão associadas principalmente a questões de informação. Por um lado, os empregadores possuem pouco conhecimento sobre os jovens sem experiência prévia, enquanto, por outro, esses mesmos jovens ao fazerem a transição da escola para o mercado de trabalho também carecem de informações sobre as tarefas desenvolvidas ou sobre o ambiente em cada tipo de emprego. Além disso, o fato de o desempenho em várias atividades geralmente depender da experiência do indivíduo no emprego também contribui para que os jovens sejam muitas vezes pouco valorizados.

Esse processo de entrada no mercado de trabalho é normalmente definido por períodos mais longos de desemprego até a obtenção de uma ocupação e por uma elevada rotatividade. Menezes-Filho e Pichetti (2000) e Flori (2005) apresentam evidências de que esses dois efeitos estão presentes no mercado de trabalho brasileiro, contribuindo para que os jovens apresentem uma taxa de desemprego bem mais elevada que as demais faixas

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

etárias. Biavaschi *et al.* (2012), por exemplo, analisam diversos países e mostram que em todos os casos a taxa de desemprego dos jovens é bem maior que a dos adultos. No Brasil, a taxa de desemprego reportada por esses autores para esse grupo é mais de duas vezes superior que a dos adultos. Em alguns países essa diferença é quatro vezes maior.

A posição desfavorável dos jovens, principalmente dos que estão em busca do primeiro emprego, não se reflete apenas nesse processo de transição a partir do desemprego. Empregos assalariados sem carteira, que além das remunerações mais baixas não oferecem os mesmos benefícios de um emprego formal, costumam ser apontados como a porta de entrada dos jovens no mercado de trabalho (Maloney, 2004). Este capítulo tem como objetivo exatamente apresentar uma descrição do primeiro emprego nas regiões metropolitanas brasileiras e analisar em que medida as suas principais características são distintas em relação a outros grupos de trabalhadores.

Farber (1997) apresenta evidências para os Estados Unidos de que trabalhadores que perdem o emprego são mais propensos a se reempregarem em trabalhos com arranjos alternativos, que envolvem emprego temporário, trabalho em tempo parcial ou por conta própria. O mesmo comportamento é observado para os jovens no primeiro emprego no Brasil, que tendem a se concentrar em trabalhos mais precários. Farber (1997) mostra também que esses postos inicialmente ocupados pelos reempregados normalmente representam um processo de transição para empregos convencionais em um período seguinte. Analisando a situação dos jovens a partir da entrada no mercado de trabalho no Brasil, percebe-se uma trajetória semelhante, com avanços importantes nos rendimentos do trabalho após o primeiro ano.

Este capítulo está organizado da seguinte forma. Na próxima seção, é apresentada uma descrição dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) que são utilizados na análise empírica. Na seção 3, é descrito o processo de transição dos jovens para o primeiro emprego. Na seção 4, são apresentadas as comparações entre indivíduos no primeiro emprego e outros grupos de trabalhadores. Na seção 5, são analisadas algumas variáveis relativas ao desempenho no mercado de trabalho um ano após o primeiro emprego. As principais conclusões são apresentadas na seção 6.

2 DADOS

Na análise empírica, são utilizados os dados da PME, que é calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período de janeiro de 2003 a maio de 2013. A PME é representativa das seis principais regiões metropolitanas brasileiras (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), e cada domicílio selecionado para fazer parte da pesquisa pode ser entrevistado oito vezes durante um período de dezesseis meses.

Usando a estrutura longitudinal da PME, é possível identificar os indivíduos desempregados que nunca tiveram emprego anteriormente. Com isso, transições posteriores desses indivíduos para alguma ocupação são caracterizadas como entradas no primeiro emprego. Para analisar as transições do desemprego para o emprego são selecionados indivíduos inicialmente desempregados na primeira entrevista da PME, que três meses depois, ou seja, na quarta entrevista, permaneceram desempregados ou transitaram para a condição de empregados.

As trajetórias dos jovens com idade entre 15 e 24 anos que nunca trabalharam são então comparadas com dois outros grupos, representados por jovens na mesma faixa de idade, mas que já tiveram uma experiência profissional, e por indivíduos com idade entre 25 e 60 anos, que já trabalharam. Essas trajetórias são representadas pela duração do desemprego, que é construída a partir do tempo de procura por emprego, como em Menezes-Filho e Pichetti (2000), permitindo a comparabilidade com a amostra de jovens que nunca trabalharam.

Nas comparações envolvendo as características do primeiro emprego, também são usadas apenas informações da primeira e da quarta entrevistas de cada indivíduo na PME. A amostra nesse caso contém apenas os ocupados na quarta entrevista. Para essa análise, os indivíduos são classificados em cinco grupos, definidos da seguinte forma: *i*) jovens com idade entre 15 e 24 anos no primeiro emprego, classificados como aqueles inicialmente desempregados na primeira entrevista e que nunca trabalharam antes; *ii*) jovens na mesma faixa etária do grupo anterior que transitaram do desemprego para o emprego, mas que já trabalharam antes; *iii*) adultos com idade entre 25 e 60 anos que transitaram do desemprego para o emprego, também com experiência profissional prévia; *iv*) jovens que se

encontravam ocupados nas duas entrevistas da PME;¹ e *v*) adultos que também se encontravam ocupados nas duas entrevistas.

Para os indivíduos em cada um dos cinco grupos descritos, são computados os anos de escolaridade, a idade, o gênero e a raça. De acordo com esta última variável, os trabalhadores são classificados em dois grupos: brancos e negros ou pardos. Além disso, são obtidas também informações relativas ao mercado de trabalho para cada um dos indivíduos na amostra. As diferenças referentes ao desempenho no mercado de trabalho para cada um dos cinco grupos definidos são avaliadas utilizando-se os rendimentos do trabalho principal no mês, os rendimentos por hora trabalhada, a posição na ocupação, o prazo do contrato e o número de horas trabalhadas.

O caminho percorrido pelos jovens um ano após terem ingressado na vida profissional foi analisado utilizando-se uma amostra contendo três observações para cada indivíduo. Essas observações são referentes à primeira entrevista na PME, à quarta entrevista, que é realizada três meses depois, e à oitava entrevista, que ocorre um ano após a quarta entrevista do indivíduo na PME. As variáveis computadas para esses três períodos são as mesmas descritas anteriormente, usadas para caracterizar o primeiro emprego.

3 TRANSIÇÕES DO DESEMPREGO PARA O EMPREGO

Para analisar a trajetória do desemprego para o primeiro emprego, são apresentados nesta seção os resultados encontrados para o estimador não paramétrico de Kaplan-Meier. No apêndice A, é feita uma breve descrição desse estimador.²

Os resultados obtidos pelo estimador de Kaplan-Meier são mostrados no gráfico 1 para três grupos diferentes: *i*) jovens em busca do primeiro emprego; *ii*) jovens que já tiveram trabalho; e *iii*) adultos que já trabalharam anteriormente. Nota-se que a probabilidade de continuar desempregado após um determinado período de tempo é sempre maior para os jovens que nunca trabalharam que para os outros dois grupos.

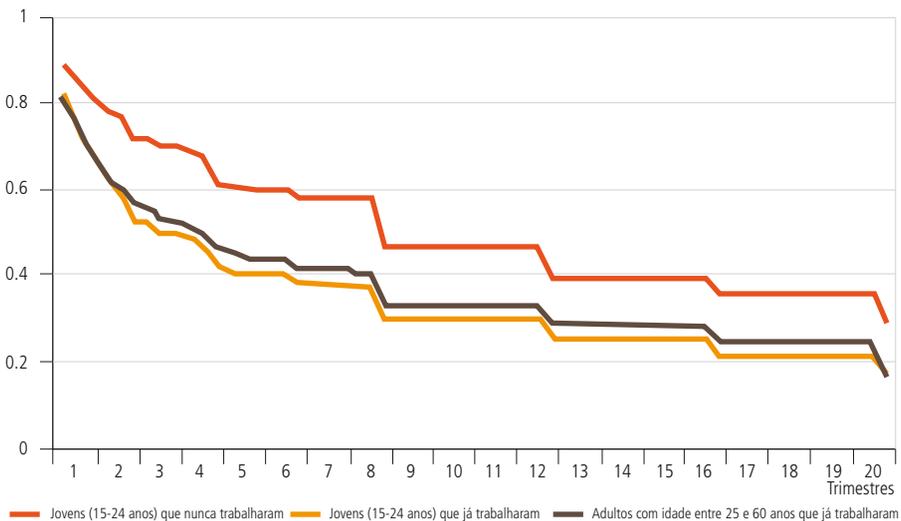
1. Parte desses jovens pode estar no primeiro emprego, mas não é possível identificar, com os dados disponíveis na PME, quais indivíduos pertencentes a esse grupo se encontram nessa condição.

2. Para mais detalhes, ver Cameron e Trivedi (2005).

Após oito trimestres, a probabilidade de os jovens em busca do primeiro emprego ainda se encontrarem desempregados é de 58%. Para os jovens que já trabalharam anteriormente, a probabilidade é de 38%, enquanto para os indivíduos com idade entre 25 e 60 anos a probabilidade estimada de permanecer no desemprego é de 41%. Depois de vinte trimestres, a probabilidade de jovens que nunca trabalharam ainda permanecerem desempregados é de 29%, enquanto para aqueles na mesma faixa etária que já trabalharam anteriormente é de 17%. Para os adultos, a probabilidade de permanecerem no desemprego após vinte trimestres também é igual a 17%.

Os resultados do gráfico 1 mostram, portanto, que jovens que nunca trabalharam anteriormente apresentam probabilidades menores de sair do desemprego que os dois outros grupos com experiência no mercado de trabalho. Dessa forma, a transição para o primeiro emprego parece estar associada a um período relativamente mais longo de desemprego. As evidências indicam também que os jovens que já trabalharam antes apresentam uma trajetória do desemprego para o emprego muito semelhante à dos adultos.

GRÁFICO 1
Estimador de Kaplan-Meier para a probabilidade de permanência no desemprego
(Resultados estimados considerando saídas do desemprego para o emprego)



Elaboração do autor.

4 AS CARACTERÍSTICAS DO PRIMEIRO EMPREGO

Antes de apresentar as informações relacionadas ao mercado de trabalho, são exibidas na tabela 1 as características dos indivíduos em cada um dos cinco grupos definidos na seção 2. O grupo com maior escolaridade média é o de jovens que já estavam ocupados desde a primeira entrevista na PME (10,3 anos), enquanto o menor nível de escolaridade é registrado para os adultos que transitaram do desemprego para o emprego (8,2 anos). Os jovens no primeiro emprego constituem o grupo com a segunda maior média de escolaridade, próxima de 10 anos de estudo.

TABELA 1

Características dos trabalhadores por faixa etária e participação prévia no mercado de trabalho

| | Jovens no primeiro emprego | Jovens desempregados na primeira entrevista mas que já tiveram trabalho | Adultos desempregados na primeira entrevista mas que já tiveram trabalho | Jovens que já estavam ocupados desde a primeira entrevista | Adultos que já estavam ocupados desde a primeira entrevista |
|--------------|----------------------------|---|--|--|---|
| Escolaridade | 9,94 | 9,51 | 8,16 | 10,28 | 9,61 |
| Idade | 19,32 | 19,97 | 40,01 | 21,07 | 40,03 |
| Mulheres (%) | 52,6 | 47,6 | 60,0 | 42,5 | 44,1 |
| Negros (%) | 50,6 | 50,2 | 49,4 | 45,7 | 43,3 |
| Observações | 1.206 | 13.046 | 28.150 | 75.124 | 380.070 |

Fonte: PME 2003-2013.

Obs.: A amostra inclui apenas indivíduos ocupados no período da quarta entrevista da PME.

De acordo com a tabela 1, os dois grupos de adultos possuem médias de idade praticamente idênticas, em torno de 40 anos. Entre os jovens, embora aqueles no primeiro emprego tenham a média de idade mais baixa (19,3 anos), a diferença não é tão grande em comparação com os que já se encontravam ocupados no período da primeira entrevista, que têm média de idade igual a 21 anos. As diferenças na participação das mulheres em cada um dos grupos reportados na tabela 1 são mais acentuadas. Entre os dois grupos de indivíduos que já se encontravam ocupados desde a primeira entrevista, a participação das mulheres é inferior a 45%. Já entre os adultos que transitaram do desemprego para o emprego, a participação das mulheres é de 60%, enquanto entre os indivíduos no primeiro emprego, 53% são mulheres.

A tabela 1 também mostra que as participações dos negros são menores nos grupos que já se encontravam ocupados desde a primeira entrevista, situando-se em torno de 45%. Entre os jovens no primeiro emprego, 51% são classificados como negros. Embora sejam identificadas diferenças referentes às participações das mulheres e dos negros, a tabela 1 evidencia que os jovens no primeiro emprego apresentam uma média de escolaridade parecida com a dos outros grupos de trabalhadores, assim como a média de idade dos jovens no primeiro emprego é semelhante à dos demais grupos na mesma faixa etária.

As médias nos rendimentos do trabalho (tabela 2) apresentam valores bastante diferentes entre os cinco grupos analisados. Os jovens no primeiro emprego são os que recebem as remunerações mais baixas, R\$ 425 em média. Os jovens que também transitaram do desemprego para o emprego entre a primeira e a quarta entrevista, mas que já tiveram experiência no mercado de trabalho, recebem rendimentos um pouco maiores que o primeiro grupo (R\$ 457), enquanto os adultos que transitaram para o emprego recebem, em média, 60% a mais que os jovens no primeiro emprego. As distribuições dos rendimentos desses três grupos de trabalhadores estão representadas no gráfico 2A. Para os dois grupos de jovens, as distribuições são bastante semelhantes.

A tabela 2 mostra ainda que os jovens que já se encontravam ocupados na primeira entrevista recebem em média R\$ 794, quase 90% a mais que os jovens no primeiro emprego. Os rendimentos mais elevados, porém, são registrados para os adultos que já se encontravam ocupados no período da primeira entrevista da PME (R\$ 1.618). Esse valor é quase quatro vezes maior que a média dos rendimentos entre jovens no primeiro emprego. No gráfico 2B, estão representadas as distribuições dos rendimentos dos jovens no primeiro emprego e dos dois grupos ocupados desde a primeira entrevista. As diferenças entre esses três grupos são bastante nítidas. Em relação aos jovens, a distribuição dos adultos se situa mais à direita, além de ter uma dispersão bem mais elevada.³

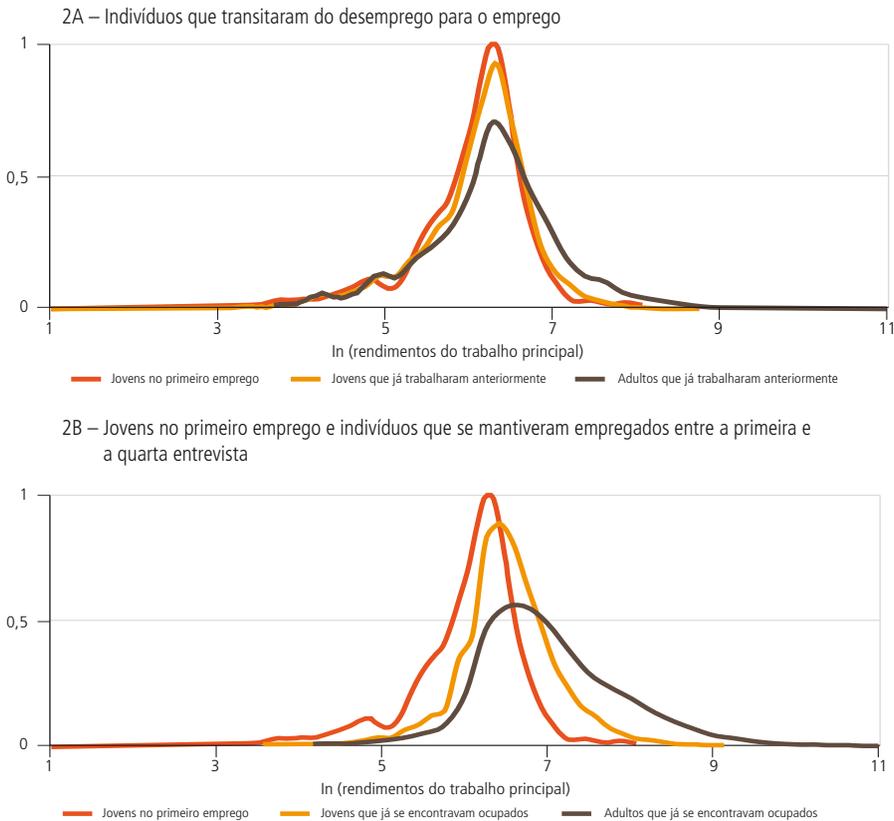
3. A desigualdade dos rendimentos medida pelo coeficiente de Gini é igual a 0.51 para os adultos, enquanto para os jovens no primeiro emprego é igual a 0.40.

TABELA 2
Características do emprego por grupos definidos pela idade e participação prévia no mercado de trabalho

| | Jovens no primeiro emprego | Jovens desempregados na primeira entrevista mas que já tiveram trabalho | Adultos desempregados na primeira entrevista mas que já tiveram trabalho | Jovens que já estavam ocupados desde a primeira entrevista | Adultos que já estavam ocupados desde a primeira entrevista |
|---|----------------------------|---|--|--|---|
| Rendimentos | | | | | |
| Média | 425,29 | 456,56 | 682,14 | 794,25 | 1617,98 |
| Rendimentos/hora | | | | | |
| Média | 12,948 | 14,034 | 20,555 | 21,275 | 42,470 |
| Posição na ocupação (%) | | | | | |
| Com carteira | 33,95 | 32,45 | 26,45 | 59,96 | 50,28 |
| Sem carteira | 54,47 | 53,87 | 35,83 | 29,08 | 15,72 |
| Conta própria | 10,48 | 12,01 | 33,46 | 7,18 | 19,66 |
| Empregador | 0,22 | 0,44 | 2,72 | 0,78 | 5,36 |
| Funcionário público | 0,88 | 1,23 | 1,54 | 3,00 | 8,97 |
| Emprego em tempo parcial (%) | 22,62 | 22,90 | 25,38 | 12,23 | 11,62 |
| Contrato por prazo determinado (empregados) | 16,85 | 16,35 | 8,97 | 7,63 | 2,45 |
| Observações | 1.188 | 12.845 | 27.913 | 74.721 | 378.428 |

Fonte: PME 2003-2013.

GRÁFICO 2
Distribuição dos rendimentos do trabalho



Elaboração do autor.

Obs.: 1. As densidades Kernel foram estimadas usando uma função de Epanechnikov.

2. As janelas foram escolhidas de maneira a minimizar o erro quadrático médio.

Com relação aos rendimentos por hora, as disparidades entre os grupos mostrados na tabela 2 também são grandes e têm o mesmo padrão apresentado pelos rendimentos mensais, embora os diferenciais sejam menores no caso dos rendimentos por hora, principalmente para comparações entre jovens no primeiro emprego e indivíduos já ocupados desde a primeira entrevista.

Entre os jovens no primeiro emprego, a tabela 2 revela que 55% são empregados sem carteira, enquanto 34% são com carteira. Nesse mesmo grupo, os trabalhadores por conta própria correspondem a apenas 11% do total de ocupados, assim como empregadores e funcionários públicos têm participações próximas de zero.

A distribuição dos jovens no primeiro emprego por posição na ocupação é muito semelhante a dos jovens que transitaram do desemprego para o emprego, mas já trabalharam anteriormente, e muito diferente quando comparada com as distribuições dos demais grupos. Uma característica bastante marcante dos jovens no primeiro emprego é a elevada participação dos empregados sem carteira, enquanto entre jovens e adultos que já trabalhavam desde a primeira entrevista as participações desses empregados informais são de 29% e 16%, respectivamente.

Definindo emprego em tempo parcial por uma jornada semanal inferior a trinta horas, a tabela 2 demonstra que esse tipo de emprego é um destino relativamente mais comum para aqueles que transitaram do desemprego para alguma ocupação entre a primeira e a quarta entrevista da PME, oscilando entre 23% para os jovens e 25% para os adultos. Entre os indivíduos ocupados desde a primeira entrevista, apenas 12% têm jornada inferior a trinta horas na semana.

A tabela 2 revela ainda que 17% dos jovens no primeiro emprego informaram ter contrato por prazo determinado. Essa porcentagem é semelhante para os jovens que transitaram do desemprego para o emprego, mas diminui para 9% quando considerados os adultos que fizeram o mesmo tipo de transição. Entre os que já estavam ocupados na primeira entrevista, a participação de empregos temporários diminui ainda mais, sendo de 7,6% entre os jovens e de apenas 2,5% entre os adultos.

Resumindo, os resultados da tabela 2 evidenciam que o primeiro emprego geralmente é caracterizado por condições mais precárias que as observadas para o restante do mercado de trabalho. O primeiro emprego é marcado por baixas remunerações, por uma elevada proporção de empregados sem carteira e por maiores incidências de trabalho em tempo parcial ou com contrato por tempo determinado.

5 A SITUAÇÃO DOS JOVENS UM ANO APÓS INGRESSAREM NO MERCADO DE TRABALHO

As condições mais precárias do primeiro emprego identificadas na seção anterior podem constituir uma situação apenas temporária. Esta seção procura descrever a trajetória dos jovens um ano após terem ingressado no mercado de trabalho. Para isso, são utilizadas as informações da primeira, quarta e oitava entrevistas da PME.

A coluna (2) da tabela 3 mostra as médias de algumas variáveis para jovens que estavam desempregados e nunca tinham trabalhado antes no período $t = 1$ e passaram a trabalhar no período $t = 4$, considerando apenas os indivíduos observados nos três pontos do tempo mencionados. Nas colunas (3) e (4) as informações se restringem aos indivíduos na coluna (2) que se encontravam ocupados na oitava entrevista da PME. As colunas (2) e (3) apresentam informações referentes ao período $t = 4$, enquanto a coluna (4) tem informações referentes ao período $t = 8$, ou seja, um ano depois. A coluna (1) reporta as médias dessas mesmas variáveis para os jovens no primeiro emprego, conforme mostrado na primeira coluna da tabela 2. Ou seja, os valores na coluna (1) se referem a uma amostra de indivíduos na primeira e na quarta entrevista da PME.

TABELA 3
Características do primeiro emprego dos jovens e situação um ano depois

| | Valores referentes à quarta entrevista | | | Valores referentes à oitava entrevista |
|---|---|--|---|---|
| | (1) indivíduos observdos nas pesquisas 1 e 4 (ocupados na quarta entrevista) | (2) indivíduos observdos nas pesquisas 1, 4 e 8 (ocupados na quarta entrevista) | (3) indivíduos observdos nas pesquisas 1, 4 e 8 (ocupados nas entrevistas 4 e 8) | (4) indivíduos observdos nas pesquisas 1, 4 e 8 (ocupados nas entrevistas 4 e 8) |
| Rendimentos | | | | |
| Média | 425,29 | 396,67 | 419,16 | 571,92 |
| Rendimentos/hora | | | | |
| Média | 12,948 | 12,34 | 12,62 | 16,00 |
| Posição na ocupação (%) | | | | |
| Com carteira | 33,95 | 32,32 | 36,38 | 57,49 |
| Sem carteira | 54,47 | 54,70 | 53,28 | 36,85 |
| Conta própria | 10,48 | 11,27 | 8,75 | 4,09 |
| Empregador | 0,22 | 0,10 | 0,00 | 0,32 |
| Funcionário público | 0,88 | 1,61 | 1,59 | 1,24 |
| Emprego em tempo parcial (%) | 22,62 | 23,32 | 20,52 | 14,75 |
| Contrato por prazo determinado (empregados) | 16,85 | 20,44 | 20,61 | 15,35 |
| Observações | 1.188 | 573 | 360 | 360 |

Fonte: PME 2003-2013.

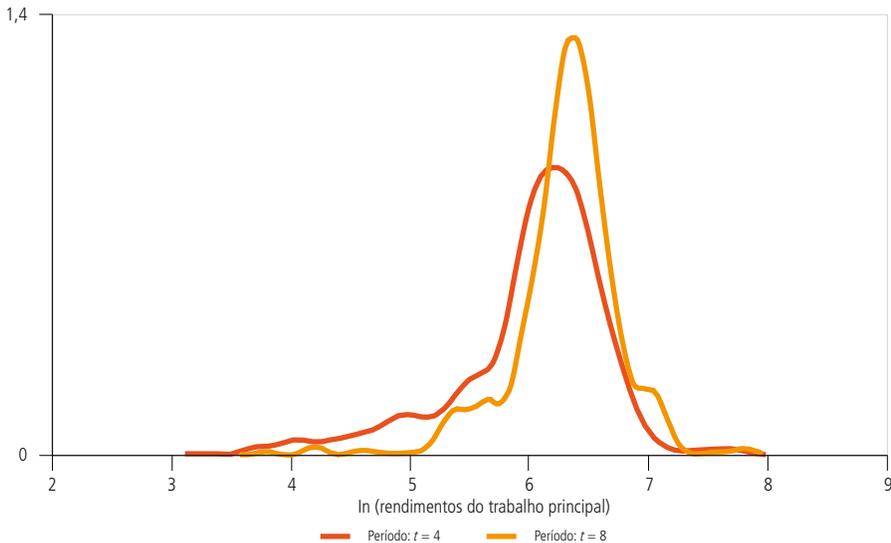
O atrito no painel da PME é bastante elevado, como se nota pela diferença no número de observações entre a coluna (1) e a coluna (2). Dos 1.188 indivíduos que participaram da primeira e da quarta entrevista da PME, apenas 573, ou seja, menos de 50%, foram entrevistados novamente um ano depois. Apesar disso, os resultados das colunas (1) e (2) são muito semelhantes, principalmente a distribuição por posição na ocupação e a porcentagem de trabalhadores em tempo parcial. E não há muita diferença nos rendimentos entre as colunas (1) e (2). Para a proporção de empregados com contrato por tempo determinado é que o diferencial é um pouco maior, chegando a quase 4 pontos percentuais (p.p.). Na coluna (3), são incluídos apenas aqueles observados nos três períodos, que estavam no primeiro emprego no período da quarta entrevista da PME e se encontravam ocupados um ano depois. As diferenças na coluna (3) em relação à coluna (2) também são pequenas.

Comparando as colunas (3) e (4), a variação média nos rendimentos mensais um ano depois da entrada dos jovens no mercado de trabalho é de 36%. O gráfico 3 indica que não apenas a distribuição de rendimentos se desloca para a direita entre a quarta e a oitava entrevista, como também a incidência de rendimentos muito baixos é bem menor após um ano no mercado de trabalho. Para os rendimentos por hora, a variação média no período de um ano para esse mesmo grupo de jovens no primeiro emprego é igual a 27%.

A tabela 3 mostra também que a participação dos empregados com carteira passa de 36% do total de ocupados para 58% no período de um ano, enquanto a porcentagem de empregados sem carteira diminui de 53% para 37%. Já a participação dos trabalhadores por conta própria tem uma redução de 9% para 4%. A porcentagem de trabalhadores em empregos com menos de trinta horas, classificados aqui como empregos em tempo parcial, também diminui nesse intervalo de um ano, passando de 20,5% quando ingressam no mercado de trabalho para 15% no ano seguinte.

GRÁFICO 3

Distribuição dos rendimentos do trabalho para jovens no primeiro emprego no período $t = 4$



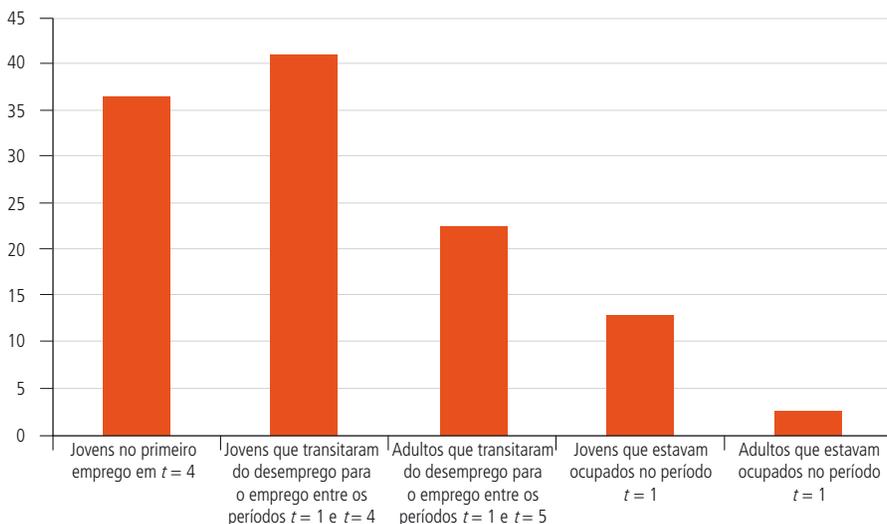
Elaboração do autor.

No gráfico 4, os aumentos nos rendimentos dos jovens no primeiro emprego durante o período de um ano são comparados com as variações observadas para os outros quatro grupos definidos neste artigo, representados nas tabelas 1 e 2. Percebe-se que a maior variação ao longo do tempo não é observada para os jovens no primeiro emprego, mas sim para os jovens que estavam desempregados, mas já trabalharam antes, e obtiveram um novo emprego (41%). Para os adultos que ingressaram em um novo emprego o aumento registrado é de 22,5%, enquanto para os dois outros grupos que já se encontravam ocupados desde a primeira entrevista as variações são bem menores, principalmente para os adultos cujo aumento nos rendimentos corresponde a 2,6%. Deve-se lembrar, no entanto, que este último grupo já recebia rendimentos quase quatro vezes mais elevados que os jovens no primeiro emprego, no período da quarta entrevista da PME.

GRÁFICO 4

Variações nos rendimentos entre os períodos $t = 4$ e $t = 8$

(Em %)



Elaboração do autor.

Os resultados desta seção indicam portanto que, apesar de os jovens ingressarem no mercado de trabalho em empregos considerados de pior qualidade, há uma tendência de aumento ao longo do tempo na participação dos empregados com carteira nesse grupo. Esse movimento intenso de jovens de empregos sem carteira para empregos com carteira geralmente está associado a aumentos nas remunerações. Empregos em tempo parcial, que também servem como porta de entrada para muitos desses jovens no mercado de trabalho, se tornam menos frequentes após um ano. Durante esse mesmo período, os rendimentos aumentam em média 36% em relação à remuneração recebida no início de sua vida profissional, indicando uma progressão bastante rápida na carreira dos jovens após obterem o primeiro emprego.

6 CONCLUSÕES

Este capítulo procurou reportar algumas características do primeiro emprego nas regiões metropolitanas brasileiras. Para isso, foram usados dados longitudinais da PME para o período de 2003 a 2013. Os resultados revelam que o primeiro emprego dos jovens costuma apresentar algumas peculiaridades em relação ao restante do mercado de trabalho.

Primeiramente, nota-se que os jovens em busca do primeiro emprego passam por um período mais longo de desemprego, mesmo em relação a outros jovens na mesma faixa etária, mas com alguma experiência prévia no mercado de trabalho. Além disso, o primeiro emprego está geralmente associado a empregos sem carteira, temporários, ou em tempo parcial, e com remunerações bem mais baixas que a média. Apesar de ingressar no mercado de trabalho em condições mais precárias, uma parcela elevada dos jovens progride rapidamente. Muitos dos que começaram como empregados sem carteira assinada se transferem para empregos no setor formal durante o período de um ano. Além disso, após um ano, os jovens tendem a registrar aumentos significativos nos rendimentos em relação ao que recebiam no primeiro emprego.

REFERÊNCIAS

- BIAVASCHI, C. *et al.* **Youth unemployment and vocational training**. 2012. (IZA Discussion paper, n. 6.890).
- CAMERON, A.; TRIVEDI, P. **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge University Press, 2005.
- FARBER, H. **Alternative employment arrangements as a response to job loss**. 1997. Mimeografado.
- FLORI, P. Desemprego dos jovens no Brasil. **Revista da ABET**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 30-60, 2005.
- MALONEY, W. Informality revisited. **World Development**, Elsevier, v. 32, n. 7, p. 1.159-1.178, July 2004.
- MENEZES-FILHO, N.; PICHETTI, P. Os determinantes da duração do desemprego no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 30, n. 1, 2000.

APÊNDICE A

O ESTIMADOR NÃO PARAMÉTRICO DE KAPLAN-MEIER

Para apresentar esse estimador, primeiro definiu-se a função risco, que oferece a probabilidade instantânea de o indivíduo deixar o desemprego em um dado período t , já que permaneceu desempregado até t . A função risco pode ser representada por:

$$h(t) = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \frac{P(t \leq T < t + \Delta t / T \geq t)}{\Delta t} = \frac{f(t)}{1 - F(t)} \quad (1)$$

onde $F(t)$ é a função distribuição acumulada de T , e $f(t)$ é a função densidade de probabilidade. A função sobrevivência, representada por $S(t)$, onde $S(t) = 1 - F(t)$, fornece a probabilidade de que a duração do desemprego seja maior ou igual a t . O estimador de Kaplan-Meier procura apresentar a probabilidade de permanência no desemprego para cada instante de tempo.

A função sobrevivência em cada período t_m , onde $m = 1, \dots, M$, pode ser representada por:

$$S(t_m) = P(T > t_m) = \prod_{r=1}^m P(T > t_r / T > t_{r-1}) \quad (2)$$

O estimador de Kaplan-Meier para a função sobrevivência é dado por:

$$\hat{S}(t_m) = \prod_{r=1}^m \frac{N_r - E_r}{N_r} \quad m = 1, 2, \dots, M \quad (3)$$

onde N_r é o número de indivíduos que não saíram do desemprego e nem estavam censurados no período t_{r-1} , e E_r é o número de indivíduos que transitaram do desemprego para o emprego entre os períodos t_{r-1} e t_r .

A ROTATIVIDADE DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO*

Carlos Henrique Corseuil**

Miguel Foguel**

Gustavo Gonzaga***

Eduardo Pontual Ribeiro****

SINOPSE

O capítulo examina e discute a rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro, compondo um quadro de fatores que interferem na permanência dos jovens em seus empregos e pondo em relevo os determinantes das elevadas taxas de rotatividade dos jovens, mesmo no setor formal.

1 INTRODUÇÃO

Um dos fatos mais preocupantes em diversos países é a existência de baixas taxas de emprego para jovens trabalhadores, levando geralmente ao desemprego. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2014), a taxa de desemprego para jovens no mundo, em torno de 13%, representava mais que o dobro da taxa para os adultos em 2013. Outro fato preocupante e bem documentado para países em desenvolvimento é a maior prevalência de emprego informal entre os jovens (OIT, 2013), o que

* Versões anteriores deste material contendo grande parte dos resultados aqui mostrados circularam tanto em português como em inglês. A versão em português é mais compacta e foi publicada no número 55 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* do Ipea. A versão em inglês, mais extensa, foi entregue como relatório de um projeto conjunto do Centro de Estudios Distributivos, Laborales y Sociales (Cedlas) – International Development Research Centre (IDRC) sobre *A demanda por trabalho e criação de emprego: evidências empíricas de empresas na América Latina*. As opiniões aqui apresentadas não representam a posição oficial das instituições às quais os autores são filiados.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

*** Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**** Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ) e Pesquisador do CNPq.

é entendido como evidência de uma inserção no mercado de trabalho em postos de pior qualidade.¹

Como observou Gonzalez (2009), o mesmo acontece com o Brasil. Dados mais recentes também corroboram esse fato. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos foi de 13,9% em 2012, enquanto a taxa observada para o grupo etário de 30 anos e mais foi de 4,1%, respectivamente, no mesmo ano.

Esse quadro é frequentemente interpretado como evidência de falta de oportunidades de trabalho para os jovens. No entanto, os fatos também são compatíveis com um cenário de alta rotatividade para os trabalhadores jovens, no qual o acesso a um emprego formal não é tão difícil quanto a permanência nele. Essa possibilidade ganha relevância quando são observadas algumas evidências disponíveis na literatura internacional. Tanto Leighton e Mincer (1982) como Clark e Summers (1982) mostram que as altas taxas de desemprego para jovens nos Estados Unidos são consequência de alta incidência do desemprego e não de uma duração prolongada desse estágio. Vale dizer que Flori (2005) constata o mesmo para o Brasil.

Com este capítulo, pretende-se contribuir para esse diagnóstico, analisando os *fluxos* para dentro e para fora do emprego, por meio das medidas do volume de contratações e desligamentos. Investiga-se, também, se a concentração de jovens fora do setor formal (isto é, no desemprego, na informalidade ou fora da força de trabalho) se deve a baixas taxas de contratação ou a altas taxas de desligamento. Grandes fluxos de saída podem ser o sinal de curtos períodos de emprego, os quais geralmente estão associados à baixa qualidade do posto de trabalho ou a baixos níveis de formação dos trabalhadores. As consequências de elevadas taxas de saída envolvem a sensação de insegurança no emprego, menor incentivo para investir em treinamento e a destruição do capital humano específico acumulado na empresa. No longo prazo, esses efeitos geram menores níveis de produtividade – e, portanto, de salários – tanto para o trabalhador individual quanto para a economia como um todo.

1. Evidências de inserção em postos de pior qualidade também são documentadas para países desenvolvidos. Por exemplo, O'Higgins (2012) mostra que contratos temporários não só são mais frequentemente utilizados com os jovens como vêm aumentando neste século.

O uso da abordagem de fluxos é possibilitado pela disponibilidade de uma base de dados muito rica no Brasil, a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa base registra anualmente o total de contratações e desligamentos (tanto os involuntários quanto os voluntários) e inclui informações detalhadas do trabalhador contratado ou desligado pelas empresas formais do país, bem como de seu contrato de trabalho e de características de sua empresa. A riqueza dos dados da Rais permite que se responda a importantes perguntas a respeito da inserção dos jovens no mercado de trabalho formal, tais como:

- 1) É mais difícil para o jovem conseguir um emprego do que para o adulto?
- 2) Os jovens perdem emprego com mais frequência que os adultos?
- 3) Estará o nível de emprego estagnado para os jovens?
- 4) Será que jovens e adultos competem pelos mesmos postos de trabalho?
- 5) Serão os empregos de jovens regidos predominantemente por contratos temporários e/ou por prazo determinado?
- 6) Os desligamentos por iniciativa do trabalhador tendem a ser mais frequentes entre os jovens?
- 7) As políticas de emprego para jovens devem ser direcionadas às empresas ou aos trabalhadores?

As respostas a essas perguntas serão feitas com base nos dados da Rais do período entre 1996 e 2010 e mostrarão que a maior parte dos resultados é estável ao longo do tempo, permitindo inferir que os fatos aqui levantados são de natureza estrutural e não específicos a certa conjuntura do país.

Na seção 2, apresenta-se a metodologia que será empregada na análise. A seção 3 contém as respostas para cada uma das perguntas formuladas. A seção 4 está dedicada às principais conclusões do capítulo e a uma discussão mais aprofundada sobre algumas políticas e a outros fatores que podem influenciar a rotatividade dos jovens (e adultos) no mercado de trabalho brasileiro.

2 METODOLOGIA

O ponto de partida da análise desenvolvida neste capítulo é a mensuração do volume de contratações e desligamentos de trabalhadores. No primeiro caso, partiu-se do total de admissões de trabalhadores do grupo etário a (jovens ou adultos) informado por cada empresa i em cada ano t do período analisado: c_{iat} . Essas informações sobre contratações são agregadas no nível da empresa para cada grupo etário em cada ano, fornecendo o total:

$$C_{at} = \sum_i c_{iat}$$

De forma análoga, os desligamentos são agregados a partir do total informado por cada empresa em determinado ano:

$$D_{at} = \sum_i d_{iat}$$

Para realizar a análise desagregada por faixa etária, é necessário operacionalizar algum tipo de padronização tendo em vista a diferença de tamanho desses grupos na força de trabalho. Tal como na literatura especializada nesse tipo de análise, empregou-se a taxa de contratação definida pela razão entre o total de contratações em um dado ano (C_{at}) e o estoque de emprego do grupo etário a (X_{at}):²

$$c_{at} = C_{at} / X_{at}$$

Da mesma forma, a taxa de desligamento usa a mesma padronização:

$$d_{at} = D_{at} / X_{at}$$

No restante deste capítulo, o grupo de jovens foi demarcado como trabalhadores com idade até 24 anos e adultos, como os com idade a partir de 25 anos.

2. As contratações são computadas para todas as firmas i) e posteriormente agregadas para a totalidade do Brasil. O estoque de emprego utilizado é o emprego médio entre os anos t e $t - 1$. O uso do emprego médio tem uma série de vantagens sobre o emprego corrente, todas elas descritas em Davis e Haltiwanger (1999).

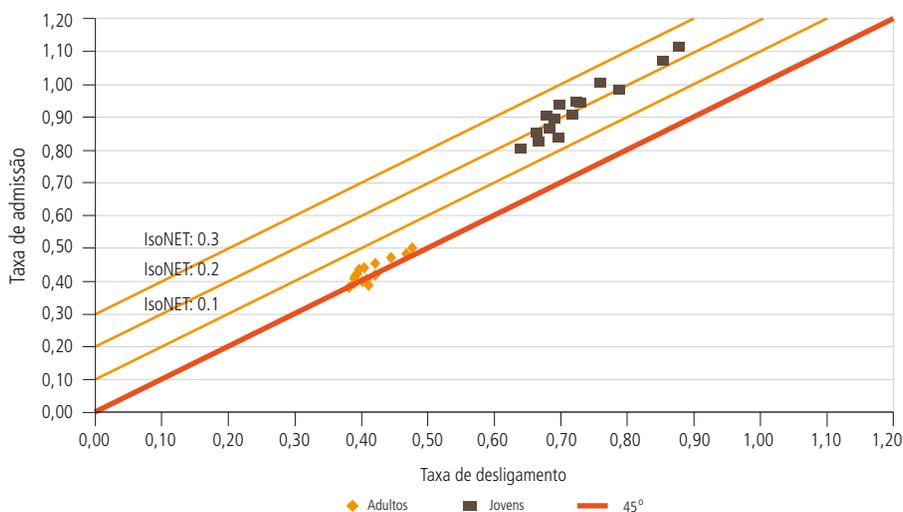
3 ANÁLISE SOBRE A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

3.1 É mais difícil para os jovens conseguir um emprego do que para os mais velhos?

De forma sucinta, a resposta é não. O gráfico 1 mostra que, em um determinado ano, a taxa de contratações (razão entre o número de contratações e o estoque médio de trabalhadores) é o dobro para os jovens do que para os adultos. A média de 92,6% da taxa para os jovens sugere que, para cada dez jovens empregados, nove foram contratados ao longo do ano. A mesma média para adultos é inferior à metade, situando-se em 42,8%.

GRÁFICO 1

Taxas de contratação e desligamento por faixa etária (1996-2010)



Fonte: Rais/MTE.

Elaboração dos autores.

Esses resultados indicam que os trabalhadores jovens não parecem enfrentar fortes barreiras à entrada no mercado de trabalho formal no Brasil.³ O valor mais baixo da taxa de contratação foi de 80% e, em três anos (2007, 2008 e 2010), ultrapassou 100%. No entanto, embora a obtenção

3. Esse resultado vale para o agregado dos jovens, o que não exclui a possibilidade de que alguns subgrupos tenham mais dificuldades de conseguir emprego. De fato, no próximo capítulo deste livro, demonstra-se que os jovens procurando emprego pela primeira vez enfrentam muitas dificuldades.

de empregos seja relativamente fácil, será visto em seguida que, para eles, a perda é também mais fácil de ocorrer.

3.2 Os trabalhadores mais jovens perdem o emprego mais frequentemente do que os trabalhadores mais velhos?

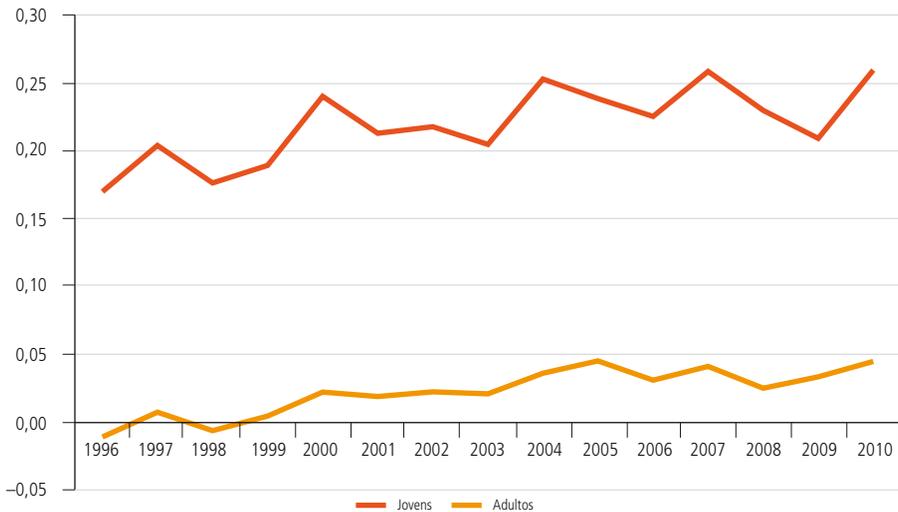
A resposta é sim, os trabalhadores mais jovens perdem seus empregos com mais frequência do que os trabalhadores mais velhos. O mesmo gráfico 1 mostra que a taxa de desligamento (razão entre o número de trabalhadores que saem de seus postos de trabalho por demissão voluntária ou involuntária em relação ao estoque de trabalhadores) é, em média, de 72,4%, com um mínimo de 65% e tão elevada quanto 85% em dois anos (2008 e 2010). Ou seja, em termos médios, sete em cada dez trabalhadores jovens desligam-se de seus postos de trabalho ao longo de um ano. A taxa de desligamento dos trabalhadores mais velhos é um pouco mais que a metade, oscilando em torno de 41,3% na média.

Colocadas juntamente, taxas de contratação e de desligamento mais altas para os jovens indicam um mercado de trabalho mais “turbulento” para este grupo. A coexistência de taxas mais elevadas de entrada e saída dos postos de trabalho tende a gerar empregos de mais curta duração. Como esse tipo de emprego envolve pouco investimento em treinamento e impede a acumulação de experiência na empresa, é de se esperar que o jovem se torne um trabalhador adulto com menos capital humano acumulado do que numa situação de relação de trabalho mais duradoura. Nesse sentido, as trajetórias de produtividade e de salários dos jovens ao longo da vida poderiam ser melhores do que as observadas.

3.3 Estará o nível de emprego estagnado para os jovens?

Não, o crescimento líquido do emprego (diferença entre as taxas de contratações e desligamentos) é maior para os jovens do que para os adultos. Esse resultado é ilustrado no gráfico 2, onde é possível ver que, embora ambos os grupos experimentem um crescimento líquido quase continuado do emprego ao longo do tempo, o crescimento é 15 pontos percentuais (p.p.) maior para os jovens entre o fim e o início do período de análise.

GRÁFICO 2

Crescimento líquido do emprego por faixa etária (1996-2010)

Fonte: Rais/MTE.

Elaboração dos autores.

3.4 Os trabalhadores jovens e os mais velhos competem pelos mesmos postos de trabalho?

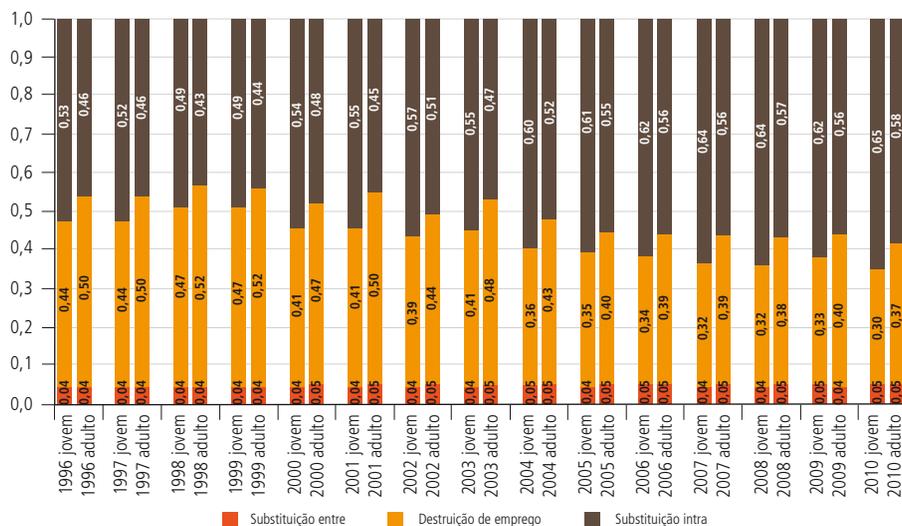
Não. Quando um trabalhador deixa um emprego, ele pode ser substituído por outro (substituição do trabalhador), ou o posto de trabalho pode ser eliminado pela empresa (destruição do emprego). Essa análise pode ser desagregada medindo se a substituição do trabalhador ocorre entre trabalhadores da mesma faixa etária (substituição intragrupo) ou entre trabalhadores de diferentes faixas etárias (substituição entregrupos). Partindo do conjunto de todos os desligamentos de trabalhadores jovens no país, o gráfico 3 mostra em que proporção houve substituição entregrupos, substituição intragrupo e não substituição (o posto de trabalho foi eliminado). As mesmas medidas são apresentadas para a situação em que trabalhadores mais velhos foram desligados. Uma definição precisa dessas medidas encontra-se no apêndice A deste capítulo.

Vê-se um grau de substituição bastante baixo entre trabalhadores jovens e adultos. De fato, a proporção de substituição de um tipo de trabalhador para o outro é, em média, 4%, e nunca ultrapassa o nível de 5% durante todo o período de análise. O gráfico 3 também revela que a substituição

dentro da mesma categoria de idade é mais comum para os jovens do que para os adultos, com uma diferença de cerca de 6 p.p. para o primeiro grupo. Também é notável que a substituição dentro do mesmo grupo de idade tornou-se mais importante para os dois grupos ao longo do tempo. De fato, houve um aumento de mais de 10 p.p. para jovens e adultos quando se compara a proporção da substituição intragrupos na última metade da década de 1990 com a última metade da década de 2000. O movimento oposto ocorreu com a parcela das separações devido à extinção de emprego. Parte desse fenômeno pode ser explicada pela resposta dos trabalhadores e empresas ao ciclo econômico.

GRÁFICO 3

Percentual de desligamentos por tipo: destruição de emprego e substituição dentro ou entre os grupos etários (1996-2010)



Fonte: Rais/MTE. Elaboração dos autores.

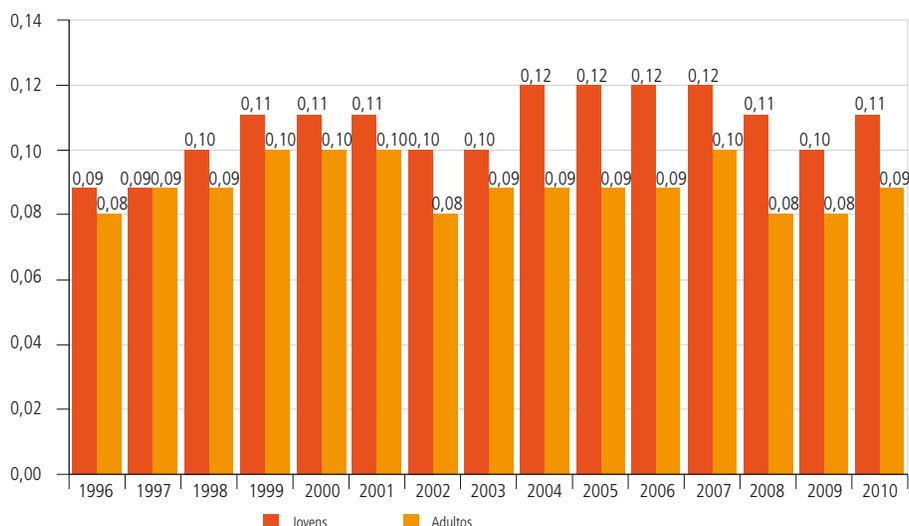
3.5 Os contratos mais instáveis funcionam como porta de entrada dos jovens?

Contratações e desligamentos de postos de trabalho não são necessariamente eventos independentes. Se as contratações dos jovens estão sobrerrepresentadas em postos de trabalho com configuração mais instável, então, pelo menos uma parte dos altos níveis de separação que se observa para eles vem dos altos níveis de contratação para empregos instáveis. Em outras palavras, as

altas taxas de desligamentos podem ser induzidas pela entrada no mercado de trabalho formal “pela porta errada”.

A fim de investigar essa possibilidade, olha-se para a proporção de contratos temporários ou empregos em cooperativas na contratação de trabalhadores por faixa etária. O gráfico 4 mostra a proporção de contratações temporárias para jovens e adultos trabalhadores. Pode-se notar que o contrato temporário é usado em proporções similares tanto para os jovens quanto para os adultos.⁴

GRÁFICO 4
Participação das contratações temporárias por faixa etária (1996-2010)



Fonte: Rais/MTE.

Elaboração dos autores.

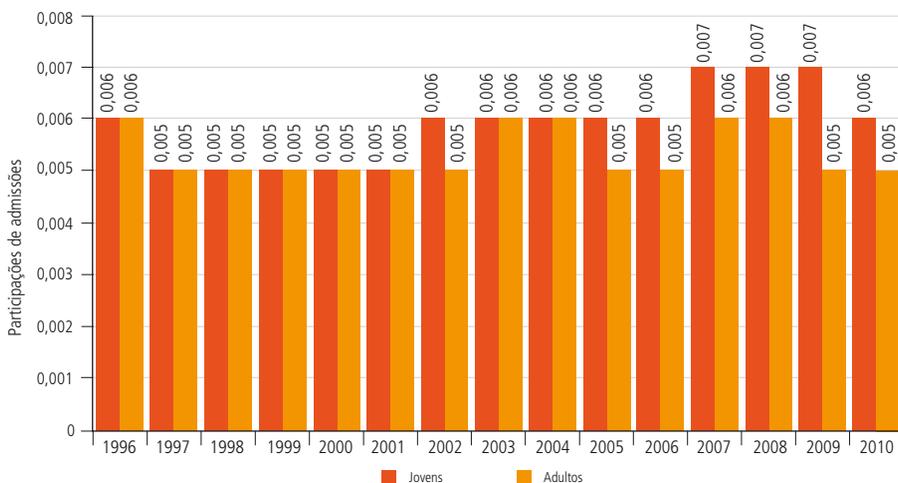
Outra forma de empregos instáveis, muitas vezes apontados como parcialmente responsáveis pela deteriorização das relações de trabalho no país, é aquela oferecida por algumas cooperativas que se aproveitam de uma brecha da legislação para evitar a concessão de direitos trabalhistas àqueles que na verdade atuam como empregados. O gráfico 5 mostra a

4. A participação dos jovens contratados para empregos temporários passa a ser relativamente mais frequente na segunda metade do período analisado. Esse aumento observado pode ser atribuído à utilização do contrato de aprendizagem, que foi promovido pelo governo em 2000 e se trata de um vínculo temporário restrito a trabalhadores jovens.

participação de jovens e adultos que foram contratados por cooperativas, entre 1996 e 2010. O principal ponto a notar a partir deste gráfico é que a fração contratada por cooperativas durante este período foi inferior a 1% em ambos os grupos etários, ou seja, uma proporção insignificante. Dessa forma, cooperativas não parecem contribuir para inflar nem as contratações, nem as taxas de separação dos trabalhadores jovens.

Em resumo, as evidências mostram que o padrão de contratação dos trabalhadores jovens em contratos mais instáveis não parece ser responsável pelas taxas mais elevadas de desligamentos observadas para este grupo.

GRÁFICO 5
Percentual de contratações por cooperativas, por faixa etária (1996-2010)



Fonte: Rais/MTE.

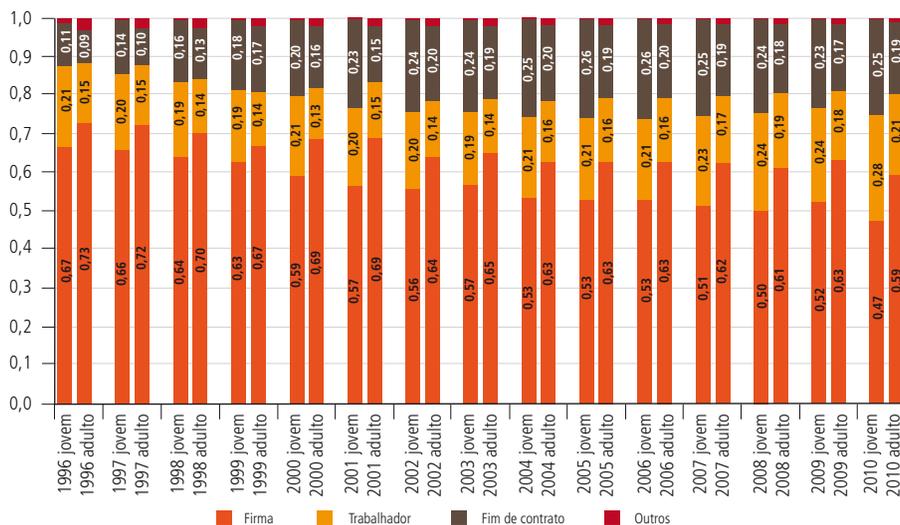
Elaboração dos autores.

3.6 Os desligamentos voluntários são mais frequentes para trabalhadores jovens do que para os adultos?

Sim, embora os números não sejam desproporcionalmente maiores para os trabalhadores mais jovens do que para os adultos. Na verdade, o gráfico 6 mostra que os desligamentos motivados por parte das empresas (as demissões), e não os por parte dos trabalhadores, são a razão mais importante para a saída de ambos os grupos etários. O gráfico também mostra que, apesar de ter perdido alguma importância ao longo do tempo para ambos

os grupos, as demissões são mais relevantes como causa de desligamento para os adultos do que para os jovens trabalhadores. Em compensação, desligamentos relacionados a término de contratos temporários são mais frequentes entre os jovens.

GRÁFICO 6
 Percentual de desligamentos por proponente (1996-2010)



Fonte: Rais/MTE.

Elaboração dos autores.

3.7 As políticas de emprego para jovens devem ser direcionadas às empresas ou aos trabalhadores?

Isso depende da proporção em que os jovens são alocados para empresas que apresentam altas taxas de rotatividade. Por exemplo, trabalhadores jovens podem ser alocados para setores de alta rotatividade, como a construção civil ou o comércio varejista. Se for realmente o caso, uma redução na rotatividade do trabalhador pode ser obtida concentrando as políticas em empresas de setores de alta rotatividade.

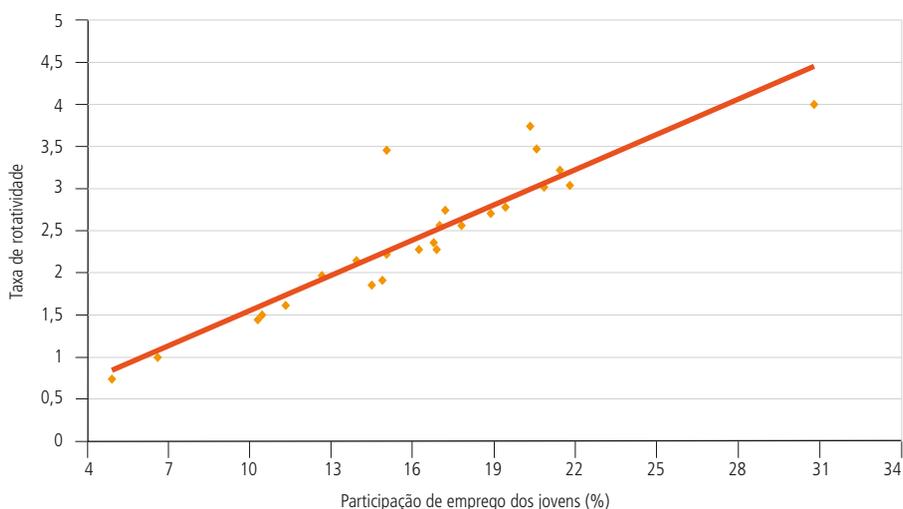
O gráfico 7 confirma que existem diferenças acentuadas nas taxas de rotatividade entre os setores.⁵ Cada ponto corresponde a um setor, a linha representa a correlação linear entre a taxa de rotatividade e a parcela

5. A taxa de rotatividade é a soma das taxas de contratação e desligamento. Ela procura medir o quão “movimentado” é o mercado de trabalho.

média de jovens empregados em cada um dos setores entre 1998 e 2010. O gráfico mostra claramente que os estabelecimentos em setores de alta rotatividade tendem a empregar uma parcela maior de trabalhadores jovens. Portanto, a alta rotatividade observada para os trabalhadores jovens pode ser explicada, pelo menos em parte, devido à alocação deste grupo nos setores com rotatividade relativamente mais elevada.⁶

GRÁFICO 7

Associação entre rotatividade e parcela de jovens empregados por setor (1998-2010)



Fonte: Rais/MTE.

Elaboração dos autores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mensagem principal é que os trabalhadores jovens experimentam alta rotatividade tanto devido a taxas mais altas de contratação como de desligamento. Se, por um lado, transitar entre muitos trabalhos diferentes pode melhorar o “casamento” com as empresas, por outro, a entrada e a saída muito fácil tendem a diminuir a aquisição de experiência geral e específica de trabalho. Uma vez que o acúmulo deste tipo de capital humano é importante,

6. O documento técnico mencionado no início deste capítulo mostra que o mesmo problema de alocação de trabalhadores jovens também ocorre no nível das empresas contratantes. Ou seja, as contratações de jovens tendem a se concentrar em empresas nas quais as relações trabalhistas são mais instáveis.

a elevada rotatividade experimentada pelos jovens no Brasil é um fator que dificulta o aumento da sua (futura) produtividade e de salário.

Embora não haja estatísticas comparáveis da rotatividade da mão de obra entre os países, os elevados números encontrados para os jovens no Brasil sugerem que há um *excesso* de rotatividade no mercado de trabalho, pelo menos para esse grupo. Nesse sentido, levando em consideração que o acúmulo de capital humano já é relativamente baixo no Brasil, políticas que sejam capazes de reduzir esse excesso de rotatividade devem trazer um ganho para o país.

A fim de diminuir as taxas de rotatividade, a principal dimensão para fins de política deve ser a da taxa de desligamento. Com efeito, embora as contratações e os desligamentos estejam inter-relacionados, enfrentar o problema dos elevados níveis de saída parece mais eficiente para manter os trabalhadores por mais tempo em seus trabalhos.⁷

Uma maneira de tentar reduzir a taxa de desligamentos utilizada em muitos países é a imposição de custos de demissão às empresas. No Brasil, esse mecanismo é essencialmente composto pela obrigação de dar aviso prévio aos trabalhadores (o qual é muitas vezes implementado via demissão imediata do trabalhador com pagamento do salário pelo período não trabalhado do aviso prévio) e pela multa de demissão – igual a 50% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) acumulado pelo trabalhador na empresa. No entanto, o aumento desses custos – por exemplo, de forma diferenciada entre jovens e adultos – deve ser cuidadosamente avaliado, pois é provável que as empresas reajam ou diminuindo as contratações ou tornando-se mais seletivas em relação ao tipo de trabalhador que contratarão. Nesse caso, o efeito líquido total pode ser negativo, uma vez que, embora possa haver uma queda na rotatividade, é possível que se observe um aumento do desemprego e da participação no mercado de trabalho, pelo menos de certos tipos de trabalhadores. No Brasil, as empresas estão isentas de arcar com os custos de desligamento se a demissão ocorrer durante o período inicial de experiência, que é normalmente de três meses. Não se sabe ao certo qual deveria ser o tempo inicial ideal para que trabalhadores e empresas se “conheçam”, mas se ele for demasiadamente curto no Brasil, uma extensão do período de experiência inicial pode trazer redução nas demissões erradas, isto é, que não deveriam ter ocorrido. Se isso for verdade, melhora-se o casamento de empresas

7. Reduzir de forma direta as contratações sequer faz muito sentido, pois diminui a possibilidade de que novas relações de trabalho sejam iniciadas.

e trabalhadores, com impactos sobre a duração do emprego, produtividade e salários. Naturalmente, um argumento oposto ao já levantado sobre os efeitos do aumento dos custos de demissão (aviso prévio e multa) pode ser aplicado: é possível que a maior facilidade em demitir sem pagar custos leve as empresas ou a aumentar as contratações ou a serem menos seletivas ao contratar, o que pode fazer com que o efeito líquido total seja um aumento da rotatividade, com possível redução das taxas de desemprego e de participação.

Um resultado importante que emerge deste trabalho é que a alta taxa de desligamento vigente para os trabalhadores jovens pode ser em parte explicada por um problema de alocação, em que os trabalhadores jovens tendem a ser contratados por empresas de mais alta rotatividade. Uma forma de lidar com o problema de elevada rotatividade no emprego é criar políticas que gerem incentivos para que trabalhadores e empregadores invistam na relação de trabalho. Uma possibilidade nesse sentido é pensar em cursos de treinamento custeados pelo trabalhador e pelo empregador de tal forma que ambas as partes tenham menor incentivo em romper a relação de trabalho.

Embora não se encontrem resultados sobre os fatores determinantes dos processos de contratações e desligamentos por grupo etário, é pertinente afirmar que o próprio processo de desenvolvimento demográfico e socioeconômico do país deve influenciar esses fluxos. Nesse sentido, vale destacar pelo menos duas forças que já estão em operação no caso brasileiro. A primeira é a mudança da composição etária da mão de obra, que vem se tornando relativamente menos jovem. Potencialmente, esse envelhecimento pode alterar completamente os padrões dos fluxos de contratações e separações por grupo etário, já que por si só, as mudanças na composição na oferta de trabalho geram escassez relativa de jovens no mercado de trabalho. Além disso, essa escassez pode gerar efeitos não só sobre os salários pagos a jovens e adultos mas também afetar as taxas de contratação e desligamentos desses grupos. É difícil dizer *a priori* em que direção essas taxas mudarão.

Simultaneamente às mudanças demográficas, observa-se um aumento de escolaridade das gerações mais novas. Admitindo que os trabalhadores mais educados têm menor propensão a transitarem entre empregos, isoladamente, essa mudança na qualificação da mão de obra deve reduzir a rotatividade dos grupos etários. Naturalmente, esse processo deve fazer com que as taxas de rotatividade dos mais jovens caiam mais intensamente no

início e, quando houver uma estabilidade da escolarização entre as coortes (por exemplo, quando uma parcela considerável tiver pelo menos o ensino médio completo), estas deverão alcançar um patamar mais baixo do que o observado atualmente para todos os grupos etários. Claramente, ambas as mudanças (demográfica e de escolaridade) são lentas, mas certamente serão fatores importantes para determinar o que ocorrerá com as taxas de rotatividade no futuro.

REFERÊNCIAS

CLARK, K. E.; SUMMERS, L. The dynamics of youth unemployment. *In*: FREEMAN, R.; WISE, D. (Ed.). **The youth labor market problem: its nature, causes and consequences**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

DAVIS, S.; HALTIWANGER, J. Gross job flows. *In*: ASHENFELTER, O.; CARD, D. (Ed.). **Handbook of labor economics**. North Holland, 1999. v. 3B.

FLORI, P. Desemprego de jovens no Brasil. **Revista da ABET**, v. 5, n. 1, p. 29-60, 2005.

GONZALEZ, R. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? *In*: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

LEIGHTON, L.; MINCER, J. Labor turnover and youth unemployment. *In*: FREEMAN, R.; WISE, D. (Ed.). **The youth labor market problem: its nature, causes and consequences**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

O'HIGGINS, N. **This time it's different?** Youth labor markets during 'The Great' Recession. IZA, 2012. (Discussion Paper, n. 6.434).

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabajo decente y juventud en América Latina**. Lima: OIT, 2013.

_____. **Global employment trends**. Geneva: OIT, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORSEUIL, C. H. *et al.* **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 55, Ipea, 2013.

APÊNDICE A

UMA DECOMPOSIÇÃO DOS DESLIGAMENTOS SEGUNDO O DESTINO DOS POSTOS DE TRABALHO

Preliminares: Computa-se para cada empresa o saldo entre contratações e desligamentos de jovens: $\Delta n_{iat} = c_{iat} - d_{iat}$. Seguindo a literatura especializada, define-se o aumento de postos (*ap*) de jovens como: $ap_{iat} = \Delta n_{iat} I.(\Delta n_{iat} > 0)$. Ou seja, se o saldo for positivo, o aumento de postos equivale a esse saldo; caso contrário, o aumento de postos é nulo. De forma análoga, define-se a diminuição de postos (*dp*) como $dp_{iat} = -\Delta n_{iat} I.(\Delta n_{iat} < 0)$. Ou seja, se o saldo for negativo, a diminuição de postos equivale a esse saldo; caso contrário, a diminuição de postos é nula. É importante notar que cada firma só pode ter um desses indicadores não nulos. Computam-se os mesmos indicadores para os adultos em cada empresa (ap_{ibr} e dp_{ibr}) a partir do saldo entre contratação e desligamento ($\Delta n_{ibr} = c_{ibr} - d_{ibr}$).

Substituição de trabalhadores intragrupo etário (jovem por jovem): Quando há contratações e desligamentos num mesmo ano e numa mesma empresa, pode-se inferir que alguns jovens estão entrando em postos previamente ocupados por outros jovens. Assim, mede-se esse volume de substituição intragrupo (SI) de jovem por jovem por:

$$SI_{iat} = \min\{c_{iat}; d_{iat}\}$$

Em termos intuitivos, contando as contratações de jovens de uma em uma, a partir da primeira, elas serão consideradas como parte de um processo de preenchimento de vagas deixadas abertas por desligamentos de outros jovens. Quando o total de contratações for menor que o de desligamento, todas serão computadas dessa forma. Quando o total de contratações for maior que o de desligamento, a contagem de contratações computadas como substituição de jovem por jovem é interrompida quando se chega ao número de desligamentos. Ou seja, nesse último caso, supõe-se que todos os postos vagos por desligamentos de jovens foram preenchidos por contratações de jovens.

Substituição de trabalhadores entre grupos etários (jovens por adultos): Essa situação ocorre quando o saldo entre contratações e desligamentos de jovens é negativo em uma empresa e esse mesmo saldo vem a ser

positivo para adultos. Nesse caso, tem-se que, por um lado, a contratação de jovens não foi suficiente para repor os desligamentos de jovens, mas por outro, a contratação de adultos superou a necessidade de preencher postos vagos devido a desligamentos de adultos. Pode-se inferir então que os trabalhadores adultos contratados “em excesso” ocuparam os postos vagos por desligamentos de jovens e que não foram preenchidos pelos jovens contratados, caracterizando uma substituição entre (SE) grupos etários.

$$SE_{iat} = \min\{ap_{ibt}; dp_{iat}\}$$

onde o primeiro argumento da função mínimo corresponde às contratações “em excesso” de adultos; e o segundo, ao *deficit* de contratações de jovens em relação a todas as vagas abertas por desligamento de jovens.

Extinção de postos ocupados por jovens: Essa situação ocorre quando há postos vagos por jovens que não são preenchidos nem pela contratação de jovens nem pelos adultos contratados “em excesso”. Nesse caso, diz-se que o posto é extinto (E).

$$E_{iat} = D_{iat} - SI_{iat} - SE_{iat}$$

Todos os elementos da equação são agregados para todas as empresas em cada ano. Os procedimentos análogos também são computados para decompor os desligamentos de adultos. Os percentuais exibidos no gráfico 3 são obtidos a partir da razão entre as versões agregadas de cada um dos componentes do lado direito da equação e a versão agregada do termo no lado esquerdo dessa mesma equação.

JOVENS E SINDICATOS: DESAFIOS PARA O FUTURO DA REGULAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL*

André Gambier Campos**

SINOPSE

O capítulo examina os desafios para a regulação do trabalho no Brasil a partir de um conjunto de indicadores relativos ao perfil dos filiados aos sindicatos e aos fatores que influenciaram a filiação sindical de 1992 a 2012. O trabalho indaga se, em comparação com gerações anteriores, os jovens tendem a se interessar mais ou menos pelos sindicatos. Procura-se identificar, dentro dos vários grupos e perfis de jovens, quais atualmente tendem a se envolver mais e quais tendem a se envolver menos com os sindicatos.

1 INTRODUÇÃO

É sabido que o mercado laboral não é um mercado como qualquer outro, no sentido de ser orientado apenas pela oferta e pela demanda de trabalho (Offe, 1989). É um mercado bastante peculiar, entre outras razões, por ser regulado por múltiplas instituições, tais como os sindicatos, entendidos como coletivos organizados de trabalhadores.

Os sindicatos são responsáveis por uma regulação laboral de natureza pública, que faz com que a contratação, o uso e a remuneração do trabalho não sejam definidos de maneira privada, somente pela vontade das empresas ou do Estado. No Brasil, eles têm levado adiante tal regulação, com severas dificuldades, mas também com resultados notáveis.

Ao fim da década de 1970, os sindicatos se mobilizaram, no sentido de questionar a regulação laboral do regime militar, que depreciava a relevância do trabalho na economia. Várias mobilizações provocaram alterações nessa

* O autor agradece a Carlos Henrique Corseuil, Fábio Monteiro Vaz e Rosana Ulhôa Botelho.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: andre.campos@ipea.gov.br.

situação, com tal força que seus resultados não se restringiram à economia, mas alcançaram também a política (Abramo, 1986; Maroni, 1982; Sader, 1988; Telles, 1985).

De fato, os sindicatos se empenharam na criação de uma nova central, com capacidade de transformar sua estrutura corporativa, bem como somaram esforços para a fundação de um novo partido, com potencial para modificar a autoritária estrutura partidária. Em suma, para além da economia, eles se envolveram com a política, produzindo transformações de amplo alcance no Brasil (Keck, 1991; Meneguello, 1989; Rodrigues, 1989; 1990).

Ao longo da década de 1980, os sindicatos deram sequência a essas transformações, por meio de mobilizações não vistas em nenhum outro lugar que se tenha registro. As greves então realizadas destacaram-se pelo número de trabalhadores envolvidos, espalhados por vários setores, bem como pela sua dilação no tempo, atingindo incontáveis horas de trabalho (Noronha, 1991; 1994; Sandoval, 1994).

Os sindicatos encontraram limites para suas mobilizações apenas na década de 1990. Tais limites decorreram não tanto de acontecimentos na política, mas sim de eventos na economia. A literatura já debateu extensivamente isso, do ponto de vista da macro ou da microeconomia (Cano, 2000; Castro, 1995; Cruz, 2007; Fiori, 2004; Hirata, 1993; Toledo, 2000), de modo que não se despenderão mais palavras a respeito.

O que importa sublinhar é que, em certo grau, esses eventos na economia da década de 1990 mostraram-se negativos. O produto interno bruto (PIB) do país cresceu de modo vagaroso e bastante desigual entre os diversos setores – sendo o industrial particularmente prejudicado por isso. E, dessa forma, o mercado de trabalho sofreu com o aumento da desocupação aberta e oculta, da ocupação em pequenos empreendimentos e sem a observância de regras, bem como com a diminuição da remuneração (Cacciamali, 2000).

Com esses fenômenos do mercado laboral, vários grupos de trabalhadores deixaram de pertencer às bases dos sindicatos, inclusive daqueles tradicionalmente mais organizados (como os do setor industrial). E os grupos que restaram sofreram uma inédita fragmentação ocupacional,

setorial, territorial etc., acompanhada de uma fragilização que também teve impactos sobre os sindicatos (Cardoso, 1999; 2003).

Em larga medida, essas dificuldades foram revertidas na década de 2000, sendo os eventos na economia os principais responsáveis por isso. Novamente, a literatura já discutiu isso, da perspectiva macro ou microeconômica (Barbosa, 2011; Barbosa e Souza, 2010; Berg e Tobin, 2011; Cacciamali e Cury, 2013; Marinakis, 2011; OIT, 2011; Pinto, 2013), de forma que não se despendará mais tempo a respeito.

Apenas interessa destacar que, nesse período, a economia demonstrou uma dinâmica mais positiva, com o PIB crescendo de maneira mais vigorosa e equilibrada entre os diversos setores. Para o mercado de trabalho, isso significou a diminuição da desocupação aberta e oculta, assim como o aumento da ocupação assalariada e registrada, que veio acompanhada de maior remuneração – principalmente no que se refere aos níveis básicos (Baltar *et al.*, 2010; Berg, 2011; Cardoso Júnior, 2007).

Diante desse mercado laboral, os sindicatos encontraram condições favoráveis para sua organização. Abriram-se possibilidades de incorporar novos grupos às bases sindicais (inclusive os que estavam, pela primeira vez, em uma ocupação assalariada e registrada), assim como possibilidades de reorganizar antigos grupos, historicamente importantes. E isso parece ter sido aproveitado, resultando em mobilizações numerosas e intensas ao longo da década de 2000 (Cardoso, 2013; Dieese, 2012).

Todavia, tais possibilidades não foram inteiramente aproveitadas, dado que a incorporação de (novos e antigos) grupos de trabalhadores às bases não parece ter acompanhado o avanço da ocupação (assalariada e registrada). Na verdade, por uma série de motivos, a ocupação caminhou bem à frente da sindicalização, fazendo com que a densidade sindical (ou seja, a taxa de associação ou filiação aos sindicatos) se reduzisse durante a década de 2000 (Campos, 2013).¹

1. A respeito das controvérsias em torno da densidade sindical (refletida pela taxa de sindicalização, associação ou filiação aos sindicatos), que indagam se ela consiste em um bom indicador de força da organização e da atuação sindical no caso brasileiro, ver Campos (2013); Cardoso, Comin e Campos (1997); Cardoso (1999; 2003); Martins (1989) e Rodrigues (1979).

De toda maneira, depois das dificuldades passadas, constata-se que, ao menos em parte, os sindicatos recuperaram sua força, realizando inúmeras e marcantes mobilizações de trabalhadores na década de 2000. Com isso, resgataram uma parcela de sua capacidade de promover uma regulação laboral de natureza pública, importante em um país historicamente afeito à regulação privada de aspectos como a contratação, o uso e a remuneração do trabalho.

As perguntas que este texto faz são se, na década (ou nas décadas) a seguir, os sindicatos manterão (ou mesmo ampliarão) essa capacidade. Em que condições, com que dinamismo e quais seriam os possíveis resultados. Obviamente, se as respostas a tais perguntas seguirem pelo âmbito econômico ou político, elas se tornarão bastante inconclusivas. Afinal de contas, não há como estimar os impactos das mudanças econômicas ou políticas que ainda virão sobre a organização e a consequente capacidade de mobilização dos sindicatos.

A proposta é tão somente enveredar pelo âmbito demográfico (ou social) em busca de tais respostas. E, mesmo assim, pela estreita janela de observação deste âmbito, que permite verificar a estrutura etária da organização sindical. Por fim, se está se discutindo o futuro dessa organização, provavelmente é relevante verificar qual o engajamento dos jovens nos sindicatos.

Como já exposto, na década de 2000, o crescimento da filiação aos sindicatos não parece ter acompanhado o aumento da ocupação. Por várias razões, esta moveu-se à frente da filiação, reduzindo a densidade da base sindical no país. Ou seja, em termos relativos (ainda que não absolutos), menos trabalhadores mostraram interesse e, por consequência, se envolveram com os sindicatos.

Para reverter isso, talvez seja importante questionar a atitude dos jovens diante dos sindicatos. Apenas a título de exemplo, pode-se perguntar se, em comparação com gerações anteriores, os jovens tendem a se interessar mais pelos sindicatos. Além disso, atualmente, dentro dos vários grupos (e perfis) de jovens, quais tenderiam a se envolver mais e quais tenderiam a se envolver menos com eles.

Essas são algumas perguntas que podem se mostrar relevantes para o futuro dos sindicatos – e, por consequência, da regulação pública do trabalho

no Brasil. A proposta deste texto é levantar e discutir alguns elementos empíricos, breves e sucintos, que possam colaborar para a elaboração de respostas a tais perguntas.

2 A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO LABORAL

Inicialmente, é necessário mencionar algumas palavras sobre as variadas condições que definem os jovens como grupo social, e sobre suas diversas inserções no mercado laboral.

Uma das maneiras de definir os jovens é considerá-los como indivíduos em transição, situados entre o grupo infantil e o adulto.² Essa transição é típica do ciclo vital de qualquer humano, sendo demarcada por eventos biológicos e também sociais. Especificamente em meio a estes últimos, podem-se destacar, de um lado, eventos familiares e, de outro, laborais.

Os eventos familiares dizem respeito à transição da vida juvenil à adulta por meio do matrimônio, da saída da casa dos pais, da maternidade etc. Já os laborais referem-se à mudança que ocorre mediante a saída da escola para a entrada no mercado de trabalho (Camarano, Kanso e Leitão e Mello, 2006a; 2006b).

Nas últimas décadas, a transição dos jovens mostra-se cada vez mais diferenciada e complexa – aliás, como as demais que compõem o ciclo de vida, que passa por mudanças relevantes e aceleradas (Camarano, 2006). De todo modo, essa transição continua envolvendo a passagem da tutela à autonomia, da dependência à emancipação dos indivíduos, que começam a integrar o mundo da produção e, a partir daí, a criar bases para sua própria reprodução (Abramo, 1994; 2005).

Essa maneira de definir os jovens refere-se, essencialmente, a um período do ciclo vital em que a sociedade disponibiliza recursos para que os indivíduos se preparem para a produção e a reprodução.³ Esses recursos, materiais e temporais, variam ao longo da história, mas se tornam cada vez

2. É preciso cuidado com essa definição, pois corre-se o risco de considerar que a juventude é somente uma transição de algo para algo, sem levar em conta que ela é uma vivência em si mesma – com todas as consequências que isso pode ter para os jovens. A este respeito, ver Abramo (1994; 2005).

3. Neste texto, como mencionado, esse período corresponde ao lapso entre 16 e 29 anos de idade.

mais importantes diante da diferenciação e da complexidade da vida nas décadas recentes (Abramo, 1994; 2005).⁴

Acrescente-se que tais recursos quase nunca são disponibilizados por igual a todos os indivíduos. A depender da sua vinculação a determinados grupos, os recursos materiais e temporais são maiores ou menores. E, dessa forma, é melhor falar em distintas experiências dos jovens, que dependem de sua vinculação a grupos de classes, regiões, gêneros etc. Em outros termos, é melhor falar em “juventudes” – no plural e não no singular (Abramo, 1994; 2005).

Um exemplo dessa diversidade de experiências está na forma como os jovens do sexo masculino e do feminino tendem a realizar a transição para a vida adulta. Para os últimos, os eventos familiares desempenham um papel-chave – como o matrimônio e a maternidade.⁵ Já para os primeiros, costumam-se destacar os eventos laborais – saída da escola e entrada no mercado de trabalho (Camarano, Kanso e Leitão e Mello, 2006a; 2006b).

Outro exemplo dessa diversidade de experiências, que complementa o anterior, está no modo como os jovens realizam a transição, de acordo com as classes sociais a que pertencem. Se de classes empobrecidas, a saída da escola se dá precocemente – por necessidade de auferir rendimentos para a família –, de modo que a sua entrada no trabalho é acompanhada de vários problemas: qualificação escassa, desocupação recorrente, ocupação precária e assim por diante (Pochmann, 1998; 2004).⁶

Acerca dessa transição efetuada pela via laboral, mesmo com toda a desigualdade de recursos materiais e temporais (de acordo com as classes a que pertençam os jovens), ela quase nunca esteve bloqueada entre as décadas de 1930 e 1970. Mas o mesmo não pode ser dito a respeito das décadas de 1980 e principalmente 1990, quando os eventos econômicos já descritos

4. A literatura denomina essa disponibilização de recursos materiais e temporais como uma “moratória” oferecida pela sociedade aos jovens, a fim de que eles consigam se preparar para os mundos da produção e da reprodução. Sobre isso, ver Abramo (1994; 2005) e Gonzalez (2009).

5. Ainda que, nas últimas décadas, os eventos laborais também tenham se tornado relevantes para a transição das meninas rumo à vida adulta. Ao contrário da taxa de participação masculina, a taxa feminina se ampliou reiteradamente. Sobre isso, ver Camarano, Kanso e Leitão e Mello (2006a; 2006b).

6. Como é claro, isso tem implicações não só privadas (para a reprodução futura da família a ser constituída pelos jovens de classes empobrecidas), mas também públicas (por exemplo, para as políticas previdenciárias e assistenciais). A este respeito, ver Pochmann (1998).

acentuaram as dificuldades enfrentadas pelos jovens para entrar no mundo do trabalho (Guimarães, 2005; 2006; Pochmann, 1998).

Historicamente, essas dificuldades se traduziam em uma intensa oscilação entre inatividade e atividade, bem como entre desocupação e ocupação, sendo a desocupação dos jovens quase sempre bastante elevada.⁷ E, quanto à ocupação, elas se revelavam em uma acentuada precariedade – trabalhos sem registro formal, com alta rotatividade e com baixa remuneração, principalmente em setores não organizados/regulados da economia (Guimarães, 2005; 2006; Pochmann, 1998).⁸

Nas décadas de 1980 e, especialmente, de 1990, essas dificuldades se ampliaram para os jovens, a ponto de, em diversas situações, bloquear sua transição para a vida adulta pela via laboral.⁹ E, ao prejudicar o acesso aos rendimentos do trabalho, isso acabou por bloquear também a transição pela via familiar (sem rendimentos, tornou-se mais complicado o matrimônio, a saída da casa dos pais, a maternidade etc.) (Camarano, Kanso e Leitão e Mello, 2006a; Guimarães, 2006).

Acrescente-se que essas dificuldades, relacionadas à deterioração do mercado laboral, podem ajudar a explicar os obstáculos colocados aos sindicatos para se aproximar dos jovens na década de 1990. Afinal de contas, nesse período, os jovens enfrentaram obstáculos maiores para conseguir

7. De acordo com parte da literatura, essa desocupação historicamente elevada dos jovens é associada aos seguintes fenômenos: *i*) a insuficiência de rendimentos de suas famílias, que os força a entrar no mercado laboral; *ii*) a sua reduzida experiência ocupacional, que cria assimetrias de informação para sua contratação; *iii*) a insuficiência de sua instrução regular, que atua como obstáculo diante das vagas existentes; *iv*) a regulamentação do mercado laboral (em termos de jornada, remuneração etc.), que em casos específicos funciona como desestímulo à sua contratação; e *v*) a discriminação no mercado laboral, que em circunstâncias determinadas atua contra a contratação dos jovens. Sobre isso, ver Corseuil *et al.* (2013).

8. De acordo com uma parcela da literatura, essa histórica precariedade da ocupação dos jovens é derivada, em alguma medida, de sua insuficiência de instrução regular e de experiência ocupacional. Com esses dois atributos, os jovens tendem a só conseguir ocupação em setores não organizados/regulados da economia, em que o trabalho se denota pela precariedade (ilegalidade contratual e rotatividade elevadas, produtividade e remuneração reduzidas etc.). Sobre isso, ver Corseuil *et al.* (2013) e Gonzalez (2009).

9. Apesar das dificuldades para realizar a transição pela via laboral, exacerbadas nos anos 1990, é importante mencionar que o trabalho não deixou de ser um aspecto-chave na vida dos jovens. Até porque sua ausência foi compreendida pelos próprios jovens (especialmente pelos do sexo masculino, de pouca escolarização e de classes sociais empobrecidas) como plena de implicações (especialmente em termos de riscos, derivados de eventuais opções pelo trabalho na economia ilegal/marginal). A este respeito, ver Abramo (2005) e Guimarães (2005).

uma ocupação – e, quando conseguiram, ela nem sempre foi assalariada e registrada (a ocupação que compõe a base dos sindicatos).

No entanto, essa argumentação dificilmente ajuda a explicar as dificuldades para os sindicatos se aproximarem dos jovens na década de 2000. Isso porque, nesse período, os jovens enfrentaram barreiras menores para obter uma ocupação, inclusive uma que correspondesse a um emprego formalizado. Este aspecto, importante para as conclusões, será retomado mais à frente neste texto.

3 A EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE FILIAÇÃO SINDICAL

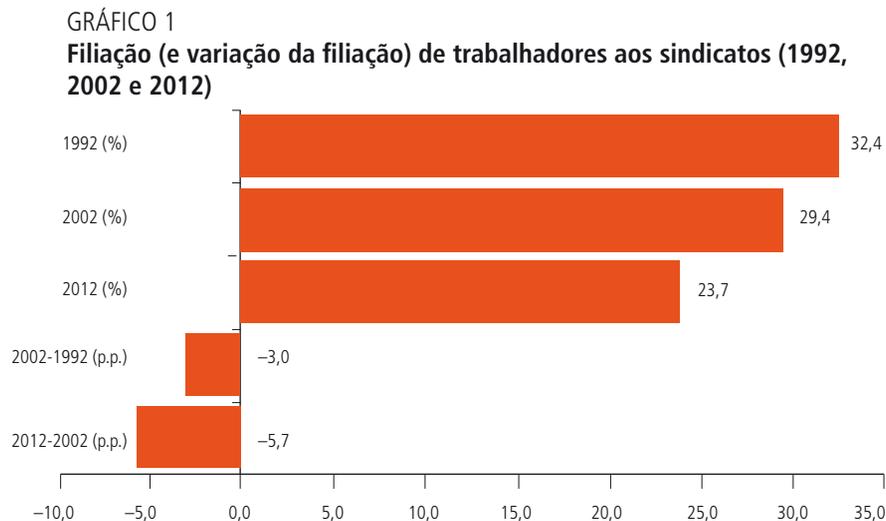
O objetivo desta seção é analisar como evoluiu o nível de filiação aos sindicatos no Brasil, considerando o período de duas décadas entre 1992 e 2012.¹⁰ Para realizar isso, leva-se em conta um recorte específico, que diz respeito somente aos trabalhadores entre 16 e 65 anos de idade, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, localizados no Brasil urbano.¹¹

A razão é que, em boa parte da literatura, falar de filiação a sindicatos é falar do trabalho em idade ativa (de 16 a 65 anos), subordinado (assalariado) e reconhecido pela regulação laboral (registrado perante o Estado). Em paralelo, para tal literatura, falar de filiação é falar de sindicatos com bases urbanas, responsáveis pelas mobilizações que, historicamente, inseriram o trabalho na arena pública (Martins, 1989; Rodrigues, 1979; Rodrigues, 1989; 1990; Simão, 1966; Vianna, 1976).

Com esse recorte, é possível verificar que o nível de filiação sindical reduziu-se bastante no Brasil ao longo das últimas décadas. Entre os anos de 1992 e 2002, diminuiu de 32,4% do total de trabalhadores para 29,4% – oscilação equivalente a -3,0 pontos percentuais (p.p.). E, entre os anos de 2002 e 2012, diminuiu ainda mais, de 29,4% para 23,7% – algo correspondente a -5,7 p.p. (gráfico 1).

10. Nível relativo, que corresponde à densidade sindical – ou seja, à taxa de sindicalização, associação ou filiação aos sindicatos.

11. Os trabalhadores celetistas são assalariados regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Decreto-lei nº 5.452/1943). Já os trabalhadores estatutários são assalariados regidos por regimes específicos, tal como a Lei nº 8.112/1990 (estatuto dos trabalhadores civis federais). Os dois tipos compõem a maior parcela dos trabalhadores que laboram no setor privado e público da economia brasileira.



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração do autor.

Obs.: trabalhadores de 16-65 anos, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.

Em certa medida, esse comportamento da filiação já despontou na análise anterior. Nos anos 1990, ante a fraqueza da economia brasileira, as bases sindicais diminuíram seu tamanho e, ao mesmo tempo, se rarefizeram. E, nos anos 2000, diante da força da economia, tais bases até aumentaram seu tamanho, mas não se adensaram – a filiação não acompanhou o avanço da ocupação (Campos, 2013).

De todo modo, abrindo a filiação por jovens (16 a 29 anos) e adultos (30 a 65 anos), é possível constatar movimentos distintos no período analisado. No lapso entre 1992 e 2002, a taxa dos jovens reduziu-se mais que a dos adultos (-5,0 p.p. contra -2,5 p.p.). Por sua vez, no intervalo de 2002 a 2012, ocorreu o contrário, pois a taxa dos adultos diminuiu mais que a dos jovens – que, mesmo assim, também se reduziu (-7,3 p.p. contra -3,6 p.p.) (tabela 1 e gráfico 2).

Em resumo, durante os anos 1990, quando suas bases se contraíram e se rarefizeram, os sindicatos se afastaram principalmente dos jovens. E, posteriormente, ao longo dos anos 2000, quando suas bases se ampliaram, mas não se adensaram, os sindicatos não voltaram a se aproximar, de forma clara e inequívoca, desse grupo etário.

TABELA 1

Filiação de trabalhadores aos sindicatos (1992, 2002 e 2012)

(Em %)

| Taxas | 1992 | 2002 | 2012 |
|-----------------------------------|------|------|------|
| 16 a 29 anos | 26,1 | 21,1 | 17,4 |
| 30 a 65 anos | 36,8 | 34,3 | 27,0 |
| Comparação entre taxas (em vezes) | 1992 | 2002 | 2012 |
| (30 a 65 anos)/(16 a 29 anos) | 1,4 | 1,6 | 1,6 |

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

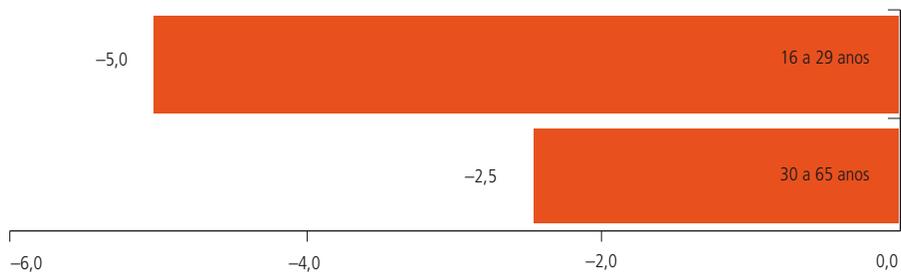
Obs.: trabalhadores de 16-65 anos, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.

GRÁFICO 2

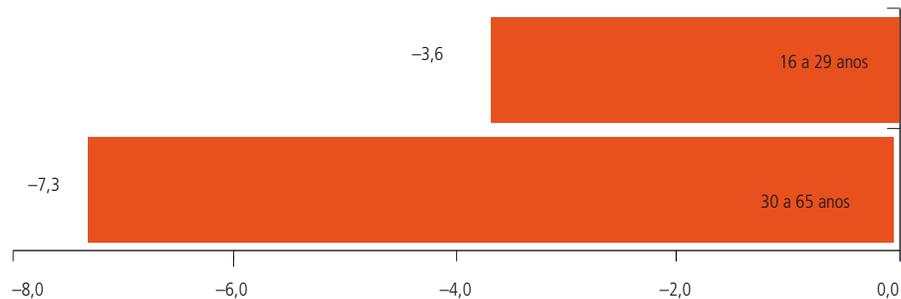
Varição da filiação de trabalhadores aos sindicatos

(Em p.p.)

2A – Entre os anos de 1992 e 2002



2B – Entre os anos de 2002 e 2012



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: trabalhadores de 16-65 anos, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.

Ainda, em todo o período, a filiação dos jovens aos sindicatos foi bem inferior à dos adultos. Entre 1992 e 2012, a taxa destes últimos foi entre 1,4 e 1,6 vez superior à daqueles primeiros (tabela 1). De certo modo, essa menor proximidade entre os jovens e os sindicatos pode ser interpretada como um aspecto adicional da inserção mais complicada dos jovens no mercado de trabalho, tal como descrita.

Outra maneira de analisar a evolução do nível de filiação aos sindicatos no Brasil é por meio das chamadas “curvas por idade”. Tais curvas disponibilizam, de forma gráfica, a filiação em cada ponto da escala etária (entre 16 e 65 anos) e em cada momento de interesse (anos de 1992, 2002 e 2012).¹²

De início, restringindo a análise aos jovens, é possível notar que, em qualquer momento, a filiação dos trabalhadores cresceu junto com a sua idade. Quase como uma reta (R^2 médio de 0,947), em 1992, a taxa passou de 14,2% aos 16 anos para 34,1% aos 29 anos de idade. Em 2002, de 11,4% para 26,4%. E, em 2012, passou de 7,9% para 23,4% (gráfico 3).¹³

Em cada um desses três anos, a inclinação da reta não se alterou muito (beta padronizado médio de 0,973). O que mudou é que, de 1992 para 2002 e, depois, para 2012, quase sempre a filiação reduziu seu nível, em qualquer idade entre 16 e 29 anos (gráfico 3).

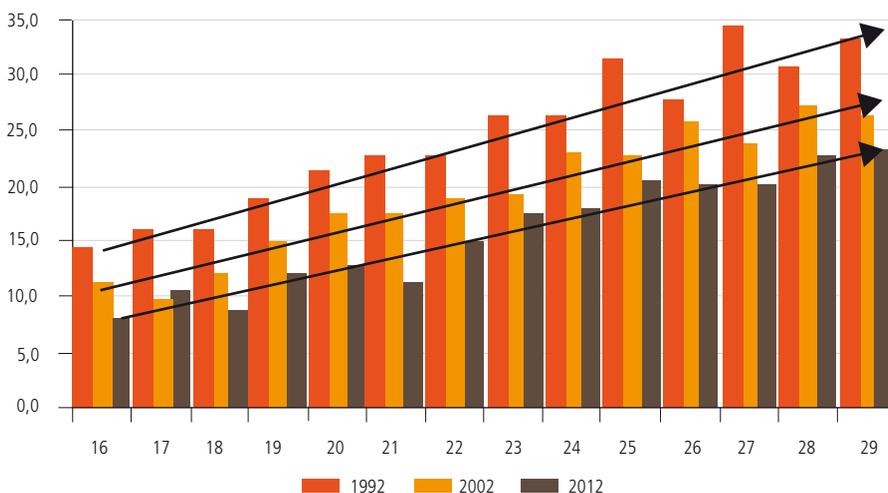
12. Neste texto, apresentam-se somente algumas das interpretações possíveis dessas curvas. Para outras interpretações que podem ser realizadas, ver Medeiros (2012).

13. Ainda que indiretamente, isso poderá ser examinado também nas regressões logísticas, descritas ao final deste texto, que mostram como o tempo de vínculo de trabalho (afetado pela idade) encontra-se positivamente relacionado à filiação sindical.

GRÁFICO 3

Filiação de trabalhadores aos sindicatos, por idade (1992, 2002 e 2012)

(Em %)



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: 1. Trabalhadores de 16-29 anos, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.

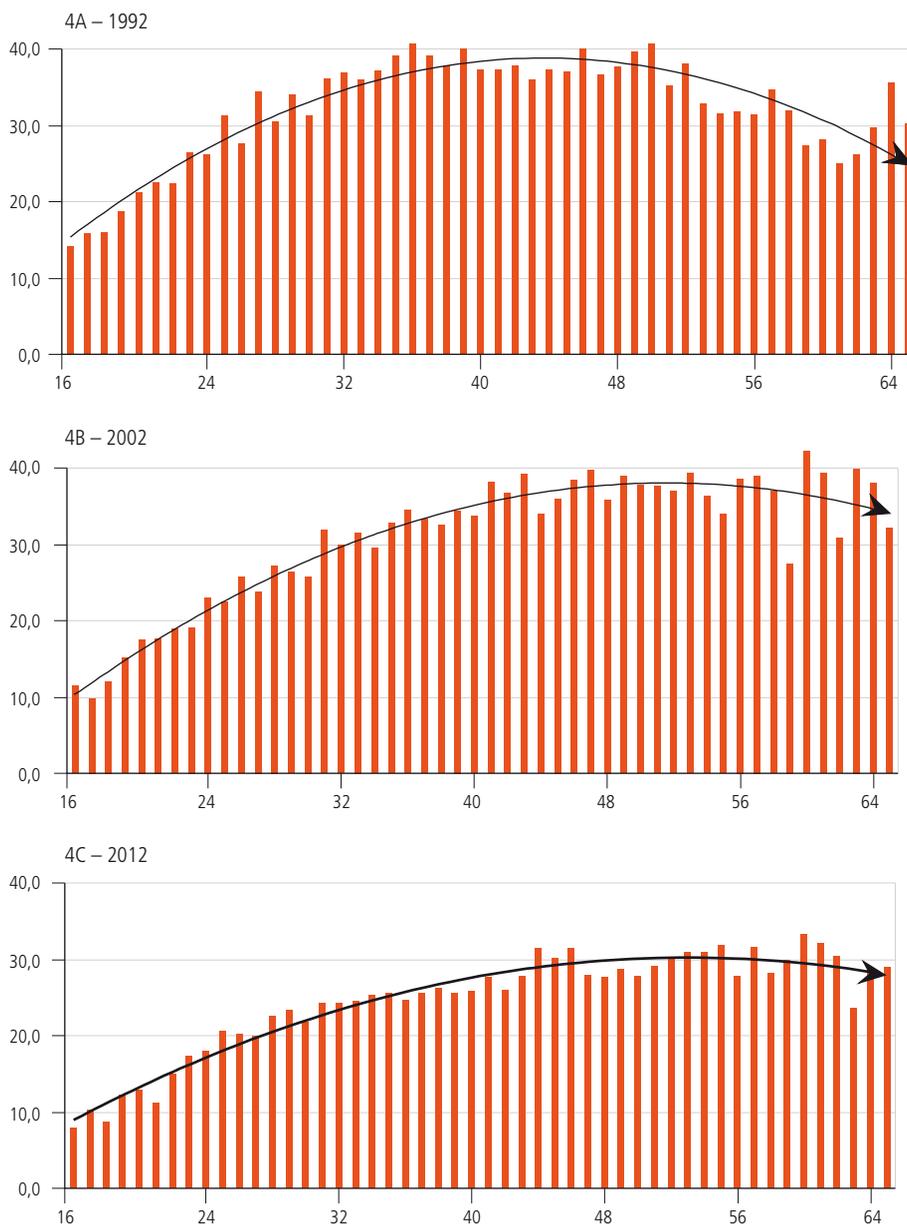
2. Ano de 1992: Beta padronizado = 0,970; signif. = .00; $R^2 = 0,941$.3. Ano de 2002: Beta padronizado = 0,975; signif. = .00; $R^2 = 0,949$.4. Ano de 2012: Beta padronizado = 0,975; signif. = .00; $R^2 = 0,951$.

Incorporando os adultos a essa análise, de modo a cobrir toda a escala etária, podem-se enxergar “curvas por idade” bastante distintas em cada momento de interesse.¹⁴ Em 1992, uma curva razoavelmente simétrica, cujo máximo estava em torno da faixa de 42-45 anos de idade, mostrou que a filiação subia para quase 40% até essa faixa, para depois cair bastante, ainda que apontasse de novo para cima por volta dos 64 anos (gráfico 4).

Em 2002, uma curva assimétrica à esquerda, com seu máximo na faixa de 51-52 anos de idade, demonstrou que a filiação aos sindicatos se elevava a quase 40% até essa faixa, caindo um pouco logo após. Por fim, em 2012, uma curva bastante assimétrica à esquerda, cujo máximo se situava na faixa de 51-55 anos de idade, indicou que a filiação subia para cerca de 30% até essa faixa, para cair muito pouco posteriormente (gráfico 4).

14. Trata-se de curvas polinomiais de segunda ordem.

GRÁFICO 4
Filiação de trabalhadores aos sindicatos, por idade
 (Em %)



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: trabalhadores de 16-65 anos, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.

A partir dessas curvas, pode-se perceber como o nível de filiação sindical se reduziu ao longo das últimas décadas. Em 1992 e 2002, os pontos máximos das curvas estiveram em torno de 40% de filiação, ao passo que, em 2012, essa porcentagem diminuiu para cerca de 30%. Ademais, pode ser notado o relativo envelhecimento da filiação aos sindicatos. Em 1992, os pontos máximos das curvas estiveram na faixa de 42-45 anos de idade, enquanto em 2002 eles avançaram para 51-52 anos e, em 2012, para 51-55 anos.

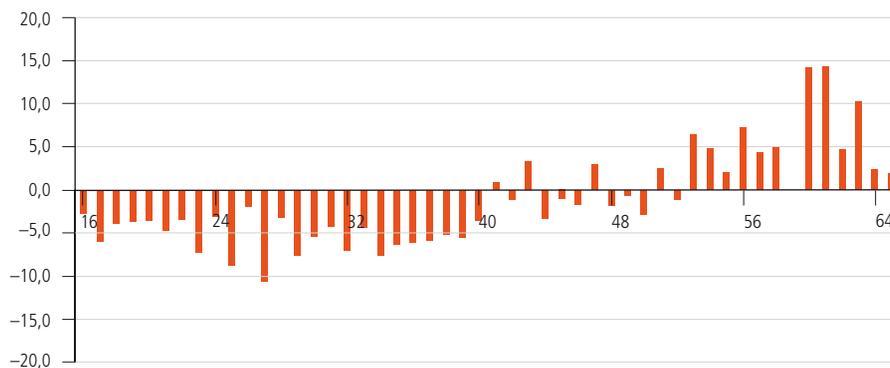
É possível constatar esses aspectos também por meio das variações de filiação entre as curvas por idade. Entre 1992 e 2002, todos os pontos da escala etária até os 40 anos registraram decréscimos na filiação, e apenas aqueles acima de 53 anos assinalaram acréscimos.¹⁵ Por sua vez, entre 2002 e 2012, todos os pontos da escala etária, inclusive aqueles acima de 40 anos, registraram decréscimos na filiação, e o único ponto de 59 anos de idade assinalou acréscimo (gráfico 5).¹⁶

GRÁFICO 5

Varição da filiação de trabalhadores aos sindicatos, por idade

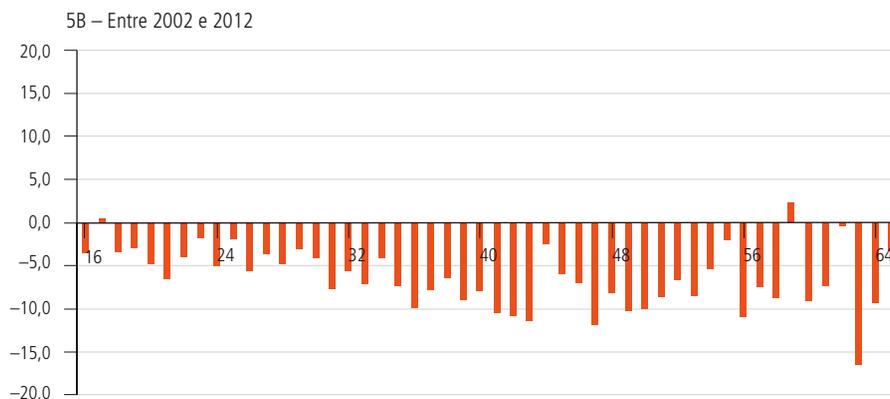
(Em p.p.)

5A – Entre 1992 e 2002



15. Complementa-se que, entre 1992 e 2002, os decréscimos mais acentuados de filiação parecem ter ocorrido nos pontos da escala etária correspondentes aos jovens.

16. Entre 2002 e 2012, os decréscimos mais acentuados de filiação parecem ter ocorrido nos pontos da escala etária correspondentes aos adultos. Mas ressalte-se que os pontos correspondentes aos jovens também registraram decréscimos.



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: trabalhadores de 16-65 anos, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.

Isso parece indicar que, durante o processo de contração e rarefação das suas bases nos anos 1990, os sindicatos se distanciaram principalmente dos trabalhadores jovens. Além disso, nos anos 2000, ao longo do processo de ampliação, mas não de adensamento das suas bases, os sindicatos não voltaram a alcançar, de modo evidente e incisivo, esse grupo etário.

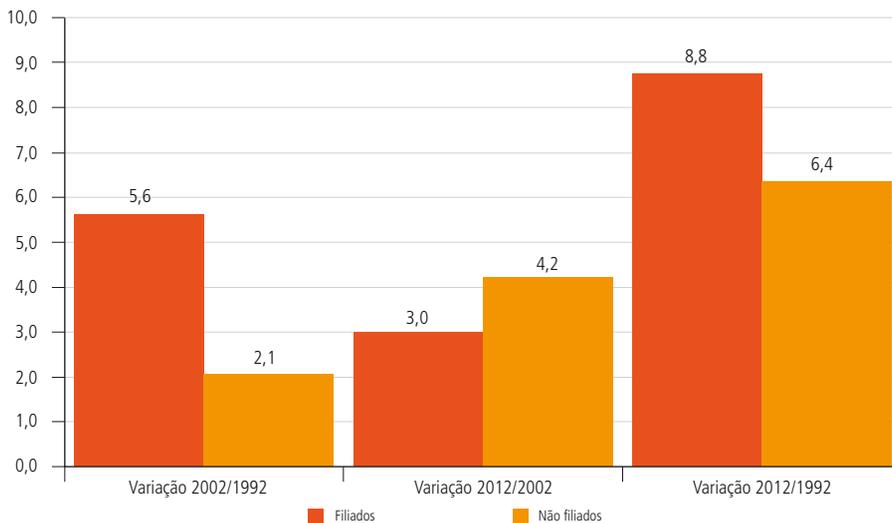
O envelhecimento da filiação aos sindicatos também pode ser constatado mediante a análise da variação das médias etárias dos grupos de trabalhadores. Entre 1992 e 2002, a idade média dos filiados aumentou mais que a dos não filiados (5,6% contra 2,1%). Já entre 2002 e 2012, a dinâmica se inverteu, pois a idade média dos primeiros se elevou menos que a dos segundos (3,0% contra 4,2%) (gráfico 6).

A média etária dos trabalhadores filiados aos sindicatos foi superior à dos não filiados em todos os momentos do período estudado. Mas essa diferença aumentou entre 1992 e 2002 (para 3,5 anos) e, mesmo que tenha diminuído um pouco entre 2002 e 2012 (para 3,2 anos), continuou maior que a anotada em 1992 (2,2 anos) (tabela 2).

GRÁFICO 6

Varição da idade média dos trabalhadores, filiados e não filiados ao sindicato (1992, 2002 e 2012)

(Em %)



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: trabalhadores de 16-65 anos, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.

TABELA 2

Idade média dos trabalhadores, filiados e não filiados ao sindicato (1992, 2002 e 2012)

(Em número de anos)

| | 1992 | 2002 | 2012 |
|-----------------|------|------|------|
| Filiado (A) | 35,1 | 37,1 | 38,2 |
| Não filiado (B) | 32,9 | 33,6 | 35,0 |
| Diferença (A-B) | 2,2 | 3,5 | 3,2 |

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: trabalhadores de 16-65 anos, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.

Novamente, parece que ao longo dos anos 1990, quando suas bases se contraíram e se rarefizeram, os sindicatos se afastaram bastante dos jovens. E, durante os anos 2000, quando suas bases se ampliaram, mas não se adensaram, os sindicatos não voltaram a se aproximar, de forma clara e inequívoca, dos integrantes desse grupo etário.

4 O PERFIL DOS FILIADOS AOS SINDICATOS

O objetivo da seção anterior foi analisar como evoluiu o nível de filiação aos sindicatos no Brasil entre 1992 e 2012. Por sua vez, o objetivo desta seção é estudar, ainda que de forma sumária e parcial, o perfil dessa filiação, enfocando particularmente os jovens.

Considerando que os sindicatos não apoiam sua organização e sua mobilização no conjunto de trabalhadores, considerados por igual e em abstrato, é importante verificar o perfil daqueles que se filiam, bem como se ele se mantém o mesmo no decorrer do tempo – novamente, destacando o foco nos jovens.¹⁷

A fonte de informações utilizada neste texto, a PNAD/IBGE, possui uma série de limitações para tratar não só do nível, mas também do perfil da filiação aos sindicatos. Assim, pretende-se analisar apenas alguns atributos dos jovens, categorizando-os conforme a seguir.

- 1) Atributos demográficos adscritos: sexo (masculino ou feminino); cor (negra ou branca).¹⁸
- 2) Atributos demográficos adquiridos: condição na família (pessoa de referência ou outra condição qualquer); se estuda (não ou sim); anos de estudo; área de residência (não metropolitana ou metropolitana); se é migrante (não ou sim).
- 3) Atributos ocupacionais: porte do estabelecimento de trabalho (até dez ocupados ou onze ou mais ocupados); jornada semanal (até 43 horas ou 44 horas ou mais); tempo de vínculo (categorias variáveis, a depender do ano considerado); rendimento do trabalho (categorias variáveis, a depender do ano considerado); setor de trabalho (categorias binárias, contrastando a indústria, a construção, o comércio e os serviços em geral).

Para se verificar o peso de cada um desses atributos na filiação dos jovens, realiza-se uma análise de razões de chance, oriunda de regressões

17. Sobre a importância de estudar quais são os perfis de trabalhadores que efetivamente respondem pela organização dos sindicatos, bem como pela sua mobilização, ver Cardoso (1999); Offe (1989) e Rodrigues (1999).

18. A categorização "branca" incorpora as respostas "branca" e "amarela" da PNAD/IBGE. Já a categorização "negra" incorpora as respostas "preta", "parda" e "indígena".

logarítmicas binomiais, focadas apenas em efeitos principais.¹⁹ As tabelas 3, 4 e 5 e o gráfico 7 trazem um resumo dos resultados alcançados por meio dessas regressões, assim como um sumário dos modelos logarítmicos (métodos de seleção de variáveis, números de interações, valores de qui-quadrado, valores de Nagelkerke, valores de coeficientes, níveis de significância, índices de classificação, números de resíduos etc.).

Ressalve-se que, pelos motivos antes elencados, a análise de razões de chance, oriunda de regressões logarítmicas binomiais, é realizada com o mesmo recorte utilizado no estudo do nível de filiação. Em outros termos, levam-se em conta somente os trabalhadores assalariados e registrados, celetistas e estatutários, localizados no Brasil urbano. Acrescente-se que, na análise aqui efetuada de razões de chance, levam-se em consideração apenas os trabalhadores jovens, ou seja, aqueles entre 16 e 29 anos de idade.

Dessa maneira, em 2012, os atributos com maior peso, no sentido de “influenciar” a filiação dos jovens, pareceram ser os ocupacionais. As razões de chance de atributos como setor de trabalho, porte de estabelecimento, tempo de vínculo e rendimento de trabalho se mostraram superiores a quaisquer outras, de atributos demográficos adquiridos ou adscritos (tabela 5 e gráfico 7).²⁰ Como um “tipo ideal”, os jovens com mais chances de se filiarem aos sindicatos seriam aqueles que trabalhassem há mais tempo, em um grande estabelecimento, situado no setor industrial e que pagasse maiores salários.

Em 2012, alguns atributos demográficos, como a condição na família e os anos de estudo, até pareceram exercer alguma “influência” sobre a filiação dos jovens. Mesmo assim, nada semelhante ao examinado nos atributos ocupacionais – com exceção da jornada de trabalho, que apresentou uma razão de chance reduzida. Seja como for, outros atributos demográficos, como o sexo, a cor, o fato de ainda estudar, de ser migrante e de residir em área metropolitana não pareceram exercer “influência” expressiva sobre a filiação aos sindicatos (tabela 5 e gráfico 7).

19. Destaque-se que, ao tratar das razões de chance entre os atributos dos trabalhadores e suas intenções de filiação aos sindicatos, não se pretende tecer qualquer afirmação sobre eventuais relações de causalidade aí existentes.

20. Um exemplo de interpretação das razões de chance presentes na tabela 5 e no gráfico 7 pode ser o seguinte: se os jovens trabalham em estabelecimentos maiores (onze ocupados ou mais), eles têm uma chance 1,86 vez maior de serem filiados aos sindicatos que aqueles que trabalham em estabelecimentos menores (até dez ocupados).

Em suma, em 2012, a filiação dos jovens pareceu ser “influenciada” por atributos pertencentes à esfera ocupacional. De um ponto de vista estrutural, isso não deixou de fazer sentido, tendo em conta que a filiação dos trabalhadores sempre foi um aspecto próprio da vida sindical. E esta última quase sempre diz respeito a assuntos relativos à esfera ocupacional, envolvendo mobilizações por melhores condições de trabalho, em defesa de remunerações mais elevadas, contra demissões de trabalhadores etc.

Ainda de um ponto de vista estrutural, mencione-se que, também em 1992 e 2002, os atributos que pareceram mais importar para a filiação foram sempre os mesmos: setor de trabalho, porte de estabelecimento, tempo de vínculo e rendimento de trabalho (tabelas 3 e 4). É verdade que, ao longo do período de análise, alguns atributos tiveram suas razões de chance modificadas. Mas isso não representou um desafio ao básico: a adesão dos jovens à vida sindical pareceu sempre pautada por fenômenos próprios da esfera ocupacional.²¹

TABELA 3

Regressão logística binomial. Variável-resposta: se é filiado ou não. Variáveis-preditoras: múltiplas (1992)

| Atributos demográficos (adscritos) | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
|--|-------|------|------|--------------|--------------|
| Sexo (feminino x masculino) | -0,01 | 0,00 | 0,99 | 0,98 | 0,99 |
| Cor (negra x branca) | 0,02 | 0,00 | 1,02 | 1,02 | 1,03 |
| Atributos demográficos (adquiridos) | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
| Condição na família (outra x referência) | 0,22 | 0,00 | 1,25 | 1,24 | 1,25 |
| Se estuda (não x sim) | -0,15 | 0,00 | 0,86 | 0,86 | 0,87 |
| Anos de estudo (até 7 x 8 ou + anos) | 0,22 | 0,00 | 1,25 | 1,24 | 1,25 |
| Área de residência (não metropolitana x metropolitana) | -0,28 | 0,00 | 0,76 | 0,75 | 0,76 |
| Se é migrante (não x sim) | -0,11 | 0,00 | 0,90 | 0,89 | 0,90 |
| Atributos ocupacionais | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
| Porte do estabelecimento (até 10 x 11 ou + ocupados) | 0,77 | 0,00 | 2,16 | 2,15 | 2,17 |
| Jornada de trabalho (até 43 x 44 ou + horas) | -0,07 | 0,00 | 0,93 | 0,93 | 0,94 |
| Tempo de vínculo (até 23 x 24 ou + meses) | 0,38 | 0,00 | 1,47 | 1,46 | 1,48 |
| Rendimento (até CR\$ 899 mil x CR\$ 900 mil +) | 0,58 | 0,00 | 1,78 | 1,78 | 1,79 |
| Setor de trabalho (outro x indústria de transformação) | 0,56 | 0,02 | 1,75 | 1,68 | 1,82 |
| Setor de trabalho (outro x construção) | 0,06 | 0,02 | 1,06 | 1,01 | 1,10 |

(Continua)

21. Em que pesem as limitações da análise realizada com razões de chance (limitações que não devem ser desconsideradas), os resultados a que se chegam neste texto são os mesmos a que chegam outros textos que discutem o tema da filiação sindical. Acerca disso, ver Cardoso, Comin e Campos (1997) e Cardoso (2003).

(Continuação)

| Atributos ocupacionais | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
|--------------------------------------|-------|------|------|--------------|--------------|
| Setor de trabalho (outro x comércio) | 0,18 | 0,02 | 1,20 | 1,15 | 1,25 |
| Setor de trabalho (outro x serviços) | 0,44 | 0,02 | 1,55 | 1,49 | 1,62 |
| Constante | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
| Bo | -2,53 | 0,02 | - | - | - |

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: B – beta; EP – erro-padrão; RC – razão de chance; RC-Inf. (95%) – limite inferior do intervalo de confiança da razão de chance; RC-Sup (95%) – limite superior do intervalo de confiança da razão de chance. Grupo analisado: trabalhadores de 16-29 anos, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano. Método utilizado: entrada forçada de variáveis, seleção única, não hierárquica, com até vinte interações, apenas com efeitos principais. Atributos do modelo: Qui-quadrado (15) 455.478,41; $p <= ,01$. Nagelkerke R^2 : ,095. Todos B com $p <= ,01$. Correta classificação: 74,0%. Percentual de resíduos estandarizados $> 2 = 2,1\%$.

TABELA 4

Regressão logística binomial. Variável-resposta: se é filiado ou não. Variáveis-preditoras: múltiplas (2002)

| Atributos demográficos (adsritos) | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
|--|-------|------|------|--------------|--------------|
| Sexo (feminino x masculino) | -0,02 | 0,00 | 0,98 | 0,98 | 0,98 |
| Cor (negra x branca) | 0,08 | 0,00 | 1,08 | 1,08 | 1,09 |
| Atributos demográficos (adquiridos) | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
| Condição na família (outra x referência) | 0,19 | 0,00 | 1,21 | 1,21 | 1,22 |
| Se estuda (não x sim) | -0,06 | 0,00 | 0,94 | 0,93 | 0,94 |
| Anos de estudo (até 10 x 11 ou + anos) | 0,22 | 0,00 | 1,24 | 1,24 | 1,25 |
| Área de residência (não metropolitana x metropolitana) | -0,14 | 0,00 | 0,87 | 0,87 | 0,88 |
| Se é migrante (não x sim) | -0,02 | 0,00 | 0,98 | 0,98 | 0,99 |
| Atributos ocupacionais | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
| Porte do estabelecimento (até 10 x 11 ou + ocupados) | 0,62 | 0,00 | 1,87 | 1,86 | 1,88 |
| Jornada de trabalho (até 43 x 44 ou + horas) | 0,10 | 0,00 | 1,11 | 1,10 | 1,11 |
| Tempo de vínculo (até 23 x 24 ou + meses) | 0,45 | 0,00 | 1,56 | 1,56 | 1,57 |
| Rendimento (até R\$ 374,99 x R\$ 375,00 ou +) | 0,43 | 0,00 | 1,54 | 1,53 | 1,55 |
| Setor de trabalho (outro x indústria de transformação) | 0,40 | 0,02 | 1,49 | 1,44 | 1,53 |
| Setor de trabalho (outro x construção) | -0,42 | 0,02 | 0,66 | 0,64 | 0,68 |
| Setor de trabalho (outro x comércio) | * | * | * | * | * |
| Setor de trabalho (outro x serviços) | 0,21 | 0,02 | 1,24 | 1,20 | 1,28 |
| Constante | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
| Bo | -2,68 | 0,02 | - | - | - |

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: B – beta; EP – erro-padrão; RC – razão de chance; RC-Inf. (95%) – limite inferior do intervalo de confiança da razão de chance; RC-Sup (95%) – limite superior do intervalo de confiança da razão de chance. Grupo analisado: trabalhadores de 16-29 anos, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano. Método utilizado: entrada forçada de variáveis, seleção única, não hierárquica, com até vinte interações, apenas com efeitos principais. Atributos do modelo: Qui-quadrado (15) 384.660,50; $p <= ,01$. Nagelkerke R^2 : ,071. Todos B com $p <= ,01$, com exceção de *. Correta classificação: 79,0%. Percentual de resíduos estandarizados $> 2 = 2,8\%$.

TABELA 5
Regressão logística binomial. Variável-resposta: se é filiado ou não.
Variáveis-preditoras: múltiplas (2012)

| Atributos demográficos (adscritos) | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
|--|-------|------|------|--------------|--------------|
| Sexo (feminino x masculino) | -0,13 | 0,00 | 0,88 | 0,88 | 0,88 |
| Cor (negra x branca) | -0,02 | 0,00 | 0,98 | 0,98 | 0,98 |
| Atributos demográficos (adquiridos) | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
| Condição na família (outra x referência) | 0,37 | 0,00 | 1,45 | 1,44 | 1,45 |
| Se estuda (não x sim) | 0,07 | 0,00 | 1,07 | 1,06 | 1,07 |
| Anos de estudo (até 10 x 11 ou + anos) | 0,24 | 0,00 | 1,28 | 1,27 | 1,28 |
| Área de residência (não metropolitana x metropolitana) | -0,21 | 0,00 | 0,81 | 0,81 | 0,81 |
| Se é migrante (não x sim) | -0,14 | 0,00 | 0,87 | 0,87 | 0,87 |
| Atributos ocupacionais | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
| Porte do estabelecimento (até 10 x 11 ou + ocupados) | 0,62 | 0,00 | 1,86 | 1,85 | 1,87 |
| Jornada de trabalho (até 43 x 44 ou + horas) | 0,11 | 0,00 | 1,11 | 1,11 | 1,12 |
| Tempo de vínculo (até 17 x 18 ou + meses) | 0,46 | 0,00 | 1,58 | 1,58 | 1,59 |
| Rendimento (até R\$ 899,99 x R\$ 900,00 ou +) | 0,41 | 0,00 | 1,51 | 1,51 | 1,52 |
| Setor de trabalho (outro x indústria de transformação) | 1,12 | 0,03 | 3,05 | 2,90 | 3,21 |
| Setor de trabalho (outro x construção) | 0,73 | 0,03 | 2,07 | 1,96 | 2,17 |
| Setor de trabalho (outro x comércio) | 0,79 | 0,03 | 2,20 | 2,09 | 2,31 |
| Setor de trabalho (outro x serviços) | 0,85 | 0,03 | 2,35 | 2,23 | 2,47 |
| Constante | B | EP | RC | RC-Inf (95%) | RC-Sup (95%) |
| Bo | -3,52 | 0,03 | - | - | - |

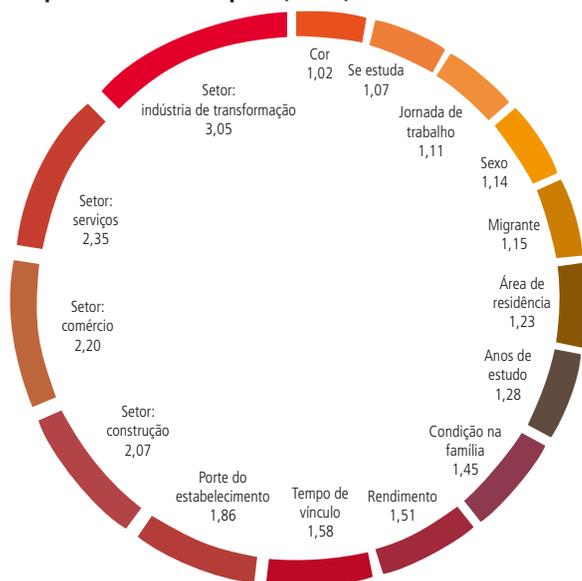
Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: B – beta; EP – erro-padrão; RC – razão de chance; RC-Inf. (95%) – limite inferior do intervalo de confiança da razão de chance; RC-Sup (95%) – limite superior do intervalo de confiança da razão de chance. Grupo analisado: trabalhadores de 16-29 anos, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano. Método utilizado: entrada forçada de variáveis, seleção única, não hierárquica, com até vinte interações, apenas com efeitos principais. Atributos do modelo: Qui-quadrado (15) 495.731,86; p <= ,01. Nagelkerke R²: ,066. Todos B com p <= ,01. Correta classificação: 82,8%. Percentual de resíduos estandardizados > 2 = 4,0%.

GRÁFICO 7

**Razões de chance. Variável-resposta: se é filiado ou não.
Variáveis-preditoras: múltiplas (2012)**



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração do autor.

Obs.: Grupo analisado: trabalhadores de 16-29 anos, assalariados registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano. Método utilizado: entrada forçada de variáveis, seleção única, não hierárquica, com até vinte interações, apenas com efeitos principais. Atributos do modelo: Qui-quadrado (15) 495.731,86; $p <= ,01$. Nagelkerke R^2 : ,066. Todos B com $p <= ,01$. Correta classificação: 82,8%. Percentual de resíduos estandardizados $> 2 = 4,0\%$. Ressalva: neste gráfico, se razão de chance $< 1,00$, razão de chance = 1/razão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o final da década de 1970, os sindicatos colaboraram para o surgimento de uma importante regulação laboral, capaz de trazer a definição da contratação, do uso e da remuneração do trabalho para a esfera pública. Diante disso, este texto pergunta se na(s) década(s) a seguir, os sindicatos teriam condições de sustentar ou mesmo de aprofundar esse feito?

Ao tentar responder a tal pergunta, este texto se concentra em aspectos de natureza demográfica – mais propriamente, em aspectos como a estrutura etária da organização sindical. Afinal, se a preocupação é o futuro dessa organização, talvez seja o caso de conferir o engajamento dos trabalhadores jovens nos sindicatos.

Na década de 2000, ao menos em termos relativos, a filiação pareceu caminhar de modo dissociado da ocupação, o que resultou na diminuição da densidade sindical no Brasil. Ou seja, pelo menos sob a ótica relativa, os trabalhadores pareceram mostrar menos interesse em se envolver com os sindicatos (por meio da filiação, da mobilização etc.).

Para reverter isso, talvez seja o caso de perguntar qual seria a atitude dos jovens diante dos sindicatos: se, em comparação com gerações anteriores, eles tenderiam a se interessar mais ou menos pelos sindicatos. Além disso, hoje em dia, em meio aos vários grupos (e perfis) de jovens, quais se envolveriam mais e quais se envolveriam menos com eles.

Mesmo que sumárias e parciais, as evidências empíricas reunidas neste texto apontam para o seguinte: durante o processo de contração e rarefação das suas bases na década de 1990, os sindicatos se distanciaram principalmente dos trabalhadores jovens. Em paralelo, na década de 2000, ao longo do processo de ampliação, mas não de adensamento das suas bases, os sindicatos não voltaram a alcançar, de modo evidente e incisivo, esse grupo etário.

As evidências a respeito desse envelhecimento da estrutura etária indicam que, ao invés de uma aproximação dos jovens aos sindicatos, é possível constatar um relativo afastamento. Em outras palavras, comparativamente a gerações anteriores, os jovens parecem se interessar menos pelos sindicatos (em todos os termos que podem compor a denominada “vida sindical” – filiação, mobilização etc.).

Por fim, as evidências também sugerem que o perfil dos jovens que parecem se interessar mais pela vida sindical permaneceu quase o mesmo no decorrer de todo o período analisado. Em meio a tal perfil, podem-se verificar os trabalhadores juvenis que laboravam há mais tempo, em grandes estabelecimentos, situados no setor industrial, que pagavam salários acima da mediana do mercado laboral.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. 1. ed. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-71.

ABRAMO, L. **O resgate da dignidade**: a greve de 1978 em São Bernardo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

BALTAR, P. A. *et al.* **Trabalho no governo Lula**: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. Global Labour University, 2010. Disponível em: <http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No_9_portuguese.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

BARBOSA, A. F. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. *In*: LEÃO, R. P.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Org.). **A China na nova configuração global**: impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011. p. 269-306.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. *In*: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Org.). **Brasil**: entre o passado e o futuro. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 200-223.

BERG, J. Laws or luck? Understanding rising formality in Brazil in the 2000s. *In*: LEE, S.; MCCANN, D. (Org.). **Regulating for decent work**: new directions in labour market regulation. London/Geneve: Palgrave-Macmillan/ILO, 2011. p. 123-150.

BERG, J.; TOBIN, S. Income-led growth as a crisis response: lessons from Brazil. *In*: ILO (Org.). **The global crisis**: causes, responses and challenges. Geneve: ILO, 2011. p. 181-192.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**, v. 14, p. 153-174, jul. 2000.

_____. **Mercado de trabalho juvenil**: Argentina, Brasil e México. OIT, 2004. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/downloads/trabalhojuvenil.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

CACCIAMALI, M. C.; CURY, E. L. Desenvolvimento, mercado de trabalho e distribuição de renda – diferenças entre o norte e o sul da América Latina entre 1990 e 2010. **Revista paranaense de desenvolvimento**, v. 34, n. 124, p. 55-72, jun. 2013.

CAMARANO, A. A. Considerações finais: transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** 1. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 319-330.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; LEITÃO E MELLO, J. Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** 1. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2006a. p. 95-135.

_____. Do nascimento à morte: principais transições. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** 1. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2006b. p. 31-60.

CAMPOS, A. G. Dilemas do trabalho: sindicatos no Brasil hoje. *In*: KREIN, J. D. *et al.* (Org.). **Regulação do trabalho e instituições públicas.** 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, v. 1, 2013. p. 87-122.

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina.** 1. ed. São Paulo: Unesp, 2000.

CARDOSO, A. M. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?** 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. Para onde foram os sindicatos? *In*: KREIN, J. D. *et al.* (Org.). **Regulação do trabalho e instituições públicas.** 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, v.1, 2013. p. 123-139.

CARDOSO, A. M.; COMIN, A. A.; CAMPOS, A. G. As bases sociais do sindicalismo metalúrgico: rumo a um “novo sindicalismo”? *In*: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. (Org.). **De JK a FHC: 40 anos de indústria automobilística no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Scritta, 1997. p. 413-448.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. **De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal.** Ipea, 2007. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/TDs/td_1310.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2014.

CASTRO, N. A. **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira.** 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CORSEUIL, C. *et al.* A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, n. 55, p. 23-30, ago. 2013.

CRUZ, S. V. **Trajetórias**: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. As negociações coletivas na década de 2000. *In*: DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. 1. ed. São Paulo: Dieese, 2012. p. 291-309.

FIORI, J. L. **O vôo da coruja**: para reler o desenvolvimento brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALEZ, R. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? *In*: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2009. p. 109-128.

GUIMARÃES, N. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

_____. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** 1. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 171-198.

HIRATA, H. **Sobre o “modelo” japonês**: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1993.

KECK, M. **PT**: a lógica da diferença. 1. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MARINAKIS, A. Explaining Latin America's robust recovery from the crisis. *In*: ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (Org.). **The global crisis**: causes, responses and challenges. 1. ed. Geneve: ILO, 2011. p. 21-33.

MARONI, A. **A estratégia da recusa**: análise das greves de maio de 1978. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, H. de S. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDEIROS, M. **Medidas de desigualdade e pobreza**. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2012.

MENEGUELLO, R. **PT**: a formação de um partido (1979-1982). 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

NORONHA, E. G. A explosão das greves na década de 80. *In*: BOITO JÚNIOR, A. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 156-177.

_____. Greves e estratégias sindicais no Brasil. *In*: OLIVEIRA, C. A.; COMIN, A. A. (Org.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. 1. ed. São Paulo: Scritta, 1994. p. 232-260.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Brasil: uma estratégia inovadora alavancada pela renda**. 1. ed. Brasília: OIT, 2011.

PINTO, E. C. América Latina na primeira década do século XXI: “efeito China” e crescimento com inclusão. *In*: OICHDPP–OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE CAPACIDADES HUMANAS, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS (Org.). **Estudos e análises – contexto econômico e social**. 1. ed. Brasília: OICHDPP, 2013. p. 23-46.

POCHMANN, M. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. 1. ed. São Paulo: ABET, 1998.

_____. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. *In*: RIBEIRO, R. J.; NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

RODRIGUES, J. A. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Símbolo, 1979.

RODRIGUES, L. M. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **CUT: os militantes e a ideologia**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. **Destino do sindicalismo**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

SADER, É. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo entre 1970-1980**. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANDOVAL, S. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1994.

SIMÃO, A. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Dominus, 1966.

TELLES, V. **A experiência do autoritarismo e as práticas instituintes**: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

TOLEDO, E. G. Las teorías sobre la restructuración productiva y América Latina. *In*: TOLEDO, E. G. (Org.). **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. 1. ed. México (D.F.): El Colegio de México, 2000. p. 716-734.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

COBERTURA PREVIDENCIÁRIA DE JOVENS NO PERÍODO DE 2003 A 2012: UMA INVESTIGAÇÃO DOS POSSÍVEIS EFEITOS DE POLÍTICAS DE INCENTIVO À INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA

Leonardo Alves Rangel*

SINOPSE

O capítulo examina a cobertura previdenciária de jovens no período de 2003 a 2012, investigando os possíveis efeitos das políticas de inclusão previdenciária de jovens brasileiros. O foco da investigação se volta para os segmentos juvenis de algumas categorias ocupacionais, a saber: empregados domésticos, empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria.

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns aspectos relacionados à cobertura e à proteção previdenciária da população jovem no Brasil em um período notadamente marcado pelo crescimento vigoroso do mercado de trabalho formal. Além disso, também são discutidos alguns aspectos sobre o impacto nos jovens de algumas políticas que visam estimular a inclusão previdenciária de categorias de trabalhadores.

Nota-se que, apesar do crescimento do mercado de trabalho nos últimos anos, há ainda um grande contingente de trabalhadores sem a devida cobertura previdenciária. Dessa forma, como segundo objetivo, tem-se a análise de algumas políticas de incentivo à inclusão previdenciária e seus efeitos sobre a população jovem.

Este estudo considera como jovens aqueles de 16 a 29 anos de idade, apesar de a Política Nacional de Juventude considerar os de 15 a 29 anos. A idade inicial de 16 anos foi definida por ser a mínima necessária para a filiação à previdência social. A máxima, de 29 anos, foi adotada por se considerar que nesta idade o jovem já tem plena inserção no mercado de trabalho. Verifica-se, contudo, que mesmo entre os jovens é observada uma

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

forte heterogeneidade. Assim, foram divididos em duas faixas etárias: 16 a 20 anos e 21 a 29 anos. Optou-se por 20 anos por ser a idade máxima na qual um indivíduo é considerado dependente previdenciário de seus pais. Dos 21 anos em diante, a dependência previdenciária, excetuando-se os casos previstos em regulamento, apenas poderá ser via cônjuge.

Além desta breve introdução, o capítulo está organizado em mais cinco seções. A seção 2 apresenta a situação da cobertura previdenciária entre os jovens que integram a população economicamente ativa (PEA). A seção 3 expõe os dados sobre a proteção previdenciária de todos os jovens, e não apenas os da PEA. A 4ª seção relata as principais medidas de inclusão previdenciária elaboradas nos últimos anos. A seção 5 relaciona algumas das políticas de inclusão previdenciária com determinadas categorias ocupacionais definidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e investiga eventuais efeitos dessas políticas na ampliação da cobertura desses trabalhadores. Por fim, a seção 6, apresenta as considerações finais do estudo.

Convém destacar que não se pretende utilizar metodologias elaboradas ou executar densos exercícios econométricos. O caminho aqui seguido vai mais à linha da análise exploratória de dados das PNADs com vistas a fornecer mais elementos para os debates acerca das políticas de incentivo à inclusão previdenciária que subsidiam trabalhadores ou empregadores para atingir seus objetivos.

2 COBERTURA PREVIDENCIÁRIA

A cobertura previdenciária é aqui entendida como a razão entre o total de pessoas que contribuem para a previdência social – regime geral e diversos regimes próprios – ou são segurados especiais e a PEA. Esta, por sua vez, é composta por pessoas de 16 a 59 anos de idade. A idade inicial, como já colocado, foi definida pelo fato de ser a mínima necessária para a filiação de qualquer pessoa à Previdência Social. A idade máxima, qual seja, 59 anos, foi adotada uma vez que o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) definiu como idoso o cidadão a partir dos 60 anos de idade. Ressalte-se que o foco deste trabalho é a chamada PEA jovem, aquela entre 16 e 29 anos de idade.

Apresentados os conceitos utilizados, passa-se então para a análise da cobertura da PEA por faixas etárias. Nota-se, na tabela 1, forte elevação

da cobertura previdenciária da PEA nas faixas etárias analisadas. Entre os mais jovens (16 a 20 anos), há leve queda em 2009 em relação ao ano anterior, porém mais que compensada pelo forte crescimento em 2011. Na comparação das três faixas etárias, os mais jovens se destacam pela alta presença de trabalhadores sem cobertura previdenciária (55,7% da PEA de 16 a 20 anos, em 2012).

TABELA 1

Cobertura previdenciária da PEA por faixas etárias (2003-2012)
(Em %)

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 |
|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PEA 16 a 20 anos | | | | | | | | | |
| PEA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Cobertura | 33,0 | 34,4 | 33,6 | 34,3 | 37,1 | 38,0 | 37,2 | 44,7 | 44,3 |
| Com carteira | 20,6 | 21,2 | 21,5 | 22,6 | 23,9 | 26,0 | 25,6 | 33,9 | 33,9 |
| Func. público e militares | 1,2 | 1,3 | 1,0 | 1,2 | 1,0 | 1,2 | 1,1 | 1,4 | 1,4 |
| Contribuinte individual | 1,4 | 1,3 | 1,4 | 1,4 | 3,3 | 3,2 | 3,3 | 2,1 | 2,7 |
| Segurado especial | 9,8 | 10,7 | 9,7 | 9,0 | 8,8 | 7,7 | 7,3 | 7,3 | 6,3 |
| Sem cobertura | 67,0 | 65,6 | 66,4 | 65,7 | 62,9 | 62,0 | 62,8 | 55,3 | 55,7 |
| Ocupados | 43,9 | 44,1 | 42,7 | 43,9 | 42,5 | 43,0 | 40,9 | 36,5 | 37,3 |
| Desocupados | 23,1 | 21,5 | 23,6 | 21,9 | 20,5 | 19,0 | 21,9 | 18,7 | 18,4 |
| Taxa de participação | 57,9 | 59,3 | 60,8 | 59,5 | 59,3 | 58,1 | 57,4 | 53,0 | 53,6 |
| PEA 21 a 29 anos | | | | | | | | | |
| PEA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Cobertura | 52,0 | 52,7 | 53,2 | 54,6 | 56,4 | 58,5 | 58,9 | 63,8 | 64,5 |
| Com carteira | 38,2 | 38,4 | 39,9 | 41,0 | 43,0 | 45,2 | 45,2 | 50,1 | 50,4 |
| Func. público e militares | 3,7 | 3,5 | 3,2 | 3,3 | 3,7 | 3,8 | 4,0 | 3,9 | 4,2 |
| Contribuinte individual | 4,2 | 4,4 | 4,5 | 4,8 | 4,6 | 4,9 | 5,5 | 6,0 | 6,3 |
| Segurado especial | 5,8 | 6,5 | 5,6 | 5,5 | 5,1 | 4,6 | 4,3 | 3,8 | 3,6 |
| Sem cobertura | 48,0 | 47,3 | 46,8 | 45,4 | 43,6 | 41,5 | 41,1 | 36,2 | 35,5 |
| Ocupados | 35,3 | 35,3 | 34,5 | 33,9 | 32,6 | 31,6 | 29,4 | 26,5 | 26,8 |
| Desocupados | 12,7 | 12,0 | 12,3 | 11,5 | 11,0 | 10,0 | 11,6 | 9,7 | 8,7 |
| Taxa de participação | 79,5 | 80,4 | 81,5 | 80,7 | 80,6 | 81,6 | 81,8 | 80,0 | 79,5 |

(Continua)

(Continuação)

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 |
|---------------------------|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | PEA 30 a 59 anos | | | | | | | | |
| PEA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Cobertura | 56,0 | 56,8 | 57,1 | 58,3 | 59,1 | 60,5 | 60,7 | 65,1 | 66,6 |
| Com carteira | 30,1 | 30,7 | 31,0 | 31,9 | 33,3 | 34,5 | 34,7 | 38,0 | 39,0 |
| Func. público e militares | 8,8 | 8,9 | 8,5 | 8,9 | 9,0 | 9,2 | 9,2 | 9,0 | 9,2 |
| Contribuinte individual | 10,0 | 9,8 | 10,4 | 10,8 | 10,5 | 10,7 | 11,1 | 12,5 | 13,5 |
| Segurado especial | 7,1 | 7,4 | 7,3 | 6,7 | 6,4 | 6,1 | 5,7 | 5,6 | 5,0 |
| Sem cobertura | 44,0 | 43,2 | 42,9 | 41,7 | 40,9 | 39,5 | 39,3 | 34,9 | 33,4 |
| Ocupados | 37,8 | 37,7 | 37,4 | 36,7 | 35,8 | 35,2 | 34,1 | 30,8 | 29,6 |
| Desocupados | 6,2 | 5,5 | 5,5 | 5,0 | 5,1 | 4,3 | 5,1 | 4,1 | 3,8 |
| Taxa de participação | 77,4 | 78,2 | 78,7 | 78,7 | 78,4 | 78,6 | 79,2 | 77,6 | 77,7 |

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

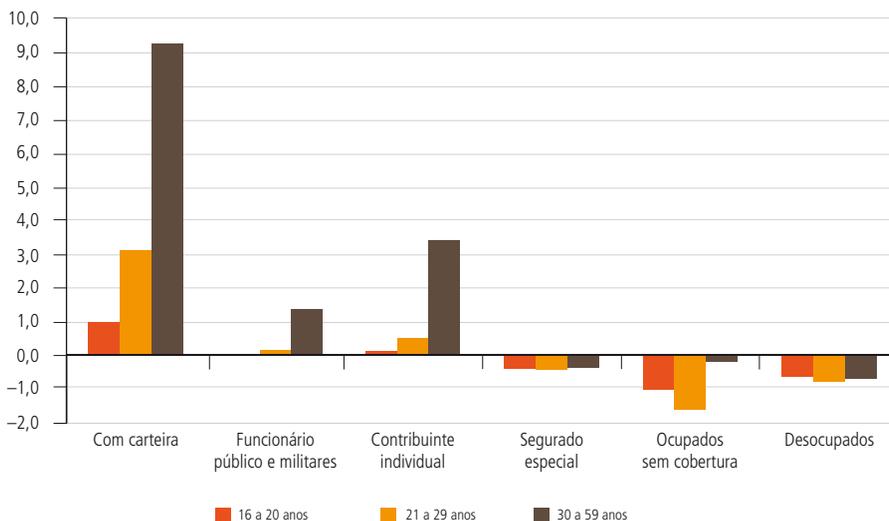
Elaboração do autor.

A seguir, são apresentados dados sobre a variação das principais posições ocupacionais entre o primeiro e o último ano da série utilizada, para as três faixas etárias estudadas. A ideia é compreender como ocorreu a variação absoluta entre 2003 e 2012 nas diferentes categorias. Entre 2003 e 2012, a PEA total passou de 80,7 milhões para 93,4 milhões de pessoas. Esse crescimento, contudo, deveu-se à faixa etária de 30 a 59 anos, pois a PEA jovem observou redução de 79 mil pessoas no período. Ao se analisar duas faixas etárias, observa-se que na dos mais jovens (16 a 20 anos) houve redução de quase 1 milhão de pessoas, enquanto na de 21 a 29 anos houve elevação de aproximadamente 900 mil pessoas no período. Ou seja, a redução observada entre os jovens deveu-se à forte saída das pessoas de 16 a 20 anos do mercado de trabalho, o que também é apontado na tabela 1, com a diminuição da sua taxa de participação.

Com relação ao gráfico 1, observa-se que do crescimento de 13,5 milhões dos empregos com carteira no período, 4 milhões foram entre os jovens de 16 a 29 anos. A elevação da cobertura da PEA, assim, foi puxada pelo grande crescimento do emprego com carteira no período analisado. Outras categorias nas quais os jovens se destacam é a dos ocupados sem cobertura previdenciária e a dos desocupados, ambas com reduções expressivas.

GRÁFICO 1

Varição do crescimento da PEA, por categorias e faixas etárias (2003-2012)
(Em milhões)



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Elaboração do autor.

Os dados de cobertura apresentados nesta seção restringem-se à análise da PEA. Ocorre, no entanto, que um indivíduo pode não estar coberto pela previdência, mas ser filho ou cônjuge de pessoas cobertas. Nessa situação, verifica-se a chamada cobertura indireta, na qual os direitos previdenciários estão garantidos por dependência previdenciária em relação a alguém que é coberto diretamente ou beneficiário da previdência. A análise da cobertura direta e indireta, aqui chamada proteção previdenciária, será tema da próxima seção.

3 PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA COM FOCO NOS JOVENS DE 16 A 29 ANOS

A análise feita na seção anterior tinha como foco a cobertura previdenciária da PEA, isto é, a dos que contribuam para a previdência social ou eram considerados segurados especiais. Parte-se agora para um conceito mais amplo, o de proteção previdenciária.

A previdência social protege não apenas os que trabalham formalmente ou que para ela contribuem e seus beneficiários, mas também os dependentes dos aqui chamados cobertos e dos que recebem benefícios. De maneira geral,

os cônjuges dos cobertos ou beneficiários, bem como seus filhos menores de 21 anos de idade podem ser considerados protegidos de forma indireta pela previdência social. Assim, o conceito de proteção previdenciária (direta e indireta) utilizado neste estudo engloba os participantes da PEA cobertos pela previdência social, seus beneficiários, bem como os dependentes (cônjuges e filhos) de ambos. Serão mencionados primeiramente os jovens da PEA para depois ampliar o escopo para todos os jovens.

Os dados apresentados na tabela 2 permitem observar que, a despeito da baixa cobertura previdenciária dos jovens, quase 70% dos que pertencem à PEA eram protegidos em 2012. Tal fato evidencia o papel da proteção pela via indireta, por ser filho ou cônjuge de alguma pessoa coberta ou beneficiária. Nota-se que, principalmente entre os mais jovens (16 a 20 anos), a proteção indireta exerce papel importante: 55,7% sem cobertura contra 30,3% sem proteção em 2012. Em relação à trajetória da proteção, observa-se movimento similar ao da cobertura no período analisado, com crescimento contínuo da proteção previdenciária.

TABELA 2
Proteção direta e indireta da PEA jovem (2003-2012)
(Em %)

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 |
|-----------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| PEA 16 a 20 anos | | | | | | | | | |
| <i>PEA sem cobertura</i> | 67,0 | 65,6 | 66,4 | 65,7 | 62,9 | 62,0 | 62,8 | 55,3 | 55,7 |
| Sem proteção previdenciária | 41,1 | 40,2 | 39,6 | 38,7 | 35,7 | 35,4 | 35,3 | 30,8 | 30,3 |
| Com proteção previdenciária | 58,9 | 59,8 | 60,4 | 61,3 | 64,3 | 64,6 | 64,7 | 69,2 | 69,7 |
| PEA 21 a 29 anos | | | | | | | | | |
| <i>PEA sem cobertura</i> | 48,0 | 47,2 | 46,8 | 45,4 | 43,6 | 41,5 | 41,1 | 36,3 | 35,6 |
| Sem proteção previdenciária | 40,7 | 39,9 | 39,2 | 38,2 | 36,2 | 34,2 | 33,7 | 29,9 | 29,3 |
| Com proteção previdenciária | 59,3 | 60,1 | 60,8 | 61,9 | 63,9 | 65,8 | 66,3 | 70,1 | 70,7 |

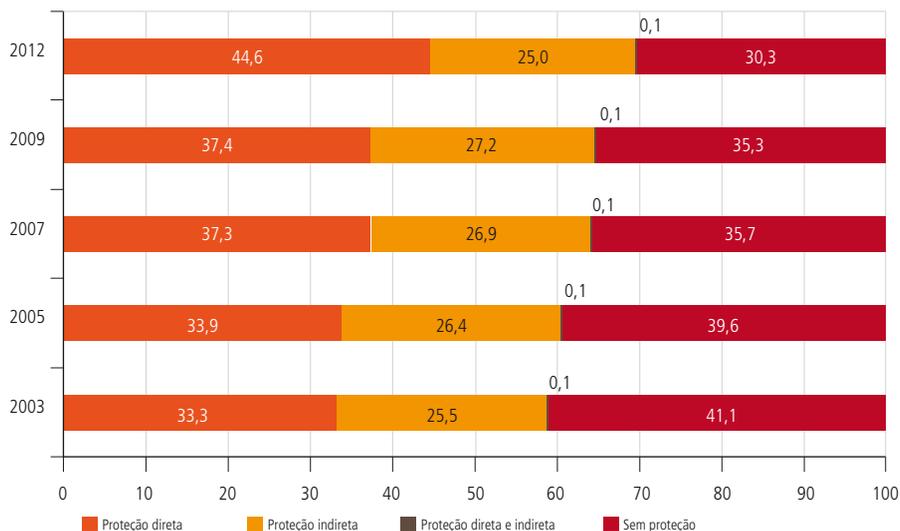
Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Elaboração do autor.

É possível detalhar como se dá a proteção previdenciária, se direta, indireta ou por ambos os motivos. Diz-se que a proteção previdenciária é direta quando o indivíduo é coberto pela previdência ou é beneficiário. A proteção indireta, por sua vez, ocorre quando o indivíduo é dependente (filho ou cônjuge) de alguém coberto ou beneficiário. Os gráficos 2 e 3 mostram a proteção das duas faixas etárias de jovens da PEA nos anos analisados.

GRÁFICO 2

Proteção previdenciária da PEA de 16 a 20 anos: anos selecionados
(Em %)

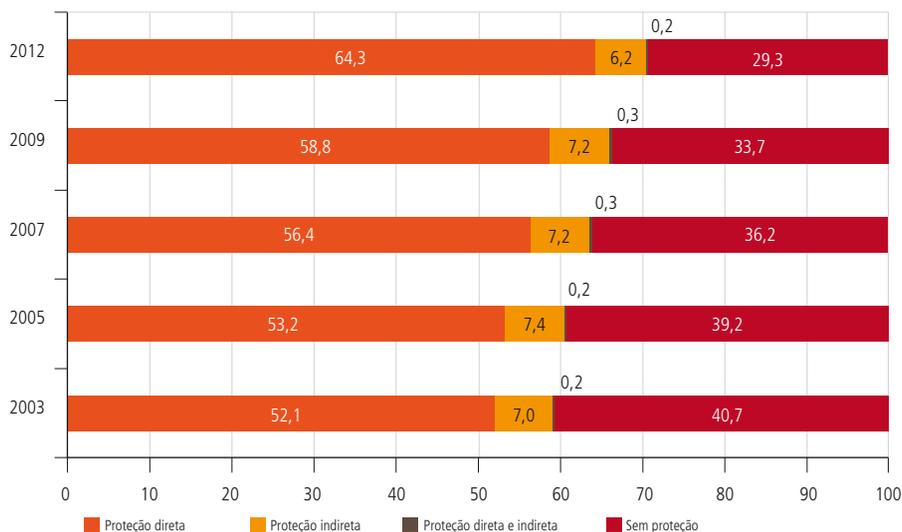


Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Elaboração do autor.

GRÁFICO 3

Proteção previdenciária da PEA de 21 a 29 anos: anos selecionados
(Em %)



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Elaboração do autor.

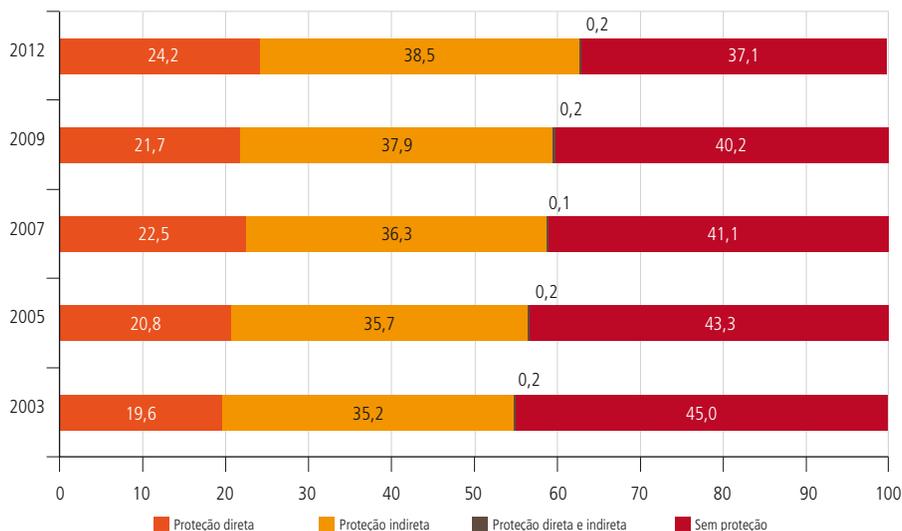
O gráfico 2 apresenta o comportamento da proteção previdenciária da PEA de 16 a 20 anos, de acordo com as categorias definidas anteriormente. Esse grupo etário ainda é passível de ser dependente previdenciário dos pais. O primeiro aspecto a se destacar é a elevação da proteção previdenciária direta. Esse fato, com a manutenção da proteção indireta entre 25% e 27% nos anos selecionados, resultou em queda do percentual da PEA mais jovem que se encontrava sem proteção previdenciária.

O gráfico 3 mostra a proteção previdenciária da PEA de 21 a 29 anos. A comparação entre os gráficos 2 e 3 revela uma mudança no padrão da proteção. Para o segmento mais velho dentro da PEA jovem, fica claro o papel que a proteção direta passa a exercer em paralelo à redução da proteção indireta. Tal fato decorre da incapacidade legal de os maiores de 20 anos serem dependentes previdenciários de seus pais. É preciso destacar também a notável queda do percentual de desprotegidos, que, assim como para o segmento mais jovem da PEA, também é reflexo do forte crescimento do emprego formal entre 2003 e 2012.

A proteção previdenciária da PEA é importante, pois permite analisar a situação daqueles que participam do mercado de trabalho. Ocorre, contudo, que há grande contingente de jovens que não faz parte da PEA. As taxas de participação dos jovens de 16 a 20 anos e de 21 a 29 anos apontam para, respectivamente, 53,6% e 79,5% em 2012. Em números absolutos, há 13,7 milhões de jovens (16 a 29 anos) que não fazem parte da força de trabalho. Os gráficos 4 e 5 apresentam a situação da proteção previdenciária para todos os jovens de 16 a 29 anos, não apenas os que estão na PEA.

A análise da proteção previdenciária de toda a população jovem (e não apenas da PEA) mostra que a proteção indireta tem o principal papel entre os jovens de 16 a 20 anos de idade. Observa-se crescimento na participação da proteção direta no período analisado, mas, ainda assim, em 2012, a maior fonte de proteção para os mais jovens é a indireta, com 38,5% contra 24,2% da proteção direta (gráfico 4). A elevação da proteção direta e indireta resultou na redução da população desprotegida (45% em 2003 contra 37,1% em 2012).

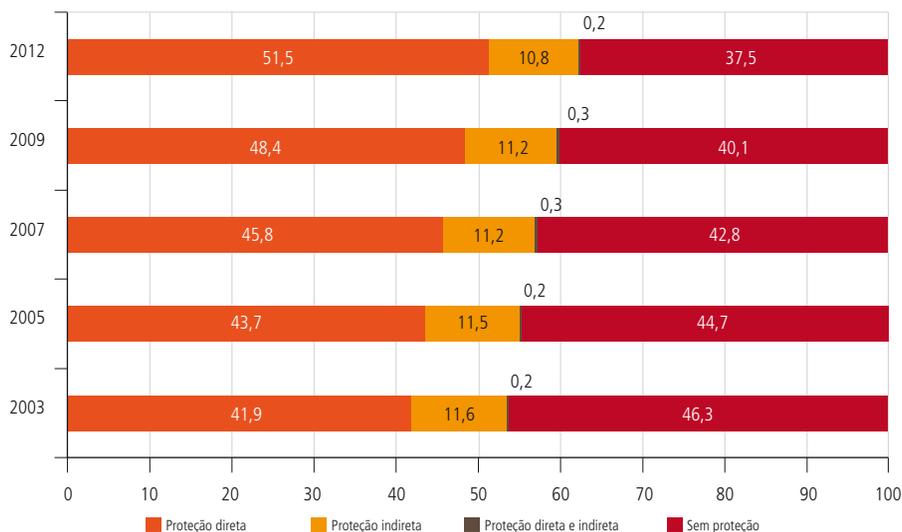
GRÁFICO 4
Proteção previdenciária da população de 16 a 20 anos: anos selecionados
 (Em %)



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Elaboração do autor.

GRÁFICO 5
Proteção previdenciária da população de 21 a 29 anos: anos selecionados
 (Em %)



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Elaboração do autor.

A faixa dos jovens entre 21 e 29 anos será analisada a seguir. A característica que os diferencia dos de 16 a 20 anos, como apontado anteriormente, é que aqueles não podem ser mais considerados como dependentes previdenciários de seus pais. Nesse caso, a proteção previdenciária indireta, quando houver, será via cônjuge.

O gráfico 5 mostra que, ao contrário dos jovens de 16 a 20 anos de idade, a principal fonte da proteção previdenciária é a direta. A proteção indireta, além de exercer papel de menos importância que a direta, viu sua participação se reduzir de 2003 para 2012. Como houve forte crescimento da proteção direta, o total de jovens na faixa etária analisada que se encontrava em situação de desproteção previdenciária reduziu-se de 46,3% em 2003 para 37,5% em 2012.

Esta seção e a anterior mostram que a PEA e a população jovem como um todo observaram um crescente movimento de expansão da cobertura e da proteção previdenciária, nas duas faixas etárias analisadas. Basta notar que o percentual de descobertos ou desprotegidos pela previdência confirmou grande queda nos anos analisados. Rangel, Pasinato e Mendonça (2009) demonstram que a cobertura e a proteção previdenciária dos jovens se agravam de 1987 para 2007, mas os autores ressaltam que há uma inflexão nesse movimento de piora no início da década de 2000. Tal resultado é corroborado pelo que foi apresentado até o momento neste trabalho.

O forte movimento de inclusão previdenciária que se observa desde 2003 é positivo na garantia de direitos sociais, fato inegável. Contudo, reconhece-se que, mesmo com o incremento da economia e a resposta do mercado de trabalho via crescimento do emprego com carteira, ainda há grande contingente de trabalhadores alijados dos direitos sociais previdenciários. Nesse sentido, foram criadas algumas políticas de incentivo à inclusão previdenciária nos últimos anos. As próximas seções deste trabalho buscam apresentar algumas dessas políticas e investigam, com base em dados da PNAD, seu eventual papel na ampliação da cobertura previdenciária dos jovens.

4 MEDIDAS RECENTES DE INCENTIVO À INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA

O reconhecimento por parte dos gestores de políticas públicas do grande contingente de trabalhadores que, a despeito de forte crescimento do mercado

formal nos últimos anos, continua alijado da cobertura previdenciária resultou em algumas medidas de incentivo à inclusão previdenciária. Essas medidas, destinadas a empregadores e demais indivíduos (trabalhadores ou não), buscam a ampliação da cobertura previdenciária pela via da redução do custo e da simplificação do processo burocrático associado ao ato de se formalizar perante a previdência social.

Dantas, Barbosa e Ferreira (2012) apresentam as principais medidas recentes de ampliação da inclusão previdenciária no Brasil. São as seguintes:

- Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária – Lei Complementar (LC) nº 123/2006;
- incentivo à formalização de trabalhadores domésticos – Lei nº 11.324/2006;
- instituição da figura do microempreendedor individual (MEI) – LC nº 128/2006;
- contratação simplificada de empregado por parte do MEI – LC nº 128/2008;
- formalização de trabalhadores temporários contratados por produtor rural pessoa física – Lei nº 11.718/2008;
- estímulo à formalização de trabalhadores temporários contratados por segurado especial – Lei nº 11.718/2008; e
- estímulo à formalização de facultativos de baixa renda – Lei nº 12.470/2011.

As medidas citadas podem ser divididas como incentivo à formalização previdenciária voltada aos empregadores ou aos demais indivíduos. O quadro 1 apresenta essa separação.

QUADRO 1
Medidas de inclusão previdenciária

| Tipo de incentivo | Medida de Inclusão | Normativo |
|---------------------------------|--|--------------------|
| Incentivo aos empregadores | Incentivo à formalização de trabalhadores domésticos | Lei nº 11.324/2006 |
| | Contratação simplificada de empregado por parte do MEI | LC nº 128/2008 |
| | Formalização de trabalhadores temporários contratados por produtor rural pessoa física | Lei nº 11.718/2008 |
| | Estímulo à formalização de trabalhadores temporários contratados por segurado especial | Lei nº 11.718/2008 |
| Incentivo aos demais indivíduos | Instituição da figura do MEI | LC nº 128/2008 |
| | Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária | LC nº 123/2006 |
| | Estímulo à formalização de facultativos de baixa renda | Lei nº 12.470/2011 |

Fonte: Dantas, Barbosa e Ferreira (2012).

Elaboração do autor.

As sete medidas elencadas podem ser divididas em quatro de incentivo aos empregadores e três de incentivo aos demais indivíduos. Entre as medidas apresentadas, serão analisadas, a seguir, apenas a de incentivo à formalização de trabalhadores domésticos, a instituição do MEI e o Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária, pois são as que podem ter seus possíveis efeitos sobre os jovens investigados a partir dos dados da PNAD.¹

4.1 Incentivos para empregadores

Por meio da Lei nº 11.324/2006, permitiu-se a dedução das contribuições patronais do empregado doméstico para os indivíduos que fazem a declaração completa do imposto de renda. Esse alívio tributário apresenta dois limites: um empregado doméstico com declaração e salário de contribuição limitado a um salário mínimo (SM) mensal,² sobre o décimo terceiro salário e sobre a remuneração do adicional de férias. Essa lei tem como objetivo aumentar o número de empregados domésticos registrados e, conseqüentemente, segurados pela previdência social.

1. Para descrição das demais medidas de inclusão, ver Rangel, Pasinato e Mendonça (2009), Ipea (2012) e Dantas, Barbosa e Ferreira (2012).

2. O empregado doméstico pode ter remuneração superior ao mínimo, mas a dedução da contribuição patronal ficará limitada ao valor da contribuição relativa a um SM.

4.2 Incentivos para os demais indivíduos

O Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária, criado a partir da LC nº 123/2006, com efeito prático desde abril de 2007, estabeleceu regras e benefícios diferenciados para certo segmento dos trabalhadores. Antes, os indivíduos que decidiam contribuir à previdência social deveriam recolher 20% de seu salário. Com o Plano Simplificado, a contribuição individual pôde ser reduzida a 11% do SM (piso previdenciário).

Como contrapartida à redução no custo da contribuição previdenciária, o trabalhador que decide contribuir com 11% do SM abre mão da aposentadoria por tempo de contribuição. Além disso, seu benefício ficará limitado ao piso previdenciário.

No bojo dos debates que resultaram na LC nº 123/2006 para a criação do Simples Nacional, entendeu-se que havia uma categoria de trabalhadores que mesmo as vantagens da simplificação e da redução da tributação conferida pela referida lei não seriam suficientes para estimular sua formalização perante a previdência social. Assim, o debate continuou e resultou na LC nº 128/2008 que criava a figura do MEI, voltada para os negócios com faturamento mensal de até R\$ 3 mil (hoje, até R\$ 5 mil mensais). Dado seu arranjo, é possível considerar que a lei que criou a figura do MEI estabeleceu uma espécie de subsistema dentro do Simples Nacional, no qual se enquadram apenas os menores negócios do país.

A iniciativa de criação do MEI é acompanhada da simplificação de todo o processo de formalização do empreendimento, da dispensa das taxas de licenciamento e da grande redução da tributação sobre a atividade. Nesse sentido, a tributação dos negócios inscritos sobre o MEI está restrita apenas ao recolhimento da contribuição previdenciária (5% do SM) e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação (ICMS) (R\$ 1,00) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) (R\$ 5,00), caso a atividade enseje recolhimento desses impostos. Dessa forma, o MEI ficará isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Programa de Integração Social (PIS). Como contrapartida à redução no custo da contribuição previdenciária, o MEI abre mão da

aposentadoria por tempo de contribuição e seu benefício ficará limitado ao piso previdenciário.

O objetivo da legislação que instituiu o MEI é reduzir o número de trabalhadores por conta própria que não estão cobertos pela previdência social, principalmente os que exercem atividades no meio urbano. Esses somam, de acordo com os dados da PNAD, mais de 10 milhões em 2012. Com essa legislação, praticamente todos os trabalhadores por conta própria podem inscrever-se como MEI: vendedores ambulantes, feirantes, eletricitas, pintores e outros.³

Nenhuma das políticas aqui relatadas foi desenhada pensando-se especificamente na população mais jovem. Mas é possível imaginar que os trabalhadores dessa faixa etária recebem salários mais baixos – por terem acumulado menos capital humano, terem menos experiência etc. – e que a redução dos custos associados à formalização previdenciária pode estimular maior inclusão entre os mais jovens. Assim, faz sentido analisar os eventuais impactos dessas políticas na inclusão previdenciária dos mais jovens, que é o que a seção seguinte deste capítulo busca investigar. Para tal, são utilizados primordialmente dados da PNAD. O objetivo é mostrar quais posições ocupacionais são alvo de cada uma das políticas mencionadas e se houve impacto sobre os jovens.

5 EVENTUAIS IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOBRE ALGUMAS OCUPAÇÕES

Esta seção identifica a ligação entre determinadas ocupações e a respectiva política que pode vir a incentivar a inclusão previdenciária dos trabalhadores, sempre com foco nos mais jovens. Dessa forma, serão analisados os empregados domésticos com e sem carteira, os trabalhadores por conta própria e os empregados sem carteira de trabalho assinada.

5.1 Trabalho doméstico

A origem do trabalho doméstico no país remonta à época da escravidão. Contudo, sua regulamentação pode ser considerada recente no país, por meio da Lei nº 5.859/1972 que definiu a atividade e atribuiu-lhe direitos (Barbieri e Ansiliero, 2011, p. 4). Entre os direitos garantidos em sua

3. A lista completa com as profissões que permitem inscrição como MEI pode ser encontrada em: <<http://www.portaldomeprendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/atividades-permitidas>>.

regulamentação inicial, destaque para os vinte dias úteis de férias a cada doze meses de trabalhos prestados, aposentadoria e acesso a serviços do então Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) apresentou um relativo avanço para os trabalhadores domésticos, ao tornar opcional para a categoria o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o pagamento do seguro-desemprego. No entanto, eles ainda foram mantidos excluídos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que reforçava o estigma de subcategoria do mercado de trabalho.

O ano de 2006 foi marcado por mais avanços na legislação relativa ao trabalho doméstico. Por meio da Lei nº 11.324, essa categoria teve reafirmado o direito a trinta dias de férias, estabilidade para gestantes e proibição de descontos de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal eventualmente utilizados no local de trabalho. Essa mesma legislação reconheceu que era grave o problema da desproteção social de grande parte dos trabalhadores dessa categoria e instituiu incentivos financeiros para a formalização dos domésticos, como visto anteriormente.

Ainda no campo da expansão dos direitos para os domésticos, no ano de 2013 foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) nº 72, após a tramitação no Congresso Nacional desde abril de 2010. Em linhas gerais, a referida emenda tem como objetivo a equalização dos direitos trabalhistas dos domésticos com o de qualquer outra categoria profissional no Brasil. Ela estabelece limites para a jornada de trabalho diária e semanal, acesso ao FGTS, seguro-desemprego, seguro de acidente do trabalho, entre outras medidas.⁴ Ocorre, contudo, que passado mais de um ano da promulgação da referida emenda, o Congresso Nacional ainda não aprovou a regulamentação de vários dos direitos previstos.

Era grande, e ainda é, o número de trabalhadores domésticos não registrados, ou seja, sem carteira de trabalho assinada. Para esses trabalhadores, o caminho para a proteção previdenciária apresenta duas possibilidades: registro em carteira de trabalho ou inscrição na previdência social como contribuinte individual. Como visto, a LC nº 123/2006 instituiu o Plano

4. Pinheiro, Gonzalez e Fontoura (2012) apresentam o conjunto das mudanças propostas, além de fazerem interessante comparação entre a situação vigente e a da proposta de EC (que em 2013 foi aprovada).

Simplificado de Inclusão Previdenciária, que pode vir a ser uma alternativa para os trabalhadores domésticos não registrados passarem a ser cobertos pela previdência social.

Dessa forma, pode-se afirmar que há duas medidas de incentivo à inclusão que podem impactar positivamente na cobertura previdenciária dos trabalhadores domésticos: a dedução no imposto de renda da contribuição patronal sobre o salário do doméstico – voltada para os empregadores – e o Plano Simplificado – para os domésticos não registrados. Além dessas medidas, faz-se necessário destacar que o eventual aumento do custo de se contratar empregados domésticos advindo da EC nº 72/2013 pode ser um desincentivo à formalização desses trabalhadores. No entanto, como a medida é recente (além de vários pontos da emenda ainda não terem sido regulamentados via legislação infraconstitucional), não se analisarão os eventuais impactos dessa emenda na formalização dos domésticos neste trabalho. A tabela 3 apresenta alguns dados sobre os trabalhadores domésticos.

Os dados da tabela 3 evidenciam que o trabalho doméstico vem perdendo espaço entre os jovens da PEA no período analisado, em termos relativos e absolutos. De 2003 para 2012, o número de trabalhadores domésticos de 16 a 20 anos de idade caiu de 625 mil para 362 mil e de 6,2% para 4,0% da PEA nessa faixa etária. Para a faixa etária seguinte dos jovens, a queda foi de 1,3 milhão para 816 mil trabalhadores (de 6,1% para 3,6% da PEA de 21 a 29 anos). Interessante notar que, para a faixa etária de 30 a 59 anos, o número de trabalhadores domésticos observou elevação de 2003 a 2012. Tais fatos sugerem que o trabalho doméstico pode ter deixado de ser opção para os jovens. Essa possibilidade se contrapõe à análise de Andrade (2004) para a década de 1990, em que a autora afirma que o trabalho doméstico deixara de ser uma ocupação de transição e passara a ser permanente e com crescente oferta de emprego.

TABELA 3
Trabalho doméstico e comparação com a PEA (2003-2012)

| | 2003 | 2006 | 2009 | 2012 |
|---|------------|------------|------------|------------|
| 16 a 20 anos | | | | |
| Número de trabalhadores domésticos | 625.575 | 590.865 | 467.032 | 362.659 |
| % da PEA | 6,2 | 5,7 | 4,8 | 4,0 |
| Número de contribuintes da previdência social | 51.024 | 34.095 | 25.784 | 25.563 |
| % dos que contribuem | 8,2 | 5,8 | 5,5 | 7,0 |
| PEA | 10.100.459 | 10.397.285 | 9.664.656 | 9.122.564 |
| % da PEA coberta | 33,0 | 34,3 | 37,2 | 44,3 |
| 21 a 29 anos | | | | |
| Número de trabalhadores domésticos | 1.329.394 | 1.286.302 | 1.245.587 | 816.954 |
| % da PEA | 6,1 | 5,4 | 5,1 | 3,6 |
| Número de contribuintes da previdência social | 354.750 | 305.396 | 299.558 | 213.705 |
| % dos que contribuem | 26,7 | 23,7 | 24,0 | 26,2 |
| PEA | 21.966.895 | 23.758.678 | 24.350.663 | 22.865.362 |
| % da PEA coberta | 52,0 | 54,6 | 58,9 | 64,5 |
| 30 a 59 anos | | | | |
| Número de trabalhadores domésticos | 3.599.726 | 4.205.886 | 4.908.906 | 4.700.577 |
| % da PEA | 7,4 | 7,8 | 8,3 | 7,6 |
| Número de contribuintes da previdência social | 1.250.331 | 1.490.770 | 1.806.576 | 2.017.183 |
| % dos que contribuem | 34,7 | 35,4 | 36,8 | 42,9 |
| PEA | 48.701.573 | 54.283.973 | 58.960.458 | 61.503.659 |
| % da PEA coberta | 56,0 | 58,3 | 60,7 | 66,6 |

Fonte: Microdados das PNADs.

Elaboração do autor.

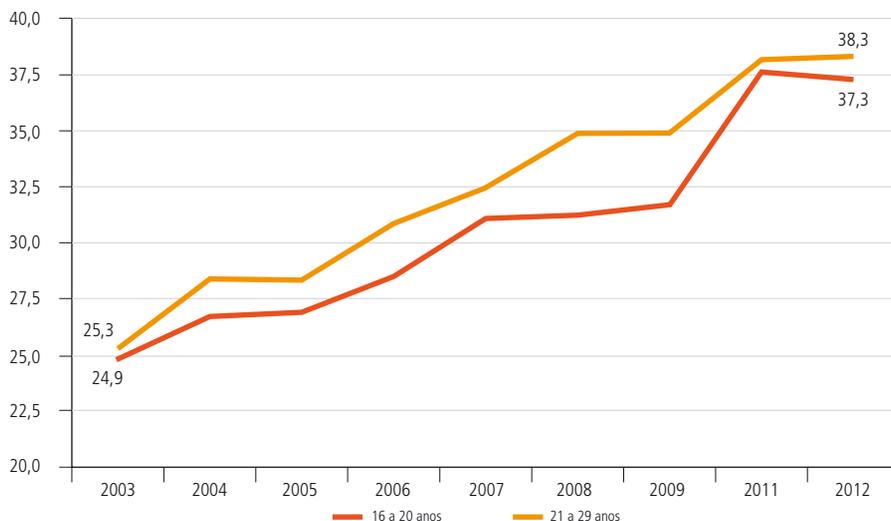
Com relação à formalização dos trabalhadores domésticos, nas duas faixas etárias dos jovens, observou-se uma queda no percentual dos que contribuem para a previdência social (trabalhadores domésticos com carteira ou sem carteira que contribuem individualmente) de 2003 a 2009, com posterior recuperação nos anos de 2011 e 2012, mas ainda inferior ao de 2003. A análise do percentual de domésticos formais à luz da totalidade da PEA deixa evidente a perda de força no movimento de formalização dessa categoria. Enquanto a cobertura de toda a PEA nas faixas etárias analisadas observa

forte crescimento no período, os resultados para a formalização do trabalho doméstico decepcionam. O gráfico 6 torna mais fácil essa comparação.

O gráfico 6 mostra que a diferença entre o percentual de cobertura da PEA dos trabalhadores domésticos jovens (nas duas faixas etárias) aumentou de 2003 a 2012. Ou seja, a velocidade de crescimento da cobertura da PEA foi maior que a dos domésticos nas duas faixas etárias de jovens. Esse resultado e os dados da tabela 3 sugerem que as políticas de incentivo à ampliação da cobertura previdenciária não obtiveram sucesso no caso dos trabalhadores domésticos, pelo menos entre os jovens.

GRÁFICO 6

Diferença entre a cobertura da PEA e dos trabalhadores domésticos jovens
(Em pontos percentuais)



Fonte: Microdados das PNADs.

Elaboração do autor.

Uma particularidade presente na PNAD é que o questionário permite distinguir os trabalhadores domésticos entre os com carteira assinada e os sem carteira assinada. Assim, para refinar a análise sobre os possíveis efeitos das políticas de inclusão previdenciária sobre os jovens, foram analisados separadamente os domésticos com e sem carteira de trabalho (tabela 4).

A tabela 4 exhibe a evolução dos trabalhadores domésticos com e sem carteira de trabalho assinada e da PEA por faixa etária, de 2003 a 2012. Os

resultados indicam forte queda do número de trabalhadores domésticos, para as duas faixas etárias de jovens, entre 2003 e 2012. Quando se dividem os trabalhadores domésticos entre os com e os sem carteira de trabalho assinada, nota-se queda nos dois grupos para as duas faixas etárias, ao se comparar 2012 com 2003. Essa queda, porém, é mais acentuada para os trabalhadores com carteira, o que resulta em elevação da proporção dos domésticos sem carteira em 2012, na comparação direta com 2003.

TABELA 4
Trabalhadores domésticos com e sem carteira por faixa etária – anos selecionados

| | 2003 | 2006 | 2009 | 2012 |
|---|------------|------------|------------|------------|
| 16 a 20 anos | | | | |
| Número de trabalhadores domésticos | 625.575 | 590.865 | 467.032 | 362.659 |
| Com carteira | 49.834 | 32.597 | 22.158 | 19.739 |
| Sem carteira | 575.741 | 558.268 | 444.874 | 342.920 |
| Número de contribuintes da previdência social | 51.024 | 34.095 | 25.784 | 25.563 |
| Com carteira | 49.834 | 32.597 | 22.158 | 19.739 |
| Sem carteira | 1.190 | 1.498 | 3.626 | 5.824 |
| PEA | 10.100.459 | 10.397.285 | 9.664.656 | 9.122.564 |
| PEA coberta | 3.334.926 | 3.563.008 | 3.595.013 | 4.043.596 |
| 21 a 29 anos | | | | |
| Número de trabalhadores domésticos | 1.329.394 | 1.286.302 | 1.245.587 | 816.954 |
| Com carteira | 333.558 | 291.401 | 280.948 | 185.424 |
| Sem carteira | 995.836 | 994.901 | 964.639 | 631.530 |
| Número de contribuintes da previdência social | 354.750 | 305.396 | 299.558 | 213.705 |
| Com carteira | 333.558 | 291.401 | 280.948 | 185.424 |
| Sem carteira | 21.192 | 13.995 | 18.610 | 28.281 |
| PEA | 21.966.895 | 23.758.678 | 24.350.663 | 22.865.362 |
| PEA coberta | 11.413.950 | 12.971.214 | 14.352.495 | 14.741.342 |

Fonte: Microdados das PNADs.
Elaboração do autor.

Partindo para a análise da cobertura previdenciária relativa dos trabalhadores domésticos, a tabela 5 demonstra a elevação da proporção entre os sem carteira que passaram a contribuir para a previdência. Apesar

de percentuais ainda baixos, os resultados mostram grande crescimento ao longo dos anos, nas duas faixas etárias selecionadas. A comparação com o crescimento da cobertura da PEA de cada faixa etária confirma que a cobertura dos sem carteira ocorreu em um ritmo bem maior.

TABELA 5

Algumas comparações dos domésticos (com e sem carteira) em relação à PEA, por faixa etária de jovens (2003-2012)
(Em %)

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 |
|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 16 a 20 anos | | | | | | | | | |
| Trab. domésticos/PEA | | | | | | | | | |
| % dos com carteira | 0,49 | 0,44 | 0,36 | 0,31 | 0,28 | 0,28 | 0,23 | 0,26 | 0,22 |
| % dos sem carteira | 5,70 | 5,31 | 5,20 | 5,37 | 4,82 | 4,32 | 4,60 | 3,65 | 3,76 |
| Trab. domésticos | | | | | | | | | |
| % dos com carteira | 7,97 | 7,62 | 6,46 | 5,52 | 5,44 | 6,10 | 4,74 | 6,71 | 5,44 |
| % dos sem carteira | 92,03 | 92,38 | 93,54 | 94,48 | 94,56 | 93,90 | 95,26 | 93,29 | 94,56 |
| Trab. domésticos cobertos | | | | | | | | | |
| % dos com carteira | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| % dos sem carteira | 0,21 | 0,11 | 0,29 | 0,27 | 0,59 | 0,71 | 0,82 | 0,45 | 1,70 |
| PEA | | | | | | | | | |
| % da PEA coberta | 33,0 | 34,4 | 33,6 | 34,3 | 37,1 | 38,0 | 37,2 | 44,7 | 44,3 |
| 21 a 29 anos | | | | | | | | | |
| Trab. domésticos/PEA | | | | | | | | | |
| % dos com carteira | 1,52 | 1,46 | 1,39 | 1,23 | 1,20 | 1,08 | 1,15 | 0,92 | 0,81 |
| % dos sem carteira | 4,53 | 4,66 | 4,43 | 4,19 | 4,03 | 3,67 | 3,96 | 3,10 | 2,76 |
| Trab. domésticos | | | | | | | | | |
| % dos com carteira | 25,09 | 23,80 | 23,84 | 22,65 | 22,92 | 22,67 | 22,56 | 22,94 | 22,70 |
| % dos sem carteira | 74,91 | 76,20 | 76,16 | 77,35 | 77,08 | 77,33 | 77,44 | 77,06 | 77,30 |
| Trab. domésticos cobertos | | | | | | | | | |
| % dos com carteira | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| % dos sem carteira | 2,13 | 0,73 | 1,32 | 1,41 | 1,39 | 1,18 | 1,93 | 3,45 | 4,48 |
| PEA | | | | | | | | | |
| % da PEA coberta | 52,0 | 52,7 | 53,2 | 54,6 | 56,4 | 58,5 | 58,9 | 63,8 | 64,5 |

Fonte: Microdados das PNADs.

Elaboração do autor.

A tabela 6 apresenta os dados sobre a cobertura previdenciária dos empregados domésticos sob outra ótica: comparação entre os domésticos cobertos (com carteira ou sem carteira que contribuem à previdência) em relação ao total de cobertos pela previdência na PEA, por faixa etária.

TABELA 6
Empregados domésticos (com e sem carteira) cobertos em relação à PEA coberta (2003-2012)
 (Em %)

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 16 a 20 anos | | | | | | | | | |
| Trab. dom. cobertos/PEA coberta | 1,53 | 1,29 | 1,11 | 0,96 | 0,82 | 0,82 | 0,72 | 0,62 | 0,63 |
| Com carteira/PEA coberta | 1,49 | 1,27 | 1,07 | 0,91 | 0,75 | 0,74 | 0,62 | 0,59 | 0,49 |
| Sem carteira/PEA coberta | 0,04 | 0,02 | 0,04 | 0,04 | 0,08 | 0,08 | 0,10 | 0,04 | 0,14 |
| 21 a 29 anos | | | | | | | | | |
| Trab. dom. cobertos/PEA coberta | 3,11 | 2,83 | 2,72 | 2,35 | 2,22 | 1,91 | 2,09 | 1,61 | 1,45 |
| Com carteira/PEA coberta | 2,92 | 2,76 | 2,61 | 2,25 | 2,12 | 1,84 | 1,96 | 1,45 | 1,26 |
| Sem carteira/PEA coberta | 0,19 | 0,06 | 0,11 | 0,11 | 0,10 | 0,07 | 0,13 | 0,17 | 0,19 |

Fonte: Microdados das PNADs.

Elaboração do autor.

Os resultados exibidos na tabela 6 complementam os da tabela 5. Observa-se queda na participação dos empregados domésticos cobertos em relação ao total de cobertos da PEA em cada faixa etária. Ao se analisar a composição dos domésticos cobertos, percebe-se que tal queda foi fruto da diminuição dos domésticos com carteira como proporção da PEA coberta. É possível verificar a elevação da participação dos sem carteira cobertos entre o total de cobertos da PEA de cada faixa etária, o que reforça a percepção anterior de crescimento da cobertura previdenciária entre os domésticos sem carteira, apesar da participação ainda pequena diante do total de cobertos da PEA.

Os resultados apresentados para o período analisado mostram: *i)* forte queda no número de domésticos (com e sem carteira); *ii)* maior queda entre os domésticos com carteira; e *iii)* elevação do percentual de domésticos sem carteira que contribuem para a previdência nas duas faixas etárias dos jovens. Essa elevação, contudo, foi insuficiente para aumentar o percentual de todos os domésticos cobertos no período.

Em suma, os resultados sugerem que, para os domésticos com carteira, a política de incentivo à formalização por meio do alívio tributário aos empregadores pouco efeito surtiu entre os jovens. Para os domésticos sem carteira, é possível que o Plano Simplificado tenha surtido efeito. Tais resultados revelam que análises mais aprofundadas precisam ser feitas.

A suposta baixa eficácia da política de incentivo ao registro dos domésticos pode ser explicada pelo relativo número pequeno de pessoas que declaram o imposto de renda pela forma completa. Outra explicação possível é que, com o crescimento da remuneração dos domésticos nos últimos anos e a forma como se dá o abatimento da contribuição patronal à previdência (apenas sobre o valor do primeiro SM), a elevação do custo da eventual formalização do doméstico tenha superado o desconto permitido na declaração de ajuste do imposto de renda. Assim, aquilo que seria vantagem em um cenário de salários estagnados (dos domésticos), deixou de ser com o crescimento salarial observado. Sob outra ótica, é possível que apenas os que já tinham trabalhadores domésticos registrados tenham se aproveitado do alívio tributário permitido com a Lei nº 11.324/2006.

A partir de análise econométrica mais sofisticada, Theodoro e Scorzafave (2011) analisam os eventuais impactos do alívio tributário sobre a formalização dos domésticos. Os autores utilizaram o método de pareamento por escore de propensão sobre dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) para estimar se há causalidade da lei para a formalização. Os resultados foram inconclusivos, pois algumas estimativas mostraram efeitos positivos e outras não foram significativas. Isso levou a classificarem a política como ineficaz no alcance de seus objetivos.

O Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária foi outra política analisada. Os dados apresentados sugerem que pode ter tido efeito no forte movimento de aumento da cobertura de domésticos sem carteira observado a partir de 2007. É claro que o crescimento real do SM e da renda dos domésticos aliado ao incentivo ao indivíduo para se formalizar perante a previdência têm sua parcela de contribuição na elevação da cobertura dessa categoria. Ipea (2014) apresenta evidências econométricas de que o crescimento econômico é mais importante para a ampliação da cobertura dos domésticos do que as políticas de incentivo à formalização. Tal resultado reforça a necessidade de estudos aprofundados para entender o exato papel do Plano Simplificado na ampliação da cobertura dos domésticos.

5.2 Trabalhadores por conta própria

A PNAD caracteriza o trabalhador por conta própria como aquele que atua em seu próprio negócio, podendo ter sócio ou ajuda de trabalhador não remunerado, mas sem ter empregado.⁵ Dessa forma, com as políticas de incentivo à ampliação da cobertura previdenciária, os trabalhadores dessa categoria passaram a ter duas possibilidades de inclusão simplificada e com menores custos, quais sejam: o Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária e a lei que criou a figura do MEI. Esta visa à formalização dos pequenos negócios e aquela à inclusão previdenciária do trabalhador de tal categoria sem, no entanto, se preocupar com a formalização do negócio.

Dado que o custo de formalização do negócio e de inclusão previdenciária do MEI é inferior ao custo de inclusão previdenciária via Plano Simplificado (5% do SM mais R\$ 5 ou R\$ 1, respectivamente a ISS e ICMS, para o MEI, contra 11% do SM para o Plano Simplificado), este artigo irá trabalhar apenas com o cenário de opção pelo enquadramento como MEI no que toca ao incentivo à ampliação da cobertura dos trabalhadores por conta própria.

Feitas as considerações iniciais, é importante destacar que, entre os trabalhadores por conta própria, a opção pelo regime de tributação do MEI tem se tornado comum. Dados mais recentes da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) assinalam mais de 3,8 milhões de optantes ativos em março de 2014. A tabela 7 exhibe o total de optantes em dezembro de cada ano e o último dado disponível.

TABELA 7
Optantes ativos pelo MEI (2009-2014)

| Ano | Optantes ativos |
|------|-----------------|
| 2009 | 44.188 |
| 2010 | 771.715 |
| 2011 | 1.656.953 |
| 2012 | 2.664.605 |
| 2013 | 3.659.781 |
| 2014 | 3.877.655 |

Fonte: SRFB, Simples Nacional.

Obs.: Dados relativos ao último dia de dezembro de cada ano. Para 2014, o dado é relativo ao dia 22 de março.

5. Convém ressaltar que a LC nº 128/2008 permite ao MEI contratar um empregado, desde que este receba remuneração de um SM ou o piso da categoria.

Como se pode observar, houve forte crescimento de optantes pelo MEI desde 2009. Ocorre que o foco deste estudo está nos jovens, mas somente é possível se obterem os dados de optantes por faixa etária para o último dado disponível.⁶ Mesmo sem ter uma série tão longa quanto a apresentada na tabela 7, pode-se ter uma ideia do número de optantes pelo MEI entre os mais jovens (tabela 8).

TABELA 8
Optantes pelo MEI por faixa etária (março/2014)

| Faixa etária | Número MEI | % MEI |
|--------------|------------------|--------------|
| 16-20 | 52.544 | 1,4 |
| 21-30 | 938.378 | 24,2 |
| 31-60 | 2.725.054 | 70,3 |
| Acima de 60 | 161.679 | 4,2 |
| Total | 3.877.655 | 100,0 |

Fonte: SRFB, Simples Nacional.

As faixas etárias não são exatamente iguais às trabalhadas nas tabulações da PNAD, mas pode-se notar que pouco mais de 25% dos MEIs são pessoas até 30 anos de idade.

A tabela 9 apresenta dados de trabalhadores por conta própria e sua condição de contribuição à previdência social por faixas etárias. A análise desses dados evidencia que, nas duas faixas etárias de jovens, o número de cobertos pela previdência social se elevou. Observa-se forte crescimento do percentual de cobertos, nas duas faixas etárias, de 2009 a 2012. Ressalte-se a importância do ano-base da comparação, pois ainda não havia efeitos da lei que instituiu o MEI.

Outra análise que pode ser feita é a da participação dos conta própria cobertos em relação ao total de cobertos da PEA por faixa etária. A tabela 10 apresenta tais resultados e reforça as colocações feitas a respeito dos dados da tabela 9.

6. Para este estudo, o dado é do dia 22 de março de 2014.

TABELA 9

Trabalhadores por conta própria e cobertura previdenciária: anos selecionados

| | 2003 | 2006 | 2009 | 2012 |
|---|------------|------------|------------|------------|
| 16 a 20 anos | | | | |
| Número de conta própria | 561.952 | 533.030 | 496.440 | 448.647 |
| % da PEA | 5,6 | 5,1 | 5,1 | 4,9 |
| Número de contribuintes da previdência social | 17.336 | 11.547 | 14.596 | 20.499 |
| % dos que contribuem | 3,1 | 2,2 | 2,9 | 4,6 |
| PEA | 10.100.459 | 10.397.285 | 9.664.656 | 9.122.564 |
| % da PEA coberta | 33,0 | 34,3 | 37,2 | 44,3 |
| 21 a 29 anos | | | | |
| Número de conta própria | 2.297.677 | 2.316.566 | 2.209.053 | 2.225.035 |
| % da PEA | 10,5 | 9,8 | 9,1 | 9,7 |
| Número de contribuintes da previdência social | 244.005 | 250.092 | 246.175 | 368.226 |
| % dos que contribuem | 10,6 | 10,8 | 11,1 | 16,5 |
| PEA | 21.966.895 | 23.758.678 | 24.350.663 | 22.865.362 |
| % da PEA coberta | 52,0 | 54,6 | 58,9 | 64,4 |

Fonte: Microdados das PNADs.
Elaboração do autor.

TABELA 10

Trabalhadores por conta própria cobertos em relação ao total de cobertos da PEA: anos selecionados

(Em %)

| | 2003 | 2006 | 2009 | 2012 |
|--------------|------|------|------|------|
| 16 a 20 anos | 0,52 | 0,32 | 0,41 | 0,51 |
| 21 a 29 anos | 2,14 | 1,93 | 1,72 | 2,50 |

Fonte: Microdados das PNADs.
Elaboração do autor.

Uma ressalva sobre os resultados apresentados precisa ser feita. A análise conjunta dos resultados das tabelas 7 e 8 com os das tabelas 9 e 10 pode levar a certa confusão. Em 2014, de acordo com a tabela 8, há quase um milhão de jovens (de até 30 anos) optantes pelo MEI. O dado mais recente da PNAD é o de 2012, que apresenta menos de 400 mil jovens (até 29 anos) cobertos pela previdência.

Supondo que a distribuição etária dos optantes pelo MEI em 2012 seja a mesma que em 2014, aquele ano apresentaria pouco mais de 600 mil optantes pelo MEI. Ainda assim um número maior que o apresentado na tabela 9. Caso a tabulação da PNAD seja feita considerando como jovens as pessoas de 16 a 30 anos (mesma faixa etária de jovens da tabela 8), seriam 453 mil os trabalhadores dessa categoria cobertos pela previdência. Ainda assim, menos que os 600 mil optantes pelo MEI.

Outra situação que precisa ser levada em conta é a dos empregadores com até um empregado, que também podem ser optantes pelo MEI, desde que se enquadrem nas restrições apresentadas anteriormente. Considerando essa situação, os trabalhadores por conta própria e os empregadores com um empregado, de 16 a 30 anos de idade, cobertos pela previdência na PNAD 2012 somam pouco mais de 529 mil pessoas. Número agora próximo aos estimados 600 mil optantes pelo MEI.

Toda essa digressão mostra que pode haver problema de captação por parte da PNAD, como o indivíduo que é MEI, mas declara que não contribui para a previdência. Essa aparente diferença entre os resultados não invalida as conclusões que podem ser tomadas a partir dos resultados das tabelas 9 e 10. Basicamente, o forte crescimento do número de cobertos pela previdência e a elevação da participação entre os cobertos da PEA sugerem que a possibilidade de optar pelo regime do MEI apresenta efeitos positivos.

Alguns estudos destacam a importante lacuna de cobertura que se espera reduzir com a possibilidade de se optar pelo regime do MEI. Ipea (2012) destaca o grande número de trabalhadores por conta própria sem cobertura previdenciária, a meta inicial do Ministério da Previdência Social (MPS) de formalização pelo MEI e o rápido resultado atingido. O estudo também aponta que os efeitos mais expressivos ocorrem nos períodos iniciais das políticas de inclusão previdenciária, o que pode ser corroborado pelos dados da tabela 7, que mostram o decréscimo marginal no incremento dos optantes pelo MEI ao longo dos anos analisados.

Em Ansiliero (2012), a autora mostra, comparando os dados do Censo Demográfico de 2010 com o de 2000, o crescimento no percentual de cobertos entre os trabalhadores por conta própria. Entre as hipóteses que podem explicar tal movimento, ela destaca o crescimento do rendimento real

– ponto sublinhado também por Ipea (2014) –, a redução da desigualdade de renda e as políticas de incentivo à inclusão, tal como a opção pelo MEI.

O estudo de Dantas, Barbosa e Ferreira (2012) destaca que praticamente todos os trabalhadores por conta própria podem se inscrever como MEI. Tal fato demonstra a amplitude de alcance dessa política de inclusão. Os autores prosseguem a apresentação dos números de optantes por estados em julho e agosto de 2012 com a argumentação de que, além da vantagem tributária e de redução da burocracia associada à formalização do pequeno negócio, o MEI também terá vantagens, como a possibilidade de emissão de nota fiscal, o acesso a crédito como pessoa jurídica (normalmente mais barato que para pessoa física), entre outras.

Apesar de os trabalhos citados não terem foco nos jovens, pode-se apontar como pontos em comum com este estudo o grande crescimento dos optantes pelo MEI e a forte ampliação da cobertura previdenciária entre os conta própria. Tal movimento é observado entre os mais jovens, com a análise dos dados das PNADs. Isso apenas reforça a necessidade de estudos mais robustos sobre a causalidade entre a lei que criou a figura do MEI e a ampliação da cobertura previdenciária dos conta própria, sempre considerando a dificuldade de se separar o que é efeito do crescimento econômico e da distribuição de renda e o que é efeito da política propriamente dita.

5.3 Empregados sem carteira de trabalho assinada

Apesar de a contratação de um empregado ter de ser, por lei, registrada em carteira de trabalho, a realidade é outra, tanto que a informalidade nas relações de trabalho é marca de longo tempo no Brasil. De acordo com os dados da PNAD 2012, os empregados sem carteira de trabalho assinada representam 20% da PEA jovem (16 a 29 anos), o segundo maior grupo ocupacional. Entre os trabalhadores jovens sem cobertura previdenciária, são mais de 41%.

É possível que os trabalhadores sem carteira assinada contribuam para a previdência social e passem a ser cobertos. Mas, para tal, devem estar na categoria de contribuintes individuais. Assim, também para esse grupo, o Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária pode vir a funcionar como estímulo para a elevação da cobertura previdenciária.

Os dados da tabela 11 mostram que, ao contrário do trabalho doméstico, e até mesmo do trabalho por conta própria, o número de jovens empregados sem carteira pouco se alterou de 2003 a 2012. Outra informação que merece destaque é o forte crescimento do número dos que contribuem à previdência social, nas duas faixas etárias de jovens, o que pode ser indício do papel positivo do Plano Simplificado.

TABELA 11
Empregados sem carteira e cobertura previdenciária: anos selecionados

| | 2003 | 2006 | 2009 | 2012 |
|---|--------------|------------|------------|------------|
| | 16 a 20 anos | | | |
| Número de empregados sem carteiras | 2.259.879 | 2.503.505 | 2.443.878 | 2.233.143 |
| % da PEA | 22,4 | 24,1 | 25,3 | 24,5 |
| Número de contribuintes da previdência social | 99.307 | 108.171 | 253.329 | 187.084 |
| % dos que contribuem | 4,4 | 4,3 | 10,4 | 8,4 |
| PEA | 10.100.459 | 10.397.285 | 9.664.656 | 9.122.564 |
| % da PEA coberta | 33,0 | 34,3 | 37,2 | 44,3 |
| | 21 a 29 anos | | | |
| Número de empregados sem carteiras | 3.518.378 | 3.934.885 | 3.636.610 | 3.351.124 |
| % da PEA | 16,0 | 16,6 | 14,9 | 14,7 |
| Número de contribuintes da previdência social | 420.836 | 547.421 | 712.100 | 675.500 |
| % dos que contribuem | 12,0 | 13,9 | 19,6 | 20,2 |
| PEA | 21.966.895 | 23.758.678 | 24.350.663 | 22.865.362 |
| % da PEA coberta | 52,0 | 54,6 | 58,9 | 64,4 |

Fonte: Microdados das PNADs.

Elaboração do autor.

De acordo com a tabela 12, a participação dos sem carteira cobertos pela previdência no total de cobertos da PEA mostra que, apesar do forte crescimento em termos absolutos (tabela 11), a participação dos sem carteira cobertos apresenta diminuição em 2011 (e recuperação em 2012) para a faixa de 16 a 20 anos. Para a faixa etária de 21 a 29 anos, nota-se que sua participação entre os cobertos da PEA não chegou a crescer tanto no período analisado.

TABELA 12

Empregados sem carteira cobertos em relação à PEA coberta

(Em %)

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 |
|--------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 16 a 20 anos | 2,98 | 2,50 | 2,90 | 3,05 | 7,12 | 7,11 | 7,04 | 3,53 | 4,63 |
| 21 a 29 anos | 3,69 | 4,17 | 4,23 | 4,23 | 4,04 | 4,52 | 4,97 | 4,66 | 4,60 |

Fonte: Microdados das PNADs.

Elaboração do autor.

Os resultados da tabela 12 trazem a questão de como se dá a inclusão previdenciária de empregados sem carteira. De outra forma, a situação permite a seguinte pergunta: o empregado sem carteira é incluído na previdência via (incentivos à) inclusão individual, pelo crescimento do mercado de trabalho formal ou uma combinação dos dois? As tabelas 13 e 14 ajudam na resposta dessa questão.

TABELA 13

Empregados com carteira, funcionários públicos e militares: anos selecionados

| | 2003 | 2006 | 2009 | 2012 |
|---------------------------|------------|------------|------------|------------|
| 16 a 20 anos | | | | |
| Empregados com carteira | 2.030.019 | 2.315.571 | 2.445.138 | 3.070.846 |
| % da PEA | 20,1 | 22,3 | 25,3 | 33,7 |
| Fun. públicos e militares | 123.626 | 129.847 | 102.440 | 129.014 |
| % da PEA | 1,2 | 1,2 | 1,1 | 1,4 |
| PEA | 10.100.459 | 10.397.285 | 9.664.656 | 9.122.564 |
| % da PEA coberta | 33,0 | 34,3 | 37,2 | 44,3 |
| 21 a 29 anos | | | | |
| Empregados com carteira | 8.049.535 | 9.429.923 | 10.715.939 | 11.323.861 |
| % da PEA | 36,6 | 39,7 | 44,0 | 49,5 |
| Fun. públicos e militares | 798.604 | 766.751 | 950.878 | 941.396 |
| % da PEA | 3,6 | 3,2 | 3,9 | 4,1 |
| PEA | 21.966.895 | 23.758.678 | 24.350.663 | 22.865.362 |
| % da PEA coberta | 52,0 | 54,6 | 58,9 | 64,5 |

Fonte: Microdados das PNADs.

Elaboração do autor.

A tabela 13 apresenta o quantitativo de jovens empregados com carteira e funcionários públicos (inclusive militares). De 2003 a 2012, passaram de 21% para mais de 35% da PEA de 16 a 20 anos. Da PEA de 21 a 29 anos, passaram de 40% para mais de 53%. Observa-se, para as duas faixas etárias de jovens, forte crescimento na PEA e, conseqüentemente, na participação da PEA jovem coberta pela previdência (tabela 14).

TABELA 14

Empregados com carteira, funcionários públicos e militares em relação à PEA coberta: anos selecionados

(Em %)

| | 2003 | 2006 | 2009 | 2012 |
|-------------------------------------|--------------|-------|-------|-------|
| | 16 a 20 anos | | | |
| Empregados com carteira/PEA coberta | 60,86 | 64,96 | 67,99 | 75,90 |
| Fun. públ. e mil./PEA coberta | 3,71 | 3,65 | 2,85 | 3,20 |
| | 21 a 29 anos | | | |
| Empregados com carteira/PEA coberta | 70,50 | 72,65 | 74,61 | 76,77 |
| Fun. públ. e mil./PEA coberta | 7,01 | 5,92 | 6,64 | 6,40 |

Fonte: Microdados das PNADs.

Elaboração do autor.

A pergunta feita anteriormente tem como resposta, ao considerar as informações das tabelas 13 e 14, que grande parte do crescimento da cobertura previdenciária se deveu ao aumento dos empregos com carteira assinada. Ou seja, o crescimento econômico, responsável pelo incremento da oferta de empregos, é o principal catalisador da inclusão previdenciária observada nos últimos anos. Tal resultado, conforme apresentado anteriormente, é similar ao presente em Ipea (2014).

O forte crescimento do emprego formal (com carteira, funcionários públicos e militares) no período analisado, a queda no número de trabalhadores sem carteira e do percentual coberto dessa categoria em paralelo à queda da taxa de participação dos jovens sugerem que há pouco efeito do Plano Simplificado na inclusão previdenciária dessa categoria. Dessa forma, é possível afirmar que os jovens empregados sem carteira preferem esperar a oportunidade de conseguirem um emprego com carteira assinada, ou até mesmo sair do mercado de trabalho (principalmente os de 16 a 20 anos), a contribuir individualmente à previdência e aproveitar os incentivos oferecidos via política de inclusão previdenciária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve estudo teve alguns objetivos, sempre com foco nos jovens. Em primeiro lugar, buscou-se apresentar a evolução da cobertura e da proteção previdenciária em um período em que ocorreu grande formalização do mercado de trabalho no Brasil. Os resultados revelam que houve forte crescimento da cobertura previdenciária dos jovens da PEA (nas duas faixas etárias analisadas) e a queda no percentual de desocupados. Nota-se, entretanto, um percentual ainda grande de trabalhadores sem a proteção (direta) da previdência.

No tocante à proteção previdenciária, aqui entendida como os jovens cobertos diretamente pela previdência e os que contam com sua proteção por serem filhos ou cônjuges de pessoas cobertas, o movimento é semelhante ao relatado anteriormente: grande crescimento no percentual de jovens protegidos, com destaque para a proteção obtida de forma direta, isto é, por ser coberto pela previdência social. Tais resultados consolidam a inversão da tendência à queda da cobertura e proteção de jovens detalhada em Rangel, Pasinato e Mendonça (2009).

Apesar do forte crescimento do emprego com carteira e da redução do número de jovens sem cobertura previdenciária, há ainda um grande contingente que trabalha sem a cobertura do sistema previdenciário. Assim, como segundo objetivo deste estudo, tem-se a análise das seguintes políticas de incentivo à inclusão previdenciária e seus eventuais efeitos sobre os trabalhadores jovens: Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária, instituição da figura do MEI e incentivo à formalização de trabalhadores domésticos via dedução da contribuição patronal no imposto de renda do patrão.

Os eventuais efeitos das políticas citadas foram analisados sobre algumas categorias ocupacionais da forma como a PNAD as classifica. Dessa maneira, foram apresentados os dados sobre a cobertura previdenciária dos empregados domésticos com e sem carteira de trabalho assinada, sobre os trabalhadores por conta própria e sobre os empregados sem carteira.

Os trabalhadores domésticos são alvo de duas das políticas analisadas: a de alívio tributário – voltada para o empregador – e a de inclusão simplificada – voltada para o trabalhador. Os dados sugerem que o trabalho doméstico pode ter deixado de ser uma opção para os jovens nesse período de forte

crescimento do mercado de trabalho formal, ao contrário do constatado por Andrade (2004) para a década de 1990. Sobre os efeitos das políticas de inclusão, quando se analisam separadamente os domésticos com e sem carteira, percebe-se elevação da cobertura destes e queda entre aqueles. Tais resultados sugerem efeitos positivos do Plano Simplificado sobre os domésticos sem carteira.

Os trabalhadores por conta própria contam com a lei que instituiu o MEI para a elevação de sua cobertura previdenciária. Com a contribuição de 5% do valor do SM e com valores fixos a título de ICMS e ISS, o conta própria pode formalizar sua atividade e ainda obter cobertura previdenciária. Os dados da SRFB revelam mais de 3,8 milhões de MEIs em março de 2014, sendo quase 1 milhão deles na faixa etária de 16 a 30 anos. O forte crescimento do número de trabalhadores jovens dessa categoria cobertos pela previdência indica efeito positivo da legislação que instituiu a figura do MEI.

A última categoria ocupacional analisada foi a dos empregados sem carteira de trabalho assinada. Tal tipo de relação de trabalho é uma impossibilidade legal, mas, na prática, é a realidade de muitos trabalhadores no país. Essa categoria é a de mais complicada análise, pois pode ser formalizada via crescimento do emprego com carteira ou via contribuição individual à previdência social, caso em que pode haver influência do Plano Simplificado. O fato é que a participação dos sem carteira entre os cobertos da PEA, nas duas faixas etárias de jovens, cresce fortemente de 2003 a 2009. De 2009 para 2011, há grande queda. Nesses mesmos períodos observou-se crescimento da participação dos empregos com carteira e de funcionários públicos e militares na PEA jovem, em paralelo à redução da taxa de participação da PEA jovem (tabela 1). Isso sugere que os jovens sem carteira preferem esperar por um emprego formal ou até mesmo deixar a PEA (principalmente os de 16 a 20 anos) a passarem a contribuir individualmente à previdência.

Em suma, com relação ao papel das políticas de incentivo à ampliação da cobertura previdenciária, há indícios de efeitos positivos para os domésticos sem carteira e, principalmente, entre trabalhadores por conta própria que puderam se formalizar e se tornar MEIs.

De modo geral, no entanto, conforme o resultado presente em Ipea (2014), grande parte da ampliação da cobertura previdenciária advém do

aumento do emprego com carteira, que é efeito direto do crescimento econômico observado no período analisado. Esse resultado não é demérito para as políticas de inclusão, pois estas visam àqueles trabalhadores que, mesmo com o crescimento do mercado de trabalho formal, ainda encontram dificuldades em se posicionar e podem ter como alternativa a contribuição via Plano Simplificado ou enquanto MEI.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. S. de C. Trabalho feminino e desvantagem social: diferenciais de raça/cor no emprego doméstico. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004.
- ANSILIERO, G. Censo 2010: um panorama da proteção previdenciária no Brasil. **Informe de previdência social**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2012.
- BARBIERI, C. V.; ANSILIERO, G. Trabalho doméstico e previdência social: perfil da desproteção social. **Informe de Previdência Social**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2011.
- DANTAS, E. de A.; BARBOSA, E. D.; FERREIRA, A. F. Medidas de inclusão previdenciária no Brasil. **Informe de previdência social**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2012.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, n. 20: capítulo de Previdência Social. Brasília: Ipea, 2012.
- _____. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, n. 22: capítulo de Previdência Social. Brasília: Ipea, 2014.
- PINHEIRO, L.; GONZALEZ, R.; FONTOURA, N. **Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2012. (Nota Técnica, n. 10).
- RANGEL, L. A.; PASINATO, M. T. de M.; MENDONÇA, J. L. de O. Aspectos previdenciários da inserção de jovens no mercado de trabalho nas últimas duas décadas. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.
- THEODORO, M. I. A.; SCORZAFAVE, L. G. Impacto da redução dos encargos trabalhistas sobre a formalização das empregadas domésticas. **Revista brasileira de economia**, v. 65, n. 1, p. 93-109, 2011.

A MIGRAÇÃO INTERNA DOS JOVENS COMO ALTERNATIVA PARA MELHORAR SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DOS CENSOS DE 2000 E 2010

Herton Ellery Araújo*
Rosana Ulhôa Botelho**
Ana Luiza Codes***
Agnes França Serrano****
Larissa de Moraes Pinto*****

SINOPSE

O capítulo focaliza a situação de jovens de 23 a 29 anos em dois períodos censitários (2000 e 2010), comparando migrantes com não migrantes em termos de escolaridade, taxa de ocupação e qualidade do posto de trabalho. Investiga, a partir de cruzamentos entre indicadores referentes às dimensões consideradas, se a migração no período em tela resultou em melhor inserção no mercado de trabalho para os dois grupos considerados em distintas regiões do país.

1 INTRODUÇÃO

Indicadores provenientes dos censos e de pesquisas regulares, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fornecem bases empíricas consistentes ao debate acerca das oportunidades oferecidas à juventude brasileira. Versões otimistas alimentam-se das evidências de ampliação do emprego de jovens, enquanto as pessimistas encontram apoio no contingente expressivo dos

* Técnico de Planejamento e Pesquisa e coordenador do Núcleo de Informações Sociais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail:* <herton.araujo@ipea.gov.br>.

** Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNDP) na Disoc do Ipea. *E-mail:* <rosana.botelho@ipea.gov.br>.

*** Especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), lotada no Ipea. *E-mail:* <ana.codes@ipea.gov.br>.

**** Pesquisadora do PNPD na Disoc do Ipea. *E-mail:* <agnes.serrano@ipea.gov.br>.

***** Pesquisadora do PNPD na Disoc do Ipea. *E-mail:* <larissa.pinto@ipea.gov.br>.

que não estavam frequentando o ensino regular nem trabalhando na ocasião dos levantamentos censitários. Para além de polarizações esquemáticas e redutoras da complexidade do mundo real, está o desafio de pensar as novas questões que se colocam a partir dessas evidências e de levar adiante uma verdadeira agenda de pesquisa sobre as condições do trabalho juvenil no Brasil de hoje.

Este capítulo é guiado pela indagação acerca da migração de jovens como alternativa para uma melhor inserção no mercado de trabalho. O foco recaiu sobre a população de 23 a 29 anos, dividida entre migrantes e não migrantes. Como migrantes foram considerados aqueles indivíduos que moravam em um município diferente daquele onde residiam exatos cinco anos antes da data de referência dos censos.¹ A escolha do grupo etário garante que o jovem migrou após 18 anos de idade.

Foram analisadas duas dimensões: a escolaridade e a qualidade do posto de trabalho, aferidos a partir de indicadores dos Censos de 2000 e 2010 do IBGE. E, em face do objetivo proposto, optou-se por focalizar apenas o grupo de jovens ocupados na semana de referência do censo e que tenham recebido renda do trabalho.

Tendo como referência o contexto das políticas públicas educacionais levadas a efeito da década anterior à atual, a comparação da situação de escolaridade em dois momentos censitários permite observar a repercussão das políticas de ampliação do acesso ao ensino superior em termos de ampliação do acesso a melhores postos de trabalho.

2 ESCOLHAS METODOLÓGICAS

No que diz respeito à educação, partiu-se da elaboração de um índice capaz de comparar a situação de jovens migrantes e não migrantes em três níveis de escolaridade. O quadro 1 mostra os indicadores considerados na composição do nível de escolaridade e, conseqüentemente, do índice obtido a partir daí, indicado na tabela 1.

1. Note-se que o não migrante, nos termos aqui considerados, pode ter feito movimentos migratórios dentro desse intervalo de cinco anos. Contudo, a definição utilizada neste capítulo considera-o na mesma categoria dos não migrantes.

QUADRO 1
Classificação da escolaridade do jovem de 23 a 29 anos

| Nível | Definição |
|-------|---|
| Baixo | Não está na escola e não concluiu o ensino médio |
| Médio | Está na escola aquém do ensino superior ou não está na escola e concluiu o ensino médio |
| Alto | Está no ensino superior ou concluiu o ensino superior |

Elaboração dos autores.

TABELA 1
Proporção de jovens de 23 a 29 anos de acordo com a escolaridade
(2000 e 2010)
(Em %)

| Nível/ano | 2000 | 2010 |
|-----------|------|------|
| Baixo | 55,6 | 36,0 |
| Médio | 32,7 | 38,4 |
| Alto | 11,7 | 25,6 |

Elaboração dos autores.

Tais indicadores permitem captar a inclusão do jovem na faixa de 23 a 29 anos na educação superior, dialogando, portanto, com a política de expansão das matrículas neste nível de ensino. Ressalte-se ainda que foi levada em conta a expectativa – cuja eficácia está sendo examinada nesta pesquisa – de que a educação superior seja fator de ampliação de oportunidades.

Para o cálculo do índice de grau de escolaridade (IGE), a fórmula adotada foi $IGE = (\% \text{ de alta escolaridade} \times 10) + (\% \text{ de média escolaridade} \times 5) + (\% \text{ de baixa escolaridade} \times 0)$. Para cada grupo analisado, esse índice tem valor entre zero e dez. Quanto mais próximo de zero, menor o grau de escolaridade do grupo de jovens, e quando se aproxima de dez, maior grau de escolaridade apresenta o coletivo de jovens.

Relativamente à aferição das diferenças em termos de postos de trabalho, a escolha recaiu sobre dois tipos de indicadores: um para medir aspectos quantitativos (a taxa de ocupação) e outro para captar dimensões da qualidade do posto (a formalidade e a renda). No que se refere à formalidade, optou-se por agrupar os empregados com carteira assinada, os estatutários, os militares e os empregadores. Por sua vez, consideraram-se na informalidade os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria.

Como o corte da renda já discrimina um aspecto essencial da qualidade do posto de trabalho, foi possível colocar os empregadores entre os formais (ainda que haja empregadores que vivam em situações de informalidade) e os trabalhadores por conta própria entre os informais (mesmo que a categoria dos trabalhadores por conta própria inclua os contribuintes avulsos e, no caso da agricultura familiar, o segurado especial), conforme indicado no quadro 2. A tabela 2 mostra os resultados, no nível nacional, para os anos 2000 e 2010.

QUADRO 2

Classificação da qualidade da inserção do jovem de 23 a 29 anos no mercado de trabalho

| Nível | Definição |
|-------|--|
| Baixo | Ganha menos de 1 salário mínimo (SM) de 2010 ou ganha entre 1 e 2 SMs inclusive, mas está na informalidade (por conta própria ou sem carteira de trabalho assinada) |
| Médio | Ganha entre 1 e 2 SMs (inclusive) e é formalizado (é empregador ou tem carteira assinada ou é estatutário ou militar); ou é informal mas ganha mais de 2 até 4 SMs (inclusive) |
| Alto | Formal que ganha de 2 a 4 SMs ou ganha mais de 4 SMs mensais |

Elaboração dos autores.

TABELA 2

Proporção de jovens de 23 a 29 anos de acordo com a qualidade de inserção no mercado de trabalho (2000 e 2010) (Em %)

| Nível/ano | 2000 | 2010 |
|-----------|------|------|
| Baixo | 52,7 | 31,6 |
| Médio | 28,0 | 46,7 |
| Alto | 19,3 | 21,7 |

Elaboração dos autores.

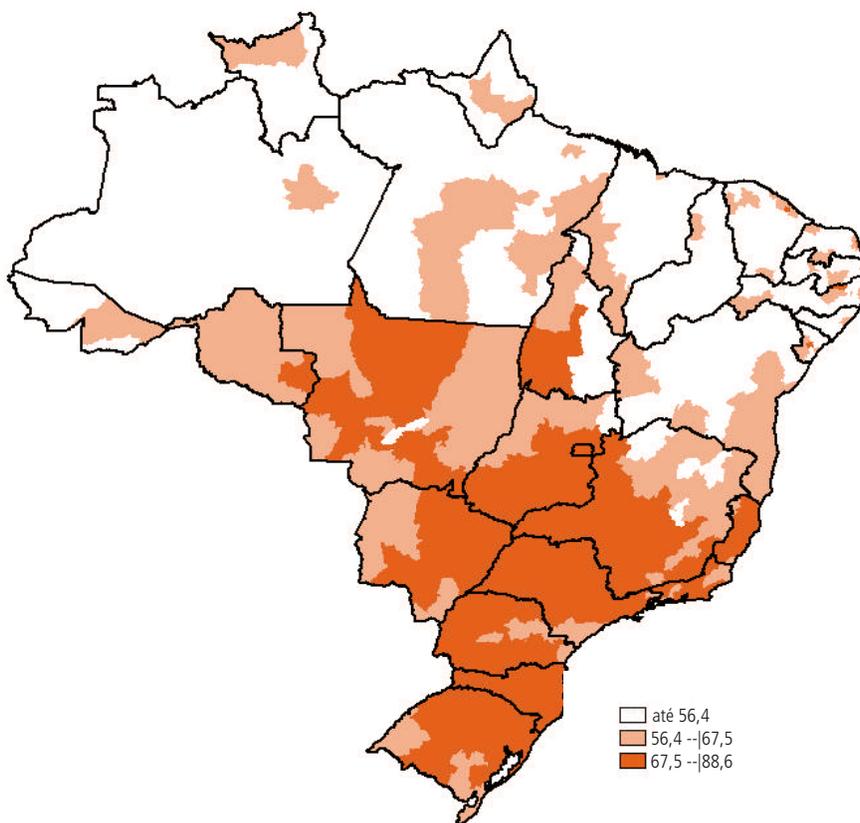
A fórmula para aferir o índice de qualidade do posto de trabalho (IQP) é: $IQP = (\% \text{ de alta qualidade do posto} \times 10) + (\% \text{ de média qualidade do posto} \times 5) + (\% \text{ de baixa qualidade do posto} \times 0)$. Semelhantemente ao que ocorre com o IGE, quanto mais próximo de 10 for o IQP, melhor a inserção deste grupo no mercado de trabalho. Para o estabelecimento das distinções entre os fluxos migratórios e as oportunidades obtidas na origem e no destino, as grandes regiões do país funcionaram como referência a partir das quais se procurou enxergar processos situados em âmbito mais localizado.

Ocorre que as grandes regiões brasileiras não são homogêneas e, nelas, as oportunidades se distribuem de forma desigual, conforme os mapas 1, 2 e 3 permitem visualizar. As microrregiões em branco são as 186 (um terço do total) que possuíam os piores indicadores, em 2010; as que estão hachuradas com laranja claro têm melhores indicadores que aquelas 186, mas ainda abaixo da média nacional; as pintadas de laranja escuro estão acima dessa média.

MAPA 1

Taxa de ocupação dos jovens de 23 a 29 anos (2010)

(Por microrregiões)

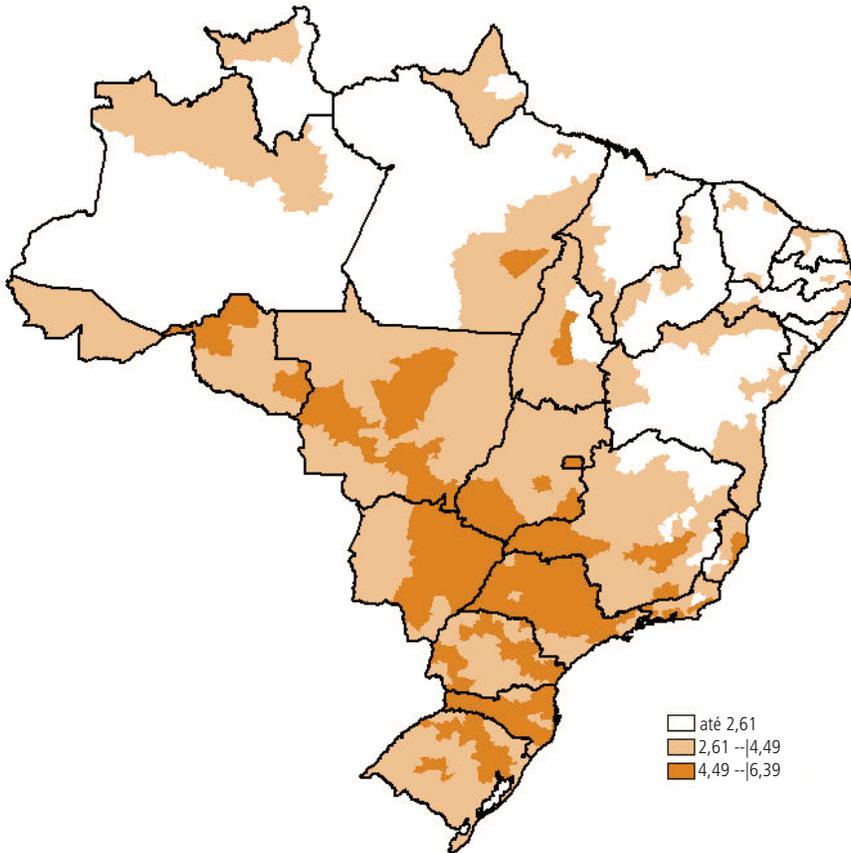


Fonte: Censo Demográfico de 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

Imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

MAPA 2
IQP dos jovens de 23 a 29 anos (2010)
 (Por microrregiões)



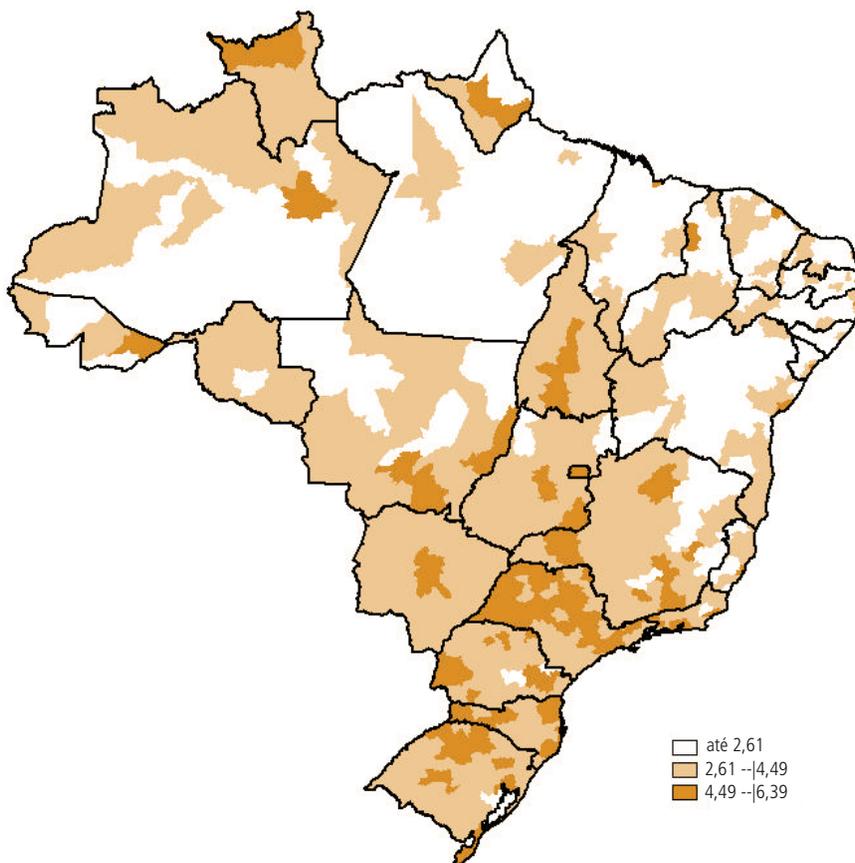
Fonte: Censo Demográfico de 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

Imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

Para quaisquer indicadores selecionados, fica claro que os piores estão mais relacionados às regiões Norte e Nordeste do país, enquanto as outras regiões apresentam melhores situações relativas. A escolha das macrorregiões como forma de apresentação dos dados se deve à facilidade de compreensão, mas também ao tamanho da amostra, pois o fenômeno da migração nos últimos cinco anos é relativamente rarefeito, embora maior entre os jovens.

MAPA 3
IGE dos jovens de 23 a 29 anos (2010)
(Por microrregiões)



Fonte: Censo Demográfico de 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

Imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

3 MIGRAÇÃO DE JOVENS NO BRASIL E SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Nos dois períodos censitários, é possível observar que a população de jovens de 23 a 29 anos que migrou não chega a 15% da população que se encontrava nessa faixa etária. O percentual alcançado em 2000 foi de 13,4% da população jovem e, em 2010, de 14,6%, flutuação que, dada a magnitude da população migrante, é substantiva. Trata-se, em 2000, de um

montante de 1.644.743 jovens e, em 2010, de 2.354.478. Para que o leitor tenha um contraponto, o percentual de migrantes entre os adultos de 43 a 49 anos era de 7,3% em 2010, a metade daquele dos jovens (tabela 3).

TABELA 3
IGE, IQP, taxa de ocupação e população jovem ocupada (2000 e 2010)

| Categorias | IGE de 2000 | IGE de 2010 | IQP de 2000 | IQP de 2010 | Taxa de ocupação de 2000 (%) | Taxa de ocupação de 2010 (%) | População de 2000 | População de 2010 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------------------|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Jovens 23 a 29 anos | 2,8 | 4,5 | 3,3 | 4,5 | 62,1 | 67,6 | 12.245.046 | 16.113.822 |
| Migrantes | 2,6 | 4,4 | 3,6 | 4,9 | 62,2 | 70,1 | 1.644.743 | 2.354.478 |
| Não migrantes | 2,8 | 4,5 | 3,3 | 4,4 | 62,1 | 67,2 | 10.600.303 | 13.759.344 |

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

O que se nota, numa primeira aproximação aos dados, é que em 2000 não houve distinção significativa da taxa de ocupação entre migrantes e não migrantes. Já em 2010, a situação se modifica. Não apenas a taxa geral de ocupação dos jovens aumentou, como é possível observar que os migrantes obtiveram uma taxa maior do que os que não migraram, a saber: 70,1% contra 67,2%. Por sua vez, a qualidade do posto de trabalho dos jovens se elevou no Brasil no transcurso da década considerada, e os migrantes, nos dois períodos, apresentaram melhor inserção no mercado de trabalho.

Ressalta-se que, neste espaço de dez anos, houve uma melhora no nível educacional tanto de migrantes como de não migrantes. Entretanto, nos dois períodos analisados, o jovem não migrante apresenta maior escolaridade do que aqueles que optaram por migrar.

Em suma, o jovem migrante, apesar de apresentar menor escolaridade, se inseriu mais e melhor no mercado de trabalho do que os que optaram por não migrar. Nestes aspectos, é evidente que a migração constituiu uma boa opção. Entretanto, existe na literatura sobre migração a ideia da seletividade positiva, que coloca ênfase antes no sujeito que nas circunstâncias da migração. Segundo esta linha, os migrantes constituem um grupo positivamente selecionado da população que, em média, possui melhores características não observáveis que o grupo dos não migrantes: são sujeitos mais aptos, mais ambiciosos, agressivos, motivados e empreendedores do que aqueles

que permanecem em seus locais de origem (Santos Júnior, 2002). Nesta pesquisa, optou-se por analisar não os aspectos relacionados à subjetividade de migrantes e não migrantes, mas as diferenças de oportunidade que cada região brasileira lhes apresenta. Como as oportunidades em cada região são distintas, vale a pena, nesse voo panorâmico, analisá-las.

3.1 Diferenças regionais entre os jovens migrantes e os não migrantes

As análises que se seguem estão baseadas na tabela A.1 do apêndice. A taxa de ocupação média brasileira entre os jovens não migrantes, que formam os grupos de controle, é menor no Norte e no Nordeste, e se situa acima da média nacional nas demais regiões, onde as oportunidades de inserção são maiores, especialmente na região Sul. Em 2000, o Sudeste oferecia maiores oportunidades de trabalho para os jovens (IQP igual a 4,2). Em 2010, o Sul veio a se igualar ao Sudeste, o qual estava aquém, em termos de qualidade do posto de trabalho (IQP em 2000 igual a 3,8 e IQP em 2010 igual a 5,1), e, naquele mesmo período, as outras regiões também se dinamizaram nesse sentido.

Para cada região do país, podem-se dividir três grupos de migrantes: os que entraram na região; os que mudaram de município dentro da mesma região; e os que saíram da região. Observar os três indicadores construídos para cada um desses grupos pode trazer luz sobre a dinâmica educacional e de inserção no mercado de trabalho dos jovens brasileiros.

3.1.1 Jovens migrantes relacionados à região Norte

Entre os jovens que resolveram ir para a região Norte brasileira, entre 2005 e 2010, os oriundos do Nordeste e do Centro-Oeste, os dois maiores fluxos de entrada no Norte (cerca de 32 mil jovens), apresentaram menor taxa de ocupação do que a dos migrantes em geral. Mesmo assim, estes jovens obtiveram uma melhor inserção no mercado de trabalho do que os que ficaram na sua região de origem e também do que os não migrantes do próprio Norte. Os provenientes do Nordeste apresentaram menor escolaridade, e os do Centro-Oeste eram mais escolarizados. Os imigrantes do Norte provenientes do Sudeste e do Sul (11 mil jovens), por sua vez, apresentaram taxas de ocupação muito elevadas para os padrões daquela região, além das maiores qualidades de inserção de todos os grupos analisados (IQP igual a 7,3 e 7,0, respectivamente) e dos maiores graus de escolaridade

(IGE 7,0 e 6,6). Pode-se perguntar se as empresas dos grandes projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na região Norte estariam recrutando mão de obra especializada nas regiões mais prósperas do país.

O grupo de jovens que mudou de município dentro da própria região (147 mil) também ampliou sua chance de inserção. Sua taxa de ocupação foi superior à dos que não migraram (60,4% contra 56,6%, em 2010) e, embora apresentassem escolaridade inferior (3,6 contra 3,9), eles conseguiram melhor inserção. Estes jovens talvez sejam provenientes de municípios pequenos em direção aos maiores.

Com relação aos jovens que saíram da região (31,4 mil), o destino predominante foi o Centro-Oeste (14 mil), sendo a escolaridade deles menor do que a dos não migrantes. Os emigrantes para todas as outras três regiões, inclusive o Nordeste, apresentaram maior escolaridade do que os que ficaram. No caso dos que foram para o Nordeste, a taxa de ocupação ficou aquém dos que não emigraram. O que chama atenção no caso dos emigrantes da região Norte é que todos obtiveram uma melhoria da qualidade do posto de trabalho maior do que os que ficaram. A região Sul foi a que menos absorveu esses jovens (2,6 mil). Este último grupo pequeno de jovens, no entanto, foi o que obteve a maior taxa de ocupação, cuja qualidade do posto foi superior à dos não migrantes, o mesmo se verificando em relação à educação.

A região Norte ocupou mais jovens vindos de outras regiões do Brasil do que o resto do Brasil absorveu jovens saídos do Norte. Esse saldo foi de 11,7 mil jovens. A exceção foi a região Centro-Oeste, que ocupou, em 2010, 14 mil jovens provenientes do Norte, enquanto este ocupou apenas 9,4 mil vindos do Centro-Oeste. Com exceção do Nordeste, todas as outras regiões enviaram jovens mais escolarizados para o Norte do que o fluxo inverso. Este pode ser um sinal de que a escolaridade dos jovens na região está aquém da necessidade do seu mercado de trabalho.

3.1.2 Jovens migrantes relacionados à região Nordeste

Ressalta-se, primeiramente, que todos os jovens que resolveram migrar para o Nordeste brasileiro, entre 2005 e 2010, apresentaram uma taxa de ocupação aquém da taxa dos migrantes brasileiros, em geral. Contudo, comparando esta mesma taxa com a dos não migrantes do Nordeste, que

mostra a dinâmica do mercado de trabalho regional, nota-se que os oriundos do centro-sul do país (Sudeste, Sul e Centro-Oeste) obtiveram maiores taxas de ocupação. No que diz respeito à qualidade do posto, percebe-se que ela se ampliou, inclusive para os provenientes do Norte. A escolaridade dos jovens que afluíram para o Nordeste foi maior do que a dos que permaneceram lá, principalmente os que saíram do Sul. Tais resultados permitem indagar se os oriundos do Sul estariam sendo atraídos mais intensamente por exigência de especialização não encontrada entre os nativos. E quanto aos oriundos das outras regiões, pode-se perguntar se o fenômeno estaria mais relacionado a uma migração de retorno após a ampliação da escolaridade.

Destaca-se que a migração intrarregional também constituiu um fenômeno populacional significativo, caracterizando-se como o segundo maior entre as macrorregiões do país. Mesmo esta migração é analisada como vantajosa, em especial no que se refere à viabilização de melhoria da inserção dos jovens no mercado de trabalho, considerando que aqueles que optaram por migrar apresentaram IQP superior ao dos que se mantiveram em seu local de origem. Semelhantemente, e apesar de o IGE entre os que se deslocaram e os que se mantiveram fixos ter variado apenas 0,1 em 2010, a elevação de 4,6 pontos percentuais (p.p.) da taxa de ocupação dos migrantes no mesmo período evidencia que, intrarregionalmente, a migração mostrou-se benéfica. Mas, ao contrário do fluxo intrarregional do Norte, no Nordeste os migrantes são mais escolarizados do que os não migrantes da região.

O grupo de jovens que emigrou do Nordeste brasileiro (252.726 pessoas), por sua vez, caracterizou-se por apresentar os indivíduos com os menores IGEs do país. Merece especial atenção o fato de que, apesar da baixa escolaridade, eles conseguiram se inserir melhor no mercado de trabalho das demais regiões brasileiras do que aqueles que permaneceram no Nordeste. Esta constatação se evidencia por meio de dois aspectos: o IQP maior dos emigrantes, bem como suas elevadas taxas de ocupação, em especial daqueles que se dirigiram ao centro-sul do país.

Nota-se, ainda, que o principal destino dos migrantes oriundos do Nordeste foi o Sudeste, o que configura, em ambos os censos demográficos, o maior fluxo inter-regional de jovens brasileiros. Para o grupo que compõe o fluxo de 2010, percebe-se a ocorrência de uma elevação expressiva de 9 p.p. na taxa de ocupação, relativa à de 2000, resultando, inclusive, em uma taxa de

ocupação superior à nacional da população jovem migrante. Esta elevação foi acompanhada do crescimento tanto do IGE (que passou de 1,4, em 2000, para 2,4, no decênio seguinte), quanto do IQP (de 3,4 para 4,6, em 2010).

3.1.3 Jovens migrantes relacionados à região Sudeste

O Sudeste se caracterizou como o principal destino dos jovens migrantes de outras três macrorregiões brasileiras: Nordeste, Sul e Centro-Oeste. A taxa de ocupação dos que se deslocaram territorialmente nestes sentidos se mostrou superior à nacional migrante (73,5%, 73,2% e 74,5%, respectivamente, contra 70,1%). Os oriundos da região Norte, por sua vez, apresentaram taxa de ocupação muito inferior àquela que se notou para os migrantes em geral: 64,0%. Para todos os casos, entretanto, a inserção no mercado de trabalho foi consideravelmente maior do que a apresentada por aqueles que optaram por não sair de suas regiões, ainda que a escolaridade destes últimos tenha se mostrado melhor, como no caso dos migrantes e não migrantes do Nordeste. No total, o Sudeste ocupou 215.909 jovens oriundos das demais regiões brasileiras, entre 2005 e 2010.

Observa-se que o fluxo migratório intrarregional do Sudeste foi o mais expressivo do território brasileiro. Tendo se fortalecido entre 2000 e 2010, apresentou crescimento de mais de 45%, passando a reunir um grupo de 758.144 indivíduos. Além disso, a troca municipal dentro do próprio Sudeste também configurou melhorias quanto à inserção no mercado de trabalho, haja vista que o IQP destes migrantes foi superior ao daqueles que não se deslocaram: 5,5 contra 5,1. Semelhantemente, também foi maior para o primeiro grupo tanto a taxa de ocupação (73%) quanto o IGE (igual a 5). Como observado no Nordeste, os migrantes da região Sudeste apresentaram escolaridade maior do que os não migrantes.

Também aqueles que saíram do Sudeste para as demais regiões obtiveram sucesso, no que se refere à inserção no mercado de trabalho, considerando a elevação do IQP deste grupo em relação ao daqueles que não migraram, à exceção dos que se dirigiram para o Nordeste do país. Chama atenção o fato de que, para estes últimos, o IQP se mostrou, inclusive, inferior ao dos migrantes nacionais, em geral (3,9 contra 4,9).

Ainda com relação aos jovens emigrantes do Sudeste (97.934 ocupados), destaca-se que a maior taxa de ocupação identificada foi a do grupo que se dirigiu para o Sul do país (76,7%), considerada também a mais expressiva dentre os fluxos inter-regionais. Entretanto, a inserção no mercado de trabalho ocorreu com mais relevância para os indivíduos que migraram para a região Norte, os quais apresentaram o maior IQP do último período analisado. Foi este mesmo grupo, inclusive, que apresentou também o maior grau de escolaridade de todos os fluxos migratórios analisados na presente pesquisa.

3.1.4 Jovens migrantes relacionados à região Sul

A região Sul ocupou, predominantemente, os jovens do Sudeste. Enquanto a soma dos imigrantes das demais regiões que chegaram ao Sul perfaz um total de 20.353 jovens, aqueles provenientes do Sudeste chegaram a 29.775, no período de 2005 a 2010. Já o segundo maior fluxo de imigrantes, formado pelos que saíram do Nordeste, situa-se bem abaixo: 9.947 jovens. O contraste entre esses dois fluxos principais reside no IGE: enquanto os jovens que saíram do Nordeste estavam com o IGE abaixo da média nacional (3,6), os jovens provenientes do Sudeste obtiveram o IGE 5,7, superior à média nacional. Apesar disso, a taxa de ocupação obtida no Sul pelos jovens que saíram dessas duas regiões é muito próxima: 76,5% para os provenientes do Nordeste e 76,7% para os do Sudeste – cifras suplantadas apenas pela taxa de ocupação dos jovens não migrantes da própria região Sul (78,5%) e dos migrantes internos a ela mesma (78,9%). Ou seja, a diferença em termos de índice educacional não resultou em diferença na taxa de ocupação.

Do ponto de vista da taxa de ocupação, ressalta-se que os jovens que efetuaram migrações entre municípios sulistas obtiveram a melhor posição entre todos, até mesmo relativamente aos não migrantes do Sul. É digno de nota, também, que o IGE dos migrantes intrarregionais no sul do país, em 2010, esteve acima da média nacional e acima do índice obtido pelos não migrantes na região, o mesmo ocorrendo com o IQP.

Quando se observam os índices a partir dos fluxos de saída da região Sul para as demais, a situação é a seguinte: o IGE é superior ao dos não migrantes sulinos e, também, ao dos que efetuaram migração interna à região. Na verdade, são índices superiores aos demais obtidos para todos os fluxos examinados, exceto o IGE dos que migraram do Sudeste para o

Norte em 2010, que foi de 7,0, superior a todos. Situação equivalente ocorre também quanto ao IQP dos fluxos de saída do Sul. Se migrar para o Sul constituiu uma alternativa para os jovens provenientes das demais regiões do país, o movimento contrário – a emigração a partir dela – se deu num vetor superior ao regional, em termos dos índices de escolaridade e dos índices de qualidade do posto de trabalho. A taxa de ocupação dos que saíram ficou aquém da taxa dos que ficaram, sejam eles migrantes intrarregionais ou não migrantes; contudo, ela superou a das regiões de destino.

3.1.5 Jovens migrantes relacionados à região Centro-Oeste

Os dois maiores fluxos de imigrantes para a região Centro-Oeste, em 2010, foram provenientes do Nordeste (51.055 jovens) e do Sudeste (27.821 jovens). A taxa de ocupação dos imigrantes nordestinos no Centro-Oeste foi da ordem de 75,6%, superior à obtida pelos imigrantes provenientes do Sudeste, que foi de 74,6%. Ambas são superiores às obtidas pelos não migrantes nas respectivas regiões de procedência (56% e 72,8%), sendo também superiores à média nacional dos migrantes (70,1%) e dos não migrantes (67,2%). Portanto, a migração para o Centro-Oeste resultou em ampliação da ocupação.

No que diz respeito ao IGE, os imigrantes provenientes do Nordeste possuíam grau educacional bem inferior à média nacional (2,9 contra 4,5) e aos não migrantes desta região. Já a qualidade do posto de trabalho foi equivalente à média nacional (4,5) e superior ao IQP dos não migrantes nordestinos. Assim, a saída do Nordeste para o Centro-Oeste constituiu alternativa para os imigrantes de baixa escolaridade, com ampliação da taxa de ocupação e da qualidade do posto de trabalho.

Os imigrantes provenientes do Sudeste obtiveram no Centro-Oeste uma taxa de ocupação inferior à obtida pelos imigrantes nordestinos, apesar de o IGE destes últimos ser bastante inferior (2,9 contra 6,2 dos provenientes do Sudeste). Mesmo com a taxa de ocupação inferior, a qualidade do posto de trabalho dos jovens provenientes do Sudeste foi superior à dos imigrantes nordestinos: 6,3 contra 4,5. Apesar dessa peculiaridade, os dois fluxos ampliaram, em relação aos não migrantes das respectivas regiões de proveniência, a qualidade do posto de trabalho.

A migração intrarregional no Centro-Oeste do país não apresentou o mesmo desempenho dos fluxos internos à região Sul, mas significou a obtenção de uma taxa de ocupação superior à média nacional e à média dos jovens migrantes brasileiros, e também relativamente aos que emigraram do Centro-Oeste para o Norte, o Nordeste e o Sudeste. Sua taxa ficou próxima à taxa de ocupação dos não migrantes da região (72,1% contra 72,8%). Já o IGE dos migrantes intrarregionais ficou abaixo do IGE dos que saíram da região, exceto daqueles que foram para o Nordeste. O IQP foi superior à média nacional e ao IQP dos não migrantes da região, mas ficou abaixo do IQP dos que saíram da região, exceto, mais uma vez, dos que foram para o Nordeste. Trata-se de fenômeno semelhante ao identificado anteriormente na região Norte. Isto pode ser, também neste caso, um indicativo de migração de municípios populacionalmente pequenos para os maiores.

O maior fluxo de saída da região se dirigiu para o Sudeste: 15.358 jovens. O segundo maior fluxo, de 9.426 jovens, foi para o Norte. A taxa de ocupação dos migrantes que saíram do Centro-Oeste e foram para o Sudeste foi de 68,9%, superior à média nacional (67,6%) e inferior à média nacional dos migrantes (70,1%). Contudo o IQP foi de 5,9 – o maior de todos os que saíram do Centro-Oeste, além de superior à média nacional dos jovens migrantes. Quanto ao IGE, este também se situou acima da média nacional e da média dos migrantes.

4 RELAÇÕES ENTRE ESCOLARIDADE E QUALIDADE DO POSTO DE TRABALHO

É conhecida a correlação entre o grau de escolaridade e a qualidade do posto de trabalho nos seguintes termos: quanto maior o nível educacional de um indivíduo, maior a chance de ele obter um posto de trabalho.

Esta relação se dá por vários motivos. Do lado dos empregadores, pode-se observar que as empresas privadas dão preferência a pessoas com alta escolaridade para os cargos de direção, deixando os mais operacionais para pessoas com menores níveis educacionais; outro exemplo são os concursos públicos, que exigem nível superior para as vagas com melhores remunerações. De outro lado, sob a perspectiva do indivíduo, nota-se que os mais escolarizados tendem a não se contentar com um posto de baixa qualidade e criam seu próprio posto, utilizando seu conhecimento para alavancar recursos creditícios, por exemplo, e se tornar um trabalhador por conta própria ou mesmo empregador.

Quando se passa a focalizar o âmbito de um país, tem-se que as decisões que incentivam ganhos de escolaridade são relativamente independentes das decisões que condicionam a criação de postos de trabalho, ainda que se empreenda enorme esforço de articulação entre as políticas públicas de educação e as políticas macroeconômicas. No Brasil, o Ministério da Educação (MEC), atuando em diversos graus de articulação com outros atores nacionais e internacionais, é que capitaneia as políticas educacionais no país. Dependendo de seus encaminhamentos, ele pode influenciar muito no aumento da escolaridade dos jovens brasileiros, a exemplo do que ocorreu na década de 1990, quando se observou um grande incremento do acesso de crianças ao ensino fundamental, o que aumentou o IGE dos jovens nas décadas posteriores. Entretanto, os decisores nacionais sobre políticas econômicas, a exemplo do Ministério da Fazenda e de outros órgãos que atuam nesta área, podem influenciar o ambiente de negócios no país de maneira menos independente, já que essa área é tipicamente condicionada por complexas teias de decisões internacionais, as quais, por sua vez, modificam as decisões de investimento e, com isso, a criação de novos postos de trabalho.

Por isso, os dois indicadores construídos para este capítulo visam dimensionar essa correlação no transcurso de dois períodos censitários e estão ancorados na seguinte hipótese de trabalho. Imagine uma situação hipotética de uma economia com um número fixo de jovens em que todo jovem com baixa escolaridade ocupa um posto de baixa qualificação, os de média escolaridade os postos de média qualidade e os de alta ocupam os postos de alta. Nesta situação hipotética, $IGE = IQP$. Agora, imagine uma perturbação nessa economia, desencadeando um grande vulto de investimentos, mas os jovens continuam com a mesma escolaridade e as empresas precisam de mais mão de obra. Então oferecem alguns postos de alta qualidade para jovens com educação média, ou de média qualificação para jovens de baixa escolaridade. Neste caso $IGE < IQP$. A situação inversa, com um forte aumento da escolaridade dos jovens, mas nenhuma criação de postos de trabalho, tem como resultado que alguns jovens mais escolarizados passam a ter um posto menos qualificado, então $IGE > IQP$. Essas situações estão esquematicamente ilustradas a seguir.

Situação hipotética inicial: sejam dez jovens; com cinco de baixa escolaridade, três de média e dois de alta. Os cinco jovens de baixa escolaridade estão ocupados em postos de baixa qualidade, os três de média, em postos de média, e os dois de alta nos de alta qualidade.

| Qualidade posto Nível de escolaridade | Baixa | Média | Alta | |
|--|-------|-------|------|--|
| Baixa | 5 | | | IGE = (0,5 x 0) + (0,3 x 5) + (0,2 x 10) = 0 + 1,5 + 2,0 = 3,5 |
| Média | | 3 | | |
| Alta | | | 2 | |
| | | | | IQP = (0,5 x 0) + (0,3 x 5) + (0,2 x 10) = 0 + 1,5 + 2,0 = 3,5 |

Choque positivo na economia sem aumento de escolaridade: a economia cria mais dois postos de trabalho de média qualificação, mas não há jovens de média escolaridade para recrutar, então as empresas os oferecem aos jovens de baixa qualificação, que aceitam de pronto, pois sua situação vai melhorar. Há, então, três jovens com baixa escolaridade em postos de baixa qualificação, cinco jovens em postos de média qualificação, sendo dois com baixa escolaridade e três com média, e ainda os dois jovens com alta escolaridade nos postos de alta qualificação.

| Qualidade posto Nível de escolaridade | Baixa | Média | Alta | |
|--|-------|-------|------|--|
| Baixa | 3 → 2 | | | IGE = (0,5 x 0) + (0,3 x 5) + (0,2 x 10) = 0 + 1,5 + 2,0 = 3,5 |
| Média | | 3 | | |
| Alta | | | 2 | |
| | | | | IQP = (0,3 x 0) + (0,5 x 5) + (0,2 x 10) = 0 + 2,5 + 2,0 = 4,5 |

Aumento de escolaridade sem alteração nos postos de trabalho da economia: dos cinco jovens de baixa escolaridade, dois passaram a ter média escolaridade, mas a economia não cria postos de trabalho de média qualificação; então a situação fica: três jovens com baixa escolaridade em postos de baixa qualificação, dois jovens com média escolaridade em postos de baixa qualificação, três com média escolaridade em postos médios e os dois jovens com alta escolaridade nos postos de alta qualificação.

| Qualidade posto Nível de escolaridade | Baixa | Média | Alta | |
|--|--------|-------|------|--|
| Baixa | 3 ↓ | | | IGE = (0,3 x 0) + (0,5 x 5) + (0,2 x 10) = 0 + 2,5 + 2,0 = 4,5 |
| Média | 2 | 3 | | |
| Alta | | | 2 | |
| | | | | IQP = (0,5 x 0) + (0,3 x 5) + (0,2 x 10) = 0 + 1,5 + 2,0 = 3,5 |

O IQP pode ser considerado, então, como um prêmio à escolaridade daquela coletividade, quanto maior seu valor, de acordo com a sua escolaridade, com o IGE, maior o prêmio pago por esta. Como a escolaridade é relativamente rígida, em relação aos “humores” dos mercados, é razoável supor que quando o IGE aumenta em relação ao IQP, ou vice-versa, trata-se de uma possível mudança nas condições de mercado.

Obviamente que a vida real é mais complexa, ainda que uma correlação mais direta se apresente em situações de crise. Por exemplo, nos países da Europa em que os jovens são relativamente bem escolarizados, a crise desencadeada em 2008 fez o desemprego na zona do euro crescer muito, principalmente entre eles. Com isso, alguns jovens bem escolarizados vieram a aceitar postos relativamente piores. Situações assim fazem o IQP diminuir em relação ao IGE.

Olhe-se agora para dentro do Brasil. A relação entre o IGE e o IQP enseja a examiná-los também de forma combinada. A escolha metodológica deste capítulo para os níveis de escolaridade e de qualidade do posto de trabalho levou a que o IQP fosse igual ao IGE para os jovens do Brasil, em 2010. Essa é uma situação de base (equivalente à situação hipotética inicial), que se pode utilizar para comparar tanto a evolução no tempo como entre diferentes grupos de migrantes e não migrantes. Para facilitar a visualização, considere-se o seguinte indicador: $(IQP / IGE - 1)$, que mede o quanto IQP é maior do que IGE, em termos percentuais. Quando é igual a zero, então $IQP = IGE$; se maior que zero, $IQP > IGE$, “mercado aquecido”, ou seja, jovens de baixa escolaridade estão conseguindo postos melhores; e se menor que zero, então $IQP < IGE$, “mercado desaquecido”, ou os jovens não estão conseguindo um posto compatível com sua escolaridade.

Retomando os indicadores da tabela A.1, para os jovens brasileiros como um todo, pode-se dizer que a educação aumentou mais rapidamente do que o mercado foi capaz de criar postos de qualidade para absorver esse aumento de qualificação. Em 2000, o IQP era 19% maior do que o IGE e, em 2010, eles ficam empatados. Embora os jovens estivessem mais ocupados, em 2010, eles estavam em postos relativamente piores do que em 2000, relativamente à escolaridade. Para ilustrar esse ponto, calcularam-se as probabilidades de os jovens de diferentes escolaridades conseguirem os distintos postos de trabalho, como exposto nas tabelas 4 e 5.

TABELA 4

Brasil: probabilidade de um jovem ocupar postos de diferentes qualidades, por nível educacional (2000)

| Censo 2000 | Taxa de ocupação (%) | Ocupados | Posto ruim | Posto médio | Posto bom |
|----------------|----------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| Total | 62,1 | 12.245.046 | 6.453.893 | 3.431.469 | 2.359.683 |
| Baixa educação | 57,0 | 6.808.021 | 66,0% | 25,6% | 8,5% |
| Média educação | 67,5 | 4.009.406 | 43,4% | 33,4% | 23,2% |
| Alta educação | 77,6 | 1.427.618 | 15,8% | 24,6% | 59,7% |

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

TABELA 5

Brasil: probabilidade de um jovem ocupar postos de diferentes qualidades, por nível educacional (2010)

| Censo 2010 | Taxa de ocupação (%) | Ocupados | Posto ruim | Posto médio | Posto bom |
|----------------|----------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| Total | 67,6 | 16.113.822 | 5.096.394 | 7.519.592 | 3.497.836 |
| Baixa educação | 59,9 | 5.798.265 | 46,6% | 45,0% | 8,4% |
| Média educação | 69,1 | 6.180.532 | 28,7% | 55,2% | 16,1% |
| Alta educação | 79,6 | 4.135.024 | 15,0% | 36,3% | 48,7% |

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

Observa-se que, apesar do aumento do percentual de jovens ocupados, entre 2000 e 2010, houve uma diminuição na probabilidade de assumirem postos de alta qualidade, para cada nível educacional, principalmente entre os de médio nível educacional. Os postos de baixa qualidade também perderam importância entre os jovens, havendo, então, uma concentração maior nos postos de média qualidade.

Esse fenômeno se repete para todos os grupos de jovens emigrantes e não migrantes das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Para os emigrantes da região Norte, por sua vez, três destinos se tornaram mais atraentes, do ponto de vista do prêmio pago à escolaridade: o Nordeste, o Sul e o Centro-Oeste. Já a região Nordeste viu o prêmio pago pela escolaridade do jovem melhorar, tanto para os que decidiram não sair de lá, como para os que emigraram para o Norte, o Sul e o Centro-Oeste, com destaque para esta última região, pois aí o IQP ultrapassou em 27% o IGE, em 2000, e 55%, em 2010. No entanto, os jovens que decidiram sair do Nordeste para o Sudeste, embora possam ter sentido diminuir o prêmio pago por sua escolaridade, ainda tiveram o maior prêmio

de todo o país: de 143%, em 2000, passou para 90%, em 2010. Talvez seja esta a explicação do maior fluxo de jovens entre as regiões brasileiras (169.226 ocupados em 2010).

Olhar mais detidamente esse grande movimento ajuda a esclarecer o fenômeno migratório dos jovens brasileiros e suas buscas de inserção no mundo do trabalho.

4.1 A “estrada de ouro” entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil

Já se sabe que os jovens que saem do Nordeste em direção ao Sudeste recebem o maior prêmio à escolaridade. Cabe verificar se isso se distribui homogeneamente para os diferentes níveis de escolaridade.

A tabela 6 mostra que a chance de um jovem de baixa escolaridade que migrou do Nordeste para o Sudeste, entre 2005 e 2010, estar ocupando um posto de boa qualidade era, em 2010, 11,5%. Mas apenas 8,4% dos jovens de baixa escolaridade no Brasil conseguiam ganhar mais de 4 SMs, em 2010 (tabela 5). Todavia, enquanto quase metade (46,6%) dos jovens brasileiros com baixo nível educacional teve que se submeter a postos de baixa qualidade, apenas um quarto (25,7%) dos oriundos do Nordeste precisaram enfrentar essa situação no Sudeste.

TABELA 6

Brasil: probabilidade de um jovem que migrou do Nordeste para o Sudeste ocupar postos de diferentes qualidades, por nível educacional (2010)

| Censo 2010 | Taxa de ocupação (%) | Ocupados | Posto ruim | Posto médio | Posto bom |
|----------------|----------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Total | 73,5 | 169.226 | 38.372 | 105.028 | 25.825 |
| Baixa educação | 73,4 | 100.080 | 25,7% | 62,9% | 11,5% |
| Média educação | 73,8 | 55.820 | 20,1% | 66,4% | 13,5% |
| Alta educação | 73,2 | 13.325 | 11,0% | 37,8% | 51,2% |

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

Comparar esses números com seus colegas que resolveram permanecer no Nordeste torna sua opção ainda mais vantajosa. Vê-se, na tabela 7, que os de baixa escolaridade que trilharam a “estrada de ouro” se encontravam em melhor situação até mesmo do que os de média escolaridade que ficaram.

TABELA 7

Brasil: probabilidade de um jovem não migrante do Nordeste ocupar postos de diferentes qualidades, por nível educacional (2010)

| Censo 2010 | Taxa de ocupação (%) | Ocupados | Posto ruim | Posto médio | Posto bom |
|----------------|----------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|
| Total | 56,0 | 3.371.935 | 1.680.017 | 1.368.876 | 323.043 |
| Baixa educação | 48,5 | 1.407.277 | 65,9% | 31,8% | 2,3% |
| Média educação | 59,2 | 1.360.704 | 44,5% | 49,4% | 6,2% |
| Alta educação | 73,8 | 603.955 | 24,5% | 41,3% | 34,2% |

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

Mais impressionante ainda é o fato de que esses nordestinos de baixa escolaridade conseguem se inserir melhor no Sudeste do que os próprios nativos, isto é, os jovens não migrantes do Sudeste, conforme a tabela 8. O que determina esse desempenho? Seria uma capacidade maior de trabalho? Ou seria apenas uma dedicação maior, em horas, ao trabalho? Se esta última hipótese for a resposta, esses jovens podem estar comprometendo um tempo precioso no trabalho, em vez de dedicarem-se ao aumento de suas escolaridades, o que pode vir a afetar suas chances futuras de melhor inserção. Eis aqui um ponto que merece ser investigado.

TABELA 8

Brasil: probabilidade de um jovem não migrante do Sudeste ocupar postos de diferentes qualidades, por nível educacional (2010)

| Censo 2010 | Taxa de ocupação (%) | Ocupados | Posto ruim | Posto médio | Posto bom |
|----------------|----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Total | 72,8 | 6.238.035 | 1.487.218 | 3.146.561 | 1.604.256 |
| Baixa educação | 65,9 | 1.954.738 | 36,8% | 52,4% | 10,8% |
| Média educação | 73,5 | 2.491.856 | 21,8% | 59,1% | 19,2% |
| Alta educação | 81,3 | 1.791.442 | 12,5% | 36,3% | 51,1% |

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

Na sociedade brasileira, há muitos exemplos de nordestinos de baixa escolaridade que migram do Nordeste para o Sudeste e ganham notoriedade nacional. Um chegou a ser presidente da República (Lula), outro, o Rei do Baião (Luiz Gonzaga), só para citar dois casos. Seriam essas raras exceções, ou eles conseguem manter essas melhores inserções na vida adulta?

Ao olharem-se as mesmas informações para o fluxo de jovens do Nordeste para o Sul do país, vê-se que os de baixa escolaridade recebem tratamento ainda mais acolhedor ali do que no Sudeste. Mas como o fluxo ainda é muito pequeno, 9.947, entre 2005 e 2010, os autores preferem não o destacar aqui. Vale o alerta, pois pode estar pavimentando-se uma nova “estrada de ouro” para os nordestinos.

Cada linha da tabela A.1 do apêndice merece ser analisada. Entretanto, destacam-se aqui apenas as relações entre as regiões mais dinâmicas do país, Sul e Sudeste, pois houve mudanças muito significativas nos fluxos de jovens entre elas.

As tabelas 8 e 9 proporcionam uma visão comparada da pujança do mercado de trabalho para os jovens não migrantes de cada uma daquelas regiões. Apesar de a região Sul ter uma taxa de ocupação maior para todos os níveis educacionais, o Sudeste ainda oferecia melhores postos aos mais escolarizados, em 2010. Os de baixa e média escolaridade, no entanto, já apresentavam melhores inserções.

TABELA 9

Brasil: probabilidade de um jovem não migrante do Sul ocupar postos de diferentes qualidades, por nível educacional (2010)

| Censo 2010 | Taxa de ocupação (%) | Ocupados | Posto ruim | Posto médio | Posto bom |
|----------------|----------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|
| Total | 78,5 | 2.097.357 | 504.127 | 1.049.224 | 544.006 |
| Baixa educação | 72,2 | 742.921 | 35,9% | 51,8% | 12,3% |
| Média educação | 80,9 | 752.997 | 20,1% | 58,0% | 21,9% |
| Alta educação | 84,6 | 601.440 | 14,3% | 37,9% | 47,8% |

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

4.2 A competição por talentos entre as regiões mais dinâmicas do Brasil, o Sul e o Sudeste

Em 2000, o Sudeste ocupou mais jovens provenientes do Sul (27.469) do que o contrário (21.513). Naquele mesmo ano, a economia do Sudeste pagou um prêmio à escolaridade do jovem sulista de 63%, ou seja, o IQP deste grupo de jovens foi 63% maior do que seu IGE. Já os jovens do Sudeste que foram para o Sul tiveram um prêmio de 24%. Essa situação se inverte quando se observam estes fluxos entre 2005 e 2010. O Sudeste não consegue mais premiar

a escolaridade do sulista, mesmo com o aumento da taxa de ocupação destes jovens. O Sudeste perdeu poder atrativo entre os jovens do Sul (como para o resto do país, com exceção do Nordeste), pois, no período, apenas 23.819 jovens obtiveram ocupação no Sudeste (tabela 11). Por sua vez, a região Sul aumentou sua atratividade entre os jovens do Sudeste (e todo o resto do país, com destaque para o jovem nordestino), aumentando sua ocupação para 29.775 jovens provenientes de lá (tabela 10). O prêmio pela educação também diminuiu, mas ficou em 3%, melhor do que o zero que o Sudeste reservou aos sulistas.

TABELA 10

Brasil: probabilidade de um jovem que migrou do Sudeste para o Sul ocupar postos de diferentes qualidades (2010)
(Por nível educacional)

| Censo 2010 | Taxa de ocupação (%) | Ocupados | Posto ruim | Posto médio | Posto bom |
|----------------|----------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| Total | 76,7 | 29.775 | 5.646 | 12.934 | 11.194 |
| Baixa educação | 72,8 | 7.827 | 28,1% | 52,7% | 19,2% |
| Média educação | 77,9 | 9.689 | 18,1% | 56,8% | 25,1% |
| Alta educação | 78,4 | 12.259 | 13,8% | 26,9% | 59,2% |

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

TABELA 11

Brasil: probabilidade de um jovem que migrou do Sul para o Sudeste ocupar postos de diferentes qualidades (2010)
(Por nível educacional)

| Censo 2010 | Taxa de ocupação (%) | Ocupados | Posto ruim | Posto médio | Posto bom |
|----------------|----------------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| Total | 73,2 | 23.819 | 4.388 | 8.405 | 11.026 |
| Baixa educação | 70,8 | 5.510 | 30,7% | 48,8% | 20,5% |
| Média educação | 71,4 | 6.202 | 21,3% | 48,2% | 30,4% |
| Alta educação | 75,4 | 12.107 | 11,4% | 22,5% | 66,1% |

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

Como já visto, entre os não migrantes, os mais escolarizados no Sudeste se inseriram melhor do que no Sul. Isso ocorreu entre os migrantes também. Mesmo assim, a região Sul atraiu mais jovens bem escolarizados do Sudeste do que o contrário. É verdade que a diferença foi pequena, 12.259 contra 12.107, mas esse fato pode ser sintoma de um dinamismo econômico da

região Sul. Os saldos migratórios do Censo 2010 mostraram Santa Catarina com o terceiro maior saldo positivo do país, ficando atrás de São Paulo e Goiás.

Para ilustrar esse dinamismo econômico, considere a tabela 12, na qual foram ordenadas as microrregiões brasileiras pelo IQP, mostrando, onde os jovens estão mais bem inseridos no mercado. Das dez primeiras microrregiões, sete pertencem à região Sul e cinco delas estão em Santa Catarina. As outras três são de São Paulo, mas as duas primeiras são Blumenau e Joinville. Parece que Santa Catarina vive seus anos dourados nesse começo de milênio.

TABELA 12

Taxa de ocupação, IQP, IGE e população jovem (23 a 29 anos) total por microrregiões selecionadas (2010)

| Microrregiões | Taxa de ocupação (%) | IQP | IGE | Jovens |
|---------------|----------------------|-----|-----|-----------|
| Blumenau | 87,6 | 6,4 | 4,7 | 89.796 |
| Joinville | 84,7 | 6,4 | 5,3 | 111.247 |
| Jundiaí | 78,5 | 6,4 | 5,2 | 83.697 |
| Caxias do Sul | 85,3 | 6,3 | 5,3 | 101.931 |
| Campinas | 76,9 | 6,2 | 5,3 | 345.346 |
| Curitiba | 79,9 | 6,0 | 5,3 | 392.453 |
| Florianópolis | 81,4 | 6,0 | 5,7 | 122.271 |
| São Paulo | 74,6 | 5,9 | 5,7 | 1.805.540 |
| Criciúma | 82,0 | 5,9 | 4,9 | 47.607 |
| Itajaí | 81,9 | 5,8 | 4,7 | 74.725 |

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA AGENDA DE PESQUISA

A migração é, muitas vezes, uma aventura cheia de riscos, e a juventude constitui uma fase da vida em que decisões cruciais sobre formas de inserção na sociedade impelem à decisão de se arriscar, emigrando. Aqui se parte do pressuposto de que a inserção no mundo do trabalho é uma dimensão importante nessa empreitada e de que a escolaridade é um fator decisivo nesse processo.

Criaram-se, então, neste capítulo, indicadores capazes de medir, de forma simplificada, a qualidade da inserção no mercado de trabalho e o grau de escolaridade para diferentes grupos de jovens. Todo índice tem uma dose

de arbitrariedade, mas funciona como ferramenta de trabalho que pode ser aperfeiçoada no processo de sua utilização. Baseado nessas ferramentas, este trabalho fez inferências sobre o resultado da aventura migratória de diversos grupos de jovens pelo território nacional.

De fato, migrar revela-se como uma boa opção para o jovem. Confirmou-se também a já reconhecida tendência de que aqueles que possuem maiores níveis educacionais conquistam melhores postos de trabalho. Esta pesquisa agregou conhecimento ao tema, na medida em que jogou luz sobre os fluxos regionais, evidenciando singularidades e distinções de cada um deles. Com isso, é possível avançar em direção a novas trilhas de pesquisa.

A partir de questões sugeridas pela pergunta inicial que guiou a pesquisa, uma série de novas questões se coloca do decorrer do trabalho, fazendo emergir uma agenda de pesquisa sobre migração de jovens no Brasil. A relação entre escolaridade e posto de trabalho, por exemplo, examinada na escala das grandes regiões, apresentou peculiaridades que nos interpelam no sentido de focalizá-las na escala microrregional. O fluxo de jovens de maior escolaridade em direção à região Norte do país seria tributário do dinamismo dos projetos do PAC ou está associado a outros processos? Nesta região, os oriundos do Sul estariam sendo atraídos por exigências de especialização não encontrada entre os nativos?

A peculiaridade de alguns fluxos entre regiões instiga a pesquisa sobre a migração de retorno após a ampliação da escolaridade. O desempenho dos jovens migrantes nordestinos que ascendem a melhores postos de trabalho apesar da baixa escolaridade constitui outro aspecto a ser explorado mediante uma aproximação ao nível de alguns municípios. Ademais, a correlação entre baixa escolaridade e ampliação dos IQPs observada entre os jovens migrantes que saíram do Nordeste aponta para a necessidade de não perder de vista aspectos tais como o uso do tempo no trabalho em relação ao tempo gasto em outras atividades, captáveis pelos indicadores censitários. Para algumas dessas questões já se dispõe de indicadores, para outras, há um trabalho a ser feito em diálogo com a produção dos pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

SANTOS JÚNIOR, E. R. **Migração e seleção**: o caso do Brasil. Dissertação – Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, E.; RIBEIRO, D. R. S.; FREGUGLIA, R. S. **Migração de mão de obra qualificada e inovação**: um estudo por microrregiões brasileiras. 2012. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro>>.

DA MATA, D. *et al.* Migração, qualificação e desempenho das cidades brasileiras. *In*: CARVALHO, A. *et al.* (Org.). **Dinâmica dos municípios**. Brasília: Ipea, 2007. p. 289-322.

SOUZA, J.; PEÑALOZA, R. S. **Teoria dual das medidas de concentração**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/2005_04.pdf>.

STEINBERGER, M. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. *In*: _____. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15; LGE Editora, 2006. p. 29-82.

APÊNDICE A

TABELA A.1

IGE, IQP, taxa de ocupação e população jovem ocupada, por grupo de migrantes e não migrantes (2000 e 2010)
(Em %)

| Categorias/indicadores | IGE em 2000 | IGE em 2010 | IQP em 2000 | IQP em 2010 | IQP/IGE - 1 em 2000 | IQP/IGE - 1 em 2010 | Ocupação em 2000 (%) | Ocupação em 2010 (%) | Ocupados em 2000 | Ocupados em 2010 |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|------------------|------------------|
| Jovens brasileiros | 2,8 | 4,5 | 3,3 | 4,5 | 0,19 | 0,00 | 62,1 | 67,6 | 12.245,046 | 16.113,822 |
| Jovens migrantes | 2,6 | 4,4 | 3,6 | 4,9 | 0,37 | 0,11 | 62,2 | 70,1 | 1.644,743 | 2.354,478 |
| Jovens não migrantes | 2,8 | 4,5 | 3,3 | 4,4 | 0,16 | -0,01 | 62,1 | 67,2 | 10.600,303 | 13.759,344 |
| Não migrantes do Norte | 2,3 | 3,9 | 2,1 | 3,3 | -0,08 | -0,14 | 54,1 | 56,6 | 699,310 | 1.001,033 |
| NO-NO (migrante intrarregional) | 2,1 | 3,6 | 2,3 | 3,7 | 0,11 | 0,02 | 55,1 | 60,4 | 90,117 | 147,372 |
| NO-NE (Norte para Nordeste) | 2,7 | 4,2 | 2,4 | 4,1 | -0,09 | -0,03 | 54,2 | 54,4 | 7,087 | 7,190 |
| NO-SE (Norte para Sudeste) | 3,3 | 5,1 | 4,5 | 6,0 | 0,36 | 0,16 | 59,8 | 64,0 | 7,865 | 7,506 |
| NO-SU (Norte para Sul) | 3,7 | 4,7 | 4,0 | 5,7 | 0,09 | 0,23 | 58,7 | 73,4 | 1,905 | 2,648 |
| NO-CO (Norte para Centro-Oeste) | 2,1 | 3,6 | 2,6 | 4,5 | 0,23 | 0,24 | 63,2 | 67,3 | 12,198 | 14,013 |
| Não migrantes do Nordeste | 2,3 | 3,8 | 1,5 | 3,0 | -0,37 | -0,22 | 53,2 | 56,0 | 2.539,658 | 3.371,935 |
| NE-NO (Nordeste para Norte) | 2,0 | 3,5 | 2,5 | 4,3 | 0,20 | 0,21 | 60,1 | 66,8 | 19,330 | 22,498 |
| NE-NE (migrante intrarregional) | 2,2 | 3,9 | 1,8 | 3,5 | -0,17 | -0,11 | 54,6 | 60,6 | 249,619 | 405,052 |
| NE-SE (Nordeste para Sudeste) | 1,4 | 2,4 | 3,4 | 4,6 | 1,43 | 0,90 | 64,5 | 73,5 | 149,750 | 169,226 |
| NE-SU (Nordeste para Sul) | 2,8 | 3,6 | 4,1 | 5,2 | 0,45 | 0,47 | 67,0 | 76,5 | 4,246 | 9,947 |
| NE-CO (Nordeste para Centro-Oeste) | 2,0 | 2,9 | 2,6 | 4,5 | 0,27 | 0,55 | 66,4 | 75,6 | 32,679 | 51,055 |

(Continua)

(Continuação)

| Categorias/indicadores | IGE em 2000 | IGE em 2010 | IQP em 2000 | IQP em 2010 | IQP/IGE - 1 em 2000 | IQP/IGE - 1 em 2010 | Ocupação em 2000 (%) | Ocupação em 2010 (%) | Ocupados em 2000 | Ocupados em 2010 |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|------------------|------------------|
| Não migrantes do Sudeste | 3,1 | 4,9 | 4,2 | 5,1 | 0,34 | 0,05 | 66,5 | 72,8 | 4.950.295 | 6.238.035 |
| SE-NO (Sudeste para Norte) | 4,1 | 7,0 | 4,9 | 7,3 | 0,21 | 0,05 | 59,5 | 74,5 | 7.342 | 8.241 |
| SE-NE (Sudeste para Nordeste) | 2,1 | 4,3 | 2,1 | 3,9 | 0,01 | -0,11 | 51,8 | 58,8 | 42.602 | 32.097 |
| SE-SE (migrante intrarregional) | 3,0 | 5,0 | 4,4 | 5,5 | 0,48 | 0,11 | 64,4 | 73,0 | 521.329 | 758.144 |
| SE-SU (Sudeste para Sul) | 4,1 | 5,7 | 5,0 | 5,9 | 0,24 | 0,03 | 64,4 | 76,7 | 21.513 | 29.775 |
| SE-CO (Sudeste para Centro-Oeste) | 4,4 | 6,2 | 5,1 | 6,3 | 0,16 | 0,01 | 68,2 | 74,6 | 24.154 | 27.821 |
| Não migrantes do Sul | 2,9 | 4,7 | 3,8 | 5,1 | 0,29 | 0,09 | 68,1 | 78,5 | 1.622.120 | 2.097.357 |
| SU-NO (Sul para Norte) | 4,1 | 6,6 | 5,0 | 7,0 | 0,22 | 0,06 | 60,7 | 72,4 | 2.781 | 2.894 |
| SU-NE (Sul para Nordeste) | 4,0 | 6,7 | 4,5 | 6,3 | 0,13 | -0,06 | 64,1 | 65,4 | 3.219 | 3.531 |
| SU-SE (Sul para Sudeste) | 3,1 | 6,4 | 5,0 | 6,4 | 0,63 | 0,00 | 68,3 | 73,2 | 27.469 | 23.819 |
| SU-SU (migrante intrarregional) | 2,9 | 4,9 | 4,1 | 5,6 | 0,43 | 0,14 | 68,4 | 78,9 | 262.217 | 400.679 |
| SU-CO (Sul para Centro-Oeste) | 3,6 | 6,3 | 4,7 | 6,6 | 0,29 | 0,04 | 69,5 | 75,3 | 10.703 | 10.875 |
| Não migrantes do Centro-Oeste | 2,8 | 4,7 | 3,3 | 4,8 | 0,19 | 0,03 | 66,4 | 72,8 | 788.920 | 1.050.983 |
| CO-NO (Centro-Oeste para Norte) | 2,7 | 5,1 | 3,7 | 5,4 | 0,37 | 0,05 | 58,5 | 68,5 | 6.964 | 9.426 |
| CO-NE (Centro-Oeste para Nordeste) | 2,6 | 4,3 | 2,4 | 3,6 | -0,10 | -0,16 | 52,4 | 57,3 | 6.785 | 6.667 |
| CO-SE (Centro-Oeste para Sudeste) | 2,9 | 5,4 | 4,1 | 5,9 | 0,43 | 0,09 | 62,5 | 68,9 | 17.329 | 15.358 |
| CO-SU (Centro-Oeste para Sul) | 3,2 | 5,5 | 4,3 | 5,7 | 0,37 | 0,02 | 64,0 | 74,5 | 5.696 | 7.758 |
| CO-CO (migrante intrarregional) | 2,2 | 4,3 | 3,2 | 5,0 | 0,46 | 0,17 | 63,6 | 72,1 | 109.844 | 180.884 |

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração dos autores.

PARTE 3

O CRIME COMO AMEAÇA À TRAJETÓRIA
PROFISSIONAL

OPORTUNIDADES PARA O JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO E HOMICÍDIOS NO BRASIL*

Daniel Cerqueira**

Rodrigo Leandro de Moura***

Mas Jonathan tinha ideias acima de sua condição social: como disse Defoe “tinha a alma grande demais para limitar-se a um trabalho servil”. Era claro que Wolverhampton e as oportunidades que ofereciam eram demasiado restritas para um homem como Jonathan, possuído, desde a tenra idade, por um gênio que se curvava e condescendia com qualquer coisa. Lucy Moore, em *A ópera dos ladrões*, sobre Jonathan Wild, um dos mais proeminentes criminosos da Inglaterra no século XVIII.

SINOPSE

O capítulo parte da perspectiva de uma análise econômica da criminalidade, considerando os custos e os benefícios esperados desta atividade. Utilizam-se indicadores provenientes dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1980, 1991, 2000 e 2010 e do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). Os autores avaliam o efeito das oportunidades no mercado de trabalho legal sobre a taxa de homicídios tomando como base um modelo de análise de dados em painel, com o emprego de variáveis instrumentais. Concluiu-se que as oportunidades no mercado de trabalho, bem como a taxa de atendimento escolar, geram efeitos diferenciados na prevalência de homicídios nos municípios, a depender da faixa etária do jovem (se entre 15 e 17 anos; 18 a 24 anos; e 25 a 29 anos) e do grau de escolaridade do mesmo.

1 INTRODUÇÃO

Um resultado consagrado nos estudos criminológicos é que o crime não é uma constante no ciclo de vida do indivíduo, mas está fortemente

* Os autores agradecem o eficiente trabalho da assistente de pesquisa Mariana Vieira Martins Matos, bem como os valiosos comentários de vários colegas do Ipea.

** Diretor da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

*** Professor e Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

relacionado ao período de juventude. De fato, tal padrão está descrito em inúmeros trabalhos, entre os quais Graham e Bowling (1995) e Flood-Page *et al.* (2000), nos quais os jovens aparecem nos dois lados da equação de crime, como vítima e como perpetrador.

No Brasil, a criminalidade e, em particular, as agressões letais envolvendo jovens são um problema de primeira grandeza. Apenas para demarcar o grau de importância da questão, 29 mil jovens foram assassinados em 2010, o que equivale a uma taxa de vitimização de 56 mortes para cada grupo de 100 mil indivíduos entre 15 e 29 anos. Além das tragédias pessoais que o fenômeno representa, há um considerável desperdício econômico associado a essas mortes que, segundo Cerqueira e Moura (2014), corresponde a 1,5% do produto interno bruto (PIB).

Existem várias abordagens e razões empíricas que poderiam explicar a etiologia criminal de jovens. Uma delas, a teoria do autocontrole (Hirschi e Gottfredson, 1983), imputa a deficiências educacionais durante o processo de socialização do indivíduo, que segue dos três anos à pré-adolescência o não desenvolvimento de mecanismos psicológicos de autocontrole, o que explicaria comportamentos desviantes, vícios, delinquência e, posteriormente, crimes. Outras teorias, como a da desorganização social (Shaw e McKay, 1942; Sampson, 1997) e a do controle social (Hirschi, 1969), colocam ênfase nas relações e na concordância com as crenças e os valores da sociedade, o que funcionaria como um mecanismo dissuasor interno à transgressão. Já na teoria do aprendizado social (Sutherland, 1973), o comportamento delituoso seria aprendido a partir de interações pessoais com indivíduos, no grupo de amizade e conhecimento.¹ Thorneberry (1996), com a teoria interacional, postulou que o comportamento delincente não é uma constante na vida do indivíduo, mas tem início aos 12 ou 13 anos, atinge o ápice aos 17 anos e termina antes dos 30 anos. Este autor enfatizou, ainda, os efeitos recíprocos entre os sentimentos de ligação filial e escolar com o aprendizado, a partir de experiência com grupos de amigos. Ou seja, ao mesmo tempo que o processo de supervisão e orientação dos pais, por exemplo, interfere nas

1. Nessas abordagens, o que faria o indivíduo se abster de cometer crimes seria a concordância com os valores sociais vigentes e o seu envolvimento no sistema social. Já na teoria do aprendizado social, o comportamento transgressor é aprendido a partir das interações do jovem com grupo de amigos que se envolvem, por exemplo, com atos de delinquência e problemas com a polícia. Para uma discussão sobre essas abordagens, ver Cerqueira e Lobão (2004).

escolhas das amizades do jovem, o inverso também ocorre. Por fim, saindo do campo psicossocial, a economia do crime (Becker, 1968) coloca no centro da análise o processo de escolha racional, em que o indivíduo confronta os custos e benefícios esperados das suas ações. Nesse sentido, a formação de capital humano (escolaridade), bem como as oportunidades no mercado de trabalho afetam os custos alternativos implícitos de se dedicar a atividades ilegais. Isto é, quanto maior a probabilidade de o indivíduo conseguir bom emprego e salário, menores são os incentivos ao crime.

O que então explica o comportamento criminal do jovem e como lidar com essa questão? Seriam os “elos de ligação” e as más amizades que conduziriam ao comportamento transgressor, como eternizado na obra de Dickens, pelo pequeno Oliver Twist, que foi influenciado pelo perverso Fagin? Ou seria o cálculo racional de Jonathan Wild, um dos mais proeminentes criminosos do século XVIII, descrito por Daniel Defoe? É possível que cada um desses elementos permita racionalizar o comportamento criminal em determinadas épocas e locais. Do ponto de vista empírico, a questão central não passa por validar uma teoria geral do crime, mas entender como determinado fator pode afetar a sua incidência.

Particularmente, interessa neste trabalho compreender como as oportunidades no mercado de trabalho para jovens e a frequência escolar afetam a taxa de homicídios nos municípios brasileiros. Outro objetivo é analisar econometricamente se esses efeitos ocorrem de maneira uniforme em relação aos jovens em geral, ou se existem especificidades entre as diferentes fases da juventude, isto é, entre os 15 e os 17 anos, entre os 18 e os 24 e entre os 25 e os 29, por exemplo. Além disso, objetiva-se analisar se existem diferenças nos efeitos para grupos de jovens com maior e com menor escolaridade.

A fim de entender essas questões, será efetuada uma análise econométrica que relaciona homicídios e oportunidades para jovens no mercado de trabalho. Para tanto, desenvolve-se uma metodologia que supere os vários problemas de endogeneidade presentes, associados à questão da simultaneidade e variáveis omitidas. Por exemplo, é possível que a baixa frequência escolar seja, em si, resultante da fraca relação de concordância social dos jovens. Nesse caso, se observadas altas taxas de homicídio nessas localidades, o sinal negativo obtido entre homicídios e frequência

escolar se deve menos à baixa escolaridade e mais ao efeito não observado econometricamente, do fraco sentimento de ligação do jovem. Da mesma forma, caso esse sentimento de discordância social faça com que o jovem não busque uma oportunidade no mercado de trabalho, possivelmente haverá um sinal negativo espúrio entre taxa de desemprego de jovens e crimes. Por sua vez, é razoável imaginar que os jovens (e suas famílias) se mudem, em face das menores oportunidades de emprego e maiores taxas de crime prevalentes nas cidades em que residem, o que pode gerar o problema de dupla causalidade, viesando as estimativas.

Além desta seção introdutória, o estudo é dividido em mais três seções. Na segunda, discute-se teoricamente a hipótese da escolha racional condicionando os homicídios, descreve-se a base de dados utilizada, bem como apresentam-se alguns fatos estilizados entre homicídios e oportunidades para os jovens no mercado de trabalho brasileiro. Na terceira seção, estima-se o efeito do mercado de trabalho juvenil sobre a taxa de homicídios. Nessa seção, apresenta-se a estratégia de identificação – a fim de superar os problemas de endogeneidade, discutidos anteriormente – e analisa-se os resultados obtidos. Por fim, na quarta seção, revelam-se as principais conclusões deste trabalho e discorre-se sobre a importância delas à luz das políticas públicas de segurança cidadã.

2 A HIPÓTESE DA ESCOLHA RACIONAL: FATOS ESTILIZADOS

A pressuposição básica desta análise é que os indivíduos respondem a incentivos econômicos. Assim, taxas de desemprego elevadas e baixos salários implicam menores oportunidades no mercado de trabalho (Gould, Weinberg e Mustard, 2002), o que reduz o custo alternativo de atividades ilegais e, conseqüentemente, estimula a entrada ou permanência no crime. Ou seja, quando não vislumbra a possibilidade de obter emprego, ou observa grande dificuldade em encontrar uma vaga para seu perfil, um jovem poderia considerar (com maior probabilidade) a alternativa de se envolver em atividades ilícitas. Já a diminuição da renda no mercado legal pode fazer aumentar a atratividade aos setores ilícitos, em face dos menores custos de oportunidades de se envolver em crimes. Por fim, salários mais baixos aumentam a necessidade de procura por fontes adicionais de renda, utilizando meios mais perigosos e arriscados, como roubo e furto. Todavia, além desses canais econômicos que associam emprego, renda e baixa taxa de

crime, é possível imaginar que as oportunidades para os jovens nas atividades legais reforcem seus elos de sociabilidade, diminuindo chances futuras de envolvimento com ações transgressoras, o que consistiria num efeito indireto das oportunidades no mercado de trabalho para jovens sobre crimes.

A argumentação apresentada segue no sentido de explicar a relação do emprego da mão de obra do jovem no setor legal com crimes com motivação econômica, mas permanece a dúvida quanto ao que dizer sobre os efeitos em termos de crimes violentos e, em particular, homicídios.

Em primeiro lugar, há que se notar que o homicídio pode ser uma consequência direta do crime com motivação econômica. A letalidade, por sua vez, pode resultar de uma ação premeditada, mas também indesejada associada ao crime econômico. O caso do latrocínio é um exemplo do segundo tipo, em que a morte da vítima é uma consequência inesperada e indesejada da ação. Já no caso de assassinatos envolvendo mercados de drogas, a violência e a letalidade são instrumentos essenciais nas disputas de mercado e para garantir credibilidade e cumprimento de contratos. Em segundo lugar, há canais indiretos que levam dos crimes econômicos aos homicídios. Estes se dão a partir de um processo evolutivo, em que uma primeira transgressão meramente com fito econômico leva o indivíduo a quebrar determinados elos de sociabilidade, fazendo-o caminhar dos crimes de menor potencial ofensivo em direção aos crimes contra a vida.

O ideal seria que a análise empírica ora desenvolvida contemplasse um conjunto de crimes violentos e econômicos. Apenas por total indisponibilidade de dados consistentes e confiáveis sobre outros delitos, no nível dos municípios brasileiros, é que a análise se restringiu às informações sobre homicídios.

2.1 Fatos estilizados

Neste trabalho utilizaram-se dados demográficos e socioeconômicos provenientes dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)² de 1980, 1991, 2000 e 2010. A taxa de homicídio por cem mil habitantes em cada município brasileiro foi calculada com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da

2. Os dados relativos a 1980 são utilizados apenas para calcular a variação no padrão de emprego do mercado de trabalho entre 1980 e 1990 que, como se explicará adiante, faz parte do cálculo para a construção da variável instrumental.

Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Departamento de Análise de Situação de Saúde (SIM/MS/SVS/Dasis).

Cerqueira e Moura (2014) mostraram que os homens jovens (entre 15 e 29 anos) compõem o grupo que mais sofre homicídios no Brasil. Observando as últimas décadas, não apenas esse tipo de letalidade aumentou ano a ano mas as vítimas tornaram-se gradativamente mais jovens.³ Adicionalmente, no universo dos jovens, a maioria das vítimas são homens e de baixa escolaridade (até sete anos de estudo). Conforme evidências internacionais, descritas por Graham e Bowling (1995) e Flood-Page *et al.* (2000), os homens jovens são também os indivíduos com maior envolvimento com crimes.

No que se refere ao mercado de trabalho, houve, na década de 1990, profundas modificações, quando a taxa de desemprego no Brasil aumentou significativamente, sendo que este movimento foi muito mais intenso para os trabalhadores com níveis mais baixos de qualificação, como é o caso dos jovens (Reis, 2006).

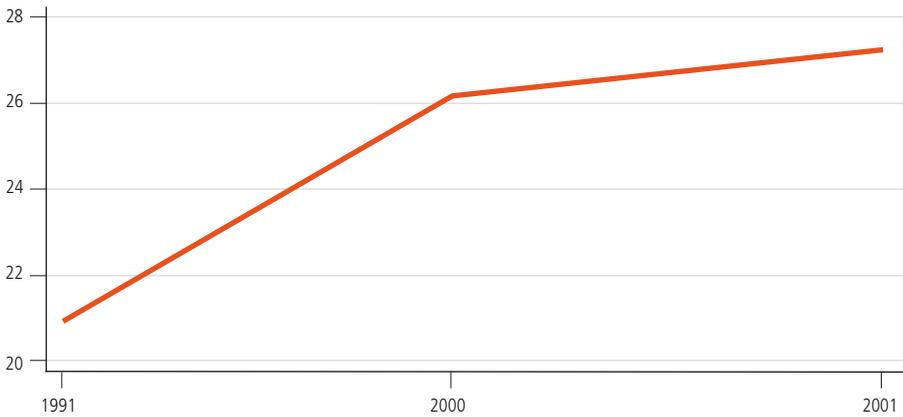
O gráfico 1 mostra o crescimento da taxa de homicídios no Brasil nas duas décadas anteriores, com crescimento mais acentuado nos anos 1990. A taxa aumentou de quase 21 homicídios por 100 mil habitantes, em 1991, para mais de 26,2, em 2000, e 27,2, em 2010, totalizando um aumento de mais de 30% em vinte anos.

Ao longo desse mesmo período, as variáveis que captam as condições do mercado de trabalho – desemprego e renda – refletiram movimentos distintos. O gráfico 2 mostra que a taxa de desemprego dos homens jovens (15 a 29 anos) cresceu no primeiro período de 1991 a 2000. Contudo, esse movimento não se deu de forma homogênea, atingindo mais fortemente os indivíduos mais jovens. Com efeito, enquanto para os jovens adolescentes (15 a 17 anos) a taxa de desemprego oscilou de 23,4% para 30,9%, para os jovens de 18 a 24 anos, variou de 12,3% a 18,7% e, para os jovens adultos (25 a 29 anos), cresceu de 5,7% para 10,2% no período. Esse aumento acentuado do desemprego dos jovens coincide com o crescimento dos homicídios na população, conforme visto no gráfico 1. No segundo período de 2000 a 2010, o desemprego recuou para um nível menor ou muito

3. Toda a distribuição da taxa de homicídios por idade desloca-se, década a década, desde 1980, para a esquerda; e a moda da distribuição cai de 25 anos para 21 anos, entre 1980 e 2010.

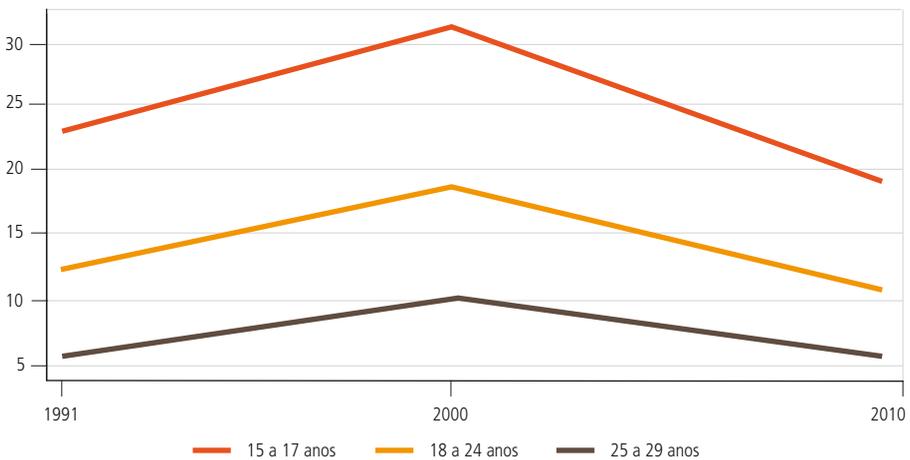
próximo do observado em 1991, mas a taxa de homicídios da população não recuou.

GRÁFICO 1
Taxa de homicídios (1991-2010)
 (Por 100 mil habitantes)



Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e Censos Demográficos do IBGE.
 Elaboração dos autores.

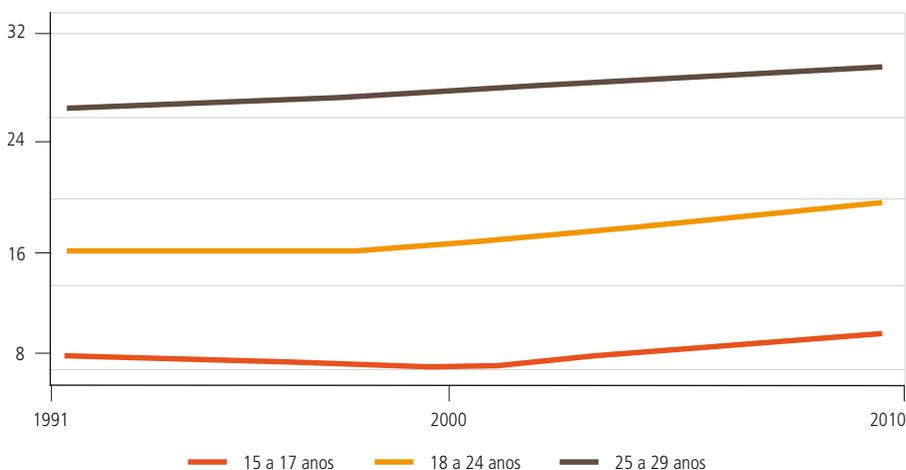
GRÁFICO 2
Taxas de desemprego dos homens de 15 a 29 anos (1991-2010)
 (Em %)



Fonte: Censos Demográficos do IBGE.
 Elaboração dos autores.

O gráfico 3 mostra que o salário real dos homens jovens, ajustado pelas horas trabalhadas, cresceu pouco na primeira década, entre 1991 e 2000 (e mesmo assim não para todas as faixas etárias entre 15 e 29 anos). Todavia, sofreu aumento mais acentuado nos anos 2000, sobretudo para os jovens entre 15 e 17 anos. Para estes, o salário-hora caiu 7% de 1991 para 2000, mas se recuperou na década seguinte, quando cresceu 70%. Por sua vez, o rendimento dos jovens de 18 a 24 anos, e também daqueles entre 25 e 29 anos, aumentou paulatinamente 3% e 2,2% entre 1991 e 2000 e 28,7% e 16,3% entre 2000 e 2010, respectivamente.

GRÁFICO 3
Salário médio real por hora trabalhada dos homens de 15 a 29 anos (1991-2010)
 (Em R\$)



Fonte: Censos Demográficos do IBGE.
 Elaboração dos autores.

A hipótese admitida neste estudo é que o aumento da taxa de desemprego para jovens na década de 1990, acompanhada de uma virtual estagnação no salário real destes indivíduos, tenha colaborado para o aumento substancial da taxa de homicídio nesse período. E, por sua vez, que a melhora das oportunidades no mercado de trabalho para jovens nos anos 2000 possa estar associada ao refreamento dos homicídios, observado na década.

3 A RELAÇÃO EMPÍRICA ENTRE O MERCADO DE TRABALHO JUVENIL E A TAXA DE HOMICÍDIOS

Para medir o efeito das oportunidades para jovens no mercado de trabalho sobre a taxa de homicídios empregou-se o método de análise econométrica de dados em painel com o uso de variáveis instrumentais. O modelo ora desenvolvido utiliza informações de todos os municípios brasileiros, em um período que compreende três décadas – de 1980 a 2010 –, quando ocorreram grandes transformações não apenas no mercado de trabalho mas também na prevalência de homicídios no país. A equação principal do modelo é descrita a seguir.

$$\ln(tx\ hom_{it}) = \beta_0 + \beta_1 \ln(tx\ desemp_{it}) + \beta_0 \ln(salario_{it}) + \beta_0 X_{it} + c_i + d_t + u_{it}$$

em que $tx\ hom_{it}$ é a taxa de homicídios por 100 mil habitantes do município i no ano t ; $tx\ desemp_{it}$ é a taxa de desemprego; e $salario_{it}$ representa o salário real por hora trabalhada do homem, ambas as variáveis restritas aos jovens; X_{it} compreende um conjunto de variáveis de controle; c_i é o efeito fixo de município; d_t é o efeito fixo de tempo e u_{it} é o termo aleatório.

Entre as variáveis de controle, todas também expressas em logaritmo neperiano, considerou-se: o percentual de homens na população para cada faixa etária; o percentual de negros na população; a taxa de atendimento escolar (de 15 a 17, 18 a 24 e 25 a 29 anos); a população total; e o percentual de domicílios com alta densidade domiciliar (três ou mais moradores por dormitório). O objetivo de incluir esses regressores consiste em isolar o potencial efeito destes em relação às variáveis de mercado de trabalho. Como todas as variáveis explicativas estão em logaritmo, mediu-se a elasticidade dessas variáveis em relação à taxa de homicídios. Ou seja, o coeficiente foi interpretado em termos percentuais: por exemplo, um aumento de 1% na taxa de desemprego altera a taxa de homicídios em $\beta_1\%$.

Como se deseja entender não apenas o efeito das condições no mercado de trabalho para jovens sobre homicídios mas também se esse efeito é diferenciado para várias faixas etárias juvenis, estimou-se uma série de modelos adicionais. Além das regressões em que as variáveis de mercado de trabalho, desemprego e renda foram restritas aos homens jovens de 15 a 29 anos, estimou-se modelos levando em conta, alternativamente, as faixas etárias de 15 a 17 anos, de 18

a 24 anos e de 25 a 29 anos. Por fim, produziram-se regressões levando em consideração diferentes níveis educacionais dos jovens (ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto), a fim de averiguar uma possível heterogeneidade da relação entre mercado de trabalho e crime, para jovens menos e mais escolarizados.

A inclusão dos efeitos fixos de municípios se presta a isolar potenciais características intrínsecas das cidades, que podem estar associadas simultaneamente às condições de mercado de trabalho e à violência nessas localidades. Por exemplo, é possível imaginar que o fato de um município ser de fronteira acarrete condições mais propícias para se desenvolver aí determinados tipos de atividades econômicas, mas também de uma maior prevalência de crimes. Caso esses efeitos específicos das cidades não sejam isolados, haveria, potencialmente, um viés de variável omitida.

Já a inclusão de efeitos fixos de tempo controla para choques agregados (por exemplo, macroeconômicos) que ocorreram no país ao longo das décadas e que tenham afetado igualmente todos os municípios. Assim, a inclusão dessa variável elimina a possibilidade de correlação espúria entre as variáveis explicativas do modelo – incluindo desemprego e renda – e a taxa de homicídios.

No entanto, mesmo incluindo todas as variáveis de controle, bem como os efeitos fixos de local e de tempo, a taxa de desemprego e a renda do trabalho podem apresentar problemas de endogeneidade.⁴ Para contornar estas dificuldades, foi feito o uso de variáveis instrumentais,⁵ seguindo a

4. Alguns possíveis exemplos foram especificados no texto. Um é que jovens de municípios com altos índices de criminalidade e de violência podem se mudar para outras cidades. Com isso, a força de trabalho se reduz e, conseqüentemente, o desemprego tende a ser menor nos locais mais violentos. Outra hipótese é que empregadores de setores mais dinâmicos da economia, como o de serviços, podem se mudar desses municípios mais violentos. Como esse setor paga em média menos do que outros setores, a oferta de empregos de baixo salário para jovens diminui nesses municípios. Logo, sobram empregos de salário médio maior, o que faz com que a renda média desses municípios seja maior.

5. Conforme pode ser provado matematicamente (Wooldridge, 2002), o modelo de variáveis instrumentais (VIs) permite interpretar o coeficiente estimado numa regressão, para além da simples correlação entre duas variáveis, como uma relação de causalidade. Para tanto, se faz necessário que a variável utilizada como instrumento se correlacione com a variável de interesse, mas não possua correlação alguma com o resíduo da equação principal. Dito de outra forma, esta variável deveria funcionar como uma fonte de variação exógena para a variável de interesse (no caso, a taxa de desemprego e salário), sem ter qualquer outra correlação com a variável a ser explicada (no caso, a taxa de homicídios).

metodologia descrita em Gould, Weinberg e Mustard (2002), Bartik (1991) e Blanchard e Katz (1992).

Os instrumentos⁶ construídos procuram captar variações exógenas na demanda por trabalho nas cidades e se baseiam na composição setorial do emprego no município na década anterior, bem como nas tendências das composições setoriais do emprego, agregadas para todo o país. Para ilustrar, pode-se supor que parte substancial do emprego numa determinada cidade, em 1980, estivesse associada a um determinado setor econômico, que se mostrou decadente nessa década, em nível nacional. Isto implicaria maiores probabilidades de essa cidade se deparar com problemas de emprego em 1990.

3.1 Resultados

Nesta seção, são apresentados os resultados obtidos a partir da estimação do modelo econométrico. A tabela 1 mostra as estimativas de diversas variáveis socioeconômicas e demográficas sobre a taxa de homicídios. Neste exercício, as variáveis do mercado de trabalho referem-se ao universo dos jovens entre 15 e 29 anos. Nas quatro primeiras colunas, o modelo foi estimado com base no método de mínimos quadrados ordinários (MQO), ao passo que na última coluna apresentou-se o modelo mais completo estimado em dois estágios com o uso de variáveis instrumentais (VIs).

TABELA 1

Oportunidades no mercado de trabalho para jovens e taxa de homicídios (Em %)

| Variáveis explicativas (em logaritmos) | MQOs (1) | MQOs (2) | MQOs (3) | MQOs (4) | VIs |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-----------------|
| Taxa de desemprego dos homens de 15 a 29 anos | 0.43*** (0.03) | 0.46*** (0.04) | 0.38*** (0.19) | -0.31 (0.35) | 3.23* (1.88) |
| Salário real por hora trabalhada dos homens de 15 a 29 anos | 0.52*** (0.03) | 0.47*** (0.07) | 1.52* (0.88) | 2.06** (0.90) | 11.59 (9.07) |
| Porcentagem da população masculina de 10 a 19 anos | | -0.33 (0.31) | -0.49 (2.58) | 0.47 (1.34) | 2.95 (2.47) |

(Continua)

6. Esses instrumentos são validados pelas estatísticas e teste de Hansen para a grande maioria dos modelos estimados e reportados ao final das tabelas. Portanto, as estimativas dos coeficientes de desemprego e renda por VIs tendem a ser mais precisas e a capturar o efeito real das oportunidades dos jovens no mercado de trabalho local sobre a taxa de homicídios da população.

(Continuação)

| Variáveis explicativas (em logaritmos) | MQOs (1) | MQOs (2) | MQOs (3) | MQOs (4) | VIs |
|---|----------|--------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Porcentagem da população masculina de 20 a 29 anos | | 1.73*** (0.26) | 2.35*** (0.65) | 1.46* (0.86) | 2.14 (2.41) |
| Porcentagem da população masculina de 30 a 39 anos | | -0.93*** (0.26) | -1.37 (2.92) | -1.46 (2.63) | 1.41 (2.63) |
| Porcentagem da população masculina de 40 a 49 anos | | 2.13*** (0.23) | 2.10* (1.22) | -0.06 (1.13) | -5.85 (4.32) |
| Porcentagem da população masculina de 50 anos ou mais | | -0.54*** (0.14) | -0.39 (0.96) | -1.93 (2.54) | 4.37 (5.27) |
| Porcentagem da população de negros | | 0.34*** (0.03) | -0.65** (0.31) | -0.45 (0.28) | 2.26 (2.30) |
| Taxa de atendimento escolar da população de 15 a 17 anos | | -0.98*** (0.17) | -1.29 (0.83) | -2.24* (1.20) | -5.76** (2.43) |
| Taxa de atendimento escolar da população de 18 a 24 anos | | -0.32*** (0.11) | 0.51 (0.44) | -0.36 (0.50) | 1.10 (0.93) |
| Taxa de atendimento escolar da população de 25 a 29 anos | | 0.53*** (0.06) | 0.11 (0.40) | -0.10 (0.18) | 0.24 (0.34) |
| População | | -0.07*** (0.02) | 0.28 (0.38) | 0.13 (0.38) | 0.97 (1.37) |
| Porcentagem de domicílios com três moradores ou mais por dormitório | | 0.18** (0.07) | 0.10 (1.16) | -0.19 (0.82) | 4.02 (3.03) |
| Efeito fixo de município | Não | Não | Sim | Sim | Sim |
| Efeito fixo de ano | Não | Não | Não | Sim | Sim |
| Número de observações | 5,403 | 5,403 | 5,403 | 5,403 | 4,038 |
| Estatística F | . | . | 21.36 | 17.70 | 3.93 |
| Estatística de Hansen | . | . | . | . | 3.42 |
| Valor-p de Hansen | . | . | . | . | 0.33 |

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Erros-padrão entre parênteses.

2. *** representam valor-*p* inferior a 0,01; ** valor-*p* inferior a 0,05; e * valor-*p* inferior a 0,1. A ausência de asterisco representa coeficiente não significativo.

3. Ponto (.) significa que não é possível inferir tal estatística para o modelo da coluna em questão ou não se aplica ao método.

De modo geral, nas quatro primeiras colunas, os coeficientes das variáveis associadas ao mercado de trabalho resultam em positivas e significativas estatisticamente, independentemente dos controles utilizados.

A correlação positiva do salário real por hora do jovem com a taxa de homicídio que aparece nessas regressões, não esperada segundo a teoria, reflete certamente um viés devido a variáveis omitidas, problema não resolvido mesmo com a introdução de efeitos fixos de município e

de tempo. Possivelmente, o maior salário do jovem esteja captando uma maior atratividade da atividade criminal devido à melhora das condições econômicas locais, não controladas na regressão. Por sua vez, Willis (1997) afirma que empregadores de setores mais dinâmicos da economia, como o de serviços, podem se mudar desses municípios mais violentos. Como esse setor paga em média menos do que outros setores no Brasil, a oferta de empregos de baixo salário para jovens diminui nesses municípios. Logo, sobram empregos de salário médio maior, o que faz com que a renda média desses municípios seja maior. Adicionalmente, Roback (1982) afirma que a criminalidade elevada pode forçar as empresas a pagar uma maior remuneração, a fim de reduzir o diferencial salarial em relação ao setor ilegal da economia, como forma de manter os seus empregados. Essas duas possibilidades teóricas levariam a uma correlação positiva entre salário e índice de criminalidade.

De fato, ao se utilizar o modelo com variáveis instrumentais, o efeito do salário desaparece, quando se torna estatisticamente não significativo.

No que se refere à taxa de desemprego, observa-se que o efeito desta (que passa a ser estatisticamente nulo na quarta regressão) aumenta da ordem de 0,4 para 3,2 quando se utiliza o método de VIs. Existem algumas hipóteses, discutidas na literatura, que explicam esse viés negativo, resultante dos problemas de endogeneidade, aparentemente presentes nas quatro primeiras regressões. Uma delas é que jovens de municípios com altos índices de criminalidade e de violência podem se mudar para outras cidades e, com isso, a força de trabalho diminui, reduzindo, conseqüentemente, o desemprego nas localidades mais violentas.

Ainda nessa quinta regressão, digno de nota é o resultado negativo e significativo da porcentagem de atendimento escolar de jovens entre 15 e 17 anos sobre a taxa de homicídio no município. Segundo o resultado, o aumento de 1% nessa taxa reduz a porcentagem de homicídios em 5,8%. É interessante notar que esta faixa etária coincide com a idade em que o jovem migra do ensino fundamental para o ensino médio e onde há também o maior problema de evasão escolar. Essa variável mostra que manter o adolescente na escola funciona como uma forma de prevenir sua entrada no crime e, adicionalmente, acrescenta conhecimento, melhorando o seu capital humano e sua produtividade, o que, por sua vez, eleva a sua chance de inserção no mercado de trabalho quando do término do seu processo de escolarização.

Ou seja, as principais conclusões dessa tabela são que a melhoria das oportunidades no mercado de trabalho afasta os jovens da criminalidade e reduz a taxa de homicídios de toda a população. Mais do que isso: para os homens jovens, o que importa é a redução da taxa de desemprego e não a remuneração oferecida. Em outras palavras, melhorar o acesso a empregos para jovens é mais eficaz para evitar a sua entrada no crime e, conseqüentemente, a incidência de homicídios. O aumento da taxa de atendimento escolar para jovens entre 15 e 17 anos também parece confluir para o mesmo resultado.

Se esse efeito é diferenciado ao longo da fase da juventude é o ponto que será analisado na seção seguinte.

3.2 As condições do mercado de trabalho local afetam diferentemente os jovens ao longo do seu ciclo de juventude?

A questão abordada no título dessa subseção é analisada com base nos resultados da tabela 2, que foram obtidos a partir da estimação do modelo com VIs descrito anteriormente, mas restringindo as variáveis de taxa de desemprego e salário-hora real do trabalho para três diferentes faixas etárias dos homens jovens: 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos.⁷ Convém ressaltar que o resultado apresentado na primeira coluna é exatamente igual ao da quinta coluna da tabela anterior e foi repetido apenas a fim de possibilitar uma melhor comparação com os resultados desagregados por faixas etárias juvenis.

Como se pode perceber, o desemprego é estatisticamente significativo para os jovens de 15 a 17 anos, bem como para jovens entre 18 e 24 anos: um aumento de 1% na taxa de desemprego do primeiro grupo está associado a um aumento de 2,4% na taxa de homicídios da população. Para o segundo grupo, o efeito de um aumento de 1% na sua taxa de desemprego eleva a taxa de homicídios local em 4,1%. Por sua vez, mudanças nas condições de salário de todos os jovens e nas taxas de desemprego dos que têm de 18 a 29 anos não afetam a taxa de homicídios.

Os resultados mostram que apenas reduções na taxa de emprego dos adolescentes e jovens poderiam contribuir para a queda da taxa de homicídios

7. As demais variáveis explicativas foram suprimidas por problema de espaço, mas podem ser obtidas a pedido aos autores.

da população. De outra forma, estes resultados se somam à evidência de que condições de acesso ao emprego importam para que os adolescentes não se envolvam com criminalidade, o que reforça a importância de políticas públicas ativas de emprego que aumentem a empregabilidade desse grupo. Alternativamente, uma forma de reduzir a taxa de desemprego deste grupo é reduzir a sua taxa de participação no mercado de trabalho, via programas que estimulem a continuidade dos estudos no ensino médio e sua progressão para o ensino superior. Como mostrado anteriormente, manter o jovem na escola contribui para reduzir a taxa de homicídios na população.

TABELA 2

Oportunidades no mercado de trabalho para jovens e taxa de homicídios para diferentes faixas etárias juvenis
(Em %)

| Variáveis explicativas (em logaritmos) | Variáveis – taxa de desemprego e salário real restrita aos jovens de | | | |
|---|--|------------------|------------------|-----------------|
| | 15 a 29 anos | 15 a 17 anos | 18 a 24 anos | 25 a 29 anos |
| Taxa de desemprego dos homens | 3.23* (1.88) | 2.38** (1.06) | 4.14** (2.06) | -2.07 (1.93) |
| Salário real por hora trabalhada dos homens | 11.59 (9.07) | 4.36 (4.10) | 2.97 (7.10) | -9.35 (8.54) |
| Número de observações | 4.038 | 4.038 | 4.038 | 4.038 |
| Estatística F | 3.94 | 5.18 | 5.29 | 3.43 |
| Estatística de Hansen | 3.42 | 4.70 | 6.02 | 4.31 |
| Valor-p de Hansen | 0.33 | 0.20 | 0.11 | 0.23 |

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Erros-padrão entre parênteses.

2. *** representam valor-p inferior a 0,01; ** valor-p inferior a 0,05; e * valor-p inferior a 0,1. A ausência de asterisco representa coeficiente não significativo.

3.3 As condições do mercado de trabalho local afetam diferentemente os jovens de menor nível educacional?

Esta subseção avalia se alterações nas condições de mercado de trabalho local para jovens de menor nível educacional podem afetar a taxa de homicídios da população de forma distinta da que se observou para os jovens em geral. Essa possível correlação entre mercado de trabalho, crime e baixo nível educacional decorre da constatação de que a maioria das vítimas de homicídios possui baixa escolaridade, tipicamente de quatro a sete anos de estudo (Cerqueira e Moura, 2014). Portanto, é possível imaginar que este grupo esteja mais envolvido com atividades criminais.

A tabela 3 mostra os resultados do modelo anterior estimado para os homens jovens que têm ensino médio incompleto, ou seja, que cursaram no máximo até o 2º ano do ensino médio. O desemprego continua importando para os adolescentes: o aumento de 1% na taxa de desemprego eleva a taxa de homicídios em 2,5%. No entanto, o desemprego deixa de ser relevante para os jovens de 18 a 24 anos dessa faixa educacional.

TABELA 3

Oportunidades no mercado de trabalho para jovens com ensino médio incompleto e taxa de homicídios para diferentes faixas etárias juvenis
(Em %)

| Variáveis explicativas (em logaritmos) | Variáveis – taxa de desemprego e salário real restrita aos jovens de | | | |
|---|--|------------------|-------------------|------------------|
| | 15 a 29 anos | 15 a 17 anos | 18 a 24 anos | 25 a 29 anos |
| Taxa de desemprego dos homens com ensino médio incompleto | -6.80 (15.98) | 2.48** (0.98) | 4.55 (3.50) | -2.03 (1.91) |
| Salário real por hora trabalhada dos homens com ensino médio incompleto | 51.58 (87.13) | 0.45 (2.22) | -10.99 (15.34) | 17.33 (18.00) |
| Número de observações | 4.038 | 4.038 | 4.038 | 4.038 |
| Estatística F | 0.29 | 7.45 | 2.28 | 2.52 |
| Estatística de Hansen | 0.11 | 6.75 | 2.70 | 1.74 |
| Valor-p de Hansen | 0.99 | 0.08 | 0.44 | 0.63 |

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Erros-padrão entre parênteses.

2. *** representam valor-p inferior a 0,01; ** valor-p inferior a 0,05; e * valor-p inferior a 0,1. A ausência de asterisco representa coeficiente não significativo.

Avaliamos também o efeito sobre os homens jovens com pior nível de escolaridade, que possuem ensino fundamental incompleto, ou seja, que cursaram no máximo até a 7ª série/8º ano do ensino fundamental, conforme destacado na tabela 4. O efeito do desemprego é novamente relevante apenas para os adolescentes: o aumento de 1% na taxa de desemprego desse grupo eleva a taxa de homicídios da população em 2,6%. O salário por hora trabalhada passa a ter um efeito positivo para os jovens em geral (de 15 a 29 anos) desse grupo escolar e, em particular, para a faixa etária de 18 a 24 anos. Conforme foi apontado anteriormente, este resultado difere do que seria esperado pela teoria econômica do crime e necessita ser mais bem aprofundado. Algumas possíveis explicações para o sinal dessas regressões foram discutidas na seção 3.1, o que indicaria que o instrumento utilizado nesse trabalho não teria sido capaz de resolver o problema de endogeneidade presente para a variável de salário. Outra possível explicação se refere ao novo

padrão de consumo alcançado por esses jovens de baixa escolaridade, que lhes possibilitaria maior interação social e acesso a um conjunto de produtos e serviços, incluindo bebidas alcoólicas e outras drogas psicoativas ilícitas.

TABELA 4

Oportunidades no mercado de trabalho para jovens com ensino fundamental incompleto e taxa de homicídios para diferentes faixas etárias juvenis
(Em %)

| Variáveis explicativas (em logaritmos) | Variáveis – taxa de desemprego e salário real restrita aos jovens de | | | |
|---|--|------------------|------------------|-------------------|
| | 15 a 29 anos | 15 a 17 anos | 18 a 24 anos | 25 a 29 anos |
| Taxa de desemprego dos homens com ensino fundamental incompleto | -1.81 (2.70) | 2.58** (1.18) | -1.31 (3.13) | -2.51 (3.16) |
| Salário real por hora trabalhada dos homens com ensino fundamental incompleto | 10.12* (5.50) | 5.20 (5.33) | 10.46* (6.15) | -24.16 (26.45) |
| Número de observações | 4.038 | 4.038 | 4.038 | 4.038 |
| Estatística F | 4.93 | 4.56 | 4.37 | 0.80 |
| Estatística de Hansen | 2.75 | 3.91 | 2.94 | 0.44 |
| Valor-p de Hansen | 0.43 | 0.27 | 0.40 | 0.93 |

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Erros-padrão entre parênteses.

2. *** representam valor-p inferior a 0,01; ** valor-p inferior a 0,05; e * valor-p inferior a 0,1. A ausência de asterisco representa coeficiente não significativo.

Portanto, os resultados desta subseção mostram que: *i*) o desemprego de adolescentes de 15 a 17 anos, de qualquer nível de escolaridade, é um determinante importante para afetar positivamente a taxa de homicídios nos municípios; *ii*) existe alguma evidência de que o maior nível salarial por hora trabalhada para os jovens de 18 a 24 anos, com até ensino fundamental incompleto, está associado a maiores índices de homicídio; e *iii*) nenhuma das variáveis (desemprego e salário) que capte as condições de mercado de trabalho local para os jovens de 25 a 29 anos, independentemente da escolaridade, afeta as taxas de homicídio. Ou seja, para este último grupo, acesso a emprego e maiores rendimentos pode não estimular nem sua entrada nem sua saída do crime.

4 CONCLUSÕES E DISCUSSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Não é novidade que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo. Segundo Cerqueira (2013), o número de homicídios que acontece a cada

ano já superou a incrível marca de sessenta mil. O jovem é o personagem central dessa tragédia, aparece tanto no papel de vítima quanto no de perpetrador. Menos do que tentar formular ou testar uma teoria geral para explicar a criminalidade juvenil, o objetivo deste artigo foi analisar como as oportunidades para o mercado de trabalho para os jovens afetam as taxas de homicídios nos municípios brasileiros. O alicerce que serviu para que fossem interpretados os resultados dessa análise foi a teoria econômica do crime.

Contudo, ainda que esses resultados corroborem, de modo geral, a hipótese da racionalidade, do ponto de vista teórico, outras explicações são possíveis no entendimento da relação entre mercado de trabalho para jovens e crime, incluindo as teorias da desorganização social (Shaw e McKay, 1942) e Sampson (1997) e do controle social (Hirschi, 1969), que colocam ênfase nas relações e na concordância com as crenças e os valores da sociedade, que funcionariam como mecanismos dissuasores internos à transgressão.

A fim de entender o problema proposto, produziu-se um modelo de painel com efeitos fixos locais e temporais, usando variáveis instrumentais, de modo a superar os problemas de endogeneidade presentes, associados às questões de simultaneidade e de variáveis omitidas. Utilizaram-se dados de quatro Censos demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000 e 2010) e informações de mortalidade do SIM/MS/SVS/Dasis. O instrumento – que funcionou como uma fonte de variação exógena para as condições do mercado de trabalho – foi baseado na composição setorial, na década anterior, do emprego em cada município brasileiro e na tendência do emprego setorial no Brasil, durante a década, seguindo de perto a metodologia de Gould, Weinberg e Mustard (2002).

Em particular, avaliou-se o efeito da taxa de desemprego dos jovens de 15 a 29 anos sobre a taxa de homicídios, encontrando um sinal positivo, apenas para os adolescentes de 15 a 17 anos, independentemente da escolaridade desse grupo etário. É interessante notar que essa faixa etária coincide exatamente com o auge do comportamento delinquente, conforme apontado na teoria interacional, discutida por Thorneberry (1996). Quando não se discrimina o nível educacional, encontra-se também um sinal positivo para os jovens de 18 a 24 anos. Em linhas gerais, 1% de aumento da taxa de desemprego dos jovens está associada ao aumento de 3,2% na taxa de homicídio na cidade em questão.

Não foi encontrada nenhuma relação estatisticamente significativa relacionando oportunidade no mercado de trabalho para jovens entre 25 e 29 anos e a taxa de homicídios da população.

O efeito do salário real recebido pelo jovem sobre a taxa de homicídio foi, de modo geral, nulo, em face da não significância estatística dos coeficientes estimados. Um resultado intrigante, contudo, ocorreu quando analisados apenas os jovens com menor nível de escolaridade (isto é, até o fundamental incompleto). Nesses casos, os resultados indicaram alguma evidência de um efeito positivo dos salários sobre os homicídios, sobretudo para jovens de 18 a 24 anos. Há que se ter certa cautela em relação à interpretação desse resultado, inesperado segundo a teoria econômica padrão. Uma possibilidade para explicar tal ocorrência seria pela mudança de padrão de consumo desses jovens, o que possibilitaria uma maior interação social e acesso a uma gama de produtos e serviços, incluindo bebidas alcoólicas e drogas psicoativas ilícitas. Contudo, esse é um tema a se aprofundar em pesquisas futuras.

A partir dessas evidências, as propostas de políticas públicas podem ser desenhadas, inicialmente, considerando que não é o nível maior de renda que afasta o adolescente da criminalidade mas sim a taxa de desemprego com que ele se depara. Para que se tenha uma ideia da importância de se reduzir esse indicador, a taxa de desemprego dos adolescentes (14 a 17 anos) era de 23% no segundo trimestre de 2013, contra 15% dos jovens de 18 a 24 anos no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua feita pelo IBGE. Nas principais regiões metropolitanas, conforme a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), feita também pelo IBGE, esse diferencial é maior, na média de 2013: 25% e 12,8%, respectivamente.

O resultado indicando que a queda do desemprego para esse grupo leva a uma redução da taxa de homicídios pode ser interpretado de duas formas.

A primeira interpretação é que a redução da taxa de desemprego pode ocorrer via redução da taxa de participação desse grupo no mercado de trabalho. Ou seja, uma possibilidade é manter o adolescente por mais tempo na escola, para que ele possa concluir o ensino médio, o que elevaria a sua taxa de atendimento escolar. Indo ainda mais longe nessa direção, como a entrada no crime ocorre por volta dos 13 a 14 anos (Thorneberry, 1996), a pré-adolescência se configura como um período crítico e, portanto, a

atenção à permanência na escola nesse período é crucial para afastar o adolescente do crime. Nesse sentido, a expansão do Programa Bolsa Família (PBF) – que passou a pagar um benefício para as famílias com adolescentes de 16 e 17 anos, com a condição de que estejam matriculados na escola e tenham uma frequência mínima nas aulas de 75% – tende a contribuir para a redução da criminalidade. Chioda, De Mello e Soares (2012) indicam que essa transferência condicional de renda é destinada justamente para o grupo etário oriundo de famílias pobres, que tem mais risco de envolvimento no crime. No entanto, os autores mostram que não é o maior tempo na escola que reduz a criminalidade – ainda que o tempo na escola compita com o tempo em atividades criminais – mas sim em razão de dois outros canais. O primeiro canal ocorreria por causa do aumento da renda da família do adolescente, o que reduz o incentivo ou a necessidade desses jovens de se envolverem em crime de motivação econômica. O segundo canal é de interação social, ou seja, o grupo de colegas dos jovens abrangido pelo programa é afetado tanto pela matrícula na escola quanto pela exigência de frequência elevada às aulas. Se o grupo de colegas dentro da escola é melhor do que aquele que o jovem tem fora nas ruas, o comportamento dele tende a melhorar, o que acaba afastando-o das atividades criminais.

A segunda interpretação é que a redução da taxa de desemprego pode ocorrer via maior geração de empregos. Ou seja, se o adolescente decidir procurar um emprego no mercado de trabalho, é importante que ele encontre uma oferta de empregos adequada ao seu perfil. Como já foi dito, uma solução é mantê-lo na escola por mais tempo, pois nesse caso elevaria a sua produtividade e, conseqüentemente, a sua empregabilidade na hora de buscar uma vaga de trabalho. Outra solução é aumentar o número de cursos de qualificação profissional. Um passo nessa direção já tem sido dado pelo governo por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que tem estimulado a educação profissional, principalmente na modalidade integrada ao ensino médio, o que permite manter o adolescente no ensino médio ao mesmo tempo em que aprende uma profissão futura, de modo a possibilitar sua inserção mais fácil no mercado de trabalho.

Em relação aos jovens de 18 a 29 anos, de forma geral, melhorar as oportunidades do mercado de trabalho, em termos de maior volume de oferta de empregos ou melhores salários, tende a ser pouco importante.

A solução para esse grupo não é remediar, mas sim prevenir. Em outras palavras, as evidências mostram indiretamente que o jovem que não foi auxiliado na fase da adolescência dificilmente se afastará da criminalidade por causa de melhores oportunidades no mercado de trabalho local.

No entanto, desse grupo mencionado, os jovens entre 18 e 24 anos apresentam um percentual elevado de participação no mercado de trabalho – em torno de 68% da população economicamente ativa (PEA), segundo a PNAD Contínua de 2013 – o que mostra que um número elevado de jovens já está empregado ou buscando emprego. No universo dos menos escolarizados (ensino médio incompleto), a participação é mais baixa, em torno de 55%. Logo, a política deveria ser dividida em duas frentes. A primeira, na área educacional. Para os jovens que não concluíram o ensino médio, sejam repetentes ou desistentes, políticas que o segurem e o atraiam para a escola são importantes. A eficácia dessas medidas depende fundamentalmente da política de permanência do adolescente na escola. Para os jovens que concluíram o ensino médio, deve-se focar na melhora do acesso à universidade, o que tem sido buscado pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e pelo Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Melhorar a qualidade educacional da educação básica, logicamente, é outro ponto que já tem sido colocado inúmeras vezes por diversos analistas. A segunda frente seria a ampliação do número de cursos de qualificação profissional, como já citado.

Um aspecto que merece destaque é a alta taxa de rotatividade dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. Segundo Corseuil *et al.* (2013), a rotatividade elevada sinaliza empregos de baixa duração, o que estaria associado a postos de emprego de baixa qualidade ou que exigem baixa formação educacional da parte dos trabalhadores. Para os jovens que estão em formação educacional, gera-se uma maior sensação de insegurança no emprego. Assim, tanto o empregador como o jovem trabalhador tendem a investir pouco um no outro, o que leva à perda do capital humano específico acumulado na empresa. Se isso é antecipado pelas duas partes, o investimento um no outro tende a ser menor ainda. Consequentemente, segundo os autores, esse processo dificulta o aumento da produtividade futura e da renda do trabalho.

Desse modo, uma sugestão adicional, colocada pelos autores, é que os cursos de treinamento – dentro ou fora da empresa – sejam custeados tanto pelo jovem trabalhador como pelo empregador. Com isso, reduz-se a chance de rompimento da relação de trabalho, elevando a estabilidade dentro da empresa. Essa solução é mais factível para os jovens “mais velhos”, ou seja, aqueles de 25 a 29 anos que, devido à experiência, já estão em um nível salarial mais alto do que os jovens “mais novos”. Para estes, além das políticas de educação e qualificação mencionadas, a solução dependeria de as empresas oferecerem empregos com carreiras bem definidas. Entretanto, como a legislação permite uma maior flexibilidade nas relações de trabalho para os jovens a partir de 14 anos – devido à modalidade de menor aprendiz e de estagiários no caso de universitários –, é difícil que essa solução parta das empresas. Apenas uma expansão da flexibilização das relações trabalhistas para os mais velhos estimularia as empresas a segurarem os jovens a partir de carreiras bem definidas.

Do ponto de vista de políticas públicas de segurança cidadã, importaria aprofundar a discussão de como tornar a escola atraente para o jovem e de como possibilitar um acesso menos restritivo àqueles que se interessem em ingressar no mercado de trabalho. A partir dos arranjos listados, uma possibilidade seria focalizar estas políticas naqueles municípios onde o problema se apresenta mais emergencial. Investir no jovem é crucial para evitar milhares de mortes violentas futuras.

REFERÊNCIAS

- BARTIK, T. J. **Who benefits from state and local economic development policies?** Kalamazoo: W. E. Upjohn Institute for Employment Research, 1991.
- BECKER, G. Crime and punishment: an economic approach. **Journal of political economy**, v. 76, n. 2, p. 169-217, Mar./Apr. 1968.
- BLANCHARD, O. J.; KATZ, L. F. **Regional evolutions, brookings papers on economic activity**, n. 1, p. 1-69, 1992.
- CERQUEIRA, D. **Mapa de homicídios ocultos no Brasil**. Brasília: Ipea, jul. 2013. (Texto para Discussão, n. 1.848).
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados – revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. de. Custo da juventude perdida no Brasil. **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CHIODA, L.; DE MELLO, J. M. P.; SOARES, R. R. **Spillovers from conditional cash transfer programs: Bolsa Família and crime in urban Brazil**. 2012. (IZA DP, n. 6.371).

CORSEUIL, C. H. *et al.* Youth labor market in Brazil through the lens of the flow approach. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 41., 2013, **Anais...** ANPEC, 2013.

FLOOD-PAGE, C. *et al.* **Youth crime: findings from 1998/99 youth lifestyles survey**. Home Office Research Study 209. Home Office Research, Development and Statistics Directorate Crime and Criminal Justice Unit, 2000.

GOULD, E. D.; WEINBERG, B. A.; MUSTARD, D. B. Crime rates and labor market opportunities in the United States: 1979-1997. **The review of economics and statistics**, v. 84, n. 1, p. 45-61, 2002.

GRAHAM, J.; BOWLING, B. **Young people and crime**. Great Britain, United Kingdom: Home Office, Research and Statistics Dept., 1995.

HIRSCHI, T. **Causes of delinquency**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1969.

HIRSCHI, T.; GOTTFREDSON, M. Age and the explanation of crime. **American journal of sociology**, v. 89, n. 3, p. 552-584, 1983.

REIS, M. Os impactos das mudanças na demanda por trabalho qualificado sobre o desemprego por nível de qualificação durante os anos noventa no Brasil. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 3, p. 297-319, jul./set. 2006.

ROBACK, J. Wages, rents, and the quality of life. **Journal of political economy**, v. 90, n. 6, p. 1.257-1.278, 1982.

SAMPSON, R. J. Collective regulation of adolescent misbehavior: validation results from eighty Chicago neighborhoods. **Journal of adolescent research**, v. 12, p. 227-244, 1997.

SHAW, C. R.; McKAY, H. D. **Juvenile delinquency in urban areas**. Rev. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SUTHERLAND, E. H. Development of the theory. *In: SCHUESSLER, K. (Ed.). Edwin Sutherland on analyzing crime*. Chicago, IL: Chicago University Press, (1973) [1942]. p. 30-41.

THORNEBERRY, T. P. Empirical support for interactional theory: a review of the literature. *In*: HAWKINS, J. D. (Ed.). **Some current theories of crime and deviance**. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 198-235.

WILLIS, M. **The relationship between crime and jobs**. Santa Barbara: University of California, 1997. (Working Paper).

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometrics analysis of cross section and panel data**. MIT, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CULLEN, J. B.; LEVITT S. D. **Crime, urban flight, and the consequences for cities**. 1996. (NBER Working Paper, n. 5.737).

CUSTO DA JUVENTUDE PERDIDA NO BRASIL*

Daniel Cerqueira**
Rodrigo Leandro de Moura***

Somos o futuro da nação?

SINOPSE

O capítulo segue a linha da literatura do valor da vida, tendo como objetivo estimar o custo de bem-estar social ocasionado pelas mortes violentas de jovens no Brasil em 2010. Ao final, os resultados obtidos pela aplicação do modelo analítico adotado são discutidos à luz de suas implicações em termos de políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países mais violentos do planeta. A cada ano mais de 53 mil pessoas são assassinadas, outras 54 mil morrem em acidentes, inclusive de trânsito, 9 mil se suicidam e 10 mil são fatalmente vitimadas de forma violenta sem que o Estado consiga definir a causa do óbito. Como personagem principal deste roteiro está o jovem, que aparece como perpetrador e, sobretudo, como vítima.

Para além das tragédias pessoais e familiares que essas mortes representam, a vitimização dos jovens constitui um grave problema econômico. Soares (2005), em artigo clássico, apontou como a redução da taxa de mortalidade foi a principal força por trás do desenvolvimento

* Os autores agradecem a Mariana Vieira Martins Matos, pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, e a Danilo Santa Cruz Coelho e Alexandre Samy de Castro, técnicos da Diest do Ipea, pelos valiosos comentários.

** Diretor da Diest do Ipea.

*** Pesquisador do PNPD na Diest do Ipea.

econômico nos países ocidentais, nos séculos anteriores. Com efeito, a diminuição da mortalidade – e o subsequente aumento da expectativa de vida ao nascer – foi o elemento indutor da mudança na escolha das famílias em torno do *tradeoff* quantidade e qualidade de filhos, no sentido de diminuir a taxa de fecundidade e aumentar o investimento em capital humano. As mortes prematuras, por sua vez, representam em si um custo de bem-estar social, pois diminuem a expectativa de vida e, portanto, a capacidade de produzir e de consumir dos indivíduos.

O objetivo principal deste capítulo é estimar o custo de bem-estar social ocasionado pelas mortes violentas¹ de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil, em 2010. A abordagem utilizada se insere na literatura do valor da vida e segue a mesma linha dos trabalhos de Rosen (1988), Murphy e Topel (2003), Soares (2006) e, mais proximamente, Cerqueira e Soares (2011). A modelagem considera explicitamente o ciclo de vida e a probabilidade de sobrevivência dos indivíduos, bem como a renda e o consumo ótimo em que são calculadas as disposições marginais a pagar (MWP, abreviação do termo em inglês) para evitar a morte prematura devido às violências durante a juventude. Assim como em Cerqueira e Soares (2011), consideram-se aqui, para efeito de cálculo, as desigualdades de renda e de vitimização associadas à questão de gênero e à localidade onde a vítima potencial reside.

Estimativas sobre o custo da violência são importantes, pois dão a dimensão econômica do problema e constituem um elemento crucial para o planejamento das políticas públicas. Para além dos custos agregados da violência, contudo, uma política de segurança pública orientada para a racionalidade e a eficácia deveria ainda considerar o custo-efetividade ou o benefício-custo dos programas de prevenção e controle do crime e da violência, da forma como são pensadas as intervenções estatais nos países desenvolvidos – uma realidade, infelizmente, muito distante da brasileira.

Os resultados encontrados indicaram que a violência letal na juventude pode responder por uma perda de expectativa de vida ao nascer dos homens de até dois anos e sete meses, como é o caso em Alagoas, mas de, no máximo,

1. Utilizou-se, basicamente, o mesmo conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS) para mortes violentas ou mortes por causas externas, isto é, aqueles óbitos catalogados no Capítulo XX da Classificação Internacional de Doenças, décima revisão (CID-10) e que representam a soma de homicídios, suicídios, acidentes, mortes indeterminadas e outras causas básicas de mortalidade. Neste trabalho, contudo, não são consideradas as “outras causas” classificadas com o código 113 na adaptação brasileira (CID-10 BR).

quatro meses para as mulheres, conforme observado em Roraima. Os cálculos indicaram a existência de uma significativa perda de bem-estar, equivalente a um custo anual de R\$ 79 bilhões, o que representa 1,5% do produto interno bruto (PIB) brasileiro. Foram estimados, ainda, os valores para cada Unidade Federativa (UF), e verificou-se que o custo da violência contra jovens pode corresponder a até 6% do PIB estadual, como em Alagoas.

Além desta introdução, o capítulo possui mais três seções. Na segunda seção, será feita uma breve análise da evolução da violência contra jovens no Brasil, nas últimas três décadas, detalhando o perfil das vítimas e os elementos situacionais associados aos incidentes. Na terceira seção, será estimado o custo de bem-estar das mortes violentas para os jovens entre 15 e 29 anos no Brasil, em 2010. Serão apresentados também, nessa mesma seção, o modelo teórico e a metodologia adotada, bem como os resultados obtidos. Por fim, nas conclusões, será feita uma discussão sobre as implicações dos resultados em termos de políticas públicas.

2 A TRAGÉDIA NACIONAL: O QUE SE ESTÁ FAZENDO COM A JUVENTUDE BRASILEIRA?

Nesta seção, descreve-se o problema da violência letal envolvendo jovens no Brasil. A análise será desenvolvida especificando cada uma das grandes causas de mortalidade violenta, entre as quais podem ser apontados homicídios, suicídios, acidentes de transporte, outros acidentes² e mortes violentas com causa indeterminada. Em primeiro lugar, será indicada sucintamente a evolução desses incidentes nas últimas três décadas, com exceção do último grupo, que não será analisado aqui. Em segundo lugar, será detalhado o perfil socioeconômico das vítimas, bem como os elementos situacionais associados ao incidente, entre os quais, o instrumento que gerou o óbito, além de mês, dia, hora e local do evento.

2.1 Três décadas de mortalidade juvenil

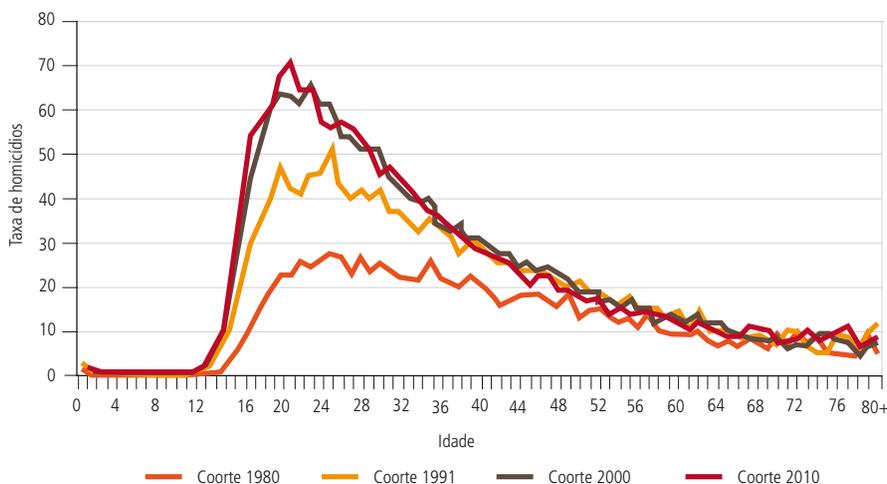
A mortalidade violenta de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil é um problema que veio se agravando nas últimas décadas, sobretudo no que diz respeito à letalidade ocasionada por homicídios e por acidentes de transporte.

2. Doravante, *outros acidentes* serão chamados de *acidentes*, e os *acidentes de transporte* serão classificados em uma categoria à parte.

No que se refere aos homicídios, a piora se deu em dois planos. Não apenas a letalidade aumentou ano a ano, mas as vítimas também se tornaram gradativamente mais jovens. Este fenômeno pode ser observado no gráfico 1, no qual se vê que as taxas de homicídio para cada idade aumentaram, e as distribuições foram deslocadas para a esquerda. Com efeito, enquanto o máximo da taxa de homicídios por 100 mil habitantes cresceu 154% entre 1980 e 2010, quando passou de 27,7 para 70,6, a idade em que se alcançou essa taxa máxima de homicídio variou de 25 para 21 anos.

GRÁFICO 1

Brasil: taxa de homicídios por idade (1980, 1991, 2000 e 2010)
(Por 100 mil habitantes)



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade/Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Análise de Situação de Saúde (SIM/MS/SVS/Dasis) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

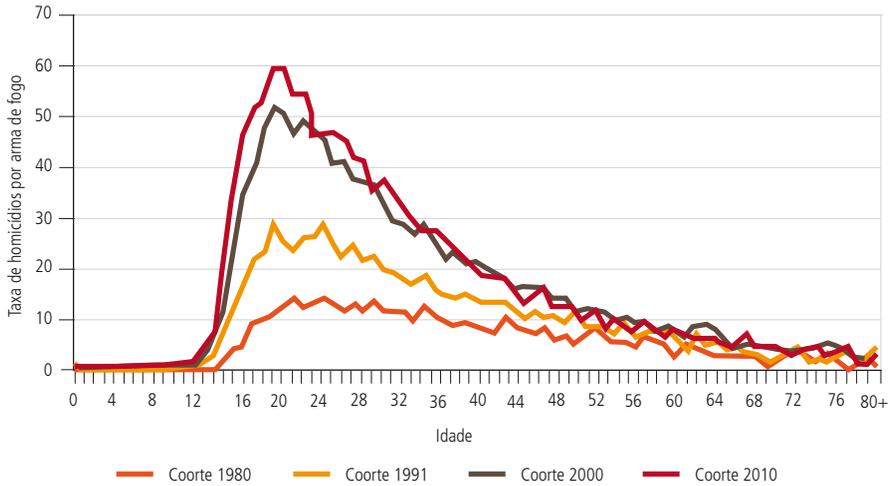
Elaboração do Ipea.

Mais gritante ainda foi a evolução dos homicídios perpetrados com o uso de arma de fogo (gráfico 2), cuja taxa máxima cresceu 314,7%.³ Comparando, verificou-se que a proporção desses pontos de máximo em relação ao total de homicídios variou de 51,5% para 80,4%, o que indica que a violência letal envolvendo jovens e a difusão de armas de fogo são dois temas que andam lado a lado no Brasil.

3. A taxa de homicídio por arma de fogo alcançou a máxima de 14,4 para a idade de 25 anos em 1980. Já em 2010, essa máxima foi alcançada para os indivíduos de 21 anos de idade, quando atingiu 59,3.

GRÁFICO 2

Brasil: taxa de homicídios por arma de fogo por idade (1980, 1991, 2000 e 2010)
(Por 100 mil habitantes)



Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e IBGE.

Elaboração do Ipea.

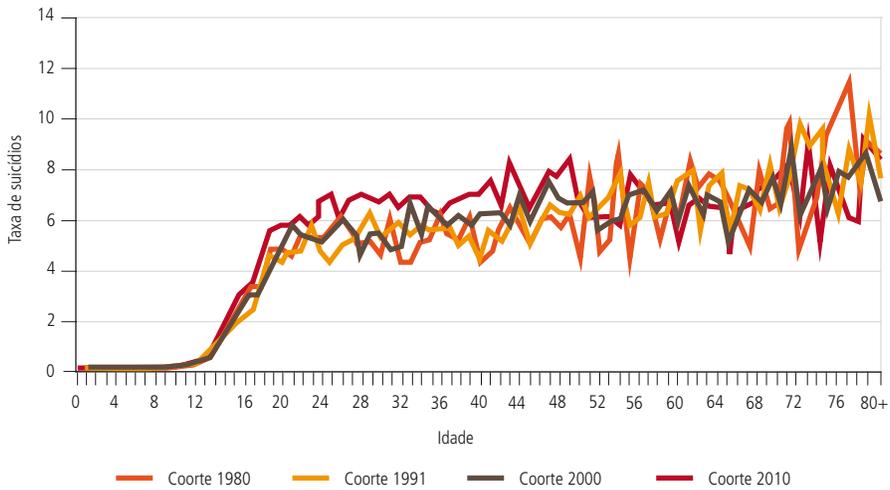
O gráfico 3 indica que o problema de suicídio é mais acentuado para adultos, e que a respectiva taxa não apresentou variações significativas nas três décadas analisadas.

O gráfico 4 mostra um fato interessante. Enquanto as taxas de suicídio por arma de fogo cresceram, de 1980 a 2000, para praticamente todas as idades, em 2010 esses índices diminuíram. Na literatura especializada sobre armas de fogo, conforme apontado em Kleck (2004), os melhores indicadores indiretos sobre a sua prevalência nas localidades são o número e a proporção de suicídios por arma de fogo (em relação ao total de suicídios). Aceitando-se a taxa indicada no gráfico 4 como uma boa *proxy* para a difusão das armas, fica evidenciado, indiretamente, o efeito do Estatuto do Desarmamento – sancionado em 2003 – e das campanhas sobre o mesmo tema que ocorreram subsequentemente para fazer diminuir o número de armas e a letalidade no Brasil.

GRÁFICO 3

Brasil: taxa de suicídios por idade (1980, 1991, 2000 e 2010)

(Por 100 mil habitantes)



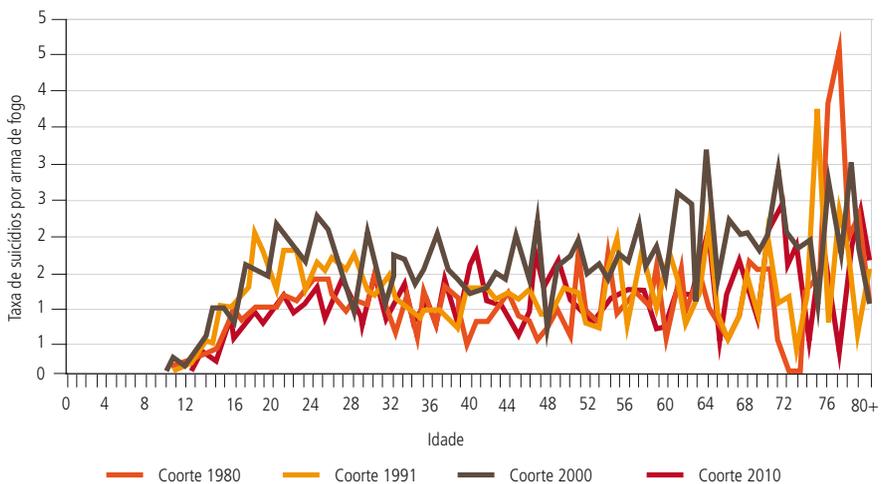
Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e IBGE.

Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 4

Brasil: taxa de suicídios por arma de fogo por idade (1980, 1991, 2000 e 2010)

(Por 100 mil habitantes)



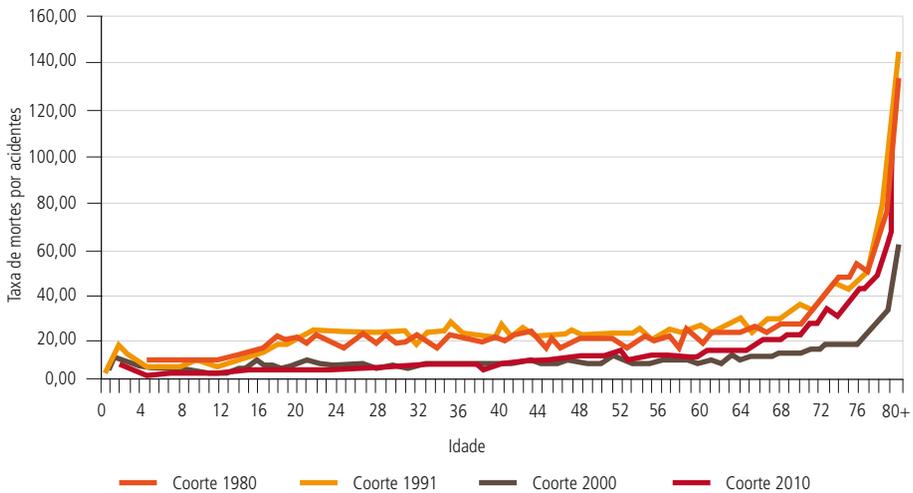
Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e IBGE.

Elaboração do Ipea.

No que se refere aos acidentes fatais, excluindo os acidentes de trânsito (gráfico 5), a partir de 2000, as taxas diminuíram em relação às décadas anteriores. Já a taxa de acidentes letais de jovens é basicamente igual à de adultos e bastante inferior à de indivíduos da terceira idade, que sofrem com quedas e outros pequenos acidentes, cujo desfecho tem maior probabilidade de ser fatal.

GRÁFICO 5

Brasil: taxa de mortes por acidentes por idade (1980, 1991, 2000 e 2010)
(Por 100 mil habitantes)



Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e IBGE.

Elaboração do Ipea.

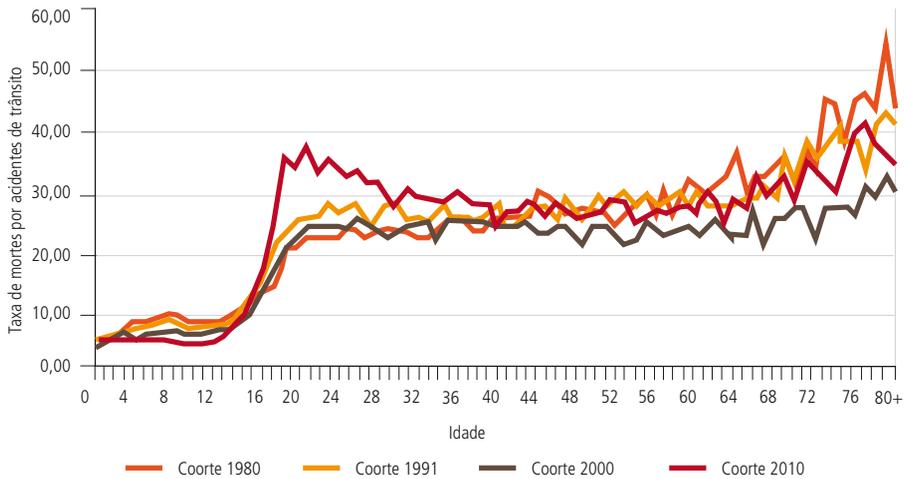
Obs.: Exclui acidentes de trânsito.

A taxa de óbitos de jovens em acidentes de trânsito aumentou de 1980 a 1991 e depois recuou em 2000, possivelmente em função da sanção do Código de Trânsito Brasileiro, de 1997. O surpreendente foi o crescimento acentuado dos anos 2000, conforme indicado, no gráfico 6, pela coorte de 2010. Uma possível explicação para esse fenômeno talvez seja o maior acesso a crédito observado nos anos 2000, que permitiu que a população em geral, e sobretudo os mais jovens, adquirissem automóveis e motocicletas. As mortes por acidentes de trânsito envolvendo jovens estão certamente entre os grandes desafios de políticas públicas para os próximos anos.

GRÁFICO 6

Brasil: taxa de mortes por acidentes de trânsito por idade (1980, 1991, 2000 e 2010)

(Por 100 mil habitantes)



Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e IBGE.

Elaboração do Ipea.

A tabela 1 descreve as taxas de letalidade violenta juvenil, para grupos de 100 mil jovens, apresentando números que dão a dimensão do drama que se estende por todo o país. Em 2010, esse indicador se situou num domínio entre 63,3 e 191,2, sendo que dezoito UFs possuíam indicadores superiores a 100. A tabela deixa ainda patente que os dois principais problemas se referem a homicídios e acidentes de trânsito.

TABELA 1
Brasil: taxa de mortalidades violentas de jovens por UF (2010)
 (Por 100 mil habitantes)

| UF | Taxas de mortes violentas de jovens (por 100 mil habitantes entre 15 e 29 anos) | | | | |
|----------------------------|---|------------|-----------------------------|-----------|-------------------------|
| | Mortes violentas | Homicídios | Homicídios por arma de fogo | Suicídios | Acidentes de transporte |
| Alagoas (AL) | 191,2 | 147,9 | 128,3 | 4,1 | 30,4 |
| Espírito Santo (ES) | 163,8 | 109,5 | 92,8 | 4,1 | 41,8 |
| Paraná (PR) | 132,6 | 73,6 | 60,5 | 6,4 | 44,4 |
| Bahia (BA) | 131,2 | 89,8 | 75,2 | 3,3 | 22,2 |
| Pernambuco (PE) | 125,5 | 81,5 | 66,5 | 4,3 | 29,4 |
| Pará (PA) | 125,2 | 87,8 | 66,6 | 3,4 | 26,3 |
| Paraíba (PB) | 122,7 | 81,8 | 72,3 | 3,4 | 30 |
| Amapá (AP) | 118,2 | 81,3 | 35 | 7,3 | 20,9 |
| Mato Grosso (MT) | 117,9 | 55 | 36,4 | 5,3 | 45,6 |
| Goiás (GO) | 116,5 | 63,5 | 47,2 | 6 | 39 |
| Sergipe (SE) | 114,5 | 60,3 | 45,4 | 7,9 | 39 |
| Ceará (CE) | 112,8 | 61,8 | 50,4 | 7,3 | 33,8 |
| Rondônia (RO) | 111,4 | 50,8 | 35,7 | 6,4 | 44,6 |
| Mato do Grosso do Sul (MS) | 110,1 | 42,5 | 28,2 | 11,8 | 46,7 |
| Distrito Federal (DF) | 109,0 | 71,9 | 58 | 6,5 | 26 |
| Roraima (RR) | 106,6 | 40,5 | 9 | 14,3 | 39 |
| Tocantins (TO) | 104,7 | 42,4 | 15,9 | 7,8 | 46,7 |
| Rio de Janeiro (RJ) | 103,7 | 70,8 | 59,2 | 2,7 | 22,5 |
| Amazonas (AM) | 93,9 | 61,5 | 39,5 | 8,8 | 15,6 |
| Rio Grande do Norte (RN) | 85,8 | 49,7 | 39,4 | 3,4 | 26,2 |
| Piauí (PI) | 84,8 | 23,8 | 14,4 | 8,9 | 44,7 |
| Rio Grande do Sul (RS) | 83,0 | 36,9 | 29,9 | 8 | 28 |
| Minas Gerais (MG) | 82,7 | 37,9 | 29,4 | 5,9 | 28,8 |
| Santa Catarina (SC) | 78,6 | 22,4 | 15,1 | 7,2 | 40,6 |
| Maranhão (MA) | 77,9 | 42,7 | 24,3 | 4,4 | 25,1 |
| Acre (AC) | 72,6 | 34 | 15,4 | 7,5 | 23,8 |
| São Paulo (SP) | 63,3 | 23,7 | 16,6 | 5,6 | 24,1 |

Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e IBGE.

Elaboração do Ipea.

Obs.: As mortes violentas incluem homicídios, acidentes, acidentes de transporte, suicídios e mortes violentas indeterminadas.

2.2 O perfil das jovens vítimas

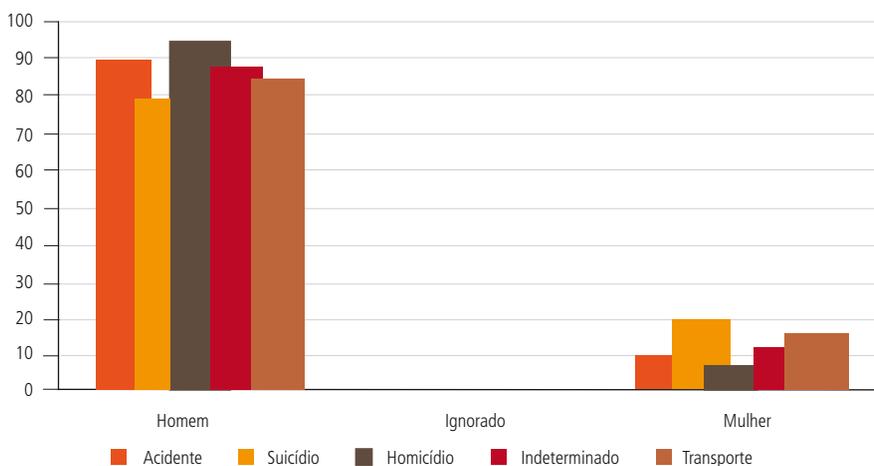
Quem são os jovens que morrem violentamente no Brasil e em que condições se deram os incidentes são as questões a serem respondidas nesta subseção. Para tanto, foram examinados os microdados de todas as cerca de 1,9 milhão de mortes violentas que ocorreram no Brasil, entre 1996 e 2010, que fazem parte do SIM/MS. Do total das mortes, este estudo deteve-se apenas nos indivíduos entre 15 e 29 anos.

O primeiro ponto a destacar é que as jovens vítimas dos vários tipos de mortes violentas são em sua esmagadora maioria homens (gráfico 7) como, aliás, é o caso para a população em geral.

GRÁFICO 7

Brasil: padrão de vitimização de jovens em relação ao sexo, por tipo de incidente (1996-2010)

(Em %)



Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis.

Elaboração do Ipea.

Obs.: Apenas os jovens entre 15 e 29 anos.

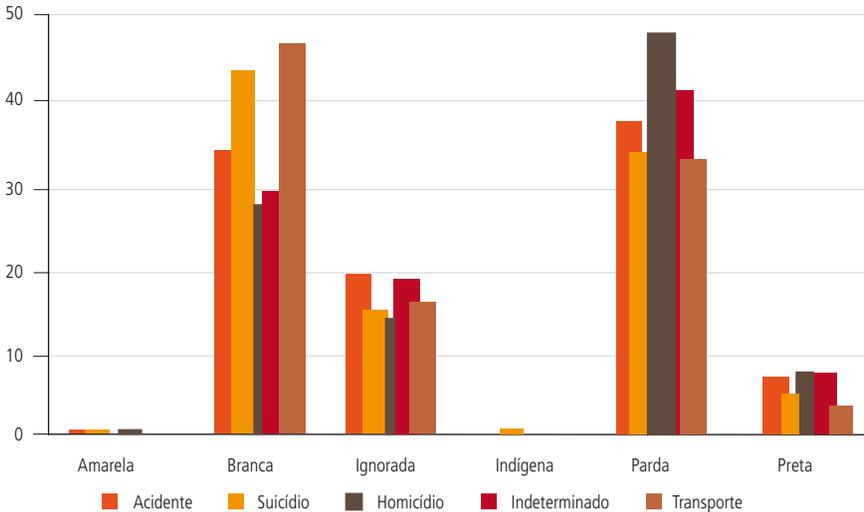
Os jovens de cor parda são as maiores vítimas de homicídios, de mortes violentas com causa indeterminada e de acidentes fatais (gráfico 8). Ao se levarem em conta os resultados de Cerqueira (2012), que demonstraram que significativa parcela das mortes violentas indeterminadas trata-se, na verdade, de homicídios não classificados como tais, isto implica dizer que jovens pardos e pretos são a esmagadora maioria das vítimas de agressões letais.

Os jovens brancos, por sua vez, são os mais vitimados por acidentes de trânsito e por suicídios.

GRÁFICO 8

Brasil: padrão de vitimização de jovens em relação à raça, por tipo de incidente (1996-2010)

(Em %)



Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis.

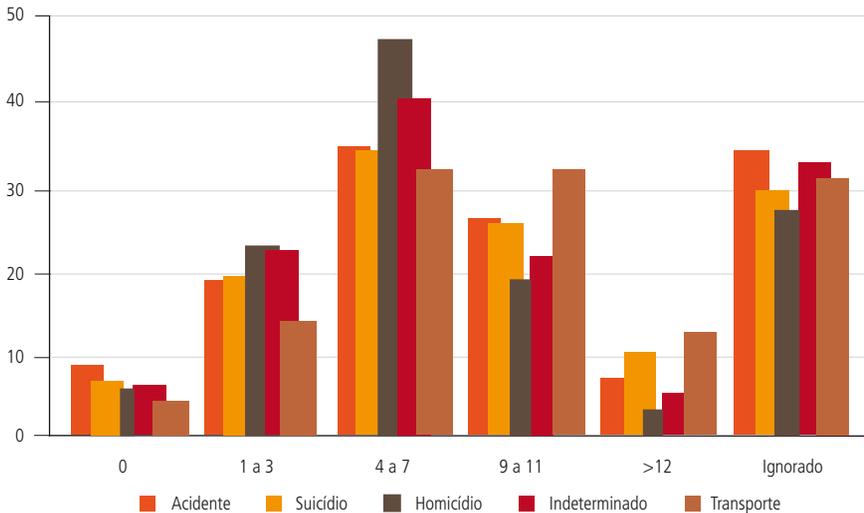
Elaboração do Ipea.

Obs.: Apenas os jovens entre 15 e 29 anos.

Os mortos em acidentes de transporte possuem escolaridade mais elevada do que as vítimas envolvidas em outros tipos de incidentes. As vítimas de homicídios, de mortes indeterminadas e de acidentes possuem baixa escolaridade, tipicamente de 4 a 7 anos de estudo, conforme apontado no gráfico 9. Uma observação a se fazer em relação à caracterização da escolaridade diz respeito ao elevado número de informações ignoradas pelo SIM.

GRÁFICO 9

Brasil: padrão de vitimização de jovens em relação à escolaridade, por tipo de incidente (1996-2010)
(Em %)



Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis.

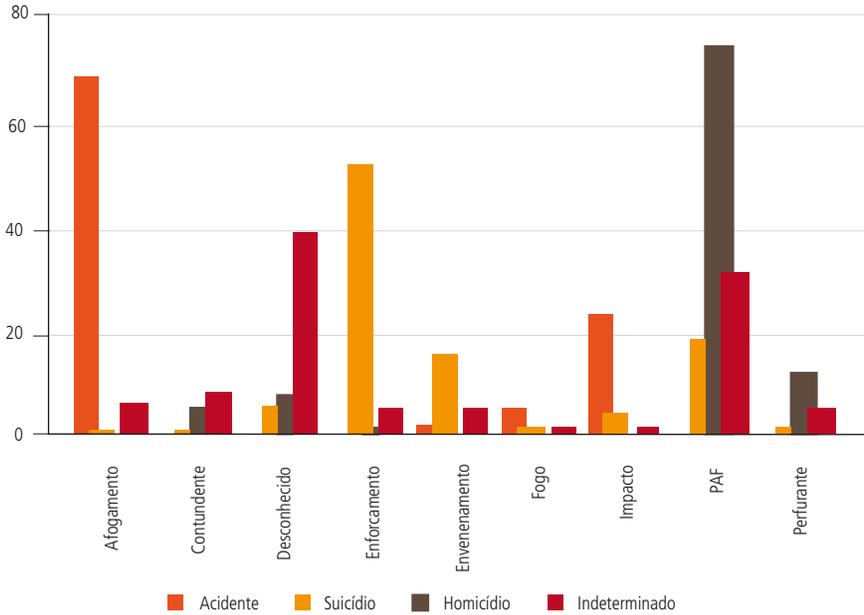
Elaboração do Ipea.

Obs.: Apenas os jovens entre 15 e 29 anos.

O meio ou instrumento que gerou o primeiro processo mórbido diz muito sobre a causa básica do óbito violento. Esses instrumentos foram classificados em dez categorias, seguindo tipificação apontada em Cerqueira (2012).⁴ Conforme se pode visualizar no gráfico 10, enquanto os homicídios, em sua grande maioria, foram perpetrados com o uso de arma de fogo, os acidentes envolvendo jovens decorrem de afogamento ou, em segundo plano, impactos (e/ou quedas). Já os suicídios ocorrem tipicamente por meio de enforcamento.

4. Os óbitos causados por *impacto* resultam de uma variedade de eventos que incluem quedas, objetos em queda, esmagamento em contato com ferramentas e utensílios, explosão de caldeira e de outros materiais. A categoria *perfurante* inclui basicamente as mortes ocasionadas por objetos perfurantes ou cortantes. *Contundente* inclui uma variedade de ações como golpe, pancada, pontapé e mordedura. O *enforcamento* agrega também os casos de estrangulamentos. *Fogo* inclui os óbitos ocasionados por inalação de fumaça por consequência de fogo e incêndio. Os *envenenamentos* decorrem da ingestão de uma grande variedade de substâncias, como álcool, drogas psicoativas, medicamentos, solventes, entre outros. *PAF* se refere às mortes ocasionadas por perfuração de armas de fogo.

GRÁFICO 10
Brasil: padrão de vitimização dos jovens em relação ao instrumento do óbito, por tipo de incidente (1996-2010)
 (Em %)



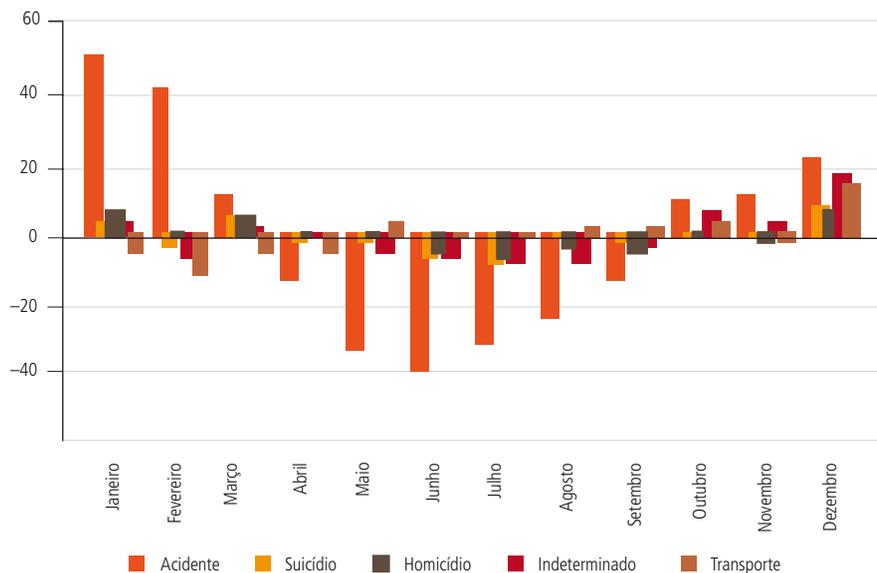
Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis.
 Elaboração do Ipea.
 Obs.: Apenas os jovens entre 15 e 29 anos.

Os próximos três gráficos mostram que os homicídios, acidentes e acidentes de transporte envolvendo jovens ocorrem de forma mais prevalente nos períodos em que há maior interação social. O gráfico 11 indica que a sazonalidade dos homicídios é bem mais acentuada em relação aos outros tipos de incidentes fatais. Fica claro também que, enquanto aqueles três tipos de incidentes ocorrem numa magnitude abaixo da média mensal exatamente nas estações de outono e inverno, no verão ocorre o oposto. Nessa mesma linha, o gráfico 12 mostra como a ocorrência desses óbitos se acentua nos fins de semana.

GRÁFICO 11

Brasil: padrão de vitimização de jovens quanto ao mês, por tipo de incidente (1996-2010)

(Desvio % em relação à média mensal)



Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis.

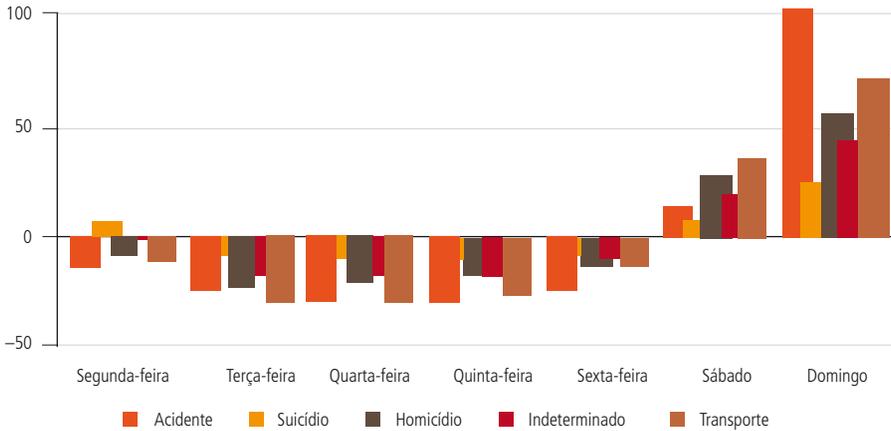
Elaboração do Ipea.

Obs.: Apenas os jovens entre 15 e 29 anos.

GRÁFICO 12

Brasil: padrão de vitimização de jovens quanto ao dia da semana, por tipo de incidente (1996-2010)

(Desvio % em relação à média diária)



Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis.

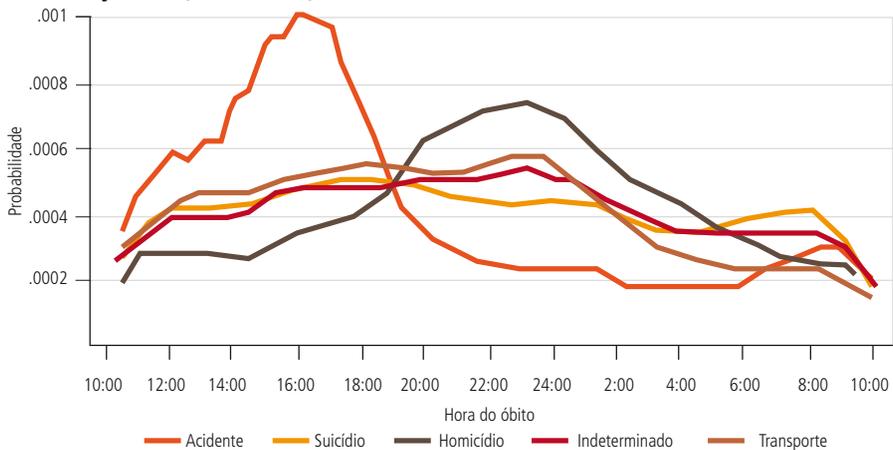
Elaboração do Ipea.

Obs.: Apenas os jovens entre 15 e 29 anos.

Já o gráfico 13 deixa indicado que os acidentes ocorrem geralmente durante o dia – o que é coerente com o fato de que significativa parte desses óbitos se dá por afogamento, conforme ilustrado no gráfico 9 – e os homicídios na parte da noite.

GRÁFICO 13

Brasil: densidade de *kernel* da hora do incidente, por tipos de vitimização de jovens (2006-2010)



Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis.

Elaboração do Ipea.

3 DA TRAGÉDIA HUMANA À TRAGÉDIA ECONÔMICA

Foi vista na seção anterior a dimensão do problema da mortalidade violenta de jovens no Brasil, fenômeno que veio se agravando desde os anos 1980. Trata-se, indubitavelmente, de uma grande tragédia humana, com implicações incomensuráveis. Essas mortes prematuras devido à violência têm consequências passíveis de serem avaliadas monetariamente. Nesta seção, vai-se calcular o custo de bem-estar social ocasionado pela letalidade violenta de jovens.

A abordagem desenvolvida aqui segue de perto a metodologia descrita em Cerqueira e Soares (2011), que, por sua vez, insere-se na literatura do valor da vida e, mais precisamente, na abordagem desenvolvida por Rosen (1988), Murphy e Topel (2003) e Soares (2006).

A metodologia visa responder à seguinte questão: Qual o valor monetário da disposição marginal a pagar (MWP) de determinado grupo social para evitar o risco da morte prematura devido à determinada causa evitável? No apêndice, descreve-se detalhadamente, através de equações, essa metodologia, que calcula a MWP. Resumidamente, esse valor mede

a propensão marginal a pagar do indivíduo para evitar o risco de morte prematura devido a homicídio. A fórmula da MWP depende do consumo e da renda que o indivíduo deixa de ganhar ao longo do seu ciclo de vida, no caso de morte, ponderada pela chance de sobrevivência caso a violência fosse erradicada no período da juventude. Assim, colocado de outra forma, a MWP pode ser interpretada como um prêmio de seguro que o sujeito está disposto a pagar para se cobrir da violência na juventude. Mesmo que ele não seja roubado a perda dele seria igual ao prêmio pago.

No entanto, vale destacar que toda a sociedade que vive na região perde com uma eventual morte do indivíduo, não apenas a vítima. Nesse sentido, estima-se o cálculo de custo de bem-estar social associado às mortes violentas (SMWP), que se dá pela agregação da MWP para cada grupo populacional (homens e mulheres residentes em cada UF), levando-se em conta não apenas as gerações correntes, mas também aquelas que nascerão no futuro. O SMWP significa a MWP da sociedade, ou seja, o custo do bem-estar social da violência.

3.1 Bases de dados e cálculos

As informações sobre mortalidade foram obtidas a partir dos microdados do SIM/MS/SVS/Dasis, para o ano de 2010 – que segue a CID-10. Para cada indivíduo morto, foram identificados a causa que gerou o primeiro processo mórbido (agressões, acidentes de transporte, outros acidentes, suicídios e mortes violentas com causa indeterminada), a UF de residência da vítima e o sexo. As populações para cada um desses subgrupos de categorias foram obtidas com base no Censo Demográfico do IBGE, de 2010. Além dessas informações, foram utilizadas as projeções populacionais do IBGE por UF e sexo, até 2050.

Em 1,5% do total das mortes violentas registradas pelo SIM em 2010, a idade do indivíduo era ignorada. Para contornar esse problema imputaram-se os dados faltantes com base no método *propensity score* (Rosenbaum e Rubin, 1983 *apud* SAS Institute, 2011), utilizando como covariáveis o sexo e o tipo de morte. Por este método um escore é atribuído a cada observação, dadas as covariáveis observadas. As observações são agrupadas com base nesses escores e a imputação dos valores faltantes é feita selecionando-se aleatoriamente (com reposição) os valores não faltantes dentro de cada grupo.

Ainda, do total de óbitos violentos, a variável sexo era desconhecida em 0,07% dos casos. A mesma foi imputada pelo método *fully conditional specification* (FCS) (Van Buuren e Oudshoorn, 1999, *apud* SAS Institute, 2011 e Brand, 1999 *apud* SAS Institute, 2011), utilizando como covariáveis a idade e o tipo de morte. Este método assume que existe uma distribuição conjunta entre as variáveis. Cada categoria da variável a ser estimada é utilizada para configurar grupos. Desses grupos, a média estimada para cada uma das covariáveis e a matriz de covariâncias são usadas para o processo de imputação. Ambas as imputações foram feitas por meio do módulo de múltipla imputação (MI) disponível no *software* SAS.

Para estimar a renda do indivíduo, inferiu-se o seguinte modelo:

$$y = f(a/UF, g) + u$$

em que y é a renda de todos os trabalhos do indivíduo, obtida a partir da amostra do Censo de 2010; a é a idade do indivíduo; e u é um termo aleatório. Estimou-se a função $f(\cdot)$, condicional à UF de residência e sexo, pelo método de regressão não paramétrica local conhecido como *local polynomial regression*, em vez das tradicionais regressões lineares. O método consiste, aproximadamente, em ajustar uma expansão de Taylor de ordem p , ponderada por um *kernel* em uma vizinhança (janela) de um *grid* de x . A ordem definida é $p = 0$ (ou seja, uma média local), o *kernel* é o de Epanechnikov e a janela é estimada por uma regra de bolso (*rule-of-thumb*). A vantagem desse método é que não há a necessidade de se impor uma estrutura paramétrica definida *a priori*, que pode gerar estimativas discrepantes para a renda obtida a partir da combinação de determinados valores das variáveis preditoras. Já as maiores desvantagens do método são a necessidade de utilização mais intensiva de cálculos computacionais e de dados, o que não representa uma restrição efetiva, tendo em vista o grande tamanho amostral do censo.

A variável população foi obtida a partir da amostra do Censo de 2010, sendo extrapolada para toda a população por idade, sexo e UF.

3.2 Resultados

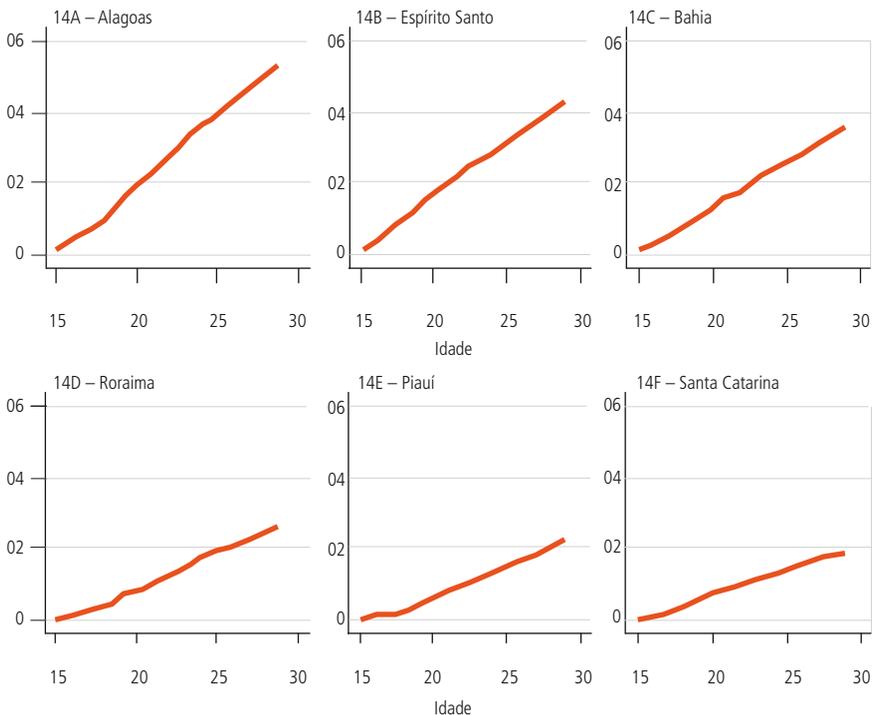
O gráfico 14 mostra o impacto sobre a probabilidade de sobrevivência para um homem de 15 anos, caso ele se deparasse com a erradicação da violência

no período de juventude (15 a 29 anos) em seu estado de residência. Neste gráfico foram apresentadas, a título de ilustração, apenas aquelas UFs em que o impacto da redução da violência seria maior (primeira linha) e menor (segunda linha). Alagoas, Espírito Santo e Bahia apresentariam o maior impacto de eliminação da violência, pois registraram a maior taxa de mortes violentas para jovens, em 2010. Em Alagoas, o jovem de 15 anos aumentaria sua chance de sobreviver até os 29 anos, caso a violência letal fosse erradicada, em 5,6 pontos percentuais (p.p.). No Espírito Santo e na Bahia esse acréscimo na chance de sobrevivência chegaria a 4,3 p.p. e 3,6 p.p., respectivamente. Para os estados de menor impacto, o aumento na probabilidade de sobrevivência dos 15 até os 29 anos seria de 2,7 p.p., 2,2 p.p. e 1,9 p.p., em Roraima, Piauí e Santa Catarina, respectivamente.

GRÁFICO 14

Impacto da eliminação da violência na juventude sobre a probabilidade de sobrevivência dos homens ao longo do ciclo da juventude (15 a 29 anos)

Aumento na probabilidade de sobrevivência



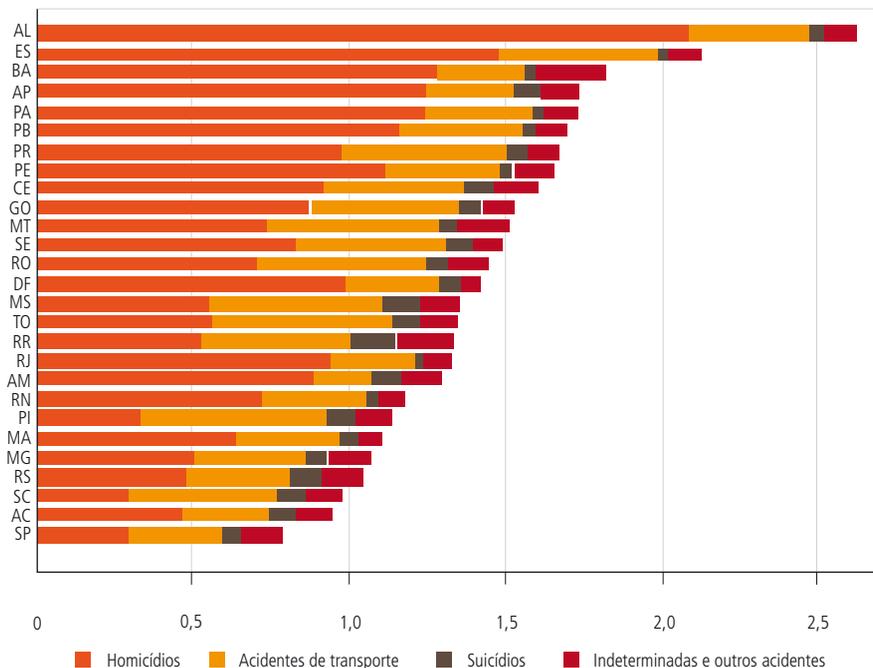
Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e Censo de 2010/IBGE.

Elaboração do Ipea.

O gráfico 15 apresenta a diminuição de expectativa de vida ao nascer dos homens devido a mortes violentas na juventude.⁵ No extremo da distribuição, os alagoanos têm uma perda de expectativa de vida de dois anos e sete meses devido às mortes violentas. Apenas os homicídios respondem por mais de dois anos para as perdas totais nesse estado. Por sua vez, o estado de São Paulo está no outro extremo, com perda de expectativa de vida de quase dez meses. Vale destacar também que, para a grande maioria dos estados, entre os tipos de violência, os homicídios geram a maior perda. Acidentes de transporte vêm na sequência, seguidos por mortes indeterminadas e acidentes e por suicídios.

GRÁFICO 15

Perda de expectativa de vida ao nascer dos homens devido a mortes violentas – homicídios, acidentes de transporte, suicídios e indeterminadas/acidentes (2010)



Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e Censo de 2010/IBGE.

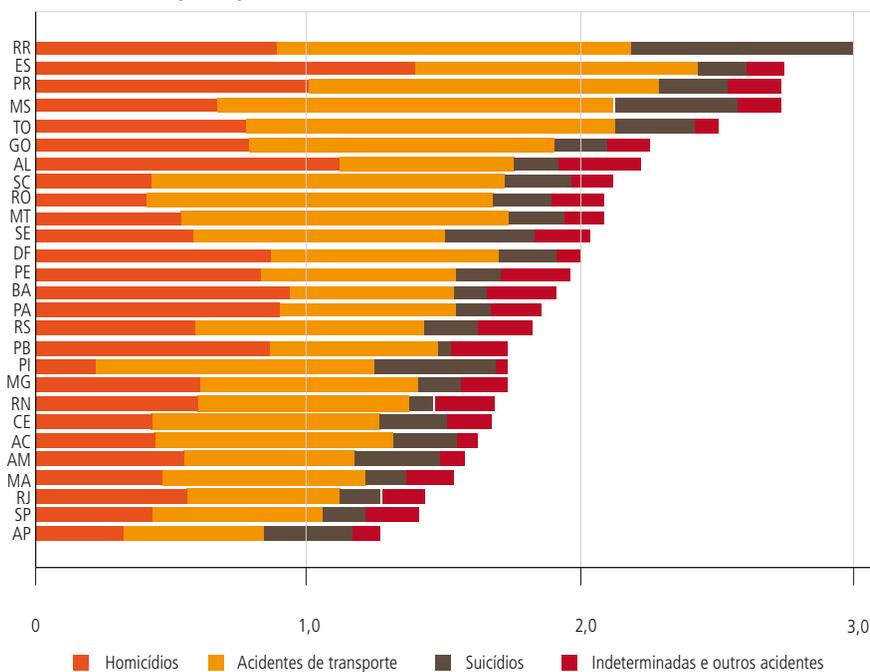
Elaboração do Ipea.

5. Os valores dos indicadores expostos no gráfico 15 constam na tabela A.1 no apêndice.

O gráfico 16 apresenta as mesmas informações do gráfico anterior, mas relativas às mulheres. Esses dados mostram que Roraima, Espírito Santo e Paraná são os estados mais violentos entre as mulheres jovens e que, portanto, apresentam a maior perda de expectativa de vida ao nascer devido às mortes violentas no período da juventude. As roraimenses têm uma expectativa de 0,3 ano a menos de vida ao nascer devido a essas mortes violentas. Por sua vez, as amapaenses estão no outro extremo, com perda de expectativa de vida de 0,13 ano.

GRÁFICO 16

Perda de expectativa de vida ao nascer das mulheres devido a mortes violentas – homicídios, acidentes de transporte, suicídios e indeterminadas/ acidentadas (2010)



Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e Censo de 2010/IBGE.

Elaboração do Ipea.

Ao contrário dos homens, o tipo principal de morte relacionada à perda de expectativa de vida para as mulheres é aquela ocasionada por acidente de transporte. Vale ressaltar, porém, que a perda de expectativa de vida para as mulheres é bem inferior à dos homens.

A tabela 2, além de reportar as elevadíssimas taxas de mortalidade violenta (por 100 mil jovens), para cada UF do país, para grupos de homens e de mulheres, respectivamente, indica também a MWP para evitar o risco de morte prematura por violência aos 20 anos de idade (MWP₂₀). Basicamente dois fatores são importantes para condicionar os resultados: a renda e a taxa de vitimização. É interessante notar que, nas distribuições das MWP₂₀, tanto para homens quanto para mulheres, o Maranhão e o Distrito Federal se encontram nos extremos entre aquelas UFs com menor e maior disposição a pagar, respectivamente. Enquanto, no Maranhão, a renda e as taxas de vitimização aos 20 anos são relativamente mais baixas, o inverso ocorre com o Distrito Federal. Observa-se ainda que o domínio dos valores⁶ para os homens está inserido entre R\$ 11.739 e R\$ 63.438, ao passo que, no caso das mulheres, tais cifras ficaram bem abaixo, de R\$ 1.260 a R\$ 6.250.

TABELA 2

MWP e taxa de vitimização aos 20 anos, por UF e sexo (2010)

(Por 100 mil jovens de cada sexo)

| UF | Homens | | UF | Mulheres | |
|----|-----------|---------------------|----|-----------|---------------------|
| | MWP (R\$) | Taxa de vitimização | | MWP (R\$) | Taxa de vitimização |
| DF | 63.438 | 211,7 | DF | 6.250 | 25,3 |
| ES | 45.377 | 327,9 | RR | 4.308 | 47,7 |
| PR | 38.143 | 299,6 | MS | 3.920 | 18,2 |
| RJ | 35.685 | 230,7 | PR | 3.714 | 33,5 |
| GO | 34.929 | 278,4 | ES | 3.473 | 43,3 |
| AL | 33.987 | 456,1 | GO | 3.185 | 18,2 |
| AP | 32.437 | 88,0 | TO | 3.045 | 23,5 |
| MT | 31.960 | 269,9 | SC | 2.836 | 23,4 |
| MS | 30.433 | 230,3 | MT | 2.789 | 33,3 |
| RO | 27.525 | 346,8 | RO | 2.595 | 13,0 |
| RR | 25.166 | 232,6 | RJ | 2.453 | 17,5 |
| PE | 24.475 | 280,6 | SP | 2.425 | 18,4 |
| PA | 24.289 | 279,2 | RS | 2.418 | 26,2 |
| BA | 23.695 | 309,6 | SE | 2.125 | 14,9 |
| SC | 22.886 | 188,4 | AL | 2.102 | 30,1 |

(Continua)

6. Os valores foram atualizados para preços de janeiro de 2013.

(Continuação)

| UF | Homens | | UF | Mulheres | |
|----|-----------|---------------------|----|-----------|---------------------|
| | MWP (R\$) | Taxa de vitimização | | MWP (R\$) | Taxa de vitimização |
| RS | 22.635 | 159,3 | PE | 2.084 | 22,4 |
| TO | 22.592 | 158,7 | AC | 2.035 | 0,0 |
| SP | 21.981 | 122,6 | MG | 2.006 | 20,1 |
| AM | 21.475 | 205,3 | AM | 1.936 | 26,0 |
| SE | 20.632 | 254,7 | AP | 1.883 | 15,1 |
| PB | 20.318 | 246,3 | PA | 1.815 | 22,5 |
| MG | 20.171 | 167,5 | RN | 1.802 | 20,7 |
| CE | 19.239 | 256,4 | BA | 1.749 | 24,0 |
| RN | 16.895 | 188,9 | CE | 1.580 | 18,2 |
| AC | 15.608 | 121,5 | PB | 1.577 | 12,0 |
| PI | 12.051 | 154,8 | PI | 1.461 | 23,0 |
| MA | 11.739 | 167,6 | MA | 1.260 | 20,0 |

Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e IBGE.

Elaboração do Ipea.

Obs.: Valores atualizados a preços de janeiro de 2013.

A tabela 3 mostra a taxa de vitimização violenta de jovens e valores sociais da disposição marginal a pagar (SMWP) das gerações correntes e das gerações futuras para evitar a violência. Os dados mostram que o valor que a geração corrente estaria disposta a pagar para erradicar a violência gira em torno de R\$ 2,21 trilhões. Somado ao montante das gerações futuras, o custo de bem-estar da violência letal seria de R\$ 2,63 trilhões para a sociedade brasileira, o que representa 51,5% do PIB nacional. Todavia, como esse indicador representa o quociente de um estoque (SMWP) por um fluxo (PIB), a fim de se obter um valor anual, calculou-se o fluxo associado a uma perpetuidade, descontado à taxa de desconto de 3% ao ano (a.a.), o que resulta em um custo de bem-estar anual de 1,5% do PIB nacional.

Analisando por UF, o custo total (SMWP total) varia de R\$ 6,9 bilhões no Acre, um estado com baixa taxa de vitimização, baixa renda e pequena população, a R\$ 495 bilhões em São Paulo, o maior estado da Federação, onde a taxa de vitimização é baixa, mas a renda da população é elevada. A fim de se relativizar o problema em relação à dimensão econômica do estado, indicou-se na última coluna o custo de bem-estar social anual como proporção do PIB da UF. Pode-se observar que o custo da vitimização violenta dos jovens corresponde a um custo anual que varia de 1% do PIB estadual, como é o caso de São Paulo, a 6%, para o caso de Alagoas.

TABELA 3

Taxa de vitimização da juventude e custo social da violência juvenil (SMWP), por UF (2010)
(Por 100 mil jovens)

| UF | Taxa de vitimização violenta de jovens | SMWP da geração corrente (R\$ bilhões) | SMWP das gerações futuras (R\$ bilhões) | SMWP total (R\$ bilhões) | SMWP total (% do PIB nacional) | SMWP anual (R\$ bilhões) | SMWP anual (% do PIB nacional) | SMWP anual (% do PIB estadual) |
|--------------|--|--|---|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| SP | 63,3 | 422,3 | 72,9 | 495,2 | 9,7 | 14,9 | 0,29 | 1,0 |
| RJ | 103,7 | 252,2 | 41,2 | 293,5 | 5,7 | 8,8 | 0,17 | 1,9 |
| PR | 132,6 | 180,1 | 33,7 | 213,8 | 4,2 | 6,4 | 0,13 | 2,5 |
| MG | 82,7 | 181,5 | 30,8 | 212,3 | 4,2 | 6,4 | 0,12 | 1,6 |
| BA | 131,2 | 149,8 | 29,2 | 178,9 | 3,5 | 5,4 | 0,11 | 3,0 |
| RS | 83,0 | 107,9 | 17,7 | 125,6 | 2,5 | 3,8 | 0,07 | 1,3 |
| GO | 116,5 | 98,9 | 18,7 | 117,6 | 2,3 | 3,5 | 0,07 | 3,1 |
| PE | 125,5 | 96,9 | 19,4 | 116,3 | 2,3 | 3,5 | 0,07 | 3,2 |
| PA | 125,2 | 85,9 | 20,5 | 106,3 | 2,1 | 3,2 | 0,06 | 3,5 |
| DF | 109,0 | 76,8 | 15,0 | 91,9 | 1,8 | 2,8 | 0,05 | 1,6 |
| CE | 112,8 | 73,5 | 14,7 | 88,2 | 1,7 | 2,6 | 0,05 | 2,9 |
| ES | 163,8 | 72,7 | 13,1 | 85,8 | 1,7 | 2,6 | 0,05 | 2,7 |
| SC | 78,6 | 66,3 | 12,0 | 78,3 | 1,5 | 2,4 | 0,05 | 1,3 |
| AL | 191,2 | 46,7 | 10,6 | 57,3 | 1,1 | 1,7 | 0,03 | 6,0 |
| MT | 117,9 | 45,5 | 9,3 | 54,8 | 1,1 | 1,6 | 0,03 | 2,4 |
| MA | 77,9 | 36,3 | 8,6 | 44,9 | 0,9 | 1,3 | 0,03 | 2,6 |
| AM | 93,9 | 35,0 | 9,2 | 44,2 | 0,9 | 1,3 | 0,03 | 1,9 |
| MS | 110,1 | 35,6 | 7,2 | 42,9 | 0,8 | 1,3 | 0,03 | 2,5 |
| PB | 122,7 | 33,8 | 7,1 | 40,9 | 0,8 | 1,2 | 0,02 | 3,3 |
| RN | 85,8 | 24,8 | 4,7 | 29,5 | 0,6 | 0,9 | 0,02 | 2,4 |
| RO | 111,4 | 20,3 | 4,3 | 24,6 | 0,5 | 0,7 | 0,01 | 2,7 |
| SE | 114,5 | 19,6 | 4,1 | 23,7 | 0,5 | 0,7 | 0,01 | 2,6 |
| PI | 84,8 | 17,3 | 3,6 | 20,9 | 0,4 | 0,6 | 0,01 | 2,4 |
| TO | 104,7 | 15,2 | 3,3 | 18,5 | 0,4 | 0,6 | 0,01 | 2,8 |
| AP | 118,2 | 9,9 | 2,5 | 12,5 | 0,2 | 0,4 | 0,01 | 3,9 |
| RR | 106,6 | 5,7 | 1,5 | 7,2 | 0,1 | 0,2 | 0,00 | 2,9 |
| AC | 72,7 | 5,5 | 1,4 | 6,9 | 0,1 | 0,2 | 0,00 | 2,1 |
| Total | 99,4 | 2.216,1 | 416,4 | 2.632,5 | 51,5 | 79,0 | 1,5 | 1,5 |

Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e IBGE.

Elaboração do Ipea.

Obs.: 1. Valores atualizados a preços de janeiro de 2013.

2. SMWP significa a MWP da sociedade, ou seja, o custo do bem-estar social da violência.

4 CONCLUSÕES

Desde sempre, fala-se que os jovens são o futuro da nação. Há que se refletir, no entanto, sobre o que se está fazendo com os jovens neste país. Os dados sobre mortalidade violenta juvenil mostram uma realidade trágica. Por exemplo, em Alagoas a taxa de vitimização violenta letal de homens entre 15 e 29 anos ultrapassou o incrível patamar de 456 por grupo de 100 mil indivíduos. A violência perpetrada contra jovens é, porém, um fenômeno disseminado no Brasil e que tem crescido substancialmente nas últimas décadas. A cada ano, uma proporção maior de jovens, cada vez mais jovens, é assassinada. São tipicamente pardos, com 4 a 7 anos de estudo, mortos nas vias públicas, por armas de fogo, nos períodos onde há mais interação social.

Extremamente preocupantes também são as mortes ocasionadas por acidentes de transporte. Nos anos 2000, com o aumento da renda do brasileiro e o aprimoramento do mercado de crédito, sobretudo para a aquisição de veículos automotores, muitos indivíduos tiveram acesso a automóveis e motocicletas. Provavelmente, isso colaborou para que a taxa de óbitos em acidentes de trânsito envolvendo jovens aumentasse 44,6% na última década. Nesse caso, a vítima típica é de jovens, brancos e com maior nível de escolaridade.

São incomensuráveis as perdas dessa tragédia, em termos de dor, sofrimento e desestruturação familiar. Esses óbitos geram, ainda, um custo econômico de bem-estar para a sociedade, que pode ser expresso monetariamente. Neste trabalho, foi utilizada uma abordagem de MWP para evitar o risco de mortes prematuras devido à violência. Quantificou-se também a perda de expectativa de vida ao nascer, para homens e mulheres residentes em cada UF, devido a cada tipo de violência, entre os quais homicídios, suicídios, acidentes de transporte e outras violências.

Analisando-se as UFs, os cálculos mostraram que as violências podem fazer reduzir a expectativa de vida ao nascer em até quase três anos para os homens. Economicamente, o custo anual com a vitimização violenta dos jovens pode corresponder a até 6% do PIB estadual. No geral, a morte prematura de jovens devido às violências custa ao país cerca de R\$ 79 bilhões a cada ano, o que corresponde a aproximadamente 1,5% do PIB nacional.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, D. Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro. **Brazilian journal of applied economics**, v. 16, n. 2, 2012.

CERQUEIRA, D.; SOARES, R. R. **Custo de bem-estar da violência letal no Brasil e desigualdades regionais, educacionais e de gênero**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1.638).

KLECK, G. Measures of gun ownership levels for macrolevel crime and violence research. **Journal of research in crime and delinquency**, v. 41, n. 1, p. 3-36, 2004.

MURPHY, K. M.; TOPEL, R. The economic value of medical research. *In*: _____. (Ed.). **Measuring the gains from medical research: an economic approach**. Chicago: University of Chicago Press, 2003, p. 41-73.

ROSEN, S. The value of changes in life expectancy. **Journal of risk and uncertainty**, v. 1, p. 285-304, 1988.

SAS INSTITUTE. **SAS/STAT user's guide: the MI procedures**. Cary: SAS Institute, 2011. Disponível em: <<http://support.sas.com/documentation/onlinedoc/stat/indexproc.html#stat93>>. Acesso em: jul. 2013.

SOARES, R. R. Mortality reductions, educational attainment and fertility choice. **The American economic review**, v. 95, n. 3, p. 580-601, 2005.

_____. The welfare cost of violence across countries. **The journal of health economics**, v. 25, p. 821-846, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERQUEIRA, D. *et al.* **Análise dos custos e consequências da violência no Brasil**. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1.284).

APÊNDICE A

TABELA A.1

Perda de expectativa de vida ao nascer dos homens devido a mortes violentas (2010)

(Em anos)

| UF | Homens | | | | Total |
|----|------------|-------------------------|-----------|-------------------------|-------------|
| | Homicídios | Acidentes de transporte | Suicídios | Indeterminadas e outras | |
| AL | 2,09 | 0,38 | 0,05 | 0,10 | 2,62 |
| ES | 1,49 | 0,50 | 0,04 | 0,11 | 2,14 |
| BA | 1,28 | 0,28 | 0,04 | 0,21 | 1,81 |
| AP | 1,25 | 0,28 | 0,08 | 0,13 | 1,74 |
| PA | 1,25 | 0,34 | 0,04 | 0,10 | 1,73 |
| PB | 1,16 | 0,39 | 0,05 | 0,09 | 1,69 |
| PR | 0,98 | 0,53 | 0,07 | 0,10 | 1,68 |
| PE | 1,12 | 0,36 | 0,05 | 0,13 | 1,66 |
| CE | 0,92 | 0,45 | 0,09 | 0,14 | 1,60 |
| GO | 0,88 | 0,48 | 0,07 | 0,10 | 1,53 |
| MT | 0,74 | 0,55 | 0,06 | 0,16 | 1,51 |
| SE | 0,83 | 0,48 | 0,09 | 0,09 | 1,49 |
| RO | 0,71 | 0,54 | 0,08 | 0,12 | 1,45 |
| DF | 0,99 | 0,30 | 0,07 | 0,06 | 1,42 |
| MS | 0,56 | 0,55 | 0,13 | 0,12 | 1,36 |
| TO | 0,56 | 0,58 | 0,09 | 0,11 | 1,34 |
| RR | 0,53 | 0,47 | 0,15 | 0,19 | 1,34 |
| RJ | 0,95 | 0,26 | 0,02 | 0,09 | 1,32 |
| AM | 0,89 | 0,18 | 0,11 | 0,11 | 1,29 |
| RN | 0,72 | 0,33 | 0,04 | 0,08 | 1,17 |
| PI | 0,34 | 0,59 | 0,09 | 0,11 | 1,13 |
| MA | 0,64 | 0,33 | 0,06 | 0,08 | 1,11 |
| MG | 0,51 | 0,35 | 0,07 | 0,13 | 1,06 |
| RS | 0,48 | 0,33 | 0,10 | 0,13 | 1,04 |
| SC | 0,30 | 0,49 | 0,08 | 0,11 | 0,98 |
| AC | 0,47 | 0,28 | 0,09 | 0,11 | 0,95 |
| SP | 0,30 | 0,29 | 0,06 | 0,13 | 0,78 |

Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e IBGE.

Elaboração do Ipea.

Obs.: As mortes violentas incluem homicídios, acidentes, acidentes de transporte, suicídio e mortes violentas indeterminadas.

TABELA A.2

Perda de expectativa de vida ao nascer das mulheres devido a mortes violentas (2010)

(Em anos)

| UF | Mulheres | | | | Total |
|----|------------|-------------------------|-----------|-------------------------|-------------|
| | Homicídios | Acidentes de transporte | Suicídios | Indeterminadas e outras | |
| RR | 0,09 | 0,13 | 0,08 | 0,00 | 0,30 |
| MS | 0,07 | 0,15 | 0,05 | 0,02 | 0,29 |
| PR | 0,10 | 0,13 | 0,03 | 0,02 | 0,28 |
| ES | 0,14 | 0,10 | 0,02 | 0,01 | 0,27 |
| TO | 0,08 | 0,13 | 0,03 | 0,01 | 0,25 |
| GO | 0,08 | 0,11 | 0,02 | 0,02 | 0,23 |
| AL | 0,11 | 0,06 | 0,02 | 0,03 | 0,22 |
| RO | 0,04 | 0,13 | 0,02 | 0,02 | 0,21 |
| PE | 0,08 | 0,07 | 0,02 | 0,03 | 0,20 |
| SC | 0,04 | 0,13 | 0,02 | 0,01 | 0,20 |
| DF | 0,09 | 0,08 | 0,02 | 0,01 | 0,20 |
| MT | 0,05 | 0,12 | 0,02 | 0,01 | 0,20 |
| SE | 0,06 | 0,09 | 0,03 | 0,02 | 0,20 |
| BA | 0,09 | 0,06 | 0,01 | 0,03 | 0,19 |
| MG | 0,06 | 0,08 | 0,02 | 0,02 | 0,18 |
| PA | 0,09 | 0,06 | 0,01 | 0,02 | 0,18 |
| PB | 0,09 | 0,06 | 0,01 | 0,02 | 0,18 |
| RS | 0,06 | 0,08 | 0,02 | 0,02 | 0,18 |
| AC | 0,05 | 0,09 | 0,02 | 0,01 | 0,17 |
| RN | 0,06 | 0,08 | 0,01 | 0,02 | 0,17 |
| AM | 0,06 | 0,06 | 0,03 | 0,01 | 0,16 |
| PI | 0,02 | 0,10 | 0,04 | 0,00 | 0,16 |
| CE | 0,04 | 0,08 | 0,02 | 0,02 | 0,16 |
| MA | 0,05 | 0,07 | 0,01 | 0,02 | 0,15 |
| RJ | 0,06 | 0,06 | 0,01 | 0,02 | 0,15 |
| SP | 0,04 | 0,06 | 0,02 | 0,02 | 0,14 |
| AP | 0,03 | 0,05 | 0,03 | 0,01 | 0,12 |

Fonte: SIM/MS/SVS/Dasis e IBGE.

Elaboração do Ipea.

Obs.: As mortes violentas incluem homicídios, acidentes, acidentes de transporte, suicídio e mortes violentas indeterminadas.

APÊNDICE B

MODELO TEÓRICO PARA CÁLCULO DO CUSTO SOCIAL DA VIOLÊNCIA

O modelo procura responder precisamente à seguinte questão: Qual o valor monetário da MWP de determinado grupo social para evitar o risco da morte prematura devido à determinada causa evitável?

Para o cálculo da MWP, a abordagem considera explicitamente que os indivíduos maximizam o valor esperado presente de sua utilidade, que depende do perfil de renda e consumo ao longo do ciclo de vida, ponderado pela probabilidade de esse indivíduo estar vivo nos anos futuros.

Formalmente, o indivíduo maximiza a equação (B.1):

$$U(a) = \sum_{t=a}^{\infty} \beta^{(t-a)} S(t/a, g, UF, v) \cdot u(c_t) \quad (\text{B.1})$$

em que a utilidade do consumo em cada período é dada por $u(ct)$, que é ponderada não apenas pela taxa de desconto intertemporal do indivíduo (β), mas por uma função sobrevivência $S(t/a, g, UF, v)$, que diz respeito à probabilidade de o indivíduo viver até o ano t , sendo que ele possui atualmente a anos, é do sexo g e reside em determinada UF, onde a prevalência de violência é descrita por v .

É admitida ainda a existência de um mercado de crédito completo, em que a restrição orçamentária do indivíduo é dada pela equação (B.2), em que r é a taxa de juros, A_a é a riqueza do indivíduo acumulada até a idade a e $y(\cdot)$ é a renda do indivíduo.

$$\begin{aligned} A_a + \sum_{t=a}^{\infty} \left(\frac{1}{1+r} \right)^{(t-a)} S(t/a, g, s, UF, v) \cdot y(t/a, g, s, UF) = \\ = \sum_{t=a}^{\infty} \left(\frac{1}{1+r} \right)^{(t-a)} S(t/a, g, s, UF, v) \cdot c_t \end{aligned} \quad (\text{B.2})$$

Resolvendo-se o programa, tem-se que a MWP do indivíduo para não correr o risco de ter uma morte violenta é descrita pela equação (B.3).

$$MWP_{a,g,UF} = \sum_{t=a}^{\infty} \left(\frac{1}{1+r} \right)^{(t-a)} \left[\frac{c_t}{\varepsilon(c_t)} + y(\cdot) - c_t \right] \cdot S_v(t/a, g, UF, v) \quad (B.3)$$

em que $\varepsilon(c_t)$ é a elasticidade da função-utilidade instantânea ao consumo e $S_v(t/a, g, UF, v)$ é a mudança na função-sobrevivência devido à erradicação contrafactual da mortalidade violenta no período juvenil, entre 15 e 29 anos.¹ Note-se que a MWP será tanto maior quanto: *i*) mais perto estiver o indivíduo do momento em que a mortalidade se reduz – isto porque o futuro é descontado a uma taxa $r > 0$; e *ii*) maior for o consumo e a poupança no momento em que a redução da mortalidade ocorre.

O cálculo de custo de bem-estar social associado às mortes violentas se dá pela agregação da MWP para reduzir a violência para cada subgrupo populacional listado, isto é: os homens e as mulheres residentes em cada UF. O cálculo leva em conta não apenas as gerações correntes, mas ainda aquelas que nascerão no futuro. Essa agregação é descrita pela equação (B.4).

$$SMWP = \sum_{UF=1}^{27} \sum_{g=1}^2 \sum_{a=0}^{\infty} MWP_{a,g,UF} p(a, g, UF, 0) + \sum_{UF=1}^{27} \sum_{g=1}^2 \sum_{a=0}^{\infty} MWP_{a,g,UF} \left(\frac{1}{1+r} \right)^{\tau} p(0, g, UF, \tau) \quad (B.4)$$

onde $p(a, g, UF, 0)$ corresponde à população com idade a e demais características, no momento atual, isto é, em $t = 0$; e $p(0, g, UF, \tau)$ se refere à população com determinadas características (gênero, sexo, UF) que nascerá em cada ano $\tau > t$. Como se pode depreender, o cálculo explicita o fato de que a erradicação de uma vez por todas dos homicídios no Brasil beneficiaria não apenas as gerações presentes, mas também aquelas que ainda estão para nascer.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Elaine Oliveira Couto

Elisabete de Carvalho Soares

Lucia Duarte Moreira

Luciana Bastos Dias

Luciana Nogueira Duarte

Míriam Nunes da Fonseca

Vivian Barros Volotão Santos (estagiária)

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Aeromilson Mesquita

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Carlos Henrique Santos Vianna

Nathália de Andrade Dias Gonçalves (estagiária)

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

Térreo – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond Pro 12/14,5 (texto)
Frutiger 67 Bold Condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

Marcelo Côrtes Neri
Joana Simões de Melo Costa
Luis Felipe Batista de Oliveira
Gabriel Ulyssea
Maurício Cortez Reis
Carlos Henrique Corseuil
Miguel Foguel
Gustavo Gonzaga
Eduardo Pontual Ribeiro
André Gambier Campos
Leonardo Alves Rangel
Herton Ellery Araújo
Rosana Ulhôa Botelho
Ana Luiza Codes
Agnes França Serrano
Larissa de Moraes Pinto
Daniel Cerqueira
Rodrigo Leandro de Moura

ISBN 978-85-7811-217-2

